

TEMPOS SOMBRIOS

TRABALHO, POBREZA E
DESIGUALDADES
NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

TÂNIA MARIA SANTANA DOS SANTOS
BETINA AHLERT
MARIANGEL SÁNCHEZ ALVARADO
Organizadoras





Universidade Federal de Mato Grosso

Evandro Aparecido Soares da Silva – Reitor

Rosaline Rocha Lunardi – Vice-reitora

Esta obra foi financiada com recursos do PROAP/CAPES



PPGPS
Programa de pós-graduação
em Política Social | UFMT



Conselho Editorial

Elizabeth Madureira Siqueira – IHGMT

Renilson Rosa Ribeiro – UFMT

Nileide Souza Dourado – NDIHR/UFMT

Sérgio Henrique Puga da Silva – UFMT

Adrienne de Oliveira Firmo – USP

Adriana Gonçalves Pio – UNIVALE

Daniela Bitencourt Bueno – FMUSP

Madelene Marinho e Silva – UNESP

Juliana de Medeiros Garcia Ribeiro – IFMT

Tania Maria Santana dos Santos – UFMT/PPGPS
Betina Ahlert – UFMT/PPGPS
Mariangel Sánchez Alvarado – FSSO/PPGSS/UFAL
Organizadoras

TEMPOS SOMBRIOS

TRABALHO, POBREZA E
DESIGUALDADES
NA AMÉRICA LATINA E CARIBE



Cuiabá, MT
2023

© Tania Maria Santana dos Santos, Betina Ahlert, Mariangel Sánchez Alvarado – Orgs., 2023.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A Paruna segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T164t Santos, Tania Maria Santana dos.

Tempos Sombrios: trabalho, pobreza e desigualdades na América Latina e Caribe/ Tania Maria Santana dos Santos, Betina Ahlert, Mariangel Sánchez Alvarado (Organizadoras). – Cuiabá, MT, 2023.

290p. il.:

ISBN: 978-65-85106-08-5

1. Socioeconomia 2. Desigualdade 3. América Latina 4. Caribe I. Título.

CDU: 33.338

Revisão e Normalização Textual:

Karin Elizabeth Rees de Azevedo

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert – Paruna Editorial



Paruna Editorial

Rua Lima Barreto, 29 – Vila Monumento

CEP: 01552-020 – São Paulo, SP

Fone: 11 98245-4224

www.paruna.com.br | @parunaeditora

PREFÁCIO

O livro *Tempos Sombrios: trabalho, pobreza e desigualdades na América Latina e Caribe* vem a público em um momento mais que necessário para estudos e pesquisas sobre o Brasil como parte da América Latina, seja pelo aprofundamento da crise do capital, seja pelo crescimento da influência do conservadorismo da extrema direita na região, seja pela onda desoladora trazida pela pandemia.

Entender as particularidades do processo de formação socioeconômica da América Latina e do Brasil não significa dizer apenas que se trata de uma genericidade distinta daquela que peculiariza a produção e reprodução capitalista de modo geral. Trata-se de considerar formas particulares que regem a reprodução do capital nas economias dependentes, no marco do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo como sistema mundial. Pensar o capitalismo dependente é ir além da análise do modo de produção, chegando ao nível de análise da formação econômico-social, observando as mediações categoriais fundamentais dessa formação concreta, a partir de momentos da realidade, ou seja, observando como as tendências gerais do capitalismo se manifestam na concretude das relações sociais dessas diferentes formações sociais.

Esta coletânea, como o próprio título indica, traz um panorama da realidade sombria da América Latina e do Brasil nos anos recentes, reconhecendo os desafios trazidos pela crise sanitária instituída pela pandemia da Covid-19, em um contexto de recrudescimento do conservadorismo ideológico-político em toda a região, mas buscando ao mesmo tempo apontar perspectivas de lutas e de resistências.

Congregando um rico grupo de pesquisadores(as), docentes e profissionais do Brasil e da América Latina, preocupados em analisar as particularidades da realidade latino-americana e brasileira, no contexto recente, a partir de múltiplos aspectos, o livro traz debates que envolvem diversos temas

pertinentes à reprodução da questão social e suas expressões, tendo como foco principal a precarização do trabalho, a agudização da pobreza e das desigualdades, atentando, principalmente, para os processos que fundamentam as contrarreformas das políticas públicas e a expropriação de direitos.

O livro se estrutura em onze capítulos divididos em três eixos. O primeiro se intitula Transformações no mundo do trabalho na América Latina e Caribe, composto por quatro capítulos, cujos temas têm como foco central analisar como as transformações recentes nas políticas públicas na região contribuem para precarizar as condições de trabalho em geral, via expropriação de direitos, mas também das condições de atuação e de trabalho de agentes profissionais que atuam nos serviços vinculados a essas políticas, trazendo formas mais conservadoras e moralistas de atendimento aos usuários.

O segundo eixo, denominado A pobreza na América Latina e Caribe, tem como foco apontar como a crise sanitária advinda com a pandemia da Covid-19 piorou os índices de pobreza e acentuou as diversas desigualdades sociais, especialmente a racial, demonstrando como as medidas de enfrentamento da crise por meio da transferência de renda emergencial comungaram com o desmonte de direitos sociais. Isso acaba por reforçar um ideário de subalternidade encarado, historicamente, como resultado de uma patologia cultural, o qual veio sendo construído desde as teorias da modernização, conforme indicado em um dos quatro capítulos, que formam essa segunda parte do livro.

No terceiro eixo, intitulado A desigualdade na reprodução do sistema de produção na América Latina e Caribe, entre os temas abordados nos três capítulos que o compõe aparecem aportes para compreender que as contradições de classe não podem ser dissociadas da divisão racial, sexual e internacional do trabalho, assim como para compreender que o racismo, o patriarcado e a dependência estão organicamente associados ao sistema colonial e aos fundamentos que sobredeterminam na sociedade capitalista atual na região. O que se reflete na questão da imigração, tema que também aparece como preocupação, no último texto, o qual mostra como a população haitiana, em Cuiabá, faz parte da população sobrando, se inserindo nos empregos mais precarizados ou no trabalho informal como ambulantes.

O conjunto de textos aqui reunidos convoca a pensar e debater a proteção social na América Latina, a relação entre Igreja e Estado, a precarização do trabalho docente, as condições de trabalho de assistentes sociais, a pobreza, as desigualdades diante da crise do capital, da crise sanitária e das respostas do Estado à pandemia, aspectos da política de saúde e da assistência social e as diferentes opressões. No entanto, estes textos também convidam ao engajamento para unir esforços para lutar contra essa sombra que se colocou diante da sociedade com os governos de extrema direita na gestão da crise, na busca por melhorar os índices de pobreza e desigualdade, a lutar contra o desfinanciamento das políticas sociais, ainda que se tenha consciência crítica de que não é suficiente para ultrapassar a condição de dependência, pois esta só se esvai com o fim do próprio capitalismo.

São tempos difíceis para a pesquisa e a produção de conhecimento, particularmente, a pesquisa nas áreas de humanidades e sociais. No Brasil se tem assistido ao aprofundamento do desmonte da política de educação, diante do negacionismo que se instaurou com a pandemia e, mais recentemente, com as fakenews que se alastraram com a campanha política do presidente Bolsonaro. Este livro, resultado de pesquisas e reflexões que nascem na universidade pública, refletem anos de investimento público a serviço do pensamento crítico, para formar quadros preocupados com o futuro do país, da região e com as condições de vida e de trabalho das maiores trabalhadoras.

Essas são apenas algumas pistas do amplo debate realizado aqui. Com isso, o/a leitor/a dispõe de inúmeras razões para descortinar os textos que compõem o livro, seja porque esses têm interesse em refletir sobre o Brasil ou sobre a América Latina. Deixa-se o convite para a leitura de todos os capítulos para fazer avançar o debate, a construção crítica e nosso conhecimento sobre a realidade brasileira e latino-americana.

Niterói, primavera de 2022.

Ana Paula Ornellas Mauriel

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PRÓLOGO 14

EIXO 1 – TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

A SENDA DA PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:
O ENFRENTAMENTO DA POBREZA DIANTE DA ALTERNÂNCIA
IDEOPOLÍTICA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E CONSERVADORES 18
Carlos Nelson dos Reis | Viviane Isabela Rodrigues

AS RELAÇÕES ENTRE IGREJA CATÓLICA E O ESTADO
HONDURENHO NO GOVERNO DE MANUEL ZELAYA ROSALES (2006-2009) 43
Edgardo Fabricio Benítez Cruz | Tânia Maria Santana dos Santos |
Delaine Regina Bertoldi

O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL:
HETEROGENEIDADE, INSEGURANÇA E FUTURO INCERTO 65
Valdemar Sguissardi

LA INJERENCIA DE LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL EN LAS CONDICIONES
LABORALES DEL SERVICIO SOCIAL: LA EXPERIENCIA DE BRASIL Y COSTA RICA 94
Mariangel Sánchez Alvarado

EIXO 2 – A POBREZA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: AS CONFIGURAÇÕES DO CAPITALISMO NA REGIÃO

POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL:
AS “VEIAS ABERTAS” DA CRISE DO CAPITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA 119
Anderson Martins Silva | Ednéia Alves de Oliveira

PANDEMIA E AS RESPOSTAS DO ESTADO: ANÁLISE POR MEIO
DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95 E DO RACISMO ESTRUTURAL 144
Robson de Oliveira | Simone Sobral Sampaio

ASPECTOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS PRIMEIROS
MESES DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO OESTE DO PARANÁ 163
Rosana Mirales

AMÉRICA LATINA E POBREZA: UMA PEQUENA
HISTÓRIA DE ATRELAMENTO CONCEITUAL 189
Mairon Escorsi Valério

EIXO 3 – A DESIGUALDADE NA REPRODUÇÃO DO
SISTEMA DE PRODUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

LAS RELACIONES DE OPRESIÓN DE
GÉNERO EN EL MARCO DEL CAPITALISMO 217

Keylor Robles Murillo

ELEMENTOS PARA PENSAR AS DESIGUALDADES
NA AMÉRICA LATINA: PASSADO E PRESENTE 244

Jéssica Degrandi Soares | Thiana Orth

A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM CUIABÁ:
FACES DA POBREZA E DO RACISMO 265

Carlos Eduardo Amaral de Paiva | Orivaldo de Morais Mathias

ORGANIZADORAS 286

AUTORES 287

APRESENTAÇÃO

É sempre um desafio trazer à cena discussões sobre temáticas tão atuais quanto necessárias para entender o trabalho, pobreza e desigualdades na América Latina. Os artigos que compõem esta coletânea representam mais uma contribuição sobre aspectos que devem ser conhecidos por aqueles/as que buscam explicações para questões que afligem a população da América Latina e do Mundo, utilizando, para esta análise, a referência da teoria social crítica.

Esta coletânea é uma iniciativa da Linha Trabalho, Questão Social e Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mais especificamente, do Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociabilidade, vinculado à respectiva linha, que se encontra conformado por pesquisadores da UFMT e tem buscado parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais. É uma obra coletiva e, os artigos que a compõe são de autoria de pesquisadores de várias Instituições de Ensino Superior, do Brasil e da América Latina. A obra expressa, portanto, o movimento de articulação e de expansão de fronteiras que o PPGPS/UFMT vem realizando com vistas a internacionalização.

A coletânea está dividida em três eixos que se articulam e abordam os temas do trabalho, pobreza e desigualdades na América Latina e Caribe no atual contexto de crise do capitalismo. No eixo 1, a abordagem está centrada nas transformações no mundo do trabalho na América Latina e no Caribe; o eixo 2 traz a discussão sobre a pobreza na América Latina e, finalmente, no eixo 3, o debate é sobre a desigualdade na reprodução do sistema de produção na América Latina e Caribe.

É, sem dúvida, uma contribuição relevante para os debates e análises críticas em torno de temáticas importantes na atual conjuntura marcada pela regressão das políticas sociais, pela expropriação dos direitos trabalhistas, acrescidos, mais recentemente, do advento da pandemia de Covid-19, que dizimou milhares de vidas no Mundo e, uma quantidade ex-

pressiva no Brasil, além do avanço da extrema direita no Mundo, na América Latina e, no Brasil.

A coletânea, com uma perspectiva crítica, em todos os artigos, defende os valores emancipatórios e democráticos que estão sendo destruídos no cenário atual. Os autores discutem as crises do capitalismo e os seus diversos desdobramentos e particularidades na realidade Latino Americana e Caribenha.

No primeiro artigo, Carlos Nelson Pereira dos Reis e Viviane Isabela Rodrigues realizam uma análise da proteção social e a alternância (ciclos) ideopolítica de governos progressistas e conservadores na América Latina. Conforme os autores, as contradições do tempo presente impactam a proteção social da região de forma a expropriar direitos conquistados pela classe trabalhadora nas últimas décadas, minimizando direitos de cidadania e expondo coletividades a um cenário de desproteção e insegurança social.

O artigo as relações entre Igreja Católica e o Estado hondurenho, no governo de Manuel Zelaya Rosales (2006-2009), de Edgardo Fabricio Benítez Cruz, Tânia Maria Santana dos Santos e Delaine Regina Bertoldi é parte da pesquisa realizada para elaboração da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT e, destaca os problemas que marcavam a sociedade hondurenha, naquele momento sócio-histórico que culminou em uma maior aproximação da Igreja com o Estado, objetivando uma melhor execução das políticas públicas, especialmente, aquelas que tinham um alto impacto social.

O debate sobre o trabalho docente, na Educação Superior no Brasil, é apresentado por Valdemar Sguissardi e busca identificar e compreender o trabalho docente na Educação Superior no Brasil, hoje, no contexto de um modelo de desenvolvimento econômico-social neoliberal e de um Estado mercantilizado sob predominância financeira, que condiciona o conjunto das políticas sociais, entre essas a da educação em geral e da Educação Superior em particular. Mostrar-se-á, diz o autor, como o trabalho docente na Educação Superior está se assemelhando, cada vez mais, ao das categorias de trabalhadores com trabalho mais intensivo e de maior precariedade.

La injerencia de la crisis estructural del capital en las condiciones laborales del Servicio Social: La experiencia de Brasil y Costa Rica, é o artigo

apresentado por Mariangel Sánchez Alvarado. A autora se propõe a analisar o exercício profissional do/a assistente social no contexto de crise estrutural do capitalismo, destacando como essas crises intensificam a precarização das condições de trabalho da classe assalariada, da qual faz parte o/a assistente social. A autora destaca como essas condições contribuem para o retorno às práticas conservadoras, consideradas já superadas. O que se constitui um grande desafio para aqueles que buscam realizar sua intervenção pautada em um projeto democrático. Para ilustrar a situação, o texto traz dados atualizados das condições de trabalho de profissionais tanto do Brasil, como da Costa Rica.

A pandemia de Coronavírus é o foco da segunda parte desta coletânea, sendo constituída por três artigos cujos autores/as se debruçam, de forma crítica, sobre pobreza e desigualdade, intervenções do Estado, Saúde e assistência no estado do Paraná.

Anderson Martins Silva e Ednéia Alves de Oliveira apresentam o artigo intitulado pobreza e desigualdade social no Brasil: as "veias abertas" da crise do capital em tempos de pandemia. Os autores abordam a relação entre a crise do capital e seus rebatimentos no cenário econômico brasileiro hodierno, particularizando a crise sanitária instaurada a partir do anúncio do estado pandêmico em março de 2020 no país.

Robson de Oliveira e Simone Sobral Sampaio apresentam o artigo intitulado "Pandemia e as respostas do Estado: análise por meio da Emenda Constitucional 95 e do racismo estrutural", no qual apresentam um estudo sobre os efeitos da Emenda Constitucional nº 95/2016, mais conhecida como "PEC do Teto", e as requisições de intervenções para o Estado nas mais diversas áreas durante a pandemia da Covid-19. Estes elementos permitem identificar a relação entre austeridade fiscal e racismo estrutural, por meio da naturalização das desigualdades sociais e a seleção operada pelo subfinanciamento estatal.

Outro dos artigos que compreende o segundo eixo se denomina "Aspectos de saúde e assistência social nos primeiros meses da pandemia do coronavírus no Oeste do Paraná". A autora Rosana Mirales discorre sobre desigualdade, questão social, pobreza e insuficiência alimentar, a partir da apresentação das informações sobre a Covid-19 e do Auxílio Emergencial,

nos primeiros meses de sua vigência (março a junho de 2020), na 10ª Regional de Saúde do Paraná, que tem sede em Cascavel. Auxílio Emergencial é o Portal da Transparência do Governo Federal.

Mairon Escorsi Valério traz o artigo "América Latina e Pobreza: uma pequena história de atrelamento conceitual". O autor analisa o processo de construção do conceito de América Latina e seu atrelamento semântico à ideia de pobreza. Investiga também de que modo esse processo naturalizou uma identidade econômica inferior da América Latina, reafirmando sua condição subalternizada encarada como fruto de uma patologia cultural antimoderna inerente às teorias da modernização, e que subsistiram subjacentes às perspectivas desenvolvimentistas e dependentistas.

Por último, no eixo 3, "A desigualdade na reprodução do sistema de produção na América Latina e Caribe" traz quatro artigos sobre temáticas diferenciadas, que têm em comum o contexto latino-americano. Os/as autoras analisam as relações de opressão e gênero, as desigualdades na América Latina e a imigração Haitiana em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, enquanto faces e expressões da pobreza e do racismo.

O artigo de Keylor Robles Murillo, intitulado "*Las relaciones de opresión de género en el marco del capitalismo*", discute as relações de opressão de gênero no marco do capitalismo, ou seja, parte-se da noção da totalidade social. No desenvolvimento do objeto de estudo se coloca um conjunto de conteúdos, de forma concatenada, entre os quais se encontra o patriarcado como elemento estrutural, cujo fim tem sido o estabelecimento das desigualdades por sexo-gênero. Além disso, desenvolve a divisão sexual do trabalho desde o feminismo, para evidenciar o carácter sócio-histórico da opressão.

As autoras, Jéssica Degrandi Soares e Thiana Orth, apresentam o texto "Elementos para pensar as desigualdades na América Latina: passado e presente". O artigo tem como objetivo debater o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais e sua relação com a colonização dos países latino-americanos. Parte-se da compreensão de que as abissais desigualdades sociais presentes na contemporaneidade, na América Latina, são fruto da invasão de seu Continente, que originou o colonialismo na região e suas formas de exploração. Debate-se sobre a dissociação entre as categorias

pobreza e riqueza e sobre os silenciamentos em torno do caráter estrutural da pobreza e da desigualdade.

Por fim, o último artigo que conforma o eixo três se denomina "A imigração haitiana em Cuiabá: faces da pobreza e do racismo". O artigo apresentado por Carlos Eduardo Amaral de Paiva e Orivaldo de Moraes Mathias traça um panorama das condições socioeconômicas dos imigrantes haitianos em Cuiabá. A partir de pesquisa com quarenta e seis entrevistados é apontada a condição de miserabilidade desta população e suas dificuldades de se encaixarem no mercado de trabalho. A população haitiana, em Cuiabá, faz parte do enorme contingente do exército industrial de reserva se inserindo nos empregos mais precarizados ou no trabalho informal como ambulantes.

Os artigos trazem temáticas atuais e instigantes que incitam reflexões e discussões sobre o capitalismo contemporâneo cujas faces se evidenciam na precarização ou na ausência do trabalho, na pobreza e nas desigualdades que conformam a América Latina e o Caribe. Para além das importantes análises críticas dos/as autores/as, é importante realizar estudos com uma mirada latino-americana, porque como região existem particularidades similares que ajudam a vislumbrar a estrutura desigual do sistema de produção mundial, que comanda o rumo da vida em sociedade atual. Fica o alerta para que a sociedade não se renda a esses tempos sombrios, mas persevere na luta por um amanhã com trabalho digno, menos pobreza e desigualdades não só na América Latina, mas no Mundo. Este é um grande desafio.

Fica o convite para a leitura.

PRÓLOGO

Realizar este prólogo significa para mí un honor. La obra "*Tiempos sombríos: trabajo, pobreza y desigualdad en América Latina y el Caribe*" se desarrolla en el marco del Programa de Posgrado en Política Social y el Instituto de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Federal de Mato Grosso.

Constituye desde mi punto de vista un aporte extraordinario y actual, nutrido por artículos de diversos autores y autoras, personas investigadoras y profesionales latinoamericanas que nos permiten dar una mirada profunda a las heterogéneas situaciones que se presentan en nuestros países, dentro del modo de producción capitalista en el contexto actual.

Vale mencionar que los tres ejes generadores de los diferentes artículos fueron: Transformaciones en el mundo del trabajo en América Latina y el Caribe, Pobreza en América Latina y el Caribe y Desigualdad en la reproducción del sistema productivo en América Latina y el Caribe. Temas fundamentales en el panorama difícil que se nos presenta en la coyuntura existente.

La pandemia de la Covid-19 nos llevó a la fuerza hacia un cambio de la sociedad tal y como la conocíamos, generó preocupación, miedo e incertidumbre en los hogares latinoamericanos y vino a profundizar las transformaciones en el mundo del trabajo, la pobreza y las desigualdades.

El desarrollo e implementación de las políticas sociales en América Latina se ha dado en un espacio de luchas de poder y de negociación entre el Estado y la sociedad civil, se desenvuelven en un contexto de contradicciones y se manifiestan en el papel legitimador del Estado y las presiones de los sectores populares.

En total el libro recopila once artículos. En el primer eje se puede encontrar diversidad, pero a la vez unidad, estos van desde la protección social en América Latina y las políticas para afrontar la pobreza desde gobiernos progresistas y conservadores que se han ido alternando en países como Argentina, Brasil, Chile y Uruguay.

El segundo artículo hace referencia a la relación iglesia católica y Estado en Honduras y cómo se logró una mejor implementación de políticas públicas en beneficio de la población.

El siguiente artículo busca la identificación y comprensión del trabajo docente en la educación superior brasileña en el contexto neoliberal y el estado mercantilista que condiciona las políticas sociales en general y la educación superior en específico.

El último artículo de este eje analiza el ejercicio profesional de las personas trabajadoras sociales, en el contexto de la crisis estructural del capital en las condiciones laborales del servicio social en Brasil y Costa Rica.

Asimismo, en el segundo eje los artículos se refieren a pobreza y desigualdad; en el primero se hace énfasis en la crisis del capital y el escenario económico actual en Brasil en el contexto de la pandemia.

Con el siguiente artículo se aborda la relación entre pandemia, crisis y racismo desde las respuestas del Estado brasileño.

Para finalizar con este eje, se hace referencia a la salud y asistencia social en la pandemia del coronavirus en el oeste de Paraná.

En el tercer eje los temas aluden principalmente a la desigualdad; primero se presentan las relaciones de opresión de género en el capitalismo, partiendo de contenidos como el patriarcado, la división socio sexual del trabajo y la Teoría de la Reproducción Social.

El siguiente artículo desdobra el tema de las desigualdades, partiendo del desarrollo, del capitalismo en los países centrales y la colonización de los países latinoamericanos.

También uno de los artículos se refiere a la inmigración haitiana, la pobreza y el racismo en Cuiabá y las dificultades para incorporarse en el mercado laboral.

Por último, se hace un recorrido por la conformación de América Latina y su vínculo con la idea de pobreza que persiste hasta nuestros días.

Se puede ver la variedad y complejidad de los temas planteados en todos los artículos y su relación con argumentos más amplios, como lo son las políticas sociales en los contextos de los países latinoamericanos.

En conclusión, es una obra que merece ser leída y estudiada, entre otras razones por la diversidad y riqueza de sus capítulos y por la rigurosidad que implicó su elaboración.

Noviembre, 2022.

Illiana Arroyo Navarro

EIXO 1

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE



A SENDA DA PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: O ENFRENTAMENTO DA POBREZA DIANTE DA ALTERNÂNCIA IDEOPOLÍTICA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E CONSERVADORES

Carlos Nelson dos Reis
Viviane Isabela Rodrigues

Resumo

Parte-se do pressuposto de que o cenário dos últimos trinta anos foi de significativas transformações no âmbito da proteção social latino-americana. Busca-se analisar como os sistemas de proteção social da região se transmutaram nesse período e quais foram as políticas de enfrentamento à pobreza adotadas por governos progressistas e conservadores da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Para isso se realiza uma análise da proteção social e a alternância (ciclos) ideopolítica de governos progressistas e conservadores na América Latina. Conclui que as contradições do tempo presente impactam a Proteção Social da Região de forma a expropriar direitos conquistados pela classe trabalhadora nas últimas décadas, minimizando direitos de cidadania e expondo coletividades a um cenário de desproteção e de insegurança social e a temporalidade na contemporaneidade impõe desafios de grande monta para a Proteção Social latino-americana e a intensificação da pobreza.

Palavras-chave: Proteção Social; América Latina; Pobreza; Programas de Transferência Condicionada de Renda.

EL CAMINO DE LA PROTECCIÓN SOCIAL EN AMÉRICA LATINA: ENFRENTANDO LA POBREZA FRENTE A LA ALTERNANCIA IDEOPOLÍTICA DE GOBIERNOS PROGRESISTAS Y CONSERVADORES

Resumen

Asume que el escenario de los últimos treinta años ha sido de transformaciones significativas en el contexto de la protección social latinoamericana. Busca analizar cómo se transmutaron los sistemas de protección social de la región durante este período y qué políticas se gestaron para combatir la pobreza durante los gobiernos progresistas y conservadores en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay. Para ello, analiza la protección social y la alternancia ideopolítica (ciclos) de gobiernos progresistas y conservadores en América Latina. Concluye que las contradicciones del momento actual impactan la Protección Social de la Región con el fin de expropiar derechos conquistados por la clase trabajadora en las últimas décadas, minimizando los derechos de la ciudadanía y exponiendo a las colectividades a un escenario de desprotección e inseguridad social, lo cual impone grandes desafíos a la Protección Social de América Latina y la intensificación de la pobreza.

Palabras clave: Protección social; América Latina; Pobreza, Programas de Transferencia Monetaria Condicionada.

Introdução

O cenário dos últimos trinta anos foi de significativas transformações no âmbito da proteção social latino-americana. As redemocratizações vivenciadas por países da região ao término da década de 1980 lhes comprometeram as promessas civilizatórias de justiça social e igualdade em enfrentamento das expressões da pobreza e da desigualdade social comuns a histórica conjuntura social da América Latina. Em comparação ao cenário social vivenciado na década de 1980, durante os últimos trinta anos se observou a redução da pobreza, a melhoria na saúde básica da população e a ampliação da política educacional nos níveis de ensino obrigatório. Contudo, esperava-se mais. O ensejo pela transposição da desigualdade social e superação da pobreza, pela erradicação das perversas formas de superexploração do trabalho e pela construção de uma união continental latino-americana que propiciasse a libertação das amarras da dependência econômica internacional, foram promessas civilizatórias nascidas no bojo dos processos democratizantes não alcançadas.

O intento de que ao limiar do século XXI, as veias da América Latina não estivessem mais abertas, mas cicatrizadas e direcionadas a potencializar o vigor econômico e político dessa região se tornam pautas revolucionárias não efetivadas e, por vezes, suprimidas em meio aos interesses econômicos da ordem globalizada. Esta ordem e os estágios recentes do sistema capitalista, financeiro e especulativo, tornam a América Latina o lócus de amortecimento das crises econômicas internacionais em função dos mecanismos de intercâmbio desigual e superexploração do trabalho (MARINI, 1973).

Tal dinâmica possui estreita relação com o agravamento da questão social latino-americana, especialmente, sob a face do alargamento da pobreza e do acirramento das desigualdades, agudizadas em cenários econômicos desfavoráveis. Dessa maneira, a proteção social desponta como o "remédio" necessário à deletéria realidade vivenciada pela classe trabalhadora latino-americana. Contudo, em que pese sua relevância, as ofensivas neoliberais e neoconservadoras atreladas aos ditames das agências multilaterais do desenvolvimento, impõe desafios de grande monta à proteção social latino-americana, especialmente, mediante os alternados ciclos políticos progressistas e conservadores. Dessa forma, o presente ensaio

busca analisar como os sistemas de proteção social da região se transmutaram nas últimas três décadas e quais foram as políticas de enfrentamento à pobreza adotadas por governos progressistas e conservadores da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

1. A proteção social e a alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores na América Latina

A região latino-americana, no último quartel do século XX, possibilitou o aumento significativo dos escopos de proteção social, especialmente no território de países que se redemocratizavam após a superação de regimes ditatoriais. A ampliação destes lastros protetivos superou a característica histórica de políticas assistenciais e unicamente centradas no trabalhador formal, tendo redimensionada a atuação dos Estados e governos, alinhando-os às promessas civilizatórias cidadãos e democráticas.

Contudo, esse processo não se consolidou livre de contradições e tensões. Observa-se que o avanço do modo produtivo capitalista, ao suscitar a homogeneidade dos padrões de produção e de consumo, determinou a decadência do *estatismo*. Tal dinâmica é percebida mediante a intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos coadunada à unificação financeira e monetária, a qual, inevitavelmente, desencadeia a perda de autonomia dos Estados. Tal perda é perceptível através da redução da efetividade das políticas econômicas e da precarização das políticas sociais. É diante destas bases que se instaura a crise do Estado capitalista, a qual teve como resposta teórica e ideológica as teses monetaristas e neoliberais, que passaram a nortear mundialmente as políticas econômicas (SOARES, 2009).

Inegavelmente, a recondução da atuação do Estado nos tempos de intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos sob a regência dos princípios teóricos neoliberais é perceptível. Tais movimentos acrescidos da histórica condição de dependência econômica latino-americana, analisada criticamente por Ruy Marini (1973) e das frágeis experiências democráticas dessa região acenam a uma perspectiva preocupante, especialmente, no que tange à preterida proteção social e ao agravamento das expressões da Questão Social, especialmente, sob a face da pobreza.

Diante deste panorama, reconhecer as imbricações existentes entre o avanço das orientações neoliberais e os redesenhos assumidos pela proteção social pressupõem resgatar os enlaces históricos que possibilitaram a ampliação desta matriz teórica diante da ação do Estado, assim como a difusão de uma racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Entre os marcos históricos que possibilitaram o avanço do neoliberalismo se situam: a crise da *estagflação* aguçada na década de 1970, que teve no petróleo seu estopim; o enfraquecimento do *Welfare State* nos países centrais e a celebração do Consenso de Washington (1989) difundido na cena global pelas agências multilaterais de desenvolvimento.

No que tange às políticas sociais, o ajuste prescrito pelas agências multilaterais de desenvolvimento, em sua orientação neoliberal, previa a redução do déficit público com o corte de gastos no custeio da máquina administrativa, a redução dos subsídios ao consumo popular, a retração do custo *per capita* dos programas existentes, a reorientação da política social para a saúde primária e educação básica. Nesse sentido, houve a "[...] incorporação de saúde primária e educação básica como insumos mínimos indispensáveis ao aumento da produtividade dos pobres no Terceiro Mundo e à formação de capital humano" (PEREIRA, 2018, p. 191).

Os modelos de ajuste estrutural neoliberal propostos às economias periféricas desencadearam a perda da substância dos estados nacionais. O ensejo de se tornar "competitivo" à economia globalizada implicou na contenção da atenção ao mercado interno, no bloqueio do crescimento dos salários (e dos demais direitos sociais), na aplicação de políticas macroeconômicas monetaristas (altas taxas de juros), ocasionando o desaparecimento de pequenas empresas e empregos. Nesse contexto, os processos de desregulamentação do mercado de trabalho, de desmonte da seguridade social, de regressão dos direitos trabalhistas e de privatização de estatais e de serviços públicos se tornou a agenda do dia, de forma consoante às exigências propostas por organismos internacionais. O ônus social destes ajustes retirou direitos da classe trabalhadora latino-americana degradando sua condição de vida e o acesso aos mínimos existenciais.

As reformas incorporadas pelos Estados remodelaram os seus sistemas protetivos, especialmente os de seguridade social, mantendo a prevalência

do trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização (desconcentração e desresponsabilização), mediante a execução das ações. Nesse sentido, as políticas sociais se tornaram ações pontuais e compensatórias (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Ao encontro de tais premissas: “[...] o novo padrão de regulação estatal substitui as *políticas de integração* de cunho universalista e distributivo pelas chamadas *políticas de inserção*, de caráter residual, focalizadas nos segmentos sociais mais vulneráveis [...]” (REIS; LIMA; ARREGUI; JORGE; 2014, p. 43).

O desmonte dos escopos de proteção social da América Latina, escopos esses que há longa data se mostram insuficientes, assumem passos largos na atualidade e, de forma contraditória, a alternância de governos progressistas e conservadores não se torna um impeditivo para a expropriação de direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, para que se possa analisar esta complexa conjuntura se torna pertinente identificar os ciclos econômicos e políticos materializados na região e seus rebatimentos nos ciclos de proteção social.

Indubitavelmente, o caráter economicamente dependente da América Latina possibilitou que os seus ciclos econômicos condicionassem os ciclos políticos, os quais, por sua vez, produziram as particularidades nos ciclos da proteção social. A esse respeito, tanto a crise econômica da década de 1990, resultante da conhecida *crise da dívida externa* da década de 1980, quanto a recente *crise das commodities* observada em meados dos anos 2013, possibilitaram o endossamento das medidas de austeridade neoliberal e da conseqüente redução do gasto social público (GSP) no campo social, produzindo o cenário político necessário para a emergência conservadora (e recentemente neoconservadora) em repúdio aos projetos políticos progressistas. Como de costume, nestas temporalidades, o ônus da crise econômica recaiu sobre a classe trabalhadora mediante a expropriação dos seus direitos e à minimização da atuação do Estado na proteção social.

Em contraste, a emergência dos governos progressistas se atrelou ao surgimento de um cenário econômico favorável, o *superciclo das commodities*, iniciado nos anos 2000. O crescimento econômico deste momento possibilitou o aumento do gasto social público e a restrição e algumas medidas de austeridade neoliberais, criando condições para a reafirmação das

promessas civilizatórias progressistas e a ascensão política da maré-rosa latino-americana.

Ao desvendar as correlações entre os ciclos econômicos e os ciclos políticos da região, não se pode defender a existência de ciclos de proteção social genuinamente latino-americanos alicerçados nas necessidades da classe trabalhadora dessa região. Nota-se que comumente a proteção social serviu como sustentáculo para os interesses de mercado frente à reprodução da força de trabalho, bem como para o apaziguamento das expressões da questão social mais gravosas vivenciadas pela classe trabalhadora e objetos de reivindicação. Transitando do cariz assistência à compleição de direito e entre concessões e conquistas oriundas da luta social, observa-se que o trato destinado à questão social oscilou, temporalmente, a partir da perspectiva ideopolítica hegemônica estando subjugada a ingerência das recomendações proferidas pelas agências multilaterais do desenvolvimento às regiões periféricas do globo.

Para fins de análise deste processo, especialmente, no que tange aos ciclos econômicos e políticos dos países Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, as informações constantes no Quadro 1 retratam a alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores nas últimas três décadas.

Quadro 1 – Ciclos Políticos Progressistas e Conservadores na América Latina

Países	1º Ciclo Cariz Neoliberal e Conservador	2º Ciclo Cariz Neoliberal e Progressista	3º Ciclo Cariz Neoliberal e Neoconservador
Argentina	Carlos Menem; Fernando de La Rúa; Adolfo Saá; Eduardo Duhalde (1990 a 2002)	Néstor Kirchner; Cristina Kirchner (2003 a 2014) Alberto Fernández (2020 – atual)	Mauricio Macri (2015 a 2018)
Brasil	Fernando Collor; Itamar Franco; Fernando Henrique Cardoso (1990 a 2002)	Lula da Silva; Dilma Rousseff (2002 a 2015)	Michel Temer (2016 a 2018) Jair Bolsonaro (2019 – atual)
Chile	Patricio Aylwin; Eduardo Frei (1990 a 1999)	Ricardo Lagos; Michelle Bachelet (2000 a 2009 e 2014 a 2018)	Sebastián Piñera (2010 a 2013) (2018 – atual)
Uruguai	Luis Lacalle; Julio Coirolo; Jorge Batlle (1990 a 2004)	Tabaré Vázquez; José Mujica (2005 a 2014)	Lacalle Pou (2020 – atual)

Fonte: sistematização dos autores, 2021

Destarte, em análise aos governos conservadores que estiveram no poder ao longo da década de 1990, nos países pesquisados, observa-se que em que pese a expectativa por projetos cidadãos e democratizantes se preservou a continuidade das elites e oligarquias nacionais vinculadas ao capital internacional, outrora atreladas aos ditadores civis e militares, ao poder político nacional. A ascensão conservadora significou a manutenção dos privilégios das elites, da dependência econômica dos países latino-americanos e a adoção integral da matriz teórica neoliberal.

No âmbito social se observa a consolidação do 1º ciclo de proteção social, sendo esse caracterizado como neoliberal e conservador iniciado na década de 1990 e estendido até meados dos anos 2000. Durante esse período, ínfimos avanços no tocante ao desenvolvimento social e econômico foram perceptíveis. Crises econômicas nacionais endossaram o descrédito coletivo e possibilitaram o fortalecimento de partidos políticos vinculados às classes trabalhadoras e aos movimentos populares. A ascensão progressista emergiu em um cenário de esperança pela diminuição das desigualdades e o extermínio da pobreza na região.

Desse modo, a recente onda progressista latino-americana, iniciada em meados dos anos 2000 e estendida até aproximadamente 2014 "surtiu como uma reação aos efeitos socialmente deletérios da conjunção entre globalização e neoliberalismo na América do Sul" (SANTOS, 2018, p. 1), contudo, fez-se limitada a sua proposta germinal de cariz revolucionário. A "maré-rosa" representou a ascensão política dos governos progressistas de Néstor e Cristina Kirchner (Argentina); Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Brasil); Tabaré Vázquez e José Mujica (Uruguai) e Ricardo Lagos e Michelle Bachelet (Chile), iniciada ao final da década de 1990 e endossada na década de 2000. No âmbito social, tais governos inauguraram o 2º ciclo de proteção social da região, ora caracterizado como Neoliberal e Progressista.

Nesta temporalidade, em que pesem os significativos avanços nas políticas sociais, também foram notáveis as renúncias aos ideais contra hegemônicos mediante o estabelecimento de políticas econômicas extrativistas que endossaram a condição dependente e periférica latino-americana, especialmente, em função de sua inserção ao sistema-mundo capitalista fundamentada em acordos desiguais. Nesse cenário, as agências multilaterais

do desenvolvimento também figuram como fomentadoras dessas relações, diante dos ajustes econômicos sugestionados às economias periféricas.

Dessa maneira, durante a ascensão progressista se vislumbrou uma postura moderada e conciliatória, distante da clássica esquerda, referendando a articulação entre neoliberalismo e progresso como um caminho inevitável. "O resultado foi de projetos de mudança que aceitaram os parâmetros da ordem que haviam herdado, visando renegociar em melhores termos a inserção mundial e seus países e a situação dos 'excluídos' que frequentemente representaram" (SANTOS, 2018, p. 1).

O movimento dialético que ciclicamente alternou a emergência de governos progressistas e conservadores na América Latina e que, contemporaneamente, transita de uma longa onda progressista para uma significativa onda neoconservadora, precisa ser analisada diante dos aspectos conjunturais que o circunda, "os governos progressistas articularam o ajuste estrutural ao mito do crescimento econômico; a financeirização à exportação primária; a capitalização dos pobres ao consumo importado" (SANTOS, 2018, p. 14).

A cena contemporânea sinaliza a emergência e o fortalecimento de regimes neoconservadores na região, tal como se pode observar na realidade política da Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, Paraguai, Peru, Haiti, Suriname, Belize, Dominica, entre outros. Essa mudança se iniciou no contexto latino-americano, mediante eleição de Sebastian Piñera e Mauricio Macri, no Chile e Argentina, nos anos de 2010 e 2015 e foi sucedida pelos governos de Michel Temer (2016) e Jair Bolsonaro (2019) no Brasil e Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai (2020). Os motivos indicados para o fortalecimento da onda neoconservadora se atrelam à emergência da crise econômica em alguns países desta região, o acirramento dos escândalos de corrupção política e econômica e a diminuição dos preços das matérias-primas (imprescindíveis para a economia latino-americana).

O acirramento da polarização ideológica na América Latina impactará diretamente as políticas econômicas e sociais adotadas, reconfigurando as agendas sociais preconizadas pelos governos progressistas. Pereira (2020) cunhou o conceito "nova direita" para se referir à ascensão conservadora recente. Contudo, neste ensaio optou-se pela categoria "neoconservadorismo" por se compreender que se trata de um fenômeno novo, no

qual a conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo resultam em roupagens até então desconhecidas. Nesse sentido, depreende-se que o neoconservadorismo emergiu no campo político após a consolidação da racionalidade neoliberal como via de mobilização de forças antidemocráticas (BROWN, 2019).

Ao compreender o neoliberalismo como um “[...] um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático do Estado” (BROWN, 2019, p. 23), chega-se as pistas explicativas à ascensão neoconservadora em um cenário de crise estrutural do capital. A manutenção de hierarquias, dos sistemas de privilégios elitistas e das desigualdades sociais se tornam valores intrínsecos à guinada neoconservadora.

Na realidade latino-americana se observa a eminência do descontentamento de elites para com os avanços propostos por governos progressistas, especialmente, no âmbito social, visto que qualquer ensejo direcionado para as pautas igualitaristas se tornaram uma ameaça aos privilégios e posições sociais. A esse respeito se nota que “os sentimentos nativistas, racistas, homofóbicos, sexistas, antissemitas, islamofóbicos, bem como sentimentos cristãos antisseculares, adquiriram bases políticas e legitimidade inimagináveis há uma década. Políticos oportunistas surfam nesta onda” (BROWN, 2019, p. 9).

Os resultados da conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo que propiciaram o surgimento de um 3º ciclo de proteção social na América Latina, ora caracterizado como Neoliberal e Neoconservador, ainda é uma incógnita. Trata-se de um processo em curso que já demonstra o seu alto teor nocivo frente ao dismantelamento dos sistemas de proteção social existentes, o endossamento da expropriação dos direitos da classe trabalhadora (especialmente, mediante reformas trabalhistas) e a intensificação da pobreza. Ademais, o acirramento da dependência econômica dos países da região, mediante o agravamento de ações extrativistas promovidas pelo capital, especialmente o financeiro, se torna um grande desafio.

Diante deste complexo cenário se observa que, nas últimas três décadas, a proteção social latino-americana perpassou por significativos desafios, tendo no enfrentamento as manifestações da pobreza e suas refrações

seu maior investimento. A esse respeito se observa que a difusão de Programas de Transferência Condicionada de Renda se tornou a principal medida adotada por países da região no enfrentamento à pobreza nos últimos vinte anos. De maneira focalizada, residual e seletiva, tais medidas oscilaram sua compleição mediante a alternância de ideopolíticas de governos progressistas e conservadores, ora retraindo-se, ora ampliando-se. Nesse sentido, o próximo item deste ensaio busca apresentar dados documentais alusivos ao comportamento das linhas de pobreza e as estratégias construídas por governos progressistas e conservadores em seu enfrentamento nos últimos trinta anos.

2. A proteção social e o enfrentamento à pobreza nas últimas três décadas na América Latina

Indubitavelmente, o caráter economicamente dependente da América Latina possibilitou que os seus ciclos econômicos condicionassem os ciclos políticos, os quais, por sua vez, produziram as particularidades nos ciclos da proteção social. Em linhas gerais se observa a eminência de três grandes ciclos dos sistemas protetivos na América Latina das últimas três décadas, aqui nomeados: o 1º Ciclo – Neoliberal e Conservador – iniciado na década de 1990; o 2º Ciclo – Neoliberal e Progressista – iniciado a partir dos anos 2000 e o 3º Ciclo – Neoliberal e Neoconservador – iniciado nos anos de 2010 e 2015 (temporalidades diferentes entre os países pesquisados).

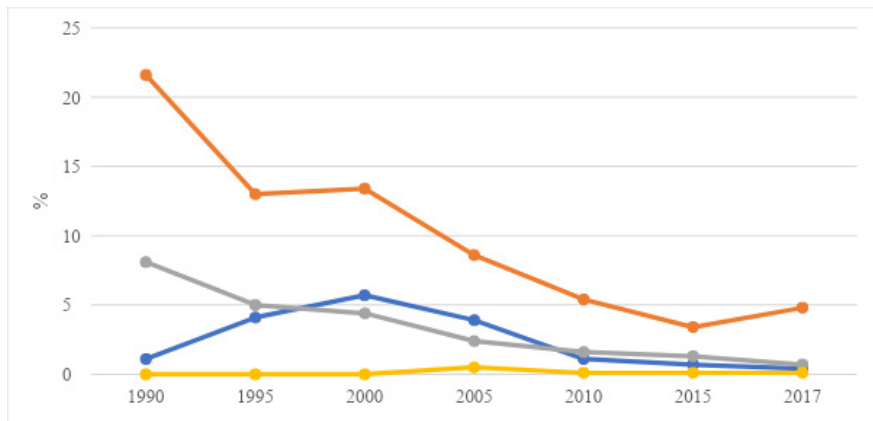
Diante do exposto e em análise aos resultados oriundos da alternância de governos progressistas e conservadores na América Latina se pode aferir que a emergência de governos progressistas na região possibilitou o alargamento dos escopos de proteção social existentes, bem como o endossamento do gasto social público, a incorporação de agendas progressistas nos planos de governo e a melhora nos indicadores sociais nacionais. Por outro lado, os governos conservadores também viabilizaram incorporações no campo protetivo, contudo, o fizeram mediante ínfimo incremento no gasto social público e limitada adoção de agendas populares e a implementação de novas frentes interventivas.

Observou-se que a mobilização popular foi determinante para que governos progressistas e conservadores alinhassem as suas prioridades de

agenda pública aos interesses da coletividade. Ademais se notou que o poder econômico também produziu ingerências determinantes nos lastros protetivos, ao passo que a mercadorização de áreas específicas (tal como educação e saúde) se consolidou nos governos de ambos os espectros ideológicos. Essa situação sugere a significativa subalternização dos governos aos interesses da dinâmica capitalista.

Mediante governos de ambas as posturas ideopolíticas, as formas de enfrentamento à pobreza, especialmente ao término da década de 1990, responderam aos ditames das organizações multilaterais do desenvolvimento que sugestionavam a ampliação dos Programas de Transferência de Renda Condicionada. A luta contra a pobreza se definiu como uma *agenda internacional*, tornando os países periféricos, em especial, os latino-americanos, subjugados aos regramentos das economias centrais. A esse respeito, o Gráfico 1 pontua o comportamento das linhas de extrema pobreza, nas últimas três décadas, na proxy de países definidos para este ensaio.

Gráfico 1 – Evolução da linha de Extrema Pobreza (US \$ 1,90 por dia)



Fonte: Dados World Bank Data (2020)

Em respeito à realidade Argentina se observa que o alastramento das linhas de pobreza, no início da década de 1990, foi progressivo e atingiu seu ápice nos anos de 2001 e 2002 durante a grave crise econômica que assolou o país. Em linhas gerais, a tendência de diminuição da pobreza e da extrema pobreza somente se consolidou após final do ano de 2002 e início do ano de 2003 em meio à transição para a gestão progressista kirchnerista

e o início da recuperação econômica do país no cenário pós-crise. A propensão à diminuição da pobreza evidenciada também se relaciona ao estabelecimento do programa de transferência de renda condicionada "Jefas y jefes de Hogar" criado ao término da gestão conservadora de Duhalde no ano de 2002.

Em referência ao comportamento das linhas de pobreza durante a permanência de governos conservadores (1990 a 2002), constata-se que a extrema pobreza no início da década de 1990 atingia a 1,1% da população argentina, posteriormente, no ano 2000, passou a representar 5,7% da população e no ano de 2002 chegou ao cume de 14%. No ano de 2003, a população em situação de extrema pobreza diminuiu para 7,0%, chegando à marca de 2,9% no primeiro ano da gestão progressista de Cristina Kirchner em 2007. Ao final do referido governo, a extrema pobreza regrediu para 0,7% da população, tendência continuada no governo conservador de Macri. No ano de 2016, a população em situação de extrema pobreza argentina representava 0,6% e no ano de 2017, 0,4% da população (BANCO MUNDIAL, 2020).

De forma semelhante, a evolução das linhas de pobreza no Brasil seguiu uma tendência regressiva nos últimos trinta anos, perpassando por processos dialéticos de avanços e retrocessos. Evidencia-se que as linhas de pobreza se mostraram mais gravosas no início da década de 1990, chegando a expor 21,6% da população à situação de extrema pobreza (renda de até \$1,90/dia) e 57,8% da população à situação de pobreza (renda de até \$ 5,50/dia). Durante a década de 1990, o governo conservador de Fernando Henrique Cardoso seguiu a tendência da redução das linhas de pobreza, nesse sentido, estima-se que no ano de 1995 (1º ano do seu governo), 13% da população brasileira vivenciava a extrema pobreza e, no ano de 2002 (último do seu governo), essa proporção foi reduzida moderadamente para 10,3% da população (BANCO MUNDIAL, 2020).

Posteriormente, identificou-se que a gestão progressista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva produziu a maior retração da pobreza no período estudado. Identifica-se que no ano de 2003 (1º ano desta gestão), a extrema pobreza atingia 11,1% da população, proporção que foi reduzida a 5,4% no ano de 2009 (penúltimo ano do seu governo). A linha de pobreza, alusiva à população com renda de até \$5,50/dia, que representava 41,7% da

população em 2003, foi reduzida a 27,4% da população no ano de 2009 (BANCO MUNDIAL, 2020). A diminuição da pobreza foi continuada durante o governo progressista de Dilma Rousseff. No ano de 2011 (1º ano da gestão), observa-se que 4,7% da população se encontrava em situação de extrema pobreza e tal proporção foi reduzida a 3,4% no ano de 2015.

O governo conservador de Michel Temer, que sucedeu a gestão de Dilma, endossou um período de instabilidade política e econômica que acarretou acirramento da pobreza no Brasil. A proporção da população em situação de extrema pobreza ascendeu de 4,3% para 4,8% neste período. Ademais, a tendência de acirramento da pobreza no Brasil foi continuada nos governos conservadores subsequentes.

Destarte, a respeito da realidade Chilena se observa que a diminuição das linhas de pobreza e extrema pobreza na realidade do Chile nos últimos trinta anos é expressiva. A extrema pobreza, que no ano de 1990 assolava 8,1% da população, reduziu para 0,7% no ano de 2017, indicando uma diminuição de 7,4%. O mesmo comportamento se observa diante da evolução das linhas de pobreza (\$ 3,20 e \$ 5,50/dia), os quais no ano de 1990 somavam a marca de 22,7% e 46,1%, respectivamente, tendo regredido para 1,8% e 6,4% no ano de 2017, simbolizando uma diminuição de 20,9% e 39,7%. O governo que produziu as mais significativas retrações da extrema pobreza e pobreza durante a década de 1990 foi o governo conservador de Aylwin, seguido por Bachelet (progressista) e Piñera (conservador) nas décadas seguintes (BANCO MUNDIAL, 2020). Em linhas gerais, os dados analisados demonstram que governos progressistas e conservadores produziram a diminuição das linhas de pobreza no Chile, contudo, curiosamente os governos conservadores, ou mais reconhecidos assim, tal como Aylwin (década de 1990) e Piñera (após 2010) foram aqueles que mais diminuíram as linhas de pobreza em seus governos (BANCO MUNDIAL, 2020).

Contudo, em que pese os baixos índices de pobreza no Chile, cabe ressaltar que esse país é reconhecido por possuir uma das concentrações de renda mais altas do mundo. A crítica comumente lançada à aliança progressista *Concertación* (Lagos e Bachelet) se refere ao fato de que durante as duas décadas em que estiveram no governo, não conseguiram efetivar o projeto de desenvolvimento germinalmente defendido, o qual

ensejava um futuro de crescimento econômico aliado com equidade. A desigualdade social chilena é gravosa. O Índice Gini que no ano de 1990 foi representado pela marca de 0,577, foi reduzido para 0,466 no ano de 2017. Tal dinâmica situa o Chile como um dos países mais desiguais da região, com menor tendência a desaceleração das suas iniquidades (CEPALSTAT, 2020).

Em se tratando da realidade Uruguaia, historicamente, o Uruguai possuiu os menores índices de pobreza da região e tal tendência pode ser observada no comportamento das linhas de pobreza retratados no Gráfico 1. A indisponibilidade recente dos dados alusivos ao comportamento da pobreza no país impede um comparativo entre sua incidência nos distintos governos (progressistas e conservadores). Os dados disponíveis concernem ao tempo histórico dos governos da aliança progressista *Frente Amplio* (2005-2018). Essa gestão produziu significativa redução nas linhas de pobreza, a qual diminuiu 14,2% durante os governos de Vásquez e Mujica (referente à população com renda de \$ 5,50 ao dia) (BANCO MUNDIAL, 2020). Evidencia-se que a primeira gestão de Vásquez (2005-2009) foi responsável pela maior redução nas linhas de pobreza e tal fato pode estar associado com a consolidação do *Plan Equidad* e da ampliação dos PTCR no país. O governo do seu sucessor, Mujica, promoveu continuidade aos programas de enfrentamento à pobreza endossando a sua diminuição entre a população com renda de \$ 5,50 e \$ 3,20 ao dia.

Dessa maneira, observa-se que em ambos os países pesquisados, as linhas de pobreza seguiram a tendência a decrescer nas últimas três décadas, de forma consoante ao observado no contexto latino-americano. A redução da pobreza observada se efetivou mediante a adoção de políticas atreladas com a massiva difusão dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) em atenção às recomendações das agências multilaterais do desenvolvimento. Observou-se que a *luta contra a pobreza* e a *capitalização dos pobres* se tornou a estratégia formulada pelas organizações lideradas pelas economias centrais como via de solução à pobreza que assola os países periféricos. Dessa maneira, pode-se aferir que, em que pese sua importância, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) latino-americanos não foram constructos autônomos baseados em necessidades legítimas da população latino-americana, ao contrário, refletiram uma das facetas da dependência que torna os países periféricos

subjugados às políticas econômicas e sociais dos países centrais e da ordem imperialista, em consonância aos ditames do mercado.

Dessa forma, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) emergiram na América Latina, como forma de minimizar os efeitos mais gravosos da pobreza e da desigualdade social. Nesse sentido, tornaram-se público-alvo dessas políticas os trabalhadores desempregados, com vínculos precarizados e informais que em função do crescente empobrecimento não conseguiam, e ainda não conseguem, reproduzir suas condições materiais de existência (SOTO; LIMA; TRIPIANA, 2016). O surgimento e a consolidação de tais programas se relaciona com “a busca de resposta por parte dos governos eleitos, predominantemente de tendências progressistas, mas também dos próprios Organismos Internacionais, ao crescente conflito e questionamento social em relação às políticas de ajuste neoliberal e às consequências sociais por ela geradas, no sentido de reconstruir a estratégia de legitimidade” (SOTO; LIMA; TRIPIANA, 2016, p. 82). Como forma de enfrentamento à pobreza agudizada pelos ajustes estruturais no contexto latino-americano, tais políticas e programas passaram a se consolidar sob a forma de intervenção focalizada operacionalizada a partir dos escopos de assistência social existentes em cada país.

A centralidade na assistência de alimentação proposta pelos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) possuiu estreita relação com as ações de enfrentamento à fome na América Latina no intento de afastar a região do mapa da fome mundial (ONU). Ademais, o estabelecimento de condicionalidades associadas ao trabalho e a capacitação (ênfase na geração de emprego e renda) como via de acesso aos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) replicam a lógica do *workfare*, amplamente difundida no âmbito da proteção social a partir de 1990. A focalização do programa em segmentos empobrecidos da população também denuncia o impacto da seletividade e da focalização dos serviços, ambas tendências largamente incorporadas à proteção social após as reformas de cariz neoliberais da década de 1990.

A respeito da análise dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) formulados na realidade da Argentina, Brasil, Uruguai e Chile durante o 1º Ciclo de Proteção Social denominado Neoliberal e Conservador,

observou-se que entre os países que possuíam ações institucionalizadas de enfrentamento à pobreza, neste lapso temporal, destaca-se a atuação do Chile e do Uruguai. Esse primeiro instituiu o programa de transferência condicionada de renda Fondo de Solidaridad e Inversión Social durante a gestão conservadora de Alwyn. Posteriormente, fomentou o Programa Nacional de Superação da Pobreza durante a gestão conservadora de Frei (1994). Em outro espectro, a realidade uruguaia apresentou o programa AFAM – Sistema de Asignaciones Familiares no ano de 1999 durante a gestão conservadora de Coirolo, enquanto uma revisão de sistema similar ao existente desde a década de 1980.

A respeito do Brasil se observa a eminência de dois estágios, um primeiro vigente durante o início da década de 1990, em que programas assistenciais fragmentados associados às campanhas organizadas pela sociedade civil eram organizados. Posteriormente, mediante tensionamentos e visibilidade assumida por tais mobilizações se instituiu durante o governo conservador de Itamar Franco o Plano de Combate à Fome e à Miséria substituído no ano de 1996 pelo Programa Comunidade Solidária. Curiosamente, a difusão de programas de transferência de renda no Brasil ocorreu, primeiramente, em nível municipal e estadual, a partir do ano de 1995. No âmbito federal, a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do benefício de prestação continuada (BPC) ocorreu, posteriormente, no ano de 1996. Os primeiros programas de transferência de renda condicionada: Bolsa Escola e Programa Bolsa Alimentação foram implementados durante o governo conservador de Fernando Henrique Cardoso tão somente ao término da sua gestão, em meados de 2001.

Destarte, a realidade Argentina, no que tange à atenção destinada à pobreza foi semelhante à adotada por outros países da região. O contínuo agravamento da pobreza e extrema pobreza durante a década de 1990 atingiu o seu ápice durante a gravosa crise econômica do país em 2001. Tal contexto acrescido ao tensionamento das organizações internacionais pela adoção de medidas de enfrentamento à fome levou o governo conservador de Duhalde a implementar o programa *Plan Jefas y jefes* de Hogar Desocupados no ano de 2002. Esse programa era focalizado em grupos pobres e requisitava condicionalidades no âmbito da saúde, educação e trabalho.

Em linhas gerais, os países pesquisados, ao longo do 1º ciclo de proteção social materializaram restritas ações de enfrentamento à pobreza situadas na perspectiva do assistencialismo e do fortalecimento do solidarismo pela atuação da sociedade civil e das instituições caritativas e filantrópicas. As agendas efetivas associadas ao enfrentamento à fome se efetivaram, ressaltando, ao término desse ciclo como uma resposta dos governos conservadores às expressões da questão social mais graves endossadas pela crise econômica da década anterior. Ademais, observa-se, também, as primeiras tentativas dos governos da região em atender as orientações das agências multilaterais do desenvolvimento quanto às questões da pobreza e fome.

A respeito do 2º Ciclo de Proteção Social, denominado Neoliberal e Progressista, constatou-se a difusão dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) e a intensificação dos programas já existentes e/ou a criação de novas frentes de ação, direcionadas ao enfrentamento à pobreza e extrema pobreza. A esse respeito se vislumbra que os governos progressistas Argentinos propiciaram a consolidação do reconhecido Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social, ampliando o seu alcance e articulando intersetorialmente diferentes frentes de ação.

Esse programa tinha como foco segmentos da população que vivenciavam situação de pobreza e de extrema pobreza. De forma similar, os governos progressistas brasileiros de Lula e Dilma também produziram significativos incrementos nos programas de transferência de renda já existentes, unificando-os no Programa Bolsa Família. Tal benefício foi convencionado durante a gestão de Lula e, igualmente, focou-se nos segmentos mais empobrecidos da população (pobreza e extrema pobreza), prevendo a oferta de serviços intersetoriais dirigidos para a melhora da qualidade de vida geral em relação ao acesso à saúde e à educação. Os êxitos atingidos pelo programa Bolsa Família foram notáveis no tocante à redução exponencial das linhas de pobreza no país, embora tais avanços não tenham sido percebidos diante da problemática da desigualdade social.

No Chile, os programas de transferência de renda convencionados durante a década de 1990 foram ampliados mediante a gestão progressista de Lagos e Bachelet. Ressalta-se a criação do Programa Puentes (2002), Chile Solidário (2004) e Asignaciones Familiares (2011), focados na

população em situação de pobreza e extrema pobreza, sendo o segundo o mais duradouro e com maior impacto social. Formulado a partir da habitual lógica de focalização e condicionalidades de acesso, o Programa Chile Solidário se desmembrou em outras frentes interventivas direcionadas para as necessidades de minorias sociais, tal como idosos, crianças e mulheres. Em relação à diminuição das linhas de pobreza, observa-se que o governo de Bachelet foi aquele que atingiu mais êxito e fomentou o maior gasto social público na área.

Em linha similar, governos progressistas do Uruguai representados por Vásquez e Mujica, também ampliaram os programas de transferência de renda convencionados na década de 1980 e 1990. A consolidação do Plan Equidad e a ampliação dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) e, posteriormente, a criação do Sistema Nacional de Cuidados (SNIC) foram importantes frentes interventivas assumidas por ambos os governos como forma de minimizar as linhas de pobreza no país.

Com ênfase na intersetorialidade e no fomento de emprego e renda (destacando-se a preconização da economia solidária), os programas executados pelos governos *Frente Amplio* produziram impactos significativos na redução das linhas de pobreza, aumento do gasto social público e melhoria da qualidade de vida geral da população, especialmente, das minorias sociais a que se destinaram ações específicas.

Em linhas gerais, durante este segundo ciclo de proteção social iniciado em meados dos anos 2000 se observou a ampliação dos programas de transferência condicionada de renda criados na década de 1990. Nesse sentido, a consolidação e a ampliação desses programas e a adoção de mecanismos gerenciais de focalização e seleção dos usuários endossados foram recomendações internacionais implementadas. Ademais, o investimento na articulação intersetorial das políticas de assistência social, saúde e educação possibilitou a melhora geral dos indicadores sociais destas áreas e a diminuição exponencial das linhas de pobreza.

Esse cenário possibilita aferir que os governos progressistas lograram os maiores avanços no âmbito da diminuição da pobreza e da redução da desigualdade social. Tais êxitos foram possibilitados pelo cenário econômico favorável e a priorização dos Programas de Transferência Condicionada de

Renda (PTRC) na região. Contudo, o cenário de recessão econômica observável no 3º ciclo – Neoliberal e Neoconservador demonstra a eminência de retrocessos nas agendas de erradicação da pobreza e a diminuição da fome, a partir do ano de 2013. Diante dessa realidade, cabe ponderar em que medida os avanços conquistados no 2º ciclo permitiram mudanças permanentes e estruturais ou se limitaram às medidas provisórias e paliativas às questões mais gravosas, tornando-se suscetíveis à regressão, diante da emergência de ciclos econômicos e políticos desfavoráveis.

Destarte, a respeito do 3º Ciclo de Proteção Social denominado Neoliberal e Neoconservador, observou-se a continuidade dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) na região, em que pese a diminuição do gasto social público na área. Diante da realidade Argentina se constata a desaceleração da diminuição da pobreza, especialmente, a partir da gestão conservadora de Macri. Frente à realidade brasileira, a eminência do governo conservador de Temer, na realidade brasileira, produziu impactos significativos no âmbito da assistência social e das ações de enfrentamento à pobreza existentes. Entre essas se ressalta o desmonte das políticas de seguridade social via instrumentos normativos, as reformas de legislações e o reordenamento do fundo público que acarretou a redução do gasto social na área.

As conduções adotadas pelo governo, acrescido do cenário de retração econômica e instabilidade política do país, suscitaram o aumento das linhas de pobreza. No âmbito dos programas de assistência social se observa a retomada de ações de cariz assistencialista e vinculadas ao histórico primeiro-damismo. No âmbito dos programas de transferência de renda do país (Bolsa Família), herdados do 1º Ciclo de proteção social, observa-se a sua continuidade a partir da lógica focalizada e condicionada.

Em alusão à realidade chilena, durante o governo conservador de Piñera, se nota a efetivação de reestruturações no âmbito dos programas de transferência de renda. Por essas modificações, o Programa Chile Solidário passou a ser denominado Ingresso Ético Familiar (IEF). Indicadores apontam tendência regressiva à redução das linhas de pobreza semelhante aos governos progressistas de Bachelet, em que pese a retração do gasto social público na função de proteção social.

Em linhas gerais, observa-se que os governos conservadores do 3º Ciclo de proteção social reduziram o gasto social público na área provocando a retomada do aumento das linhas de pobreza. Nesse sentido, observou-se a continuidade aos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) existentes nos países pesquisados, mediante, contudo, às readequações e ao estabelecimento de critérios mais rigorosos, no tocante ao foco e à seletividade, dinâmica que desprotegeu vasto contingente populacional empobrecido.

Dessa maneira, é notório que a existência dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) na América Latina, especialmente, na realidade dos países Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, foi determinante para a diminuição das linhas de pobreza. A esse respeito se observou que durante os ciclos econômicos favoráveis que possibilitaram a emergência de governos progressistas é que medidas mais efetivas, universais e institucionalizadas de enfrentamento à fome foram construídas. De igual forma, o gasto social público em Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) da região assumiram maiores proporções, atendendo maior contingente populacional, durante os governos progressistas. Por outro lado, cenários econômicos recessivos que possibilitaram a emergência de governos conservadores impuseram limites às políticas preexistentes de enfrentamento à pobreza, a diminuição do gasto social público e as reformas dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTRC) existentes que se mostram como medidas deletérias amplamente adotadas por tais governos.

Inegavelmente, em que pese a significativa diminuição da pobreza e extrema pobreza no contexto latino-americano, tal problemática ainda exige muita atenção. O mais recente ciclo político-econômico que conjugou as forças do referencial neoliberal e do ideário neoconservador impõe desafios de grande monta para a proteção social e à luta contra a pobreza na América Latina, tornando o cenário prospectivo sombrio.

Considerações finais

A senda da Proteção Social na América latina percorre caminhos tortuosos que alternam temporalidades que exasperam esperanças em contraposição a outras que aniquilam conquistas democráticas de justiça social. A ascensão progressista, no campo político latino-americano, reascendeu o ensejo pela transposição da pobreza, a minimização das desigualdades e a superação das amarras econômicas e políticas que subjagam governantes e governados da *Nuestra América* aos ditames internacionais. Contudo, observou-se que os moderados avanços perceptíveis no campo da política social e econômica materializados pelos governos da *maré-rosa* latino-americana, por não propiciarem mudanças conjunturais e estruturais possibilitaram o solo fértil para a ascensão (neo) conservadora em um cenário econômico de crise e recessão.

As contradições do tempo presente impactam a Proteção Social da Região de forma a expropriar direitos conquistados pela classe trabalhadora, nas últimas décadas, minimizando direitos de cidadania e expondo coletividades a um cenário de desproteção e insegurança social. A esse respeito se faz perceptível o endossamento da hegemonia do pensamento liberal (e neoliberal) em contraposição ao desprezo por teorias sociais críticas e concepções revolucionárias, ademais, no campo econômico diante da produção e reprodução capitalista dependente, predatória e extrativista se endossa a superexploração e degradação do mundo do trabalho nas economias periféricas. Destarte, expressões neocolonialistas se expressam no campo político frente a existência de governos não soberanos e servis aos interesses econômicos internacionais.

A temporalidade, na contemporaneidade, impõe desafios de grande monta para a Proteção Social latino-americana e a intensificação da pobreza. O cenário econômico recessivo agravado pela eminência da gravosa crise de saúde mundial da pandemia de Covid-19, associado ao ciclo político conservador em voga consolidaram o solo fértil para o deletério fortalecimento do 3º ciclo neoliberal e neoconservador, dos sistemas protetivos. Essa realidade produziu e produz inseguranças de diversas ordens aos crédulos em processos civilizatórios equânimes, sistemas protetivos universais e processos revolucionários. O curso dialético da história desnudará

os cursos que assumirá a proteção social, contudo, o ensejo de que os sistemas protetivos universais voltem a ser valorados e possibilitem a classe trabalhadora o usufruto de toda a riqueza que produz se torna o cenário prospectivo prenunciado, especialmente, em regiões largamente desiguais como América Latina e Caribe.

Referências

BANCO MUNDIAL ESTATÍSTICAS. **World Bank Open Data** – World Bank Group. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Editora Politeia: São Paulo, 2019.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Cepal, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46784-panorama-social-america-latina-2020-resumo-executivo>. Acesso em: 10 Jun. 2021.

CEPALSTAT. **Base de Dados e Publicações estatísticas da CEPAL**. 2019 e 2020. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; REIS, Carlos Nelson; Arregui, Carola C.; TRIPIANA, Jorge. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (coord.) **Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência** – problemas e categorias, uma visão histórica. São Paulo/SP: Editora Expressão Popular, 2018.

MARINI, Rui. **A dialética da dependência**. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 21 dez. 2019.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. Muito além de Direitas e Esquerdas: os giros e a densidade dos regimes democráticos na América do Sul. In: GONZÁLEZ, Maria Victória Espiñeira; CRUZ, Danilo Uzêda. (org.) **Democracia na América Latina**: democratização, tensões e aprendizados. Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita, corporocracia e política social, 2020. In: PEREIRA, Potyara. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 2187 – 2196, Jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2187.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

PEREIRA, Potyara. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

RODRIGUES, Viviane Isabela. **As veias constitutivas da proteção social na América Latina**: as políticas sociais em tempos de governos de aportes ideológicos ora progressistas, ora conservadores. 2021. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/browse?type=author&value=Rodrigues%2C+Viviane+Isabela>

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400002. Acesso em: 10 maio 2019.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma História da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2009.

AS RELAÇÕES ENTRE IGREJA CATÓLICA E O ESTADO HONDURENHO NO GOVERNO DE MANUEL ZELAYA ROSALES¹ (2006-2009)²

MSC. Edgardo Fabricio Benítez Cruz
Dr^a Tânia Maria Santana dos Santos
MSC. Delaine Regina Bertoldi

Resumo

A Conferência Episcopal de Honduras (CEH) elaborou uma Carta Pastoral intitulada *Por los Caminos de la Esperanza*. Neste escrito, o Bispado realizou uma análise exaustiva de várias problemáticas que aconteciam na sociedade hondurenha, o que estimulou a Igreja Católica a se comprometer a trabalhar em conjunto com os governantes hondurenhos e membros da sociedade civil; situação que permitiu uma notável proximidade entre Estado-Igreja, tendo como objetivo uma melhor execução das políticas públicas, especialmente, aquelas que tinham um alto impacto social, todas essas foram organizadas em uma sessão denominada *Prioridades para um Futuro Diferente*. A vinculação da Igreja-Estado ajudou na conformação de comissões multissetoriais, nas quais se aconselhava, fiscalizava e executava o orçamento da nação, democratizando e buscando dar transparência à administração do dinheiro público.

Palavras-chaves: Estado; Igreja Católica; Política Social; Democracia.

-
- 1 Presidente de Honduras (2006-2010), derrocado em 2009 por um Golpe de Estado lançado desde o Poder Legislativo e o Judiciário em cumplicidade com os militares, igrejas (católica e evangélica), empresários e o governo dos Estados Unidos.
 - 2 Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso, ano 2018. Disponível: <https://ri.ufmt.br/handle/1/2638>. Acesso em: 24 de mar. 2022.

RELACIONES ENTRE LA IGLESIA CATÓLICA Y EL ESTADO HONDUREÑO EN EL GOBIERNO DE MANUEL ZELAYA ROSALES (2006-2009)

Resumen

La Conferencia Episcopal de Honduras (CEH) ha preparado una Carta Pastoral titulada *Por los Caminos de la Esperanza*. En este escrito, el Obispado llevó a cabo un análisis exhaustivo de varios problemas que ocurrieron en la sociedad hondureña, lo que alentó a la Iglesia Católica a comprometerse a trabajar junto con los gobernantes hondureños y los miembros de la sociedad civil; una situación que permitió una notable proximidad entre el Estado y la Iglesia, con el objetivo de una mejor implementación de las políticas públicas, especialmente aquellas que tuvieron un alto impacto social, todas estas se organizaron en una sesión llamada *Prioridades para un futuro diferente*. La vinculación de la Iglesia y del Estado ayudó en la formación de comisiones multisectoriales, en las que el consejo asesoró, supervisó y ejecutó el presupuesto de la nación, democratizando y buscando dar transparencia a la administración del dinero público.

Palabras llave: Estado; Iglesia Católica; Política Social; Democracia.

1. Introdução

Mediante a Carta Pastoral como documento oficial, a Cúria da Igreja Católica hondurenha manifestava a sua preocupação com relação às várias expressões da questão social (PEREIRA, 2003), deixando explícito que o Estado, em conjunto com a Sociedade Civil, tinha que trabalhar para reverter essas condições criadas pelo capitalismo, ligadas à pauperização da classe trabalhadora, como rota permissiva dos esquemas de desigualdade na sociedade existente, instituindo um vínculo de disparidade na distribuição da riqueza, de forma não equitativa, fomentando, a que esse fundo público não fosse investido em obras de melhoramento das condições sociais ou ações comunitárias, senão para os "[...] intereses de un pequeño grupo de poder" (CEH, 2008, p. 105).

A *La Conferencia Episcopal de Honduras* (CEH) faz um percurso interessante da Carta Pastoral *Por los Caminos de la Esperanza*, em razão que exorta o novo governo a se atentar para as necessidades do povo hondurenho, e que a nova administração (Zelaya) esteja inspirada pela ética do bem comum, para assim desenvolver o país dentro da base dos valores da dignidade, da justiça e da equidade.

O documento do Episcopado faz um relato dos problemas, e dos mecanismos a seguir para poder resolver ditas adversidades, impulsionando as políticas públicas, focalizando-as no eixo social, para poder enfrentar os flagelos que provocam a pobreza e a miséria, que são antagônicos aos princípios do bem comum.

A fim de trabalhar em prol das garantias humanas se enunciaram parâmetros das atribuições, que são coerentes à procuração do bem comum, a essas dimensões, que contêm as demandas sociais, são dimensionadas na Carta Pastoral como *Prioridades para un Futuro Diferente*, e entre essas prioridades cabe destacar as seguintes:

1. Erradicación de la pobreza;
2. Impulsar una economía social;
3. Resolver la cuestión agraria;
4. Lograr un desarrollo económico equitativo;
5. Superar el déficit educativo;
6. Mejorar los servicios de salud para todos;
7. Consolidar la democracia del país;
8. Consolidar la gobernabilidad del país;

9. Transformar el sistema de justicia; 10. Erradicar la corrupción; 11. Garantizar la seguridad ciudadana; 12. Proteger y racionalizar el uso de los recursos naturales; 13. Fortalecer la identidad nacional; 14. Favorecer una cultura de la responsabilidad (CEH, 2008, p. 117-125).

2. Atuação nas Prioridades para um Futuro Diferente

A Igreja Católica em Honduras era reconhecida pelo prestígio de objetividade, de neutralidade e de veracidade. Sempre foi uma instituição muito requerida pela sociedade hondurenha, que confiava plenamente nessa, o que motivava a incorporação da Cúria Eclesial (árbitros) em confrontos entre organizações da sociedade civil com o governo central, prática que não mudou na administração Zelaya.

Manuel Zelaya, desde a sua posse como Presidente, abriu as portas para que se aprofundassem as relações entre Igreja-Estado, de fato o mandatário hondurenho reconhece o trabalho realizado por parte do Cardeal Óscar Andrés Rodríguez Maradiaga (Presidente da CEH e Arcebispo de Tegucigalpa) a favor do povo hondurenho, sincronicamente falou que a mais alta referência da Igreja Católica em Honduras fosse um “[...] hombre con altísima dosis de credibilidad y respeto” (La Tribuna, Sábado 28 de enero, 2006, p.A-8).

[...] quiero agradecerle todo lo que hace por este país, para Honduras, todo lo que ha hecho por los pobres del mundo de los países en vía de desarrollo a nuestro Cardenal Oscar Andrés Rodríguez; a mi madre espiritual, La Iglesia Católica le rendimos también un tributo y aplauso. (La Tribuna, sábado 28 de enero, 2006, p.A-8).

Figura 1. Divisão Pastoral da CEH



Fonte: mapa realizado pelo autor

2.1 Proteger e racionalizar o uso dos recursos naturais (Mineração e cuidado da floresta)

A Igreja Católica se centrou em dois eixos, sendo o primeiro no trabalho sobre a luta contra o modelo para a exploração da mineração, em especial, a mineração a céu aberto. Como segundo eixo, o Episcopado concentrou seu trabalho na manutenção da floresta, a favor da preservação da água como centro para salvaguardar a vida e, também, no uso racional da madeira, postura contra o desmatamento ilegal.

Os danos da mineração a céu aberto trazem consigo o desmatamento voraz da floresta, posteriormente, a erosão e a sedimentação do solo, a perda produtiva agrícola (grãos básicos), a perda de produtos madeiráveis e não madeiráveis, a perda da produtividade do gado, a contaminação do ar e a contaminação das águas.

As graves condições da vida dos moradores destes setores nos quais se estabelecem estas concessionárias estrangeiras para a subtração do material precioso gera prognósticos desfavoráveis à saúde, pela contaminação dos

recursos naturais, como a água e o ar, que registram altas concentrações de chumbo, de cianeto, de arsênico, de cromo, de mercúrio, de cobre, de zinco, de alumínio, extrapolando os níveis para consumo humano.

O Presidente Zelaya começou o seu mandato dando ênfase para sua posição com os recursos naturais e o meio ambiente, manifestando o seu combate frontal à exploração da mineração a céu aberto, realçando que os materiais preciosos deveriam estar à disposição do povo, questão que foi visibilizada pela *Alianza Cívica por la Ley de la Minería*³.

Em relação à preservação da natureza, Zelaya propôs a utilização do 1% do orçamento nacional direcionado para o reflorestamento das florestas, preservando, assim, as fontes de água, microbacias e bacias hidrográficas, que são um componente importante para salvaguardar a vida humana e de toda espécie animal e vegetal, que exista na zona da selva.

A contradição do próprio Presidente Zelaya foi que, em seu discurso de posse presidencial, fez menção de que a sua administração iria respeitar a continuidade do Tratado de Livre Comércio entre Centro América e os Estados Unidos (TLC-CAFTA), subscrito em 5 de agosto de 2004.

Dentro dos termos, manifestados nesse acordo comercial, incentivava o Investimento Estrangeiro Direto (IED), por meio de medidas tarifárias atrativas para introduzir as empresas estadunidenses dentro da América Central e da República Dominicana, plano dirigido dentro da lógica das políticas econômicas estabelecidas nos dez pontos do Consenso de Washington (BATISTA, 1994).

O Tratado de Livre Comércio foi base legal para que esses consórcios de mineração comesçassem a operar em Honduras, tendo como slogan que as empresas provocariam o aumento da inversão produtiva (OEA, 2003), que traz consigo o desenvolvimento das comunidades e a criação de novos postos de emprego.

3 No ano de 2004 foi constituída a *Alianza Cívica por la Reforma a la Ley de Minería*, a qual estava conformada pelas organizações da sociedade civil, pacto interinstitucional que contou com a participação ativa da Igreja Católica; com quem se fizeram esforços de ações conjuntas em prol da defesa do meio ambiente; produto do incremento da mineração; mantendo-se uma normativa frágil, que era nociva tanto para o Estado hondurenho pela não retribuição econômica real, deixando de perceber grandes somas de dinheiro, que tivessem servido para o investimento social.

O eixo da contradição é a promoção da mineração, sem as condições para poder regular as atividades das companhias dedicadas a este campo da extração dos minérios. Para esse fim se precisa de um controle rigoroso de inspeção rotineira, por parte do Estado, mediante um protocolo para o processamento adequado dos materiais preciosos.

Estas análises frequentes ajudam a determinar o nível de responsabilidade destas empresas, tanto com a natureza quanto com os seres humanos, que estão estabelecidos na área de exploração, respeitando a normativa nacional, bem como a criação de rentabilidade para o Estado (hondurenho) como fonte de arrecadação fiscal, promotora do desenvolvimento comunitário e geradora de emprego.

O Estado deve ser uma entidade mediadora entre o capital e o trabalhador, colocando as regras do jogo para o controle do lucro da empresa, e como entidade impulsora das garantias do cidadão, já que a população é a *razão de ser* do Estado.

Do mesmo modo, a Igreja Católica estava a favor da mineração, mas daquela que poderia trazer benefícios reais ao país, essas que estão regidas pelo marco legal sobre os cuidados socioambientais, que gerem uma retribuição justa para o desenvolvimento das pessoas e as suas comunidades, sendo por isso que a *La Conferencia Episcopal de Honduras* (CEH) apoiava a mineração controlada, como a subtração de outros componentes usados para o desenvolvimentos de tecnologias nessa sociedade moderna, entre os recursos naturais, que se podem subtrair em Honduras se destacam os seguintes: "Oro, plomo, zinc, plata, antimonio, ópalo, mercurio y hierro, petróleo, gas, yeso, cal y otros recursos minerales de interés" (ZARRAZAGA, 2014, p. 9).

Baseando-se nisso, o Cardeal Rodríguez revelou à imprensa, em várias oportunidades, que ele não se opunha ao desenvolvimento, e sim às formas errôneas de extração do mineral, sobretudo, porque não é uma exploração racional, a que traz um impacto humano-ecológico negativo, sem um retorno real do fisco.

As empresas são acostumadas à extorsão de políticos, em âmbito central, com fortes quantidades de dinheiro, e o oferecimento de regalias, especialmente, nas prefeituras (manutenção de estradas, eletrificação,

medicamentos nos postos de saúde, subornos), que é camuflagem de um aparente desenvolvimento, o que gera pobreza, deixando as terras improdutivas para o cultivo de alimentos, assim como a expropriação das terras (roubo) dos territórios que, historicamente, pertencem às pessoas que as habitam.

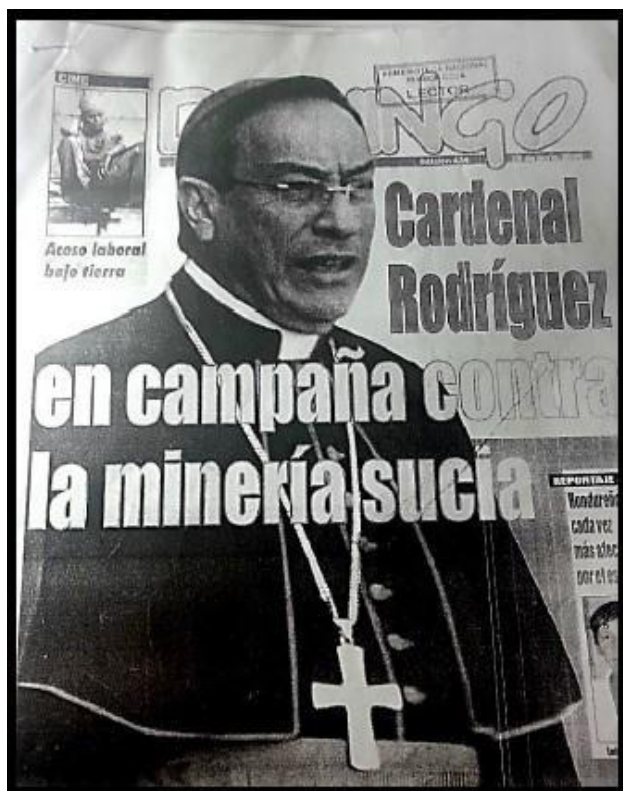
A mineração trouxe um ambiente hostil à produção local, acarretando prejuízos e repressão ao povo, instaurando um regime de terror, mediante a colocação de uma segurança considerada em Honduras como esquadrões da morte (3.16)⁴, que são mercenários utilizados para manter a ordem na comunidade, elemento de força que ajuda a se impor sobre a segurança do Estado.

Esse ambiente hostil se percebe também na insalubridade pela alta contaminação da água e do ar, sobretudo, porque não existe forma alguma para reverter os danos ambientais, o que ocasiona também alterações de comportamento das relações sociais. Por exemplo, têm pessoas que pelas altas concentrações de cianeto e chumbo apresentam problemas na pele e queda de cabelo, além de incidência de câncer.

O Cardeal Rodríguez foi o Bispo encarregado, por parte da *La Conferencia Episcopal de Honduras* (CEH), para lutar contra a mineração. No dia 20 de junho de 2006, ele (o Cardeal) iniciou uma campanha que se chamava *Desenterrando la Justicia*, a qual continha um lema que era *Detengamos la pobreza que esconde la minería sin reglas éticas*. Esta campanha era dirigida, expressamente, à mineração a céu aberto, denominada pelo purpurado como "una de las industrias más sucias del mundo, que daña el medio ambiente, genera conflictos y mayor pobreza para el pueblo." (La Tribuna, Sábado 25 de Jun. 2006, p. 4-b).

4 Grupo contrainsurgente utilizado nos anos 1980, que estava baseado dentro da Política de Segurança do Estado, financiada pelos Estados Unidos. Disponível em: <http://www.elheraldo.hn/pais/995189-466/exigen-justicia-para-184-desaparecidos-en-los-a%C3%B1os-80-en-honduras>. Acesso em: 1 de dez. 2017.

Figura 1. Campanha da CEH contra a Mineração a Céu Aberto



Fonte: La Tribuna (Domingo, 25 de junio, 2006. Tegucigalpa, p. 3-B)

O chefe da Igreja Católica foi muito sagaz, já que colocou como foco central a cruzada para aprovação da lei do fomento à mineração; o seu eixo fundamental era a discussão dessa temática nas esferas governamentais, provocando pressões para que existissem reformas à Ley de Minería, assim como o incentivo ao Poder Executivo na construção de uma política de condução para a extração adequada dos recursos minerais. A denúncia do Cardeal freou as pressões que tinha o Presidente Zelaya para que se outorgassem novas concessões a outras corporações que queriam explorar em Honduras.

2.1.1 Os aliados incômodos (Bispo de Santa Rosa de Copán – Oscar Alfonso Santos e Paráco de Salamá – Olanho Andres Tamayo)

2.1.1.1 O Papel do Bispo Santos contra a Mineração a Céu Aberto

Outra pessoa que foi beligerante, na questão da mineração, foi o Bispo de Santa Rosa de Copán (Ocidente Hondurenho), Oscar Alfonso Santos, que com o seu carisma impulsionou importantes mobilizações das Comunidades Cristãs de Base (CCB) da sua área pastoral, e que em aliança com outras organizações de sociedade civil, criou estratégias para que as suas exigências fossem notórias através da presença social nas principais estradas do país.

Figura 2. Greves contra a Mineração, Bispado de Santa Rosa de Copán



Fonte: La Tribuna (Miércoles 26 de julio, 2006, Tegucigalpa, p. 72)

O proceder dos dois chefes (Bispado de Santa Rosa de Copán e o Arcebispo de Tegucigalpa) da Igreja Católica de Honduras geravam tensões ao interno da instituição religiosa, produto das diferentes formas para abordar a problemática da mineração a céu aberto.

Figura 3. Antagonismo entre Bispos



Fonte: La Tribuna (Sábado, 29 de julio, 2006, Tegucigalpa)

A forma de tratar o assunto, por parte de Rodríguez Maradiaga, era a utilização dos meios de comunicação como ferramenta de pressão ativa, mas Santos acreditava que via o protesto social, que tinha como tática o fechamento das principais artérias do país, podia ter uma melhor visibilidade, por parte dos governantes, e que ao mesmo tempo iria ter uma repercussão midiática efetiva, como resultado da demonstração de força dos grupos da sociedade civil, possibilitando a difusão das demandas da população, entre esses requerimentos estava a solicitação do cancelamento das operações da empresa *Minerales de Occidente S.A (MINOSA)*, cujas medidas coercitivas estavam provocando prejuízos à economia nacional, pelo estancamento do fluxo comercial, o que para Rodríguez Maradiga era inadmissível.

Os comerciantes da região Ocidental de Honduras exteriorizaram que os fechamentos das estradas estavam danificando o comércio e que já tinham contraído perdas de USD \$ 36 milhões, questões divulgadas nos principais meios de comunicação do país, situação que comprometia mais o governo, o que originou um convite, através de uma ligação de telefone, por

parte do Presidente Zelaya ao Bispo Santos, para poder dar início a uma roda de negociações entre as partes.

A reunião aconteceu em 1 de agosto de 2006, oportunidade em que Zelaya dava a conhecer a sua postura contra os agravos gerados por parte das mineradoras, denominando as suas práticas de inconstitucionais, porque violentam a integridade humana, lesando o direito à saúde garantido pela Constituição da República, sendo obrigatoriedade do Estado a proteção da saúde da pessoa, da comunidade e da conservação do meio ambiente para salvaguardar a vida das pessoas.

O Presidente hondurenho defendeu a força da religião na política dos Estados, e como essa organização, que prega a fé, tem uma presença ativa na luta pelos direitos e a pela justiça das pessoas que moram nas diversas áreas pastorais da *La Conferencia Episcopal de Honduras* (CEH), convertendo à Cúria da Igreja, não somente em líderes religiosos, senão em pessoas chaves, que estão presentes nas diversas conjunturas da política nacional, cenário visível na participação do Bispado de Santa Rosa de Copán nos plantões nas estradas, fazendo valer a manifestação como recurso para que o Estado garanta os direitos. Diante da situação, o Presidente Zelaya expressou:

[...] es un movimiento que se ha posicionado, muy fuerte y con una grande mística y grande moral en defensa de los intereses del país. El trato que me han dado es muy respetuoso, es un trato que en realidad me honra como presidente y que me estimula para apoyar estas luchas que son históricas en beneficio de los intereses de la sociedad hondureña. Felicito al Obispo, a los padres de la Iglesia que estuvieron allí y a los demás miembros de la sociedad. (La Tribuna, Miércoles 2 de agosto, 2006, p. 14)

Figura 4. Roda de Negociações contra a Mineração



Fonte: La Tribuna (Miércoles, 2 de agosto, 2006, San Pedro Sula, p. 14)

O ponto mais importante discutido entre o Presidente e a Igreja foi impedir a operacionalização dos trabalhos realizados através de concessões à indústria mineira no país, já que o convênio subscrito entre as partes permitia o aumento da exploração dos recursos naturais. Zelaya estava disposto a penalizar as empresas, que não acatassem estas novas disposições, posto que podiam perder a sua permissão para operar no país.

O Bispo Santos queria ter aproximações com o Poder Legislativo, por meio de falas diretas com o Presidente deste Poder do Estado, Roberto Micheletti Baín, mas posteriormente aos bons resultados alcançados nas negociações com o Presidente do Executivo, esses geraram uma série de tensões entre o Presidente do Legislativo e o Bispo de Santa Rosa de Copán.

O Bispo Santos denunciou, no Congresso Nacional, diante da mídia hondurenha, que as empresas mineradoras, que operavam no país, tinham comprado o Partido Liberal de Honduras, oferecendo subornos, que seriam destinados ao pagamento da campanha política das próximas eleições de 2009.

Figura 5. O Bispo Santos no Congresso Nacional



Fonte: La Tribuna (Domingo, 10 de septiembre, 2006, Tegucigalpa, p. 8)

Esse pagamento, segundo Santos, condicionaria a que o Poder Legislativo não obrigasse, através da lei, as indústrias que têm permissões de exploração, e que essas operações das empresas não fossem limitadas pelo Estado, por não executarem as boas práticas nos procedimentos de extração dos minérios.

Ante essas declarações vertidas pelo hierarca da Igreja Católica hondurenha, Micheletti Baín expressou seu descontento, dizendo:

Él lo que está diciendo públicamente y yo siento que es irresponsabilidad de parte de él hacer una denuncia de esa naturaleza, sin tener una tan sola prueba [...] que se aporten los nombres de los supuestos involucrados (La Tribuna, Sábado, 9 de septiembre, 2006, p. 12).

Monsenhor Santos, após as fortes declarações realizadas no Congresso Nacional, recebeu ameaças de morte, o que provocou tensões dentro da Igreja Católica. Dessa vez, o Bispo Auxiliar de San Pedro Sula, Romulo Emiliani, aproveitou o púlpito para dar a conhecer a sua posição sobre o ativismo político do Bispo de Santa Rosa de Copán, elucidando que o papel

dentro do sacerdócio deve ser orientado a: "[...] siempre debía llevar la paz, concentrarse en ella, sin ningún cero tolerancia, bajen el tono, no se metan en problemas, no sean radicales que de esa forma lo apoyaremos (La Tribuna, Lunes 9 de julio, 2007, p. 12).

Por último, a mineração a céu aberto em Honduras continuou sendo executada, pela falta de interesse dos poderes do Estado, descumprindo os acordos que já tinham sido demarcados nas negociações entre o Presidente do Executivo e o Bispo Santos. Em consequência, o Líder Religioso em companhia de líderes comunitários, e de organizações de sociedade civil apresentaram provas contra o Estado de Honduras pela desídia do não interesse sobre os processos ambientais e de direitos humanos nos espaços de exploração mineira. Desse modo, solicitaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que enviasse representantes para que os danos causados por essas transnacionais pudessem ser comprovados.

Nosotros no nos aponemos a la actividad minera, a lo que nos oponemos es a una explotación que como yo dije, perjudica a la salud y a la vida de las personas y el derecho a un entorno sano y a evitar todas aquellas cosas que perjudican la población (La Tribuna, Lunes, 10 de marzo, 2008, p. 2).

2.1.1.2 O Papel do Padre Tamayo no Desmatamento Ilegal da Floresta

A pessoa mais beligerante no tema da proteção da Floresta era um Sacerdote Pároco de Salamá, Olancho, o Padre Andrés Tamayo. A paróquia a que ele pertencia estava adjunta à jurisdição do Bispado de Juticalpa, ele (o Padre Tamayo) tinha um movimento social que se chamava *Marcha por la Vida*, agrupação que juntou as comunidades pertencentes a paróquia comandada pelo presbítero, sendo um movimento visível, porque caminhava desde o departamento de Olancho, até a capital de Honduras, Tegucigalpa.

Durante todo esse percurso da caminhada (168 km ao Nordeste de Tegucigalpa) novas pessoas se somariam a esse movimento ambiental, assim mesmo por todos os lugares que passavam as pessoas ofereciam suprimentos e moradia para os momentos de descanso, sendo uns dos movimentos mais populares e midiáticos da história de Honduras.

Figura 6. Movimento Ambientalista *Lucha Por la Vida*



Fonte: La Tribuna, Miércoles, 2 de mayo, 2007, p. 93 & La Tribuna, Jueves, 29 de Mayo, 2008

O Padre Tamayo teve uma primeira reunião com o Presidente Zelaya, no dia 15 de fevereiro de 2006 e, nessa reunião, o presbítero exigiu do mandatário que agisse rapidamente para deter o desmatamento ilegal da floresta. Por essa razão, ele (Tamayo) propôs o corte racional de árvores em consonância com o equilíbrio entre o ser humano e o seu entorno (meio ambiente), ao mesmo tempo, o Padre aproveitou o espaço para denunciar o aumento considerável do corte de madeira preciosa, que era contrabandeada à noite em caminhões, problemática que estava em ascensão.

A liderança que tinha o Padre Tamayo em temas ambientais, no departamento de Olancho, foi aproveitada pelo MFI (*Monitoreo Forestal Independiente*)⁵, fazendo uma aliança importante considerando a importância da determinação do *Monitoreo Forestal Independiente* (MFI) de que o clérigo seria uma pessoa fundamental, com a qual se poderia contar na luta pela manutenção da floresta.

O *Monitoreo Forestal Independiente* (MIF) determinou agir ante as práticas fraudulentas, na produção florestal, centrando seus esforços na cidade de Salamá, comunidade na qual se tinha um forte ativismo nos temas ambientais, tendo uma rede de organizações que cuidavam dos recursos naturais da zona, sobretudo, faziam pressão social contra as madeireiras, e se

⁵ O *Monitoreo Forestal Independiente* é conformado pelo *Comisionado Nacional de los Derechos Humanos* (CONADEH) com o apoio de *Global Witness* ONG do Reino Unido.

exigia fortemente ao governo local e central as garantias estipuladas em lei, especialmente, o que se apresenta contido no artigo 340, da Constituição da República de Honduras, em que se manifesta que:

ARTICULO 340. - Se declara de utilidad y necesidad publica, la explotación técnica y racional de los recursos naturales de la Nación. El Estado reglamentará su aprovechamiento, de acuerdo con el interés social y fijará las condiciones de su otorgamiento a los particulares. La reforestación del país y la conservación de bosques se declara de conveniencia nacional y de interés colectivo (HONDURAS, 1982, p. 54).

Em consonância ao exposto na Carta Magna da República, as comunidades realizaram as suas avaliações técnicas e racionais sobre as medidas que se tomavam para a exploração dos recursos madeiráveis, chegando assim a um consenso de que ditos bens eram mal conduzidos pelas empresas que geravam lucros enormes, o que provocava um desmatamento irracional (no sentido de que se derrubam vários hectares de floresta, indiscriminadamente e pelo motivo de ser uma fonte de renda para poucos) e incongruente, porque não satisfaz as necessidades da coletividade, o que ocasiona mudanças ecossistêmicas, colocando em perigo o meio ambiente e os seres que o habitam.

Perante a dita problemática, o Presidente da República interpôs o veto ao desmatamento da floresta, com uma duração de quatro meses, iniciados em fevereiro de 2006. Com a aludida proibição, a madeireira, em conjunto com a prefeitura e a cooperativa de trabalhadores da serraria *1 de Mayo* discordaram dessa medida, porque, segundo a sua perspectiva, gerava retrocesso ao desenvolvimento da comunidade e, também, criava um ambiente de desestabilidade laboral de duzentas pessoas, que ficavam sem emprego por essas medidas. No entanto, o Governo para resolver a questão laboral destinou o pagamento salarial dos trabalhadores que foram afetados pela vida, mas, posteriormente, o Governo central ponderou que ia contratar essas pessoas para o reflorestamento da floresta.

Os grupos ambientalistas do setor, os quais estavam conformados por três (3) entidades: *MAO (Movimiento Ambientalista Olanchano)*, *La Lucha por la Vida y el Pacto Ambiental Olanchano (PAO)* exigiam um

reordenamento territorial para que o corte da madeira fosse realizado de forma racional, já que as madeiras cortavam até pinheiros jovens de 15 cm de grossura, quando a permissão estava estipulada em 30 cm.

O reordenamento territorial está amparado no artigo 341 da Constituição da República, o qual manifesta:

ARTICULO 341. - La Ley podrá establecer restricciones, modalidades o prohibiciones para la adquisición, transferencia, uso y disfrute de la propiedad estatal y municipal, por razones de orden público, interés social y de conveniencia nacional (HONDURAS, 1982, p. 54).

Sendo (o reordenamento territorial) uma vitória de ordem pública e de interesse social, dado que se aceitou a solicitude formal que realizou a comunidade com relação à preservação do rio Telica⁶, para assim manter intactas as reservas de água, igualmente graças a essa ocupação ordenada para o uso sustentável do território, motivou a que as organizações, que laboravam em prol do meio ambiente, aproveitaram para estabelecer medidas para o cumprimento dos planos de condução ambiental, em conjunto com COHDEFOR (*Corporación Hondureña de Desarrollo Forestal*) se dedicariam a transparentar a concessão da permissão de operação das empresas madeireiras.

No entanto, quando essas empresas do rubro da madeira não estivessem cumprindo com o que havia sido estabelecido pela lei e, além disso, não respeitassem os planos de condução ambiental, exortados por uma ininterrupta prática dolosa como a tala ilegal da floresta, se acionará aos órgãos que administram justiça no país como a *Procuradoría General del Ambiente* e *Fiscalía Especial del Ambiente*.

Uma das causas da fiscalização da permissão de operação das madeiras foi a identificação da existência de agrupações que se dedicavam ao tráfico da madeira, dita estrutura criminal tinha tentáculos dentro de COHDEFOR, ajudando a duplicar a licença de operação, que tinha como objetivo o furto da madeira, da mesma maneira, esses grupos de criminais

6 Principal fonte hídrica do Municipio de Salamá.

precisavam das forças da segurança para, nos postos de controle da Polícia Nacional, não serem parados esses veículos que transportavam a madeira, visto que eram silenciados através de subornos.

Por toda essa situação de tentar deter todo um esquema de corrupção, o Padre Andrés Tamayo foi considerado como uma pessoa *non-grata*, por parte das empresas que se dedicavam à exploração da madeira, pedindo ao Sacerdote que saísse da comunidade. Portanto, o presbítero respondeu que ele tinha o apoio da população e que, por isso, ficaria aí (em Salamá), que essa era a sua casa e ele tinha que protegê-la. Essas declarações provocaram a ira dos madeireiros, dando como resultado uma série de ameaças de morte.

Por isso, o reordenamento territorial significa, não somente a prática que fomenta cortar racionalmente uma árvore, senão que seja a luta frontal contra todo um sistema corrupto que beneficia a poucos, deixando rastros de morte (natureza, terra, água, humana) de todo aquilo que estiver em seu passo.

O Cardeal Rodríguez realizou manifestações em oposição ao desmatamento da floresta, mas a sua postura sempre foi moderada, porque sua estratégia de abordagem não confrontava as indústrias, que se dedicavam à exploração dos recursos naturais. Senão que utilizava espaços religiosos e comunitários, nos quais aproveitava a imprensa para difundir as suas posturas sobre alguma questão que estivesse acontecendo na sociedade hondurenha e no Mundo.

Assim, diante desta problemática do desmatamento da floresta, o Prelado participou dando uma palestra no *1º Congreso de Jóvenes Ambientalistas de Olancho*, no qual o Cardeal realizou um debate sobre o papel e responsabilidade dos jovens na proteção e na conservação dos recursos naturais e o ambiente.

[...] conviene tener en cuenta siempre que somos administradores de la naturaleza y no sus verdugos o aquellos que las vamos a destruir [...] el hombre debe desarrollar, pero no traicionar, y cuando se comporta así, en vez de ser colaborador de Dios en la obra de la creación, quiere suplantar a Dios y por eso provoca la rebelión de la naturaleza que es tiranizada en vez de ser gobernada por él. No podemos tiranizar la

naturaleza, porque si lo hacemos la naturaleza se va a rebelar contra nosotros, no podemos dañarla, si intervenimos sobre ella es para ayudar a desarrollarse en la línea de creación querida por Dios (La Tribuna, Sábado, 6 de mayo, 2006, p. 2).

Nesse Congresso, em que Rodriguez Maradiaga foi conferencista, havia a presença de altos representantes do Governo Zelaya, como a Ministra (Leyla Mejía) de *Recursos Naturales y Ambiente (SERNA)*, também o Bispo da Diocese de Juticalpa (Olancho pertence à dita Diocese) Monsenhor Mauro Mooldon.

3. Considerações Finais

Em Honduras, o Alto Clero, historicamente, tem integrado importantes ações em conjunto com as entidades político-administrativas do Governo, tendo um peso importante, a *La Conferencia Episcopal de Honduras (CEH)* na tomada das decisões dentro do Estado. Situação que não foi contrária, no Governo Zelaya, em que a intervenção do eclesiástico nos distintos órgãos do governo era frequente, naturalizando a influência do religioso na política.

A administração pública olhava como necessária essa integração religiosa e política, porque precisava da imagem da Igreja Católica com credibilidade para dar transparência aos processos de políticas públicas que estavam em execução, e para esse então o Governo Zelaya queria explorar essa credibilidade da Igreja, para que fossem aceitos pela sociedade hondurenha.

Os Bispados, que conformam a *La Conferencia Episcopal de Honduras (CEH)*, estão divididos segundo o grau de influência que exercem politicamente, por exemplo, os Bispados de maior relevância são os que estão próximos ao governo Central (é o caso da Arquidiocese de Tegucigalpa), como de espaços de maior desenvolvimento industrial e comercial dentro do país (Diocese de San Pedro Sula), fora esses polos de uma alta concentração político-econômica, o poder de influência das outras áreas pastorais vão perdendo espaço com relação ao poder central do Estado e vão ganhando espaço nos poderes políticos e econômicos das localidades.

Assim como se distribui politicamente a nação, desse modo se fraciona com a divisão das áreas pastorais dos bispados, esquema organizativo que

reproduz o fluxo de poder (centro-periférico), reproduzindo a própria dinâmica do poder estatal, ocupando todos os territórios do país, consolidando-se como uma instituição religiosa que tem uma missão ideopolítica para o controle social e a manutenção da ordem; e não contrária a essa, como as ações realizadas pelo Bispo de Santa Rosa de Copán e o Pároco de Salamá, que tinham um ativismo que confrontava a ordem política e do capital.

Referências

- BAÍN, Roberto M.; **Monseñor Santos no puede probar que mineras financiarían campañas del PL**, La Tribuna, Tegucigalpa, 9 de Sept. 2006, p. 12.
- BATISTA, Paulo N.; **O Consenso de Washington**: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, 1994, Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>. Acesso em: 27 de Nov. 2017.
- CEH; **Documentos Oficiales de la Conferencia Episcopal de Honduras**, Tomo V, 1998-2008; Tegucigalpa.
- EMILIANI, Rómulo; **Radicalismo puede llevar a sacerdotes a la muerte**. La Tribuna, San Pedro Sula, 9 de Jul. 2007, p. 2.
- HONDURAS, **Constitución de la República de Honduras**, 1982. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_de_Honduras.pdf. Acesso em: 4 de Mar. 2018.
- MARADIAGA, Oscar A. R.; **Cardenal Rodríguez en Campaña contra la minería sucia**. La Tribuna, Tegucigalpa, 25 Jun. 2006, p. 3-B – 5-B.
- MARADIAGA, Oscar A. R.; **"Narco-negocio" amasa fortunas en el país a sangre y muerte**. La Tribuna, Catacamas, 6 de May. 2006, p. 2.
- OEA, **Carta Democrática Interamericana**: Documentos e Interpretaciones, Washington DC, 2003; Disponível em: https://www.oas.org/oaspage/esp/Publicaciones/CartaDemocratica_spa.pdf. Acesso em: 4 de Mar. 2018.
- PEREIRA, Potyara A. P.; **Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania**. In: **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**, Brasília, 2001, p. 51-61 Disponível em: http://www.fea.br/Arquivos/Servico_Social/Aulas/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf. Acesso: 4 de Mar. 2018.

ROSALES, José Manuel Zelaya; **Proclamo Que Voy A Gobernar Con Honestidad Y Transparencia**. La Tribuna, Tegucigalpa, 28 de Jan. 2006 8-A.

SANTOS, Luis Alfonso; **Veda a concesiones de minas a "cielos abierto"**. La Tribuna, Tegucigalpa, Miércoles, 2 de Ago. 2006, p. 14.

SANTOS, Luis Alfonso; **Comisión denuncia en EE.UU. daños causados por mineras**. La Tribuna, Tegucigalpa, 10 de Mar. 2008, p. 2.

ZARRAZAGA, Ane G.; **La minería transnacional en Centroamérica: lógicas regionales e impactos transfronterizos**. El caso de la mina Cerro Blanco. Madrid, 2014. Disponible em: http://omal.info/IMG/pdf/mineria_transnacional.pdf. Acceso em: 15 de dez. 2017.

O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: HETEROGENEIDADE, INSEGURANÇA E FUTURO INCERTO

Valdemar Sguissardi

Resumo

Com este artigo se visa identificar e compreender o trabalho docente na Educação Superior no Brasil, hoje, no contexto de um modelo de desenvolvimento econômico-social neoliberal e de um Estado mercantilizado, sob predominância financeira, que condiciona o conjunto das políticas sociais, entre essas a da educação em geral e da Educação Superior em particular. Mostrar-se-á como o trabalho docente na Educação Superior está se assemelhando cada vez mais ao das categorias de trabalhadores com trabalho mais intensivo e de maior precariedade. Isto se deve a não prioridade da Educação Superior, políticas sociais do Estado e à estrutura heterogênea do subsistema – estatal/público (federal, estadual e municipal), privado sem e com fins lucrativos – com presença majoritária deste último setor, que representa cerca de 85% das instituições e 75% das matrículas. A partir desse diagnóstico serão levantadas hipóteses quanto às perspectivas da profissão docente da Educação Superior neste país.

Palavras-chave: Trabalho docente. Educação superior. Neoliberalismo.

EL TRABAJO EN EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL: HETEROGENEIDAD, INSEGURIDAD Y FUTURO INCIERTO

Resumen

Este artículo tiene como objetivo identificar y comprender el trabajo docente en la educación superior brasileña en la actualidad, en el contexto de un modelo de desarrollo económico-social neoliberal y un Estado mercantilizado, bajo predominio financiero, que condiciona todas las políticas sociales, incluyendo la educación en general y la educación superior en particular. Mostrará cómo el trabajo docente en la educación superior es cada vez más similar a las categorías de trabajadores con trabajo más intensivo y más precario. Esto se debe a la poca prioridad de las políticas sociales de educación superior del Estado y a la estructura heterogénea del subsistema – estatal/público (federal, estatal y municipal), privado sin y con fines de lucro – con presencia mayoritaria de este último sector, con un 85% de las instituciones y 75% de las matrículas-. A partir de este diagnóstico, se plantearán hipótesis sobre las perspectivas de la profesión docente de la educación superior en este país.

Palabras clave: Trabajo docente. Educación superior. Neoliberalismo.

1. Introdução

Uma das formas de comemorar o centenário da *Reforma de Córdoba* é identificar e compreender as condições em que se estrutura e move o trabalho docente na Educação Superior no Brasil, hoje. O tema pode ser abordado de diversas maneiras. Entretanto, dados os estudos que se têm realizado, nas últimas décadas, sobre a evolução deste subsistema de educação neste país, esta abordagem será feita tomando em consideração:

1) o contexto econômico, político e cultural em que se efetivam as políticas de Educação Superior; 2) que a Educação Superior continua não sendo uma prioridade do Estado nacional, assim como não o é a educação em geral; 3) que a Educação Superior em termos de números de instituições – IES (assim como de matrículas), em 2016, apresenta uma predominância inegável e crescente das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (privadas e particulares)⁷, 87,7% do subsistema e, em especial, das privadas (particulares) que somam 1.052 ou 44% do total de 2.407 do país, entre as quais uma dezena detém quase 50% das 6,5 milhões de matrículas privadas que correspondem a mais de 75% dos cerca de 8 milhões de matrículas do país; 4) que não existe um plano de carreira nacional para o conjunto dos docentes das instituições estatais/públicas federais, estaduais e municipais, nem para os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e nem, muito menos, para os docentes dessas instituições privadas (particulares); 5) que, em especial, nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (particulares), verificam-se relações de trabalho precarizadas em graus variados como são desiguais essas instituições em poder econômico e político; 6) a intensificação e precarização do trabalho, tanto nas Instituições de Ensino Superior estatais/públicas como nas privadas (privadas) e Instituições de Ensino Superior privadas (particulares); e 7) o produtivismo e alienação acadêmicos, especialmente, nas instituições que mais implementam a pós-graduação, que ocorre em concomitância com uma grande despolitização do corpo docente.

Finalmente, diante do quadro que será apresentado, serão levantadas hipóteses em relação às perspectivas de futuro da profissão docente da

⁷ Neste artigo se utilizará o termo privadas para as IES privadas sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e fundações ou associações) e particulares para as IES privadas com fins lucrativos, que passam a existir a partir de 1997 (Via Decretos 2.207 e 2.306 de 1997).

Educação Superior neste país quando no curso do último ano foram aprovadas, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, emendas constitucionais e reforma de leis que atentam contra os direitos essenciais dos trabalhadores.

Como principais fontes de referência e dados serão utilizadas o *Estudo Diagnóstico da Política de Expansão de (e acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002- 2012* (SGUISSARDI, 2014, ainda inédito), o livro *Trabalho intensificado nas Federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico* (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009), a Tese de doutorado *Trabalho docente na Educação Superior: uma análise das políticas retributórias e seus efeitos* (RODRIGUES FILHO, 2015) e as *Sinopses Estatísticas do Censo de Educação Superior* (Brasil. Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira, 2002 a 2017).

2. As Políticas de Educação Superior reféns do polo privado-mercantil do Estado

Se no Estado, como instituição social, predominasse o polo dos interesses públicos sobre seu polo privado-mercantil, outra seria a configuração da igualdade/desigualdade social no Brasil e de suas políticas de Educação Superior.

Como se sabe, as políticas sociais do Estado, entre as quais as de educação e, em particular, de Educação Superior, jamais se desconectam das ou contrariam as políticas estatais que se ocupam, via de regra, da garantia de desenvolvimento das potencialidades do mercado e da acumulação do capital, mormente no Estado neoliberal.

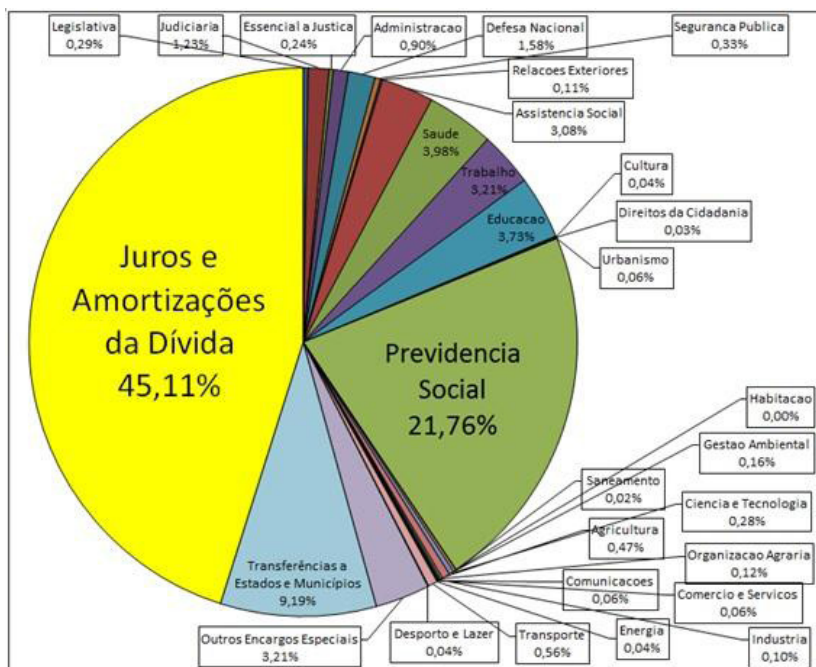
Desde 1989, sob as diretrizes do Consenso de Washington, o ajuste neoliberal da economia em países como o Brasil ocorreu de maneira bastante contínua, embora com períodos de maior intensidade – durante os Governos Collor de Melo (1990-1991) e de FHC (Fernando Henrique Cardoso: 1995-2002) – e de menor intensidade – durante os mandatos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014). A face social-pública deste segundo período, com o implemento de algumas políticas sociais universais como o aumento real anual do salário-mínimo, os Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, e outros fizeram a diferença no implemento do ajuste neoliberal no plano econômico-social em relação ao período anterior. Criou-se, então, certo equilíbrio entre as medidas macroeconômicas, que permaneceram quase inalteradas, e as microeconômicas que foram

adotadas com vigor considerável e bons resultados nos índices de redução da miséria e da pobreza, assim como de redução da desigualdade social⁸.

Como se verá mais adiante, o golpe jurídico-parlamentar-midiático, que interrompeu, em meados de 2016, o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff (iniciado em janeiro de 2015), iria criar as condições político-jurídicas para a retomada em ritmo acelerado dos traços que caracterizaram o primeiro período (1995-2002) desse ajuste ultraliberal no país.

Esta abrupta retomada do ajuste neoliberal da economia brasileira ocorre sob o predomínio do capital financeiro cujos representantes, entre esses os três maiores bancos do país, mesmo durante o período de Lula da Silva e Dilma Rousseff, nunca deixaram de obter índices de lucro líquido três ou quatro vezes maiores que os índices de crescimento do Produto Interno Bruto.

Gráfico 1: Juros e amortizações da dívida pública no Orçamento Federal



Fonte: <http://auditoriacidadada.org.br/conteudo/logica-perversa-da-divida-e-o-orcamento-de-2015/>

8 Ver reportagem da *Folha de S. Paulo*, de 03/12/2017, com o título "Desigualdade social cai mais no Nordeste", que mostra que em Estados dessa região, entre 2004 e 2014, a redução da desigualdade chegou a índices de -18,6% no Maranhão e a -18,1% no Piauí. Em contraposição, em estados ricos, como São Paulo, o índice foi de apenas -5,53%, no Rio de Janeiro, de - 5,61, e, no Distrito Federal, de -6,54%. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/19/40204-desigualdade-de-renda-cai-mais-no-nordeste.shtml> Acesso em: 03 dez. 2017.

Para reforçar esta hipótese da predominância financeira no aparelho do Estado no Brasil se pode observar o que estabeleceu a Emenda Constitucional – EC 95, enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, que a aprovou em 16/12/2016. Entre outras medidas se determina, nessa Emenda Constitucional, o congelamento (limitado pela inflação do ano anterior), por vinte anos, dos recursos federais destinados às políticas sociais, destacando-se entre essas as de educação e saúde. Por outro lado, não foi estipulado nenhum limite para o pagamento de juros e de amortizações da dívida pública que beneficia o sistema financeiro em índices próximos de 50% do Orçamento da União.

Nesse contexto, a estrutura do aparelho do Estado, que passou por reforma também continuada desde o Projeto de Reforma do Estado, do Governo FHC, apresenta-se, no Brasil, como espaço de confronto entre interesses públicos e privado-mercantis, com nítida predominância destes em todos os seus poderes e órgãos.

O que, em especial, desde o golpe acima referido, ocorre no âmbito do Estado é o agravamento do que, segundo Octávio Ianni, tem se verificado ao longo da história do modo de produção capitalista no Brasil. Segundo Ianni, o Estado jamais foi, de fato, o lugar privilegiado dos interesses públicos – educação, saúde, moradia, segurança, etc. – mas, sim, dos interesses privados-mercantis, do capital, do mercado. “O discurso do poder do Estado tem sido o ‘da economia, das razões do capital [...] As razões do Estado e as do capital se conjugam, confundem-se” (2004, p. 263, *apud* SGUISSARDI, 2014, p. 15).

Das estreitas relações entre o Estado, em seu polo privado-mercantil, e o capital conhecem muitos e reconhecidos estudos, como o de Nicos Poulantzas *L'État, le Pouvoir, le Socialisme* (1978) e o de David Harvey *O enigma do capital e as crises do capitalismo* (2011), do qual um simples parágrafo, a propósito da crise financeira de 2007/2008, é suficiente para fechar estas reflexões:

Em boa parte do mundo capitalista, passamos por um período surpreendente em que a política foi despolitizada e mercantilizada. Apenas agora em que o Estado entra em cena para socorrer os financistas ficou claro para todos que o

Estado e capital estão mais ligados um ao outro do que nunca, tanto institucional quanto pessoalmente. (2011, p. 178, *apud* SGUISSARDI, 2014, p. 16).

Diante da configuração do Estado como arena de lutas entre interesses públicos e privado-mercantis, com predomínio destes mormente em tempos de crise como o que atravessa o Brasil, após o golpe, foge do bom senso se imaginar que este predomínio, visível em todos os três Poderes do Estado, não irá impactar as políticas sociais, entre essas as de Educação Superior. Isto fica evidente na Emenda Constitucional 95, como já visto; nos cortes orçamentários⁹ para as instituições federais de Educação Superior (IFES) em 2017; na redução de 44% neste ano para Ciência e Tecnologia¹⁰; e nas previsões orçamentárias para o ano 2018 que têm como destinatários as IFES¹¹ e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, que envolve, neste caso, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e outras agências financiadoras de Ciência, Tecnologia e Inovação¹².

As políticas sociais de Educação Superior não são autônomas em relação às tendências, predominantes no Estado privado-mercantilizado, que privilegiam as potencialidades do mercado e da acumulação do capital. "Não apenas não são autônomas, como tendem a ser produto das articulações

9 Veja em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/quase-70-das-universidades-federais-do-pais-tiveram-cortes-no-orcamento-entre-janeiro-e-junho.ghtml> Acesso em: 05/12/2017.

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/veja-o-impacto-do-corte-de-verbas-em-universidades-e-institutos-federais-de-14-estados.ghtml> Acesso em: 05/12/2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/10/1929952-sem-dinheiro-universidade-federal-reduz-obra-pesquisa-e-ate-andejao.shtml>Acesso em:05/12/17..

10 Veja em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2017/08/cortes-de-ate-45-afetam-pesquisa-em-universidades-federais-no-rs-9869118.html> Acesso em 05/12/2017.

<http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/orcamento-de-ciencia-e-tecnologia-pode-encolher-ain-da-mais-em-2018/Acesso em.05/12/2017>.

11 Veja em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/549441-UNIVERSIDADES-CRITICAM-CORTES-PARA-ENSINO-SUPERIOR-NO-ORCAMENTO-DE-2018.html> Acesso em 05/12/2017.

<http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/orcamento-de-ciencia-e-tecnologia-pode-encolher-ainda-mais-em-2018/Acesso em.05/12/2017>.

12 Veja em: <http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/1-previsao-para-ciencia-em-2018-e-tragica-com-ploa-apresentado-pelo-governo/> Acesso em 05/12/2017.

hegemônicas do capital [especialmente o financeiro] no seio do Estado" (SGUISSARDI, 2014, p. 21)¹³.

Para demonstrá-lo bastaria examinar em detalhes a Emenda Constitucional 95 acima referida ou as políticas focais, compensatórias, como o Programa Universidade para Todos (Prouni)¹⁴ e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)¹⁵, aquele oferecendo bolsas e este empréstimos reembolsáveis, mas que beneficiam apenas estudantes de Instituições de Ensino Superior privadas e Instituições de Ensino Superior privadas (particulares) que, em geral e, em especial estas últimas, são as que apresentam, nos processos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a menor qualificação. Estudos têm demonstrado que, diante da qualidade menor das Instituições de Ensino Superior que recebem os beneficiários de tais programas, quem de fato tem mais usufruído dos cerca de R\$ 15 bilhões anuais de recursos do Fundo Público têm sido os proprietários e acionistas dos grandes grupos de empresas de educação, que tendem a ter maior poder de influência sobre órgãos responsáveis por tais programas.

Os formuladores e executores das políticas focais não costumam considerar que a baixa frequência à Educação Superior – taxa líquida de menos de 20% (dos jovens de 18 a 24 anos) – é uma decorrência direta da imensa desigualdade social vigente no país que o situa nos primeiros lugares, neste campo, entre os 50 países de maior Produto Interno Bruto (PIB) no Planeta. E, também, da não eleição, nas políticas de Estado e de Governo, da Educação Superior como prioridade nacional.

13 Para melhor aprofundamento dos vínculos entre políticas sociais e o Estado, ver Belloni, Isaura; Magalhães, Heitor de; Sousa, Luzia C. de. (2000).

14 Sobre o Prouni ver Costa, D. D. da; Ferreira, N-I. de B. (2017).

15 Sobre o Fies, ver capítulo de Santos, J. R. dos; Chaves, V. L. J.. O financiamento estudantil (Fies) e as implicações na financeirização de grupos educacionais. In: Amaral, N. C.; Chaves, V. L. J. (Orgs.), (2017).

3. Educação Superior de excelência para os “de cima” e de pouca qualidade para os “de baixo”

Nos mais de 300 anos do Brasil-Colônia, a Educação Superior existiu apenas para alguns privilegiados que conseguissem estudar além-mar, em Coimbra, Évora e em raras outras universidades europeias. Nos 80 anos de Vice-Reino (1808-1822) e Império (1822-1889) e mesmo nos primeiros 40 ou 50 anos da República (1889-1945), a Educação de nível superior foi reservada a uma ínfima minoria a serviço da Corte e dos interesses dos proprietários de terras, dos senhores de escravos e da burocracia estatal¹⁶.

Durante todo o Império (1822-1889), embora tenham ocorrido diversos ciclos de desenvolvimento, não só nenhuma universidade como também poucas foram as faculdades criadas que fizessem a Educação Superior do país se aproximar das suas congêneres no Novo Mundo, em países de língua inglesa e espanhola¹⁷.

Somente em 1920, quando em outros países já floresciam universidades há 200 ou 300 anos, é que se criou a primeira universidade no Brasil, na capital da República, denominada Universidade do Rio de Janeiro. A segunda foi constituída, em 1927, no Estado de Minas Gerais, Universidade de Minas Gerais. E a terceira foi a Universidade de São Paulo (USP), com projeto inovador para a época, fundada em 1934, como reação ao governo central por São Paulo (estado) ter sido derrotado na chamada Revolução Constitucionalista de 1932 pelas tropas federais¹⁸.

16 Os primeiros cursos de educação superior instalados nos primeiros dez anos, desde a chegada ao país da família real portuguesa, foram: Cirurgia, na Bahia; Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro (1808); Academias Real da Marinha e Real Militar (1810); Agricultura (1812); Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816), Química (1817) e outros (Fávero, 2000, p. 31). Os cursos jurídicos, tão importantes para os senhores donos das terras e para a burocracia estatal iriam ser instalados a partir de 1827, em São Paulo e em Olinda (PE).

17 "Quando do surgimento das primeiras universidades brasileiras, isto é, das experiências efêmeras de Manaus (1909), São Paulo (1910) ou Curitiba (1912), e da então Universidade do Rio de Janeiro (URJ), hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1920, os Estados Unidos já contavam com mais de 70 universidades e a América Latina cerca de 20, a primeira delas datando de 1538 (de Santo Domingo)". (Nota 2 de SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR; HAYASHI, 2006, p. 23, apud SGUISSARDI, 2014, p. 32).

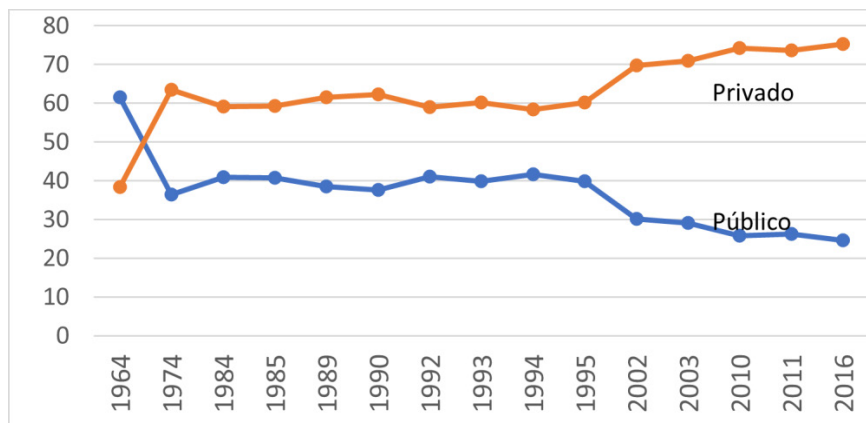
18 Para saber mais sobre o projeto da USP, coordenado pelo grande sociólogo Fernando de Azevedo, ver, de Bianchetti e Sguissardi (2017, p. 42 e ss.), *Da universidade à commoditycidade* ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado.

Até o final do Estado Novo (1937-1945) eram cinco as universidades brasileiras. De 1930 a 1945 foram criadas 181 faculdades isoladas. A partir de 1945, até o Golpe Civil-Militar de 1964 foram criadas 19 universidades federais e algumas universidades privadas confessionais.

Quando do golpe civil-militar de 1964 eram apenas 142 mil os estudantes da Educação Superior, para uma população do país de 80 milhões de habitantes. Desses, 61,6% estudavam em Instituições de Ensino Superior públicas e 38,4%, em Instituições de Ensino Superior privadas. Passados dez anos de Ditadura Civil-Militar, as matrículas cresceram 559,8%, para quase um milhão, entretanto, com inversão dos índices de matrículas públicas e privadas: em 1974, havia 36,5% de matrículas nas Instituições de Ensino Superior públicas e 63,5% nas Instituições de Ensino Superior privadas. Essa proporção público-privada se manteve com pequenas variações até 1998, final do primeiro mandato do Governo FHC. Em 1997, via Decretos 2.207 e 2.306, normatizou-se e definiu-se o que, a contrário senso, admitiam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), isto é, que as Instituições de Ensino Superior privadas poderiam se organizar como instituições com fins lucrativos. Em 1998, havia 973 Instituições de Ensino Superior no país, sendo 21% públicas e 79% privadas; 2.125 mil matrículas, sendo 37,8% em Instituições de Ensino Superior públicas e 62,2% em Instituições de Ensino Superior privadas.

O gráfico abaixo ilustra a evolução percentual da Educação Superior no Brasil desde 1964, quando do início da ditadura civil-militar até os dias de hoje.

Gráfico – Evolução percentual das matrículas públicas e privadas no Brasil (1964-2016)



Fonte: Barros (2007, p. 13) e Censo da Educação Superior (www.inep.gov.br).
Elaboração de Nelson C. Amaral (2017).

A grande expansão de Instituições de Ensino Superior e de matrículas ocorre de 1999 a 2010, quando se verifica um aumento do total de Instituições de Ensino Superior de 116%, passando de 1.097 para 2.378. A proporção público-privada vai se acentuar em favor de Instituições de Ensino Superior das privadas (privadas e particulares): no período, as Instituições de Ensino Superior públicas que eram 17,5% são reduzidas a 11,7% e as Instituições de Ensino Superior privadas que eram 82,5% sobem para 88,3% do total. No entanto, ressalte-se um fenômeno complementar: neste período – 1999 a 2010 – as Instituições de Ensino Superior Confessionais e Comunitárias viram seu índice de participação no total das Instituições de Ensino Superior do país baixar de 34,5% a 10,5%, enquanto as demais Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares) que eram 48% em 1999 viram seu índice aumentar para 77,8% ou 1.850 Instituições de Ensino Superior para um total de 2.378.

O fenômeno do impactante aumento tanto das Instituições de Ensino Superior privadas (particulares) quanto de suas matrículas, entre as quais quase metade com fins lucrativos, 44% em 2016, vai se acelerar mormente a partir do ano 2007 quando quatro grupos educacionais – Kroton, Anhanguera, Estácio e Sistema de Educação Brasileira (SEB) – abrem seu capital e passam a negociar parte de seu patrimônio financeiro na Bolsa de Valores de São Paulo. A partir dessa data, a Kroton, que detinha cerca de 25 mil

matrículas em 2007 passa a deter aproximadamente 500 mil em 2013 (SGUISSARDI, 2014, p. 169).

Em 2014, com a incorporação da Anhanguera, a Kroton passa a ter cerca de um milhão de matrículas. Em 2013, os doze maiores grupos com fins lucrativos, sete com capital aberto e ações em Bolsa de Valores, cinco nacionais e dois estadunidenses, detinham 2.141 mil matrículas ou 39,3% do total de 5.448 mil do Setor Privado (privado e particular, menos as confessionais e comunitárias) que, por sua vez, correspondiam a cerca de 70% do total das matrículas do país, públicas e privadas.

Em 2015, segundo o *Observatório do PNE* (2017), apesar de existirem 2.364 Instituições de Ensino Superior no país, e pouco mais de 8 milhões de matrículas, a taxa líquida era de apenas 18,1% (jovens de 18 a 24 anos) e a taxa bruta 34,6% (total de matrículas sobre o total de jovens de 18 a 24 anos). Isto significa que 81,9% dos jovens de 18 a 24 no Brasil se encontravam fora da Educação Superior em 2015.

Essas taxas permaneceram praticamente inalteradas em 2016, pois o aumento de matrículas nesse nível de ensino foi de apenas 0,20%, verificando-se, talvez, pela primeira vez, nos últimos 50 anos, uma redução dos matriculados no setor privado, que foi de -0,20%. Isto provavelmente ocorreu em razão da crise econômica, da taxa de 13% de desempregados da força de trabalho e das reduções do financiamento público via Prouni e Fies.

Para responder à questão implícita no título deste item, bastaria mostrar que: 1), em 2016, de 2.407 Instituições de Ensino Superior no país, apenas 197 são organizadas como universidades e destas 108 são públicas e 89 privadas (privadas e particulares); as restantes são divididas em 2.004 faculdades, sendo 1.866 privadas e 138 públicas; 166 centros universitários, sendo 10 públicos e 156 privados; e 40 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Centros Federais de Educação Tecnológica, todos públicos; 2) 46,3% dos alunos de graduação estudam em instituições não universitárias; 3) a associação ensino, pesquisa e extensão, obrigatória para as Instituições de Ensino Superior Universidades, normalmente, apenas existe nas Universidades públicas e em algumas Instituições de Ensino Superior privadas, que concentram cerca de 90% dos mais de 4 mil programas de pós-graduação (mestrado e doutorado); 4) apenas cerca de 40% das universidades

possuem pós-graduação consolidada, isto é, no mínimo três mestrados e dois doutorados bem avaliados pelo sistema de avaliação (regulação e controle) da Fundação Capes, agência de avaliação e financiamento da Pós-Graduação, vinculada ao Ministério de Educação; 5) segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a quase totalidade das Instituições de Ensino Superior com melhores escores na avaliação nacional é constituída por universidades públicas, federais e estaduais, e algumas Instituições de Ensino Superior privadas; 6) em 2016, o percentual de docentes com doutorado nas Instituições de Ensino Superior públicas era de 59,90% e o das Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares), de 22,5%; o percentual docentes em tempo integral no conjunto das Instituições de Ensino Superior públicas era de 85,03%; o das instituições privadas (privadas e particulares), de 25,70; a relação professor de tempo integral/alunos nas Instituições de Ensino Superior públicas era de 1/14; essa relação nas Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares) era de 1/110.

Tabela 1. Total de docentes em exercício com doutorado e em regime de tempo integral por dependência administrativa – Brasil – 2016.

IES	Total	Doutorado	%	Tempo Integral	%
Brasil	384.094	149.837	39,01	199.290	51,88
Públicas	169.544	101.569	59,90	144.166	85,03
Federais	110.105	71.337	64,78	101.837	92,50
Estaduais	51.791	28.576	55,17	39.481	76,23
Municipais	7.648	1.656	21,65	2.848	37,26
Privadas (Privadas e particulares)	214.550	48.268	22,50	55.124	25,70

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 14.11.2017

Quanto à questão implícita no título deste item se pode enfatizar que as melhores Instituições de Ensino Superior tendem a ser as organizadas como universidades e, estas, as que, em percentual muito abaixo do esperado, concentram os 4.177 programas de pós-graduação a que está vinculado o essencial da pesquisa, sejam estas universidades federais, estaduais ou privadas (privadas ou particulares). Cerca de 90% das 2.407 Instituições de Ensino Superior do país constituídas por faculdades isoladas, centros universitários e por mais de 100 universidades, a maioria absoluta privadas (privadas e particulares), são as que formam as denominadas *universidades de ensino* que diferem das *universidades de pesquisa* representadas pelas que conseguem desenvolver a associação prescrita pela Constituição do ensino, pesquisa e extensão, em torno de apenas 100 Instituições de Ensino Superior, quase todas universidades públicas, a maioria, e algumas privadas (privadas).

Em país cuja desigualdade social atinge os maiores índices entre as mais de duas centenas de países do Planeta e em que cerca de 50% das famílias vivem com até o máximo de três salários-mínimos (R\$ 2.500,00)¹⁹, mesmo com as políticas focais, compensatórias, do Prouni e do Fies ou das Cotas sociorraciais em vigor, que atingem aproximadamente 1/3 das matrículas das Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares), não é difícil constatar, e estudos já o fizeram²⁰, que os jovens oriundos das famílias mais ricas, de mais de dez salários-mínimos mensais, tendem a ter acesso privilegiado às melhores Instituições de Ensino Superior, que absorvem no máximo 20% dos efetivos de estudantes universitários.

Esses programas de apoio aos estudantes oriundos de famílias de baixa renda, como demonstra Dilvo Ristoff (2013 e 2014), têm conseguido, ao longo de uma década, melhorar os índices de acesso à Educação Superior. Entretanto, seja porque somente os alunos de Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares) podem desses se beneficiar, em geral

19 Ver de Katia Maia e Oded Grajew, Desigualdade no Brasil, onde você está? São Paulo, *Folha de S. Paulo*, quarta-feira, 06/12/2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/12/19_40925-desigualdade-no-brasil-onde-voce-esta.shtml Acesso em: 06 dez. 2017.

20 Ver RISTOFF, D. Perfil socioeconômico do estudante de graduação. Uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). *Cadernos GEA*, Brasília, n. 4, jul./dez. 2013 e; O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

Instituições de Ensino Superior de menor qualidade; seja porque, por cultura familiar e social, estes estudantes tendem a escolher as carreiras mais "pobres", ficando as "nobres" reservadas para os estudantes de famílias de média e grande fortuna, pode-se afirmar que as Instituições de Ensino Superior de excelência tendem a ser frequentadas mais pelos "de cima" e as de menor qualidade pelos "de baixo" da escala socioeconômica. E que essas políticas focais, embora produzam melhores índices de acesso à educação dos "de baixo", dados os diminutos avanços de igualdade de acesso, permanência e emprego no mercado de trabalho, estariam conduzindo não a uma efetiva democratização, mas uma preocupante massificação com traços mercantis²¹.

4. Trabalho docente: heterogeneidade, precariedade e insegurança

Como visto na tabela 1 acima, em 2016, os docentes da Educação Superior em exercício nas 2.407 Instituições de Ensino Superior do país somavam 384.094. Desses, 44,27% vinculados a Instituições de Ensino Superior públicas e 55,73% a Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares). Desse total, registre-se também que 48,12% não trabalhavam em regime de tempo integral. O tempo integral é um traço característico do regime de trabalho dos docentes das IES públicas, cujo índice chega a 85%. Os 14,97% dos docentes restantes trabalhavam em regime de tempo parcial (em geral de 20h) ou eram pagos por hora/aula, em percentual mínimo. Se consideradas apenas as Instituições de Ensino Superior públicas federais, o índice do tempo integral (quase sempre com dedicação exclusiva) chega a 92,5%. O traço mais característico do regime de trabalho docente das Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares) é o de professor horista (pago por hora-aula), que atinge quase 50% do total de docentes dessas instituições. Dos 25% do corpo docente das Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares) contratados em regime de tempo integral, um número expressivo atua exclusiva ou parcialmente em atividades de administração, coordenação, poucos desses atuando, exclusivamente, nos programas de pós-graduação, quando existam.

21 Ver o artigo Educação Superior no Brasil: democratização ou mercantilização mercantil? (SGUISSARDI, 2015).

Pelos dados até aqui apresentados – tipo de instituição (públicas, privadas sem e com fins lucrativos), índices de relação docente/aluno de graduação, níveis de qualificação acadêmica formal, regime de trabalho, entre outros – se pode afirmar que vige no âmbito do trabalho docente da Educação Superior uma grande heterogeneidade ou disparidade de condições de trabalho.

Entre os fatores que mais condicionam ou determinam tais disparidades se destacam o da presença ou ausência de planos de carreira, além dos níveis salariais praticados em razão da grande diversidade institucional.

Embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) vigore desde 1943 e seja ainda a principal referência dos contratos de trabalho das Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares), no caso das Instituições de Ensino Superior públicas federais, os planos de carreira têm se definido a partir da Constituição Federal de 1988, da LDB, Lei nº 9.394/96, da Emenda Constitucional (EC) nº 19, de 1998, e da Lei Federal nº 12.772/2012. Esta "instituiu um único Plano de Carreira para todas as Instituições Federais de Ensino" (RODRIGUES FILHO, 2015, p. 63).

No caso das Instituições de Ensino Superior públicas estaduais e municipais, estas estabelecem seus planos de carreira "como parte do regime jurídico que regula as relações de trabalho entre cada Estado da Federação, ou Município quando for o caso, e os professores do ensino superior a esses vinculados" (RODRIGUES FILHO, 2015, p. 64).

Além de trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares) regula-se basicamente pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), os planos de carreira dessas instituições, para terem validade, precisam ser homologados pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego de cada estado no qual se localiza a sede de suas mantenedoras. Segundo Rodrigues Filho (2015, p. 66):

As condições mínimas para elaboração do Plano de Carreiras nas IES Privadas determinam que os critérios para promoção previstos ocorram alternadamente entre merecimento e antiguidade (2015, p. 66).

Na prática, segundo esse autor, essas normas têm sido parcialmente flexibilizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação (Sinaes), mediante seu *Instrumento de Avaliação Institucional Externa*, ao estabelecer que, para o funcionamento das Instituições de Ensino Superior, é necessário "que seu Plano de Carreiras esteja protocolado e/ou homologado no Ministério do Trabalho e Emprego [...]" (RODRIGUES FILHO, 2015, p. 68). Esta facilitação: "esteja protocolado" criou a possibilidade de um número indefinido de Instituições de Ensino Superior não ter de fato planos de carreira efetivamente homologados. Os planos protocolados podem ser a qualquer tempo retirados pelos interessados para reformulações, por exemplo.

Os planos de carreira, quando existirem, por si sós, não garantem a estabilidade, a segurança e uma remuneração adequada para os docentes das diferentes Instituições de Ensino Superior públicas, privadas (privadas e particulares); universidades, centros universitários e faculdades.

Em sua tese, Rodrigues Filho (2015) trata de diversos fatores que condicionariam a heterogeneidade e a segurança/insegurança profissional dos docentes da Educação Superior. Entre esses, os mecanismos de ingresso; as estratégias de manutenção e progressão; e os procedimentos de desligamento dos docentes, segundo cada tipo de instituição e sua dependência administrativa.

Quanto aos mecanismos de ingresso, enquanto nas Instituições de Ensino Superior públicas predomina a seleção via concursos de provas e títulos (mérito); nas Instituições de Ensino Superior privadas (privadas) isso ocorre em grau variável; nas Instituições de Ensino Superior privadas (particulares) prevalece largamente a chamada "seleção livre".

O número de ingressos a cada ano é significativo. No ano de 2013, reporta o autor dessa tese, foram 82 mil as funções docentes preenchidas por novos docentes ou 21,71% do total de cerca de 390 mil docentes do país.

Nas Instituições de Ensino Superior públicas, nos concursos de entrada, a exigência de qualificação acadêmica normal é a de doutor. Em casos especiais se admite a dispensa desse requisito (RODRIGUES FILHO, 2015, p. 73).

Nas Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares), na análise de Rodrigues Filho (2015, p. 78) se verificou que, no período

estudado, apenas algumas dessas Instituições de Ensino Superior promoveriam seleções públicas de seus docentes de forma similar às das Instituições de Ensino Superior públicas. Predominam as chamadas seleções livres, via convites e indicações, ao sabor da necessidade de reposição de docentes em geral para contratos de hora/aula que ali predominam sobre os contratos de tempo parcial ou integral e também dada a alta rotatividade (*turnover*) dessa força de trabalho.

Uma das características da precariedade das relações de trabalho é exatamente o fenômeno da alta rotatividade que, em 2013, teria alcançado, nas Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares), o índice de 26% (67.200) de contratos encerrados sobre o total das funções docentes (257.480) e 23% (60.867) novos contratos (RODRIGUES FILHO, 2015, p. 78).

As estratégias de manutenção e progressão na carreira são outros traços da relação de trabalho docente que distinguem as diferentes realidades das Instituições de Ensino Superior. Destas fazem parte a estrutura das carreiras, quando existirem, em especial, para os professores contratados em regimes de tempo integral e parcial, como é o caso das Instituições de Ensino Superior públicas.

Nas Instituições de Ensino Superior públicas federais, via Lei nº 12.772/2012, a carreira é composta de cinco classes/categorias com seus respectivos níveis de referência, do auxiliar de ensino ao titular. Nas Instituições de Ensino Superior públicas estaduais, a carreira em cada estado é organizada sob estatuto próprio, quando não seguindo a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

A existência de carreira estruturada faz com que os contratos das Instituições de Ensino Superior públicas tenham sua maior concentração naqueles com duração superior a dez anos, seguidos dos entre cinco e dez anos, somando quase 50% dos efetivos de docentes (RODRIGUES FILHO, 2015, p. 86). Embora tenham havido diversas mudanças desses planos de carreira nas Instituições de Ensino Superior públicas, segundo Rodrigues Filho, não se poderia afirmar que os atuais sejam fatores decisivos na manutenção e progressão na carreira, porém, "pode-se inferir que o Sistema que os constitui e os processos evolutivos pelos quais têm passado asseguram a manutenção do docente em seu interior" (RODRIGUES FILHO, 2015, p. 86).

Nos casos das Instituições de Ensino Superior públicas, acrescenta esse autor, tem lugar importante na manutenção dos docentes, o estatuto da estabilidade, que inexistente nas demais Instituições de Ensino Superior.

A diversidade de escalas salariais entre as Instituições de Ensino Superior públicas – federais, estaduais e municipais – e, principalmente, entre as Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares) têm impedido comparações plausíveis deste fator de manutenção e progressão (RODRIGUES FILHO, 2015).

A existência de planos de carreira obrigatórios nas Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares), desde que protocolados no Ministério do Trabalho e do Emprego, não garante por si só a manutenção e a progressão do corpo docente. Os dados que são apresentados por Rodrigues Filho, em sua tese, quanto à proporção de docentes de Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares), no ano de 2013, mostra, por hipótese, o papel exercido pelos diferentes planos de carreira e o grau de precarização das relações de trabalho nessas diferentes instituições²². Mostra o autor que, enquanto as Instituições de Ensino Superior privadas (privadas) têm concentrada grande parte de docentes com contratos de mais de cinco anos (43%), as Instituições de Ensino Superior privadas (particulares) os têm concentrados na faixa de meio ano a dois anos (37%). Na faixa de mais de cinco anos, apenas cerca de 20%. Essa distribuição tem a ver, segundo esse autor, também com a organização acadêmica. No caso, em especial das Instituições de Ensino Superior raras as universidades, um pouco mais numerosos os centros universitários (que reúnem várias faculdades, sem as exigências das universidades, embora gozem de autonomia idêntica à daquelas), mas ultrapassam o número de mil as faculdades isoladas. Conclui o autor:

O índice de rotatividade (*turnover*) apurado para as IES Particulares/Privadas, discutido anteriormente, também corrobora com a constatação de que os Planos de Carreira das IES Particulares não atendem aos princípios de manutenção e progressão. Em 2013 a rotatividade nas IES Privadas/Particulares

22 Ver o gráfico 4 – Proporção de Docentes das IES Privadas/Particulares por Duração do Contrato de Trabalho na tese de Rodrigues Filho (2015, p. 91).

foi de 24,87%. É importante destacar que, do total de encerramentos de contrato de trabalho, 37,36% ocorreram por iniciativa do docente e 52,50% por iniciativa das IES Privadas/Particulares. Os demais desligamentos ocorreram em proporção pouco significativa e referem-se, segundo a tabela utilizada pela Rais (2013), a transferência, falecimento e aposentadoria. O indicador mais relevante a corroborar com o entendimento de que há profunda fragilidade nos mecanismos de manutenção e progressão nos Planos de Carreira das IES Privadas/Particulares é o de que 37,36% dos encerramentos das relações de trabalho, em 2013, deram-se por iniciativa dos próprios docentes (RODRIGUES FILHO, 2015, p. 92).

É importante destacar as diferenças de remuneração salarial média entre as Instituições de Ensino Superior privadas (privadas) e Instituições de Ensino Superior privadas (particulares), sabendo-se que em sua maioria prevalecem os contratos por hora/aula. Em 2013, o salário mensal médio nas primeiras foi de R\$ 4.123,62 para uma média hora/semana de 19,088 e valor da hora/aula estimada em R\$ 41,15; nas segundas, esses valores e números, foram respectivamente os seguintes: R\$ 2.310,42, 19,085 e R\$ 23,06. Isso leva o autor a concluir:

A significativa diferença de salário praticado entre IES Privadas e Particulares²³, reafirma os diferentes indicadores apresentados até o momento nesta pesquisa e também confirmam a inferência de que os mecanismos de manutenção e progressão dos Planos de Carreira das IES Privadas têm maior efetividade do que aqueles das IES Particulares (RODRIGUES FILHO, 2017, p. 93).

Outro dado significativo a indicar a diferença entre Instituições de Ensino Superior privadas, privadas e particulares, de acordo com esta tese, é o que mostra os valores de remuneração da hora/aula para os docentes de contratos iniciais e de contratos com mais de 10 anos, em 2013: para as primeiras, o valor da hora/aula dos contratos iniciais era de R\$ 32,54 e o dos

23 Os valores de hora/aula praticados nas IES privadas (privadas) é 78,44% maior do que aqueles praticados pelas IES privadas (particulares).

contratos de mais de 10 anos, de R\$ 53,77; para as segundas, o valor da hora/aula dos contratos iniciais era de R\$ 14,55 e o dos contratos de mais de 10 anos, R\$ 37,04.

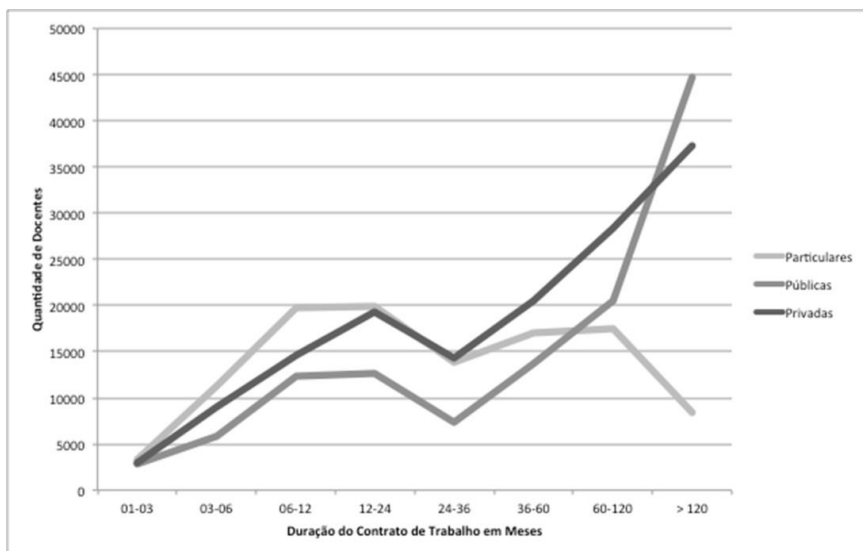
Como já visto, os desligamentos na carreira docente podem ocorrer de várias maneiras: voluntários ou por sanção. Os voluntários, por renúncia e aposentadoria. Os por sanção, por problemas disciplinares ou baixo desempenho. Em cada caso devem ser seguidas as normas que comandam os planos de carreira.

Para se avaliar a segurança e/ou precariedade das relações de trabalho, cabe considerar o total de desligamentos e as motivações de saída. A tese de Rodrigues Filho mostra que, em 2013, nas Instituições de Ensino Superior públicas ocorreram 24.468 desligamentos para um total de 150.338 funções docentes ou 16,27%; nas Instituições de Ensino Superior privadas (privadas e particulares) ocorreram 67.107 desligamentos para um total de 212.394 funções docentes ou 31,6%²⁴. Por tudo o que foi visto até aqui, é plausível a hipótese de que o percentual de desligamentos nas Instituições de Ensino Superior com fins lucrativos seja maior que essa média, o contrário ocorrendo com nas Instituições de Ensino Superior sem fins lucrativos.

Quanto às motivações de saída, verifica-se que nas Instituições de Ensino Superior públicas, somadas as demissões sem justa causa (33%) e as saídas por término de contrato (46%), tem-se cerca de 80%, restando 12,8% para desligamentos voluntários, concentrados nos dois primeiros anos (2/3), 3,24% para aposentadorias e cerca de 5% para outras. No caso das Instituições de Ensino Superior privadas (privadas), as demissões sem justa causa atingiram 38,8%, as por término de contrato, 14,7%, e as por saída voluntária, 34,5%. No caso das Instituições de Ensino Superior privadas (particulares), as demissões sem que os maiores têm capital aberto e ações justa causa montaram a 45,7%, a saída por término de contrato a 4,8%, mas os desligamentos voluntários ascendem a 39,5%, concentrando-se estas até o final do 2º ano (cerca de 2/3).

24 Os dados dos desligamentos constantes da Tese foram obtidos na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho), a partir dos quais foi possível distinguir os desligamentos das IES privadas sem fins lucrativos das com fins lucrativos, distinção que não será possível fazer a partir dos dados do Censo da Educação Superior, 2013, do INEP/MEC, utilizados neste artigo.

Gráfico 5. Distribuição dos Docentes das IES por Duração do Contrato de Trabalho em 2013.



Fonte: MTE/RAIS 2013; Elaboração de Rodrigues Filho (2015, p. 100)

O gráfico 5 ilustra muito bem as diferenças entre os distintos subsetores da Educação Superior no que concerne à distribuição da duração do tempo de contrato dos docentes, decorrência, por hipótese da efetividade ou não de seus planos de carreira, da existência ou não do estatuto da estabilidade e, também, das características das mantenedoras, se o Estado, se fundações ou associações sem fins lucrativos, se grupos empresariais ou grupos privados com fins lucrativos, em no mercado de capitais (Bolsa de Valores), como já demonstrado. Nestas, o *turnover* é uma realidade sempre presente, em função da predominância do contrato por hora/aula, o objetivo último do lucro e da valorização das ações dos acionistas que podem ser indivíduos ou fundos de investimento de *private equity*, costumeiros sócios dos grupos empresariais de Educação Superior com capital aberto.

5. Pós-graduação e intensificação e precarização do trabalho docente

Embora nas Instituições de Ensino Superior públicas federais e nas estaduais de alguns estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, os docentes usufruam da relativa segurança de uma carreira docente, nos últimos vinte anos ocorre um fenômeno que se caracteriza por intensificação do trabalho docente, em especial, envolvendo os cerca de 90 mil professores dos 4.177 programas de pós-graduação. Trata-se de um fenômeno conhecido como produtivismo acadêmico ou científico. Costuma-se datar sua introdução no Brasil, de modo sistemático, a partir da aprovação pelo Capes, em 1997/98, de um novo "modelo", dito de avaliação, mas que, antes, deve ser entendido como um sistema de regulação e controle²⁵, da totalidade dos programas, de cujas notas, antes trienais e agora quatrienais, depende especialmente a concessão de bolsas para os pós-graduandos e auxílios para eventos.

Este fenômeno do produtivismo acadêmico, que teve origem nos EUA nos anos 1940/50, em que se tornou conhecido pela expressão "*Publish or perish*", está fazendo com que ano a ano sejam aumentadas as exigências de produção intelectual publicada, não raras vezes, em língua inglesa e em periódicos científicos internacionais.

Os altos índices de crescimento tanto do número de programas de pós-graduação quanto do de pós-graduandos de mestrado e doutorado nas últimas duas décadas²⁶, aliados às exigências de aumento constante de pro-

25 Diz-se que o "Modelo Capes de Avaliação" não faz jus ao termo avaliação, pois no levantamento de dados e indicadores para esta suposta avaliação não se incluiria nenhuma autoavaliação feita, tanto por docentes, quanto por pós-graduandos (mestrandos e doutorandos), elemento considerado essencial, por especialistas da área (DIAS SOBRINHO, 2000 e 2002, e DIAS SOBRINHO, RISTOFF, 2002 e 2003), ao processo de avaliação institucional ou de programas e cursos.

26 Em 1998, existiam: 1) 1.259 Programas de Pós-Graduação (750 com Mestrado e Doutorado; 464 com Mestrado; 24 somente doutorado; 19 com Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional e 3 com Mestrado e Mestrado Profissional); 2) 58.237 docentes (permanentes, colaboradores e visitantes); 3) 92.350 discentes: a) doutorandos: 26.697 matriculados e 3.915 titulados; b) mestrandos: 49.387 matriculados e 12.351 titulados.

Relação docente/discente: 1/1,58; relação docente/titulados: 0,28/1,00

Em 2016, existiam: 1) 4.177 Programas de Pós-Graduação (2.106 com Mestrado e Doutorado; 1.292 com Mestrado; 703 com Mestrado Profissional; e 76 com Doutorado); 2) 95.182 docentes: 76.369 permanentes, 17.316 colaboradores e 1.460 visitantes; 3) 347.035 discentes: a) doutorandos: 107.640 matriculados e 20.603 titulados; b) mestrandos: 126.436 matriculados e 49.002 titulados.

Relação docente/discentes: 1/3,64; relação docente/titulados: 0,73/1.

dução têm redundado em considerável e constante intensificação de trabalho, não separação entre trabalho profissional e vida familiar, assim como em aumento de doenças físicas e mentais do corpo docente.

Outros efeitos desse fenômeno podem ser afirmados com base em estudo publicado em 2009 (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009), a partir de pesquisa junto a uma amostra de sete de 15 universidades federais do Sudeste do Brasil, na qual foram entrevistados 50 professores de 28 áreas de conhecimento são, por um lado, a competição crescente entre docentes/pesquisadores, programas, áreas de conhecimento, etc., por recursos financeiros das agências financiadoras e para publicação nos melhores periódicos nacionais e internacionais e, por outro, a despolitização tanto institucional quanto associativa e sindical.

A necessidade que têm os programas de pós-graduação de obter altos escores nos processos de regulação e controle leva-os a dispensar seus mais renomados professores/pesquisadores, detentores de uma chamada Bolsa de Produtividade (concedida em geral pelo CNPq a pesquisadores sêniores), da oferta de aulas na graduação e mesmo na pós-graduação, da presença em reuniões dos colegiados de curso, a fim de que possam se dedicar à produção de *papers*, por exemplo, de modo a garantir a renovação dessas bolsas que têm grande peso na avaliação da Capes.

Verifica-se, igualmente, uma certa forma de naturalização do produtivismo acadêmico que leva, principalmente, os jovens mestres e doutores a não perceberem, facilmente, que valorizar mais a quantidade de produtos publicados que sua qualidade, traço do produtivismo acadêmico, é negar a função social da ciência, mormente se feita com recursos do fundo público e em instituições universitárias e de pesquisa públicas.

Em 20 anos: 1) o número de Programas de Pós-Graduação cresceu 331%; 2) o de pós-graduandos, 375%; 3) o de titulados (mestres e doutores), 428%; 4) o de docentes, 64%... 5) a relação docente/discentes aumentou 2,3 vezes; 6) a relação docente/titulados aumentou 2,6 vezes.

Outros dados relevantes, em 2016, são: 1) do total de 4.177, 57,4% foram oferecidos por instituições públicas federais (4,5% das IES do país); 23,3%, por instituições públicas estaduais (4,5% das IES do país) e 18,6%, por instituições privadas (87,7% das IES do país); 2) dos 95.182 docentes, 60% pertencem a IES públicas federais; 27%, a IES públicas estaduais; e 13%, a IES privadas; 3) dos 347.035 pós-graduandos, 57,8% estudam em IES públicas federais; 26%, em IES públicas estaduais; e 16%, em IES privadas.

6. À guisa de conclusão: as sombrias perspectivas para a profissão docente na Educação Superior

O trabalho docente – heterogêneo, precarizados e inseguro – na Educação Superior no Brasil, como sucintamente delineado até aqui, corre sérios riscos de ver esses traços se agravarem diante da retomada do viés neoliberal ou ultraliberal, pós-golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016, no comando do Estado.

Em pouco mais de um ano, os novos ocupantes do Poder Executivo e o Congresso Nacional aprovaram mudanças constitucionais e legais que deverão provocar profundas alterações nas relações de trabalho dos trabalhadores em geral e, também, dos trabalhadores do campo da educação.

A manchete dos jornais no dia 06 de dezembro de 2017 “Estácio demite 1.200 professores para contratar outros 1.200” segundo as novas regras da Lei Trabalhista é uma boa ilustração das consequências desse conjunto de novas leis que tende a beneficiar os “de cima” e prejudicar os “de baixo”.

As consequências da Emenda Constitucional 95, de 15/12/2016, que suspende o aumento real dos recursos do fundo público para educação, ciência e tecnologia, pelo período de 20 anos; da Lei da Terceirização nº 13.429 de 31/03/2017, que define novas regras para o trabalho temporário e terceirizado; da Lei da Reforma Trabalhista ou da Flexibilização nº 13.467 de 13/07/2017, que modifica mais de uma centena de disposições da antiga Consolidação das Leis de Trabalho (CLT); as mudança no regime de exploração do petróleo no Pré-Sal, que inviabiliza o alcance do índice de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) (com royalties do petróleo) necessários para a implantação do Plano Nacional de Educação 2014-2024; as taxas de desemprego da população economicamente ativa em torno de 13%; o congelamento do valor real (poder de compra) do salário-mínimo; e a drástica redução dos recursos federais e dos estados e municípios, no exercício corrente e nas previsões orçamentárias para 2018, para as Instituições de Ensino Superior, certamente, constituem um cenário muito sombrio e incerto para o futuro da profissão e trabalho docentes da Educação Superior no país.

Em relação às Instituições de Ensino Superior públicas federais, e mesmo estaduais e municipais, as ameaças de privatização das Instituições de

Ensino Superior públicas ou de fim de sua gratuidade estão na ordem do dia do Congresso Nacional, nas declarações de autoridades ministeriais e na grande mídia.

Acaba de alimentar e fortalecer o desiderato estatal, em seu polo privado-mercantil, a recente publicação, em 27/11/2017, de mais um documento ou "recomendação" do Banco Mundial intitulado "Um ajuste justo – Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil"²⁷, que tanto no campo da economia e da gestão fiscal pública, quanto no da educação em geral e da Educação Superior em particular, está sendo severamente contestado pela oposição, mas louvado pelos que conduzem a atual razia neoliberal.

No campo econômico-fiscal segue a receita governamental, isto é, elenca "formas variadas de conter despesas com serviços públicos e benefícios sociais" (CARVALHO, 2017). Laura Carvalho, professora da USP e colonista da *Folha de S. Paulo*, assim conclui sua análise do documento: "Diante disso, é uma pena que o documento não tenha oferecido alternativas mais justas e realistas"²⁸.

No campo da educação, a partir de diagnósticos apressados e irrealistas, sua recomendação mais oportunista é o de que seja suprimida a gratuidade de cerca de 2/3 dos estudantes das Instituições de Ensino Superior federais. Amaral, especialista em políticas públicas e financiamento da Educação Superior, afirma em estudo no qual contesta o diagnóstico do Banco e suas recomendações:

Um exame atento deste capítulo nos permite afirmar que há crassos erros conceituais, inferências sem comprovação e conclusões absurdas que beiram a irresponsabilidade. As análises realizadas pelo Banco Mundial possuem cunho absolutamente economicista e não consideram, em nenhum momento, a complexidade da sociedade brasileira que apresenta uma das maiores desigualdades sociais do mundo (Ver: "A distância que nos une: um retrato das desigualdades

27 Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report> Acesso em: 05 dez. 2017.

28 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2017/11/1939196-banco-um-ndial-nao-propos-ajuste-justo.shtml> Acesso em: 05 dez. 2017.

brasileiras" www.oxfam.org.br, publicado em 25/09/2017). (AMARAL, 2017, p. 1).

Do ponto de vista estrito do trabalho docente, de modo imediato, é mais preocupante o que deve ocorrer – em decorrência especialmente da Leis da Terceirização, ampla e irrestrita, e da Reforma Trabalhista, que prevê trabalhos flexibilizados e intermitentes – com os contratos de trabalho dos professores das Instituições de Ensino Superior privadas (particulares). Estas, tanto como qualquer empresa econômica, devem se utilizar, celereamente, de todas mudanças conducentes à intensificação do trabalho (reduzidoras de custos) e ao lucro/valorização de ações. Os docentes das Instituições de Ensino Superior privadas (privadas) lhes seguirão, na medida em que, como acima exposto para as comunitárias e confessionais, a maioria dessas enfrenta problemas de déficit operacional há muitos anos e estão reduzindo sua presença no “mercado” em benefício das Instituições de Ensino Superior particulares, privado-mercantis, mormente, os grandes grupos empresariais de capital aberto e ações no mercado de ações, com sócios (fundos de investimento) nacionais e transnacionais.

O trabalho dos docentes das Instituições de Ensino Superior públicas será afetado na medida em que se façam a cada ano mais presentes os efeitos da Emenda Constitucional 95 (também chamada de PEC da Morte) e os cortes orçamentários, não somente para capital e custeio, mas também para pessoal, assim como os cortes para ciência, tecnologia e inovação que já estão inviabilizando um número significativo de projetos científicos tanto das universidades federais e estaduais²⁹, como dos Institutos de Pesquisa.

29 Ver o caso gravíssimo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com atividades quase todas suspensas e atrasos salariais em média de quatro meses.

<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/reitor-afirma-que-situacao-da-uerj-e-dramatica-e-aviltante.ghml> Acesso em: 07 dez. 2017.

Referências

- AMARAL, Nelson C. **Uma análise do documento** "Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil". Disponível em: <https://www.ufg.br/up/1/o/ANALISE-CRITICA-BM-2017.pdf> Acesso em: 07/12/2017.
- BELLONI, Isaura; Magalhães, Heitor De; Sousa, Luzia C. de. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez – Questões de Nossa Época, n. 75, 2000.
- BIANCHETTI, Lucídio; Sguissardi, Valdemar. **Da universidade à commodity**. Campinas, SP: Mercado da Letras, 2017.
- BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> Acesso em: 14.11.2017
- BRASIL. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> Acesso em: 03/12/2017
- COSTA, D. D. Da; FERREIRA, N-I. de B.. Prouni – Acesso e permanência na educação superior. 2. ed. Macapá, AP: Unifap editora, 2017.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002a.
- DIAS SOBRINHO, José; Ristoff, Dilvo I. (Org.). **Avaliação democrática**: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior: regulação e emancipação. In: ; RISTOFF, Dilvo I. (Org.). **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003a. p. 35-52.
- MARIA DE L. **Universidade e Poder**. 2ª ed. revista. Brasília: Editora Plano, 2000.
- HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível

em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> Acesso em: 03 dez. 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Disponível em: *Observatório do PNE* (<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior/indicadores>). Acesso em: 03 dez. 2017.

RODRIGUES FILHO, José Albertino Fiorentino. **Trabalho docente no ensino superior**: uma análise das políticas retributórias e seus efeitos. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp/FE/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

SANTOS, J. R. Dos; Chaves, V. L. J.. O financiamento estudantil (Fies) e as implicações na financeirização de grupos educacionais. In: Amaral, N. C.; Chaves, V. L. J. (Orgs.) **Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002-2012**. Brasília: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação superior no Brasil**: democratização ou massificação mercantil? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out-dez., 2015.

SGUISSARDI, Valdemar.; SILVA Júnior. **Trabalho intensificado nas Federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico**. S. Paulo: Xamã, 2009.

LA INJERENCIA DE LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL EN LAS CONDICIONES LABORALES DEL SERVICIO SOCIAL: LA EXPERIENCIA DE BRASIL Y COSTA RICA

Mag. Mariangel Sánchez Alvarado

Resumen

El artículo propone analizar el ejercicio profesional de el/la Asistente Social/ Trabajo Social, haciendo especial énfasis en el contexto de crisis estructural del capital. Evidenciamos, a la luz del método crítico dialéctico, que esta crisis va intensificando tanto la precarización de las condiciones socio-ocupacionales como la situación de clase asalariada en la que se encuentra el/la Asistente Social/ Trabajo Social. Estas condiciones contribuyen para un retorno de prácticas conservadoras, muchas de ellas ya superadas, instaurando, actualmente, un gran desafío para los profesionales de esta área, especialmente para aquellos que buscan realizar su intervención a la luz de un proyecto social radicalmente democrático, con compromiso de los intereses históricos de la masa de la población trabajadora, ya que se encuentran limitados por las imposiciones sociales que coloca el metabolismo social vigente. Para evidenciar la injerencia que ha tendido la crisis estructural del capital en las condiciones materiales de las personas profesionales, se expondrán datos que muestran la situación de los asistentes sociales brasileños y costarricenses en este contexto.

Palabras clave: Crisis estructural. Capital. Servicio Social. Trabajo Social. Política Social

A INGERÊNCIA DA CRISE ESTRUTURAL DA CAPITAL NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO BRASIL E COSTA RICA

Resumo

Este artigo propõe analisar tanto o fundamento como o desenvolvimento da atuação do Assistente Social, fazendo especial ênfase no contexto de crise estrutural do capital. Evidencia-se, à luz do método crítico de Karl Marx, que a crise vem intensificando tanto a precarização das condições da atuação profissional, assim como nas requisições que vão se colocando como necessárias pela ordem socioeconômica para sua reprodução. O anterior contribui para um maior resgate de práticas conservadoras, muitas dessas já superadas, instaurando atualmente um grande desafio para os profissionais da área, os quais devem intervir vinculado a um projeto social radicalmente democrático, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora e no mesmo momento se encontram limitados pelas imposições sociais que colocam o metabolismo social vigente. Para evidenciar a ingerência que tem tido a crise estrutural do capital nas condições materiais das pessoas profissionais, mostra-se os dados da situação dos assistentes sociais brasileiros e costarriquenhos.

Palavras-chave: Crise estrutural. Capital. Serviço Social. Trabalho Social. Política Social.

Introducción

La crisis estructural que el capitalismo vive desde la década de los setenta del siglo XX, se ha intensificado en América Latina en las últimas décadas, provocando cambios significativos en la organización y gestión de la fuerza de trabajo y en las relaciones de clase, lo cual incide fuertemente en la actuación profesional en las diferentes categorías, sus áreas de intervención y sus bases de conocimiento.

El presente artículo tiene por objetivo analizar cómo las transformaciones en el orden metabólico social del capital inciden directamente tanto en la política social como en el mundo de trabajo, afectando, de esta forma, la intervención profesional de la persona Asistente Social Asistente Social/ Trabajo Social.

Para poder comprender el significado social de estas transformaciones del mundo de trabajo en el proceso de producción y reproducción de las relaciones sociales capitalistas, es necesario realizar un análisis del impacto de sus cambios y su influencia en el ejercicio profesional, así como las múltiples mediaciones y determinaciones esenciales en ese proceso, configurándose, como menciona lamamoto (2007, p. 214) "como ejercicio profesional especializado que se realiza por medio del trabajo asalariado alienado" (traducción propia).

Conforme a la autora mencionada, la condición de trabajo asalariado de los y las Asistentes Sociales/Trabajadores Sociales mediada por las requisiciones y demandas del mercado de trabajo, condensa las contradicciones entre el direccionamiento que la profesión pretende imprimir en su trabajo concreto y las determinaciones del trabajo abstracto, inherente del sistema de producción capitalista.

El Servicio Social/ Trabajo Social, desde su génesis en las relaciones sociales capitalistas monopólicas, aparece como una práctica institucionalizada, socialmente legitimada y legalmente sancionada, vinculada a la "cuestión social" y, como consecuencia de las propias necesidades del orden burgués, con las secuelas de los procesos que se presentan en la constitución y en el desarrollo del capitalismo (NETTO, 2010). Comprender esta dinámica, evidencia de una manera más próxima a la realidad, cómo las transformaciones en el interior del capitalismo afectan directamente tanto el papel del Estado como el de las políticas sociales y, por consecuencia, el Servicio Social/ Trabajo Social y el mercado de trabajo en el cual se inscribe.

Las transformaciones en el Estado y en la Política Social a partir de la crisis estructural del capital

El capitalismo, como sistema de producción vigente, tiene en su naturaleza una desigualdad intrínseca, la cual es necesaria para su propia reproducción. Por un lado, este sistema de producción necesita de estrategias para continuar su desarrollo, utilizando medidas y reformas que se van modificando a través del tiempo; sin embargo, deja intactas las bases del sistema del capital, es decir, como indica Paniago (2012) mantiene las condiciones materiales e históricas de la acumulación del capital por la búsqueda de lucro.

Por esto, históricamente, el capitalismo ha realizado ajustes estratégicos, los cuales, de forma temporaria, reacomodan las contradicciones inmanentes y elevan los límites relativos del sistema del capital para un nuevo nivel, lo que logra dislocar sus contradicciones. Estos ajustes estratégicos del curso acumulativo y expansionista del capitalismo, mencionados por Paniago (2012), representan en cada momento histórico los cambios estructurales objetivos requeridos, siempre referidas a límites últimos del capital.

Estos cambios ocurren por los propios antagonismos internos del modo de producción capitalista, los cuales se han intensificado de forma exponencial en los últimos treinta años. Ante esta situación Paniago (2012, p. 42) explica:

La separación alienada entre producción y control, la producción con miras primordialmente para los valores de cambio en perjuicio de las necesidades humanas básicas, la riqueza como un fin en sí mismo y la compulsión explotadora de trabajo excedente (en constante contraposición/ contradicción con el descarte de la fuerza de trabajo expulsada del mercado de trabajo y de consumo), sin el cual el sistema de capital no se reproduce, han dificultado alcanzar la homogenización necesaria para el pleno funcionamiento del sistema (traducción propia)³⁰.

30 A separação alienada entre produção e controle, a produção voltada primordialmente para os valores de troca em detrimento das necessidades humanas básicas, a riqueza como um fim em si mesmo e a compulsão exploradora de trabalho excedente (em constante contraposição/contradição com o descarte de força de trabalho expulsa do mercado de trabalho e de consumo), sem o qual o sistema do capital não se reproduz, têm dificultado alcançar-se a homogeneização necessária ao pleno funcionamento do sistema.

Por lo tanto, como indica la cita anterior, el desarrollo histórico del capital se encuentra fundado en la actuación de tendencias y contratendencias, las cuales están determinadas por el imperativo expansionista del sistema. Sin embargo, logran tratar de forma superficial los efectos y consecuencias del modo de funcionamiento del sistema, contribuyendo de esa forma a su fortalecimiento, extendiendo los límites relativos de cada fase específica de desarrollo hasta la inevitable profundización de la crisis estructural.

Con base en lo anterior, como menciona (PANIAGO, 2012, p. 75), con la crisis estructural y el estrechamiento del margen de maniobra del capital para contornar las contradicciones acumuladas en el fin de su fase de ascendencia, la acción política es cada vez más solicitada. Así, el papel, tanto del Estado como de las políticas sociales, va tomando matices conforme a las necesidades del propio modo de producción capitalista.

Concordando con Pastorini (2018), entender que las políticas sociales son instrumentos del Estado burgués, las cuales amenizan y administran algunas de las manifestaciones de la "cuestión social", es indispensable para retomar los fundamentos del modo de producción capitalista para su comprensión y análisis.

Tanto las políticas sociales como el Estado, son categorías presentes en la reproducción de las sociedades de clases, las cuales son funcionales a este tipo de sociabilidad y mantienen las condiciones necesarias para su reproducción. Al ser productos históricos y socialmente determinados que tienen una existencia y una estructura dinámica concreta, son resultantes de las relaciones que los seres humanos establecen para organizar su existencia.

Como afirma Mézsáros (2015, p. 10), el Estado se convirtió en la forma política del capital, el régimen que defendía la propiedad privada, generando las condiciones necesarias para viabilizar la economía de mercado. De esta forma, cada vez que existe una llamada "crisis de Estado", en verdad es una crisis del capital, el cual va a modificar esta forma política para reproducirse, esto como lo menciona el mismo autor:

Las variedades particulares del Estado capitalista pueden ser derrumbadas, y también restauradas, pero no el Estado como tal. Los tipos particulares de las personificaciones, históricamente dadas del capital y del trabajo asalariado pueden ser

jurídicamente abolidos y restaurados, pero no el capital y el trabajo como tales, en su sentido substantivo de constitución como encontrados en el orden metabólico social del capital. (traducción propia) (MÉSZÁROS, 2015, p. 29)³¹.

Así, como lo explica Mézáros en la cita anterior, el Estado puede ir modificándose según las condiciones de cada momento histórico, empero, sin afectar el capital y el trabajo como tal, lo cual representa la esencia de cualquier modo de producción basado en la división de clases sociales. Es de gran importancia comprender que el Estado tiene funciones correctivas vitales, las cuales corresponden "[...] a la manutención y también al fortalecimiento de los irreprimibles imperativos materiales de autoexpansión del sistema" (traducción propia) (MÉSZÁROS, 2015, p. 16). El capital necesita de la intervención del Estado en la base material, ya que este último "[...] es un complemento fundamental a la reproducción del capital y debe garantizar la manutención del sistema como un todo" (traducción propia) (PANIAGO, 2012, p. 2).

De esta manera, como mencionan los autores anteriormente citados, el Estado funciona como una complementariedad correctiva necesaria para los defectos del capital, los cuales son estructurales para su propia expansión.

El Estado en su composición de la base material antagónica del capital no puede hacer otra cosa sino proteger el orden metabólico social establecido, defenderlo a toda costa, independientemente de los peligros para el futuro de la sobrevivencia de la humanidad (traducción propia) (MÉSZÁROS, 2015, p. 28)³².

31 As variedades particulares do Estado capitalista podem ser derrubadas, e também restauradas, mas não o Estado enquanto tal. Os tipos particulares das personificações historicamente dadas do capital e do trabalho assalariado podem ser juridicamente abolidos, e restaurados, mas não o capital e o trabalho como tais, em seu sentido substantivo de constituição como encontrados na ordem sociometabólica do capital.

32 O Estado na sua composição na base material antagônica do capital não pode fazer outra coisa se não proteger a ordem sociometabólica estabelecida, defendê-la a todo custo, independentemente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade.

Considerando lo expuesto anteriormente, no se sustentan las justificaciones del papel del Estado como un órgano conciliador de las clases, por el contrario, para Marx, el Estado no podría surgir ni subsistir si la conciliación de las clases fuera posible (LENIN, 2007, p. 27). Para Marx, el Estado es un órgano de dominación de clase, un órgano de sumisión de una clase por otra, en palabras de Lenin (2007, p. 27) es una creación de un "orden" que legaliza y consolida esa sumisión, amorteciendo la colisión de las clases.

El Estado moderno, como menciona Mészáros (2010), emerge con la misma inexorabilidad que caracteriza la difusión de las estructuras económicas del capital, complementándolas en la "[...] forma de la estructura totalizadora del comando político del capital" (traducción propia) (2011a, p. 106). Es la única estructura correctiva compatible con los requerimientos estructurales del capital como modo de control metabólico social.

En este escenario, el Estado funciona como ese ente que corrige las deficiencias del capital en la manutención del orden existente, donde por medio de estrategias como las políticas sociales, buscan atender la "cuestión social" causada por el mismo sistema de producción y mantener condiciones mínimas en los trabajadores para su propia producción y reproducción.

Un ejemplo de lo mencionado anteriormente se evidencia a partir de los años 1970, con el agotamiento de las medidas keynesianas, donde la crisis estructural del capital comienza a tomar forma con características diferentes a las crisis cíclicas vividas por el capital anteriormente, las cuales eran solucionadas por un conjunto de medidas de intervención para sanar la crisis y que llevaron retomar de la expansión. La diferencia de esa crisis estructural a las anteriores, según Mészáros (2010, p. 100), son las implicaciones que afectan el sistema del capital global, no simplemente sobre uno de sus aspectos, sino en todas sus dimensiones fundamentales, cuestionando su viabilidad como sistema reproductivo social en su totalidad.

De esta forma, cuando el sistema de producción entra en crisis, aún un mayor número de recursos estatales se destinan para sustentar la continuidad de la acumulación del capital, priorizando en la concentración de riqueza y no en las necesidades sociales del trabajo. Así, las políticas sociales y, por lo tanto, la acción profesional en la esfera pública es afectada negativamente, por lo cual la oferta de los servicios y recursos sociales en una coyuntura

de demanda creciente se deprime, generando una intervención de los Asistentes Sociales/ Trabajadores Sociales (y otras profesiones que intervienen en el espacio de los servicios sociales), cada vez más impotente por el incremento y agudizaciones de las manifestaciones de la "cuestión social".

En este contexto, aparece el neoliberalismo como una de las estrategias para atenuar esta crisis, la cual se impone sobre la sociedad de forma contundente, y se materializa en una serie de medidas como la reestructuración del capital subordinado a la lógica del capital mundializado, desarrolla como nunca antes la internacionalización de la producción y de los mercados, redefine el papel del Estado nacional por medio de la incorporación de políticas de ajustes estructurales, reconduce sus formas de intervención en la "cuestión social" y altera los parámetros de constitución de los sistemas de protección social, lo que afecta directamente las condiciones de trabajo de los y las Asistentes Sociales/ Trabajadores Sociales.

En América Latina se evidencia la creciente concentración y centralización de los capitales y la apertura de mercados por medio de la constitución de nuevos bloques regionales con el discurso de "transición a la democracia", especialmente en los países con experiencia dictatorial. Estos lineamientos modelados, principalmente en el Consenso de Washington, pretendían una mayor disciplina fiscal; liberalización, tanto del sistema financiero como del comercio exterior; eliminación de restricciones para la inversión extranjera; privatización de empresas estatales de servicios públicos; desregulación laboral y seguridad de los derechos de propiedad (KAN, 2019).

De esta forma, el desmonte del sistema público de protección social, materializa la expresión política del capital mundializado en el enfrentamiento de su crisis de acumulación. Así, el Estado se modifica para adecuarse a la lógica del capital mundializado, por medio de un profundo proceso de reformas (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). El neoliberalismo como bandera, difunde la idea de que la intervención social pertenece al foro privado de los sujetos y sus grupos sociales, instaurando un discurso de culpabilización y extrema individualización. Se trasladan, de esta forma, las respuestas a las manifestaciones de la "cuestión social", de la esfera del Estado para la del mercado, o bien a la sociedad civil y se estimula un vasto emprendimiento de refilantropización de lo social, ocasionando una profunda despolitización y naturalización de la "cuestión social".

En este contexto, las expresiones de la precarización del trabajo y de las relaciones laborales en la contemporaneidad, se configuran como un rasgo de la universalidad del modo de producción capitalista en su crisis estructural. La reducción de los gastos sociales y el dismantelamiento de las políticas sociales tienen sus expresiones en la privatización, descentralización, focalización y programas asistenciales de emergencia. La precarización de las relaciones de trabajo y el desempleo estructural, resultantes del proceso de reestructuración del capital, se suman a los cambios regresivos en la relación entre el Estado y la sociedad cuando la referencia es la protección social como derecho del ciudadano. Asimismo, las condiciones de trabajo y las relaciones sociales en que se inscribe el Servicio Social/ Trabajo Social son indisociables a esta contrarreforma del Estado (BEHRING, 2003).

En Brasil y Costa Rica, así como en los otros países de América Latina, en su condición de países dependientes y periféricos, desde la década de 1980, se instaura de forma contundente esta mencionada contrarreforma del Estado, agudizando y reafirmando la condición de dependencia y precariedad que estos países viven. Como menciona Guerra (2007), la reforma del Estado que se comienza a implantar, inspirada y orientada por los organismos internacionales representantes del grande capital, impide los derechos sociales materializados en la Constitución de 1988 –en Brasil– y con los programas de ajuste estructural en Costa Rica, haciendo una refuncionalización del papel del Estado, generando, como menciona Netto (2010), un desastre para las masas de los trabajadores.

Ante este contexto, las transformaciones del trabajo en el capitalismo contemporáneo, produce múltiples procesualidades en las condiciones de vida y de trabajo de la clase trabajadora y generaliza la subproletarización del trabajo, en las formas de empleo precario, parcial, temporal, subcontratado, tercerizado, doméstico e informal. El resultado más brutal de esas transformaciones es la expansión sin precedentes del desempleo estructural que alcanza el mundo en escala global.

En este contexto de crisis estructural, el Servicio Social/ Trabajo Social enfrenta las condiciones impuestas por la sociabilidad capitalista contemporánea, especialmente en relación con los cambios en el mundo del trabajo, siendo estas, de acuerdo con Guerra (2010, p. 716) “[...] como una

condición básica para la elevación de las tasas de lucro y del proceso de financierización del capital" (traducción propia).

Por consiguiente, se considera fundamental observar las inflexiones de los trabajadores y trabajadoras, especialmente de los asistentes sociales/ trabajadores sociales, los cuales, históricamente, poseen protagonismo en el campo de elaboración, gestión y ejecución de las políticas sociales, teniendo el Estado como su principal empleador y a las manifestaciones de la "cuestión social" como objeto de intervención.

La crisis del capital y el mercado de trabajo del Servicio Social: el contexto brasileño³³

Para comprender el Servicio Social y su relación intrínseca con la crisis del capital, es indispensable analizarlo como producto del complejo proceso de producción y reproducción de las relaciones sociales del orden capitalista. Su reconocimiento, en cuanto profesión, dentro de la división social del trabajo institucionalizada y legalmente reconocida, es resultado del movimiento procesual del desarrollo de la sociedad capitalista, específicamente en su fase monopolista.

En este escenario, como menciona Prédés (2007), las instituciones enfocadas en la ejecución de las acciones de políticas sociales contratan un cuadro de diferentes profesionales (entre ellos los y las asistentes sociales), a partir del reconocimiento de ciertas necesidades sociales propias del desarrollo del capitalismo. Esta capacidad de la profesión de dar respuestas a determinadas demandas sociales por medio de la existencia de instituciones públicas o privadas a través de las políticas sociales, le da legitimidad, la cual concretiza una intervención racionalizadora sobre los efectos de la "cuestión social".

Es necesario resaltar que la persona asistente social desempeña su función inserta en un trabajo colectivo y se particulariza por cuenta de un conjunto de competencias y requisiciones impuestas, históricamente, por el proceso de trabajo en esta sociabilidad. Así el Servicio Social participa del proce-

33 Es importante mencionar que Servicio Social y Trabajo Social refieren a la misma profesión inserta en la división social y técnica del trabajo en el capitalismo. La distinción es apenas por la forma en que se conoce en cada país.

so de reproducción de las relaciones sociales, ejerciendo actividades de control social, de naturaleza legitimadora de la ideología dominante e interviniendo en las condiciones que favorezcan la reproducción de la fuerza de trabajo.

La crisis estructural y la coyuntura neoliberal que esto conlleva, va a impactar profundamente las condiciones de trabajo del Asistente Social, por medio de la retracción del Estado en lo social, de la precarización de las políticas sociales, por la reducción y cortes presupuestarios en el atención a las demandas y en las relaciones de trabajo, como menciona Yamamoto (1999, p. 48-49) “[...] la polivalencia, la tercerización, la subcontratación, la caída del patrón salarial, la ampliación de contratos de trabajo temporales, el desempleo son dimensiones constitutivas de la propia forma actual del Servicio Social [...]” (traducción propia).

Lo anterior importa tanto en la tendencia a la descualificación del profesional por sus escasas opciones de atención e intervención, como en la mayor fragmentación de la categoría, cada vez más individualizada y con posibilidades organizativas mínimas.

Más allá de eso, la flexibilización del trabajo de el/la Asistente Social; además de expresarse en las formas anteriormente citadas, se evidencia según Guerra (2011, p. 98), una vuelta al conservadurismo por el carácter misionario, la falsa auto-representación de la profesión como vocación, la histórica tendencia de la sustitución de la intervención profesional por actividades voluntarias, desprofesionalizadas que son dilemas colocados nuevamente por las condiciones de trabajo resultantes de la coyuntura de crisis.

Para representar las condiciones de empleo de los/las Asistentes Sociales, se evidencian los datos de la profesión en Brasil, país con mayor contingente de Asistentes Sociales en América Latina, donde las condiciones laborales –a pesar de las particularidades de cada país– no distan de forma general a las condiciones de los demás países de la región.

A partir de la indagación de los documentos disponibles en los órganos de mayor relevancia en Brasil (ABEPSS e CFESS), se encuentra como las investigaciones más actualizadas³⁴, en lo que refiere al mercado de traba-

34 Es utilizada esta referencia del 2005, ya que según consulta realizada a la prof. Rosa Prédés e investigando en el CFESS, no existían estudios con datos más actualizados hasta el 2022.

jo de los Asistentes Sociales en Brasil, la investigación "*Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional*", promovida por el Consejo Federal de Servicio Social y realizada por la Universidad Federal de Alagoas (UFAL) y Consejos Regionales de Servicio Social (CRESS) en mayo de 2005, junto a los/las asistentes sociales inscritos/as en los CRESS y con registro activo, los cuales totalizaban en la época 61.151 profesionales^{35,36}. Además, de la investigación más reciente intitulada "*Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional 2022*", llevada a cabo por la Organização Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), donde se evidencia un crecimiento exponencial llegando a 176.524 profesionales inscritas.

En la investigación del 2005, la gran mayoría de los profesionales: 77,19% tenía vínculo laboral, 10,31% registran dos vínculos laborales y 0,76% tres vínculos o más. La ausencia de vínculos es evidente, 11,74% indica la no inserción en el mercado de trabajo en el área de Servicio Social, porcentaje un poco menor al actual. Por su parte, en el último estudio, resalta un dato interesante sobre los vínculos contractuales de las personas profesionales, donde se evidencia más de un 17% de desempleo, 71,56% con un empleo, 10,08% con dos vínculos contractuales, 0,46% con tres vínculos y 0,17% con cuatro vínculos. Lo anterior muestra, por un lado, el alto nivel de desempleo y, por otro lado, la multiplicidad de vínculos contractuales que poseen un porcentaje considerable de las personas asistentes sociales.

El principal tipo de vínculo es el estatal con 55,68%, prevaleciente en todas las regiones. Le siguen los contratos con base en la Consolidación de las Leyes Laborales que representan 27,24%, los contratos temporales representan 9,41% y, en la modalidad de servicios prestados, 5,84%. Los demás vínculos no son significativos.

En el primer estudio mencionado, se expone de forma sintética, por medio de aproximaciones descriptivas, las condiciones y relaciones de trabajo que circunscriben el trabajo profesional de los/las Asistentes Sociales. En ese momento, se constata que, a nivel nacional, 78,16% de los asistentes

35 Según Iamamoto (2009) el contingente profesional ya ultrapasa la cifra de los 84 mil asistentes sociales con registro en el Consejo Federal de Servicio Social.

36 Actualmente el CFESS encuentra en un proceso de actualización de datos de los profesionales para futuras investigaciones nacional sobre el ejercicio profesional.

sociales actúan en instituciones públicas de naturaleza estatal, de los cuales 40,97% se circunscriben en el ámbito municipal, 24% estatales y 13% federales. Se evidencia que el/la asistente social en Brasil es mayoritariamente funcionario público, que actúa predominantemente en la formulación, planeamiento y ejecución de políticas sociales con destaque en las políticas de salud, asistencia social, educación, habitación, entre otras. El segundo mayor empleador son las empresas privadas con 13,19% (el mismo índice que las instituciones federales), seguido del "Tercer Sector" con 6,81% (englobando Organizaciones no Gubernamentales, asociaciones, cooperativas, entre otras que viabilizan la llamada "responsabilidad social").

Según el estudio más reciente, 2022, la profesión continúa insertándose principalmente en el sector público municipal (43,59%), en el sector público estatal (11,01%) y en las organizaciones no gubernamentales sin fines lucrativos (8,17%). La jornada de trabajo predominante en el estudio del 2005 es de 40 horas, alcanzando 50,7% de los/las asistentes sociales, seguida de la jornada de 30 horas con 28,65%; la carga de más de 40 horas ocupa el tercer lugar. Para el 2022 se evidencia un cambio, ya que se concentra la población en una jornada entre 25-30 horas con un 44,37%, un 21,60% entre 31-40 horas y 5,22% entre 41- 50 horas.

Un dato relevante mostrado en el estudio del 2022, es que la mayor cantidad de las personas asistentes sociales son graduadas de institución privadas con fines lucrativos (52,97%), seguido por la institución Pública Federal (18,63%), tomando una destacada diferencia entre la educación pública y privada.

En cuanto a los salarios, se expresa en el estudio del 2022 que la mayor cantidad de profesionales se sitúan en el rango de entre 2.000 y 3.000³⁷ reales (24,52%), seguido del 18,05% que reciben solamente entre 1.000 y 2.000 reales y un 12,20% que reciben entre 3.000 y 4.000 reales. Este dato evidencia el escaso salario de una persona profesional en Servicio Social, tomando en consideración el costo de una canasta básica alimentaria, la cual tuvo recientemente un incremento importante donde, por ejemplo, en São Paulo pasó de R\$ 438 a R\$ 804 (Brasil de Fato, 2022), sufriendo un aumento del 83%.

37 \$188 a \$366.

Con respecto a la cualificación de los asistentes sociales brasileños, la época del primer estudio se reflejaba que 55,34% poseía graduación, 35,26% cuentan con título de especialista, 6,49% cuentan con maestría, 1,24% cuenta con doctorado y solamente el 0,67% realizó estudios de pos-doctorado.

Un aspecto a destacar de manera necesaria, son los datos mostrados sobre la enseñanza a distancia (EaD) en la última década en Brasil. Según muestra el estudio realizado por el CFESS en el 2022, tomando como referencia los datos del INEP, entre 2010 y 2020, las personas que matriculaban graduación presencial se redujeron un 13.9% y, por el contrario, las personas que matricularon cursos a distancia se elevaron un 428,2%. Esto evidencia cómo los cursos a distancia han tenido un incremento importante, en detrimento de un porcentaje de personas que están dejando de asistir a los cursos presenciales, comprometiendo significativamente la calidad de los mismos.

El perfil es de una categoría fundamentalmente femenina, para el 2005 había 97% en esta categoría, con la presencia de apenas 3% de hombres y lo que respecta a los rangos etarios, se encuentra entre 35 a 44 años 38%, de 25 a 34 años 30% y de 45 a 59 años 25%. Un dato sumamente importante es que la mayoría de los asistentes sociales se identifica como blancos/as 72,14% y las que se declaran personas negras totalizan 20,32%. En relación a la orientación sexual, 95% proclaman ser heterosexuales, 3% homosexuales y 2% bisexuales. La mayoría (53%) es casada y 47% son personas solteras (CFESS, 2005).

Diez años después, permanece la presencia mayoritaria de personas que se identifican con el género femenino en la profesión, representada por un 92,92%, un 6,97%, se identifican con el sexo masculino y otras expresiones de género representan un 0.10%.

Con base en los datos anteriormente expuestos, más allá de proveer un panorama general de las características de los/las asistentes sociales en el país, se puede observar como la profesión presenta características que aparecen desde su constitución y que permanecen en la actualidad. Se observa como la profesión comprende una base eminentemente de naturaleza pública, feminizada, "blanca" y con otra serie de características que muestran tanto su funcionalidad en las relaciones sociales actuales como las características históricas desde su fundación.

Los datos muestran que, aunque el mayor contratante de profesionales aún es el Estado³⁸, se percibe como gradualmente se amplían los campos de acción de la profesión, expandiéndose los espacios socio-ocupacionales, especialmente en empresas privadas y en asociaciones público-privadas, las cuales han cobrado fuerza desde finales del siglo pasado. Esto tiene implicaciones en el campo de intervención de los/las profesionales, lo que incide en su proyecto ético-político, por lo que deben actuar restringidos y de acuerdo a los intereses impuestos por la parte contratante³⁹.

En otras pesquisas encontradas sobre el mercado de trabajo de los asistentes sociales, en Espíritu Santo (2007) y Santa Catarina (2011), se muestran algunas cuestiones que articulan la insuficiencia de la política respecto a las condiciones para el ejercicio profesional. Según los datos de la investigación de Santa Catarina, un 73% de las personas asistentes sociales participantes indican que existen problemas que dificultan la realización de su trabajo. Dentro de estas dificultades se encuentra la falta de estructura física, de recursos humanos y materiales, de equipos y vehículo, equipo reducido de profesionales, burocracia excesiva, problemas de gestión y financiamiento, fragmentación de la red de protección social, discontinuidad, fragmentación y sobrecarga laboral.

Concordando con los resultados de la pesquisa de Espíritu Santo (2007), se evidencia entre los problemas más recurridos los relacionados con la falta de recursos y de estructura física; además, la falta de reconocimiento, la falta de autonomía, el exceso de la demanda, la contratación precaria, la discontinuidad de las acciones, la falta de capacitación, el exceso de carga horaria, el desconocimiento de las atribuciones profesionales y la insalubridad y falta de seguridad en el trabajo.

38 Esto por la naturaleza propia de la profesión, la cual nace en el capitalismo monopólico, donde el Estado comienza a dar respuesta de forma sistemática a las manifestaciones de la cuestión social para la reproducción del capital.

39 No se refiere a que el contratante coloca las requisiciones y atribuciones a los/las profesionales de Servicio Social, estas demandas son colocadas de forma estructural en el sistema de producción capitalista desde su génesis, siendo funcional a este, sin embargo, dependiendo del espacio socio-ocupacional, las contradicciones vivenciadas por los asistentes sociales en su actuación cotidiana son más o menos evidentes y el profesional va a tener diferentes grado de autonomía de acuerdo donde se encuentre laborando.

En síntesis, la precarización en relación al ejercicio profesional, se encuentra en ambas investigaciones, donde se visibilizan muchos datos convergentes como el bajo salario, las formas de vínculos precarios, la focalización y la selectividad de las políticas sociales, la falta de recursos financieros y de infraestructura para desarrollar el trabajo, la injerencia política de las personas gestoras en el trabajo del asistente social, la persecución política y la falta de espacio de trabajo adecuado.

En ese sentido, se observa como las políticas sociales y, por ende, el ejercicio profesional sufren los resquicios de la reorganización del capital para el enfrentamiento de la crisis, es así que hay una ampliación de la participación del sector privado en el suministro de respuestas a las necesidades sociales y la formación profesional, reforzando el proceso de mercantilización de los servicios sociales como por ejemplo, las redes mínimas de protección social en la salud, educación y asistencia social.

En suma, es evidente la articulación entre las tendencias del sistema de producción vigente y sus transformaciones, de forma que incide tanto en el papel del Estado como en el de las políticas sociales e influye de forma directa en la actuación de los asistentes sociales y en las condiciones de sus espacios socio-ocupacionales. Estas condiciones de trabajo son afectadas por las determinaciones de la precarización impuesta por el orden del capital y se materializa en la contradicción entre el proyecto ético-político y su condición de asalariado, en la doble determinación de su trabajo y en la autonomía que es condicionada por las luchas hegemónicas, o sea, en el dilema histórico dado para la realización de su trabajo y la intencionalidad del mismo.

El Trabajo Social costarricense: las implicaciones de la crisis estructural en la el mercado de trabajo

Al igual que Brasil, en Costa Rica se evidencian transformaciones en la formación social a partir de la crisis estructural del sistema económico mundial, el cual se expresa con sus singularidades.

En este escenario, al igual que en la mayoría de los países dependientes, desde la década de 1980, Costa Rica comienza a solicitar préstamos a los Organismos internacionales, lo que ocasiona el crecimiento de la deuda pública y las contrarreformas del Estado, lo cual tiene un fuerte

impacto en la política social, expresándose en el aumento del desempleo y su precarización, la caída de los salarios, la contracción del gasto público social y la concentración de la riqueza más agudizada.

La orientación claramente neoliberal de las medidas de ajuste estructural recomendadas por los organismos financieros internacionales, entró en conflicto con la ideología socialdemócrata de los dirigentes costarricenses y los mecanismos de autorregulación automática propios del intervencionismo que, aún debilitados, continuaban teniendo operatividad. Esto ocasionó una resistencia por parte de ciertos grupos de la población atrasando en alguna medida la firma de los programas de ajuste estructural (HIDALGO, 2004).

De esta manera, las contradicciones históricas de la época se caracterizan por un proceso de mundialización, comprendido como un nuevo ajuste de las relaciones capitalistas en América Latina y en el mundo, liderado por la lógica globalizante del capital transnacional acompañado de la ideología neoliberal como sustento político.

Esta ideología neoliberal continúa reproduciéndose y los datos de la situación del país muestran como las condiciones de vida de la población son cada vez más precarias, a pesar de los estudios internacionales que posicionan a Costa Rica como un país con elevados índices de desarrollo humano en contraposición con los otros países latinoamericanos.

Es así como, esa crisis del capital toma características incontrolables, sentando una base material que afectó el Trabajo Social y da paso, a nuevas demandas y organizaciones populares debido a la pauperización creciente de las condiciones de vida de la población.

Como se mencionó anteriormente, especialmente desde la década de 1980, se ha experimentado una crisis estructuralmente diferente a las anteriores. Ligada a esta crisis, colapsa el modelo de sustitución de importaciones, ya que pocos países pudieron mantenerse en el intercambio comercial con condiciones favorables, por lo que tuvieron que buscar una deuda externa para poder solventar las necesidades de reproducción del sistema del capital en cada formación social.

En Costa Rica, los programas de Ajuste Estructural instaurados en esta época, proponían cambios profundos en las funciones y en el tamaño del

sector público del país y se constituiría en la plataforma inicial del proceso llamado "reforma del Estado", o mejor dicho, contrarreforma del Estado.

Esto incide fuertemente en el ejercicio profesional de los y las trabajadoras sociales, afectando directamente a su principal empleador: el Estado. Según Romero (2005), las medidas o acciones que tienen que ver con la contrarreforma del Estado, están vinculadas a las prescripciones de los organismos financieros internacionales, los cuales defendían la reducción de la planilla del Estado, fijar los límites del gasto público, controlar el endeudamiento de las instituciones públicas, racionalizar el gasto público y procurar políticas de privatización.

En las últimas décadas, el contexto económico y político del país se ha desgastado como en el resto de América Latina y el desempleo estructural que vive de forma más agudizada la clase trabajadora se evidencia también entre los profesionales de Trabajo Social en Costa Rica. Según datos del Colegio de Trabajadores Sociales de Costa Rica (2020), una de las situaciones preocupantes a nivel gremial es la tasa de desempleo que se evidencia, ya que, actualmente, existe un 18.9% de desempleo. Si comparamos este dato con la tasa de desempleo a nivel profesional general, la cual corresponde a 5.9% observamos que Trabajo Social se encuentra en una condición muy por encima de la media con respecto a este tema. Esto se refuerza al comparar la tasa de desempleo de Psicología (8.5%) y Orientación (3.3%).

Además, otro de los factores importantes del desempleo, es que este ha ido en crecimiento exponencial de las personas graduadas en los últimos años, especialmente de las universidades privadas, dato evidenciado en los estudios del Consejo Nacional de Rectores (2019). Según este estudio, el 80.6% se encuentran en puestos de subordinación, en contraposición de los puestos de alta gerencia con 0.6% de incidencia y 8% en puestos de jefatura. Esto refleja la poca injerencia que como profesión se ha tenido en la toma de decisiones y en puestos de poder.

El principal empleador de las personas profesionales, al igual que en el contexto brasileño, son las instituciones públicas y resalta a la vista el salario promedio, el cual, según el Colegio de Trabajadores Sociales, es de €600.000 a €900.000⁴⁰.

40 Aproximadamente de \$983.42 a \$1311.23.

Uno de los temas fundamentales, es la precarización de las condiciones laborales que se ha evidenciado, en conjunto con la disminución de complementos salariales como la dedicación exclusiva, el no reconocimiento del pago de carrera profesional, cese del pago de anualidades, congelamiento de aumentos salariales y el estancamiento salarial del sector público, que se encuentra cada vez más amenazado por las reformas al sector público impulsadas actualmente.

Según manifiesta la mayoría de las personas profesionales participantes de este estudio, más de la mitad viven con fuerte estrés laboral, expresado en la no satisfacción de proyecto de vida y profesional al no conseguir un trabajo formal, por la realización de labores no remuneradas, la poca autonomía profesional, la polivalencia en las actividades, la poca legitimidad de la profesión y sobrecarga laboral. Es importante mencionar que este tipo de situaciones expresadas no son exclusivas de las y los profesionales en Trabajo Social, sino que son expresiones de las condiciones pauperizadas de vida materializadas en la clase trabajadora en general, debido a condicionantes estructurales de la sobreexplotación históricamente vivida. Sin embargo, al ser Trabajo Social una profesión que nace y se desarrolla orgánicamente articulada a la política social y que trabaja directamente con las expresiones de la "cuestión social", se evidencia todavía más el desmantelamiento y la precarización de las condiciones.

Ante esta situación, se muestra como una necesidad imperante la organización gremial. Sobre este punto, el 64% de las personas profesionales en Trabajo Social indican participar en algún tipo de organización y del 30% que menciona no contar con estos espacios, 65% refieren que les gustaría participar. Esto evidencia un reto en la profesión para la organización gremial y abrir más espacios de participación para la lucha y conquista de derechos laborales.

Al ser un estudio reciente, se expresa la situación generada por la Covid-19, donde se evidenciaron, en general, enormes desigualdades en todos los campos, exponiendo así las consecuencias de la crisis estructural vivenciada hace varias décadas que se expresa en el desempleo generalizado, el crecimiento en el sector informal, debilitamiento del Estado y la política social, crisis fiscal, entre otras situaciones que afectaron directamente las condiciones laborales y de vida en general de la población.

Ante esta coyuntura, las personas profesionales en Trabajo Social también tuvieron consecuencias, especialmente en la sobrecarga laboral. Además, por la naturaleza del trabajo profesional en algunas instituciones, varias profesionales remiten trabajar de forma presencial, por lo cual tuvieron que exponerse a condiciones poco adecuadas para salvaguardar su salud. Por otra parte, de las personas que indican realizar funciones en teletrabajo, la mayoría expone que tuvieron que asumir los costos de internet, luz, mobiliario adecuado, entre otros.

Consideraciones finales

La práctica profesional de los/las asistentes sociales/trabajadores sociales, se encuentra articulada íntimamente con las necesidades del modo de producción capitalista, por lo que el ejercicio profesional está siendo directamente afectado debido a la precarización de las condiciones y relaciones de trabajo asalariado que impone este sistema de producción.

De esta forma, las tendencias y cambios que genera el propio sistema de reproducción social impactan tanto el funcionamiento del Estado como su forma de actuar sobre la "cuestión social", es decir, en las políticas sociales, las cuales inciden directamente en la intervención profesional de estos profesionales.

Como se muestra en los datos, cada vez un mayor número de asistentes sociales están ejerciendo su trabajo profesional sometidos a contratos temporales, tercerizados y subcontratados, de modo que su autonomía y estrategias profesionales han sido comprometidos por las condiciones objetivas de su inserción en el mercado de trabajo. Además, los bajos salarios presentados, especialmente en Brasil, muestran cómo la superexplotación de la fuerza de trabajo se ha agudizado, ya que los ingresos recibidos no son suficientes para la reproducción de las condiciones básicas de vida de la persona trabajadora. Por lo tanto, las demandas profesionales como trabajadores asalariados, en tiempo de hegemonía del capital financiero y del patrón flexible, son manifestaciones inmediatas de las contradicciones y antagonismos de la sociedad burguesa, expresadas en esta coyuntura.

Estas expresiones de la "cuestión social", que se viven actualmente, interfieren no solo en la condición de clase trabajadora de la persona

profesional asistente social/ trabajadora social, también rediseña su propio objeto de intervención profesional, en un contexto de regresión de derechos y de desmonte del sistema público de protección social.

En este escenario del mundo de trabajo actual, el capitalismo contemporáneo con sus más agudas incoherencias y en su propio desarrollo incontrolable, es resultado de la propia determinación del capital, es decir, de su construcción histórico-social que, hasta entonces, se fue adecuando a las más diversas formas para desarrollar y realizar sus contradicciones destructivas. De esta forma, para comprender el mercado de trabajo de los asistentes sociales/trabajadores sociales, debemos tener como presupuesto los condicionantes del capitalismo como sistema metabólico social actual y su crisis estructural de forma transversal y cómo esto incide en la reproducción del sistema de producción.

En este texto, se pretendió mostrar como la discusión sobre el mundo del trabajo, articulada directamente a las condiciones impuestas por el capital, influye directamente en las condiciones de trabajo y de intervención de los asistentes sociales, siendo estos parte del engranaje que mueve la reproducción de las relaciones sociales del sistema de producción capitalista y como esta condición presentada, al ser estructural, se manifiesta con sus particularidades en diversos países, en este caso Costa Rica y Brasil.

El análisis de las contradicciones inmanentes del ejercicio profesional agrega un complejo de determinaciones y mediaciones que posibilita la aprensión de su significado social en el conjunto de las relaciones sociales de producción y reproducción del capital. El desafío es la aprehensión de estos determinantes al trabajo alienado, implícito en el trabajo asalariado y sus consecuencias en el ejercicio profesional en su relación con sus múltiples expresiones de la "cuestión social", bien como de los diversos segmentos de la clase trabajadora, sujetos y usuarios de las acciones y servicios de la práctica profesional.

Así, el mercado profesional de trabajo sufre impactos directos e indirectos de las transformaciones en la esfera productiva y estatal con repercusiones en la concepción, organización, administración y gestión de las políticas sociales como se mostró en los datos expuestos. Los procesos económicos y sociales que marcaron la sociedad desde el último cuarto del siglo

pasado, relacionados con los cambios en la dinámica capitalista con claras incidencias en el mundo del trabajo y en el papel tanto del Estado como de las políticas sociales, tienen alterado el trabajo de los asistentes sociales de diferentes formas.

Por un lado, este impacto de los procesos sociales reorganiza y coloca funciones diferenciadas en los espacios socio-ocupacionales; por otro lado, visibiliza otras requisiciones y demandas en el marco de las necesidades del capital y de las nuevas expresiones de la "cuestión social".

Por fin, las reflexiones sobre el trabajo profesional articulado de forma intrínseca con la crisis del capital, se coloca como un tema de gran relevancia para la delimitación de las bases de sustentación teóricas y políticas del proceso de consolidación del proyecto profesional en sus diferentes ámbitos.

Referencias

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanette. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Col. Biblioteca Básica/Serviço Social, v. 2.)

CFESS (Org.). Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para estudo do perfil profissional. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 17ª Região. Relatório Pesquisa o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo. Vitória (ES). 2007.

COLEGIO DE TRABAJADORES SOCIALES (Costa Rica). Unidad de Investigación (org.). Consulta de Condiciones Laborales de Trabajo Social. San José, 2021. 32 p. Brasília /Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005. 73 p.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

GUERRA, Yolanda. Serviço Social: Dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. **Crise Contemporânea e Serviço Social**, Alagoas, 2011.

HIDALGO, Antonio. Costa Rica en evolución. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica. 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social.** Brasília: CFESS, Brasília, p. 341-376, 2009.

KAN, Julián. **El modelo de integración regional asociado a las reformas neoliberales.** Un análisis de las iniciativas regionales de los años noventa y de la coyuntura actual. In: SILVA, Consuelo. 2019.

KEYNESIANISMO, neoliberalismo e os antecedentes da "crise" do Estado. Versão reduzida do texto publicado na temporalis, no 15, 2009 – **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).** Na versão atual ampliada este artigo foi publicado na coletânea Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

KONCHINSKI, Vinicius. En Brasil, con un salario mínimo se trabaja medio mes o más para comprar una canasta básica. El precio de los productos alimenticios se disparó y el piso salarial no tuvo un aumento real con Bolsonaro. **Brasil de Fato,** Curitiba, 22 de mayo del 2022.

MANFROI, V. M. et al. A realidade profissional dos assistentes sociais de Santa Catarina: mercado de trabalho, exercício e formação profissional. **Relatório de pesquisa.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

MÉSZÁROS, István. **Más allá del capital.** La Paz: Pasado y Presente XXI, 2010.

_____. **A montanha que devemos conquistar:** reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15a. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FLORES, CONSUELO SILVA, et al. **América Latina:** Una Integración Regional Fragmentada y Sin Rumbo. CLACSO, 2018. JSTOR,

FRAGMENTADA Y SIN RUMBO. **Buenos Aires:** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2019.

PERFIL de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília. 2022.

LENIN, Vladimir. **Estado e Revolução.** 1. ed. São Paulo, Brasil: Expressão Popular, 2007.

PANIAGO, Maria Cristina. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PASTORINI, Alejandra. Questão social no capitalismo contemporâneo. Particularidades das políticas sociais na América Latina. In: Montaño, C e Lustosa, R. (Orgs). Conhecimento e Sociedade. **Ensaio marxistas** (pp. 211-227) São Paulo: Outras Expressões, 2018.

PRÉDES, Rosa. Serviço Social e políticas sociais: articulação histórica e necessária para compreender a profissão. In: PRÉDES, Rosa. **Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Alagoas: EDUFAL, 2007.

ROMERO-PÉREZ, Jorge. La reforma del estado: perspectivas actuales. **Revista de Ciencias Jurídicas**, N° 107 (11-32) mayo-agosto 2005.

EIXO 2

A POBREZA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: AS CONFIGURAÇÕES



EM TEMPOS DE PANDEMIA

Anderson Martins Silva
Ednéia Alves de Oliveira

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a relação entre as crises do capital e seus rebatimentos no cenário econômico brasileiro hodierno, particularizando a crise sanitária instaurada a partir do anúncio do estado pandêmico em março de 2020 no país. Trata-se de pesquisa descritiva, exploratória e quantitativa cuja metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental com análise de dados primários e secundários extraídos de órgãos governamentais e não governamentais. Os resultados obtidos permitem constatar que ao longo dos últimos anos e, em especial, a partir de 2020, as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro para minimizar os efeitos da crise sanitária aprofundaram o quadro de pobreza e miséria, permanecendo a histórica desigualdade social que tem marcado a formação social pátria.

Palavras-chave: Crise do capital; Pandemia; Desigualdade Social; Brasil.

POBREZA Y DESIGUALDAD SOCIAL EN BRASIL: LAS “VENAS ABIERTAS” DE LA CRISIS DEL CAPITAL EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar la relación entre las crisis de capital y sus rebatimientos en el escenario económico brasileño actual, particularizando la crisis de salud establecida a partir del anuncio del estado de pandemia en marzo de 2020 en el país. Se trata de una investigación descriptiva, exploratoria y cuantitativa cuya metodología utilizada fue la investigación bibliográfica y documental con análisis de datos primarios y secundarios extraídos de organismos gubernamentales y no gubernamentales. Los resultados obtenidos permiten ver que en los últimos años, y especialmente a partir de 2020, las medidas adoptadas por el gobierno de Bolsonaro para minimizar los efectos de la crisis sanitaria han profundizado la situación de pobreza y miseria, quedando la desigualdad social histórica que ha marcado nuestra formación social.

Palabras clave: Crisis del capital; Pandemia; Desigualdad Social; Brasil.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar a relação entre a crise econômica mundial do capital e seus rebatimentos no cenário econômico brasileiro hodierno, particularizando a crise sanitária instaurada a partir do anúncio do estado pandêmico em março de 2020 no país. Na tentativa de minimizar os impactos da crise dos últimos anos e seu agravamento com a chegada da Covid-19, o governo Bolsonaro adotou algumas medidas para reduzir os efeitos das restrições sanitárias que impactaram sobremaneira as condições de trabalho e de vida para elevados segmentos da classe trabalhadora. Contudo, tais medidas se mostraram insuficientes para responder ao quadro em tela, aprofundando-se a histórica desigualdade social que tem marcado a formação social.

Para realizar a pesquisa, a metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e documental com utilização de dados primários e secundários extraídos de órgãos governamentais e não governamentais. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa cujos resultados obtidos permitem constatar que ao longo dos últimos anos e, em especial a partir de 2020, as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro para minimizar os efeitos da crise aprofundaram o quadro de pobreza e miséria que vinha sendo delineado no Brasil, a partir de 2012-2013 como desdobramento da crise de 2008, anunciada à época como uma "marolinha". Já no início do segundo governo de Dilma Rousseff, o quadro recessivo mostrava sinais de forte retração da economia nacional, levando a presidente a adotar medidas que privilegiassem o consumo das classes mais pauperizadas o que ocasionou o descontentamento de setores do capital nacional e internacional que, insatisfeitos com o quadro recessivo e a queda de lucratividade, orquestraram o enredo que levou ao golpe e a saída de Rousseff do governo em 2016.

Acreditava-se que o ascenso de Temer, vice da presidente, ao poder traria de volta os rumos auspiciosos das taxas de crescimento anteriores. Contudo, todas as políticas adotadas não lograram o êxito desejado e a insatisfação permaneceu, assim como a inflação, o desemprego e os baixos índices de crescimento. A saída para responder ao contexto recessivo foi apostar na vitória do candidato Jair Bolsonaro e uma retórica econômica ortodoxa

de austeridade dos gastos públicos, retomada das privatizações, reforma administrativa, combate maciço da corrupção, arrocho salarial, entre outras.

Já no primeiro ano de seu governo, o presidente concluiu a reforma previdenciária relegada por Temer, em função dos índices de impopularidade elevados que este acumulava. No ano seguinte, quando se pensava em retomar algumas das promessas de campanha, o país é assolado pela pandemia da Covid-19 e o que se viu foi a incapacidade, ineficácia e a incompetência do governo na gestão da crise, culminando em milhares de mortes e no agravamento da pobreza, do desemprego e da miséria.

2. A pandemia de Covid-19 e o aprofundamento da crise histórica da acumulação capitalista mundial

O aprofundamento da crise histórica da acumulação capitalista mundial é um fato que pode ser comprovado mediante a análise de seus desdobramentos no quadro pandêmico instaurado no Mundo no início de 2020 com a proliferação do Coronavírus. O momento atual da crise de superacumulação capitalista mundial se particulariza perante as crises anteriores vivenciadas no capitalismo pela novidade histórica da disseminação de um vírus que oferece riscos ao processo de acumulação de capital, em função das restrições impostas à população em todos os cantos do Planeta e que incidem na produção e no consumo, afetando de forma significativa o conjunto da classe trabalhadora e as políticas macroeconômicas levadas a termo por economistas de plantão, que buscam alternativas para escapar da situação de baixo crescimento, perda da capacidade produtiva e baixa lucratividade instaurada. A crise sanitária contribui para aprofundar e evidenciar a magnitude da crise de superacumulação capitalista em curso, incapaz de oferecer uma alternativa progressista para a humanidade, e mostra a capacidade destrutiva do capital que têm promovido, por meio de distintos governos a destruição das forças produtivas.

Não por acaso, a crise atual pode ser comparada ao período da Grande Recessão de 1929 ou ainda do pós-2008 (ROBERTS, 2009; 2016), com a especificidade de que se precisa conter o vírus para recuperar taxas de crescimento, diferente de 1929 e 2008 cujo germe a ser "regulado" era a insaciabilidade de um grupo de capitalistas que esperavam obter lucros estrondosos

por meio das investidas no mercado financeiro. Em documento elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2021, encontram-se estimativas para o ano de 2020, que sinalizam para um encolhimento da economia mundial em -3,5% – trata-se da maior retração do Produto Interno Bruto (PIB) mundial desde a Grande Depressão dos anos 1930 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2021).

Nas economias imperialistas e nos assim chamados mercados emergentes e economias em desenvolvimento a queda estimada do crescimento econômico é de respectivamente -4,9% e -2,4%. As economias norte-americana, japonesa e do Reino Unido encolheram, respectivamente, -3,4%, -5,1% e -10% ao passo que na Zona do Euro as perdas foram de -7,2%. O conjunto dos emergentes na Ásia registrou uma diminuição da economia de -1,1%. Com exceção da China que manteve uma taxa estimada de crescimento em 2020 de 2,3%, todos os demais países apresentaram um encolhimento de suas economias. Na América Latina e Caribe, observa-se no México uma estimativa de queda no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de -8,5%, enquanto no Brasil a diminuição prevista é de -4,5% em 2020.

Ao final de 2020, após o anúncio de medidas políticas adicionais – notadamente nos Estados Unidos e no Japão – esperadas para fornecer mais apoio em 2021-2022 à economia global, os indicadores do *International Monetary Fund* sugerem um ímpeto econômico mais otimista do que o projetado, em média, em todas as regiões no segundo semestre de 2020". O otimismo pode ser atribuído pela crescente imunização pela vacina, maior conhecimento do vírus e pelo fim das medidas de isolamento espacial e reabertura das fronteiras.

Contudo, é mister salientar que o ritmo de recuperação das economias será desigual, dependendo de três questões chave, quais sejam: 1) como os novos bloqueios com o intuito de frear a propagação do vírus – enquanto a maioria da população ainda não está vacinada – afetarão a atividade econômica? 2) como as expectativas com a vacinação e as políticas de vacinação dos governos afetarão a atividade econômica? E por fim; 3) como as condições financeiras e o preço das commodities irão evoluir no próximo período?

Segundo o *International Monetary Fund* (2021, p. 3), com a ampliação da vacinação ao longo de 2021 e 2022 a tendência de desaceleração econômica

mundial vigente no início de 2021 pode dar lugar a um cenário de retomada do crescimento, a partir do segundo trimestre deste ano “quando as vacinas e terapias tornaram-se mais prontamente disponíveis, permitindo [a retomada] de atividades intensivas em contato para fortalecer” a economia. Como não poderia deixar de ser, o movimento descrito é desigual entre os países e regiões do Planeta. O prognóstico apresentado pelo órgão adota como base fundamental a perspectiva de ampla vacinação nos países de economia avançada e vacinação parcial nos países emergentes e em desenvolvimento ao longo de 2021.

Do ponto de vista das medidas governamentais, a tendência apontada pelo *International Monetary Fund* por um lado, é de ampliação de políticas fiscais voltadas para impulsionar a atividade econômica, como nos casos dos Estados Unidos, Japão e União Europeia que anunciaram seus pacotes de medidas recentemente e, por outro lado, de conformação de déficits fiscais menores do que os verificados, em 2020, na maioria dos países, em grande medida, graças a possível retomada da atividade econômica nas economias avançadas e suas repercussões nos seus principais parceiros comerciais.

No que diz respeito às condições financeiras para 2021 e 2022, os analistas também vislumbram o desdobramento favorável da situação. Estimava-se, inclusive, que os “principais bancos centrais do mundo mantenham suas atuais taxas de juros [negativas] ao longo de todo o horizonte de previsão até o final de 2022” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2021, p. 3). Desse modo, é esperado que as condições financeiras permaneçam nos níveis atuais nas economias avançadas – taxas negativas – e que “melhorem gradualmente nos países emergentes e economias em desenvolvimento”. Entre estas últimas, a recuperação econômica deve se mostrar de forma desigual, na medida em que há uma diferença qualitativa entre aqueles países que foram capazes de ampliar o seu endividamento externo – emissão de título da dívida pública – para combater a pandemia e os que não, em função de restrições em sua capacidade de endividamento adicional. Porém, com o fortalecimento da retomada do crescimento econômico mundial tal diferença tende a diminuir.

Com relação aos preços das *commodities*, a tendência apontada pelo documento é de aumento dos preços no período 2021-2022. Em consonância com as perspectivas de recuperação da economia mundial sinalizada

pelos analistas, espera-se a ocorrência da melhoria da cotação do petróleo no mercado internacional – ainda aquém da média atingida em 2019. Por outro lado, os “preços das *commodities* não petrolíferas também devem aumentar junto aos dos metais, em particular, projetados para acelerar fortemente em 2021” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2021, p. 4).

Fundamentadas no cenário base delineado acima, as projeções acerca da perda de Produto Interno Bruto em relação ao período pré-pandemia feitas pelo Fundo Monetário Internacional para diferentes regiões e países, revelam que os prejuízos foram generalizados. No Mundo, a perda projetada para 2022 é de -3,7%. Nas economias emergentes da Ásia – com exceção da China – a queda estimada para 2022 é de -8%; na América Latina e Caribe -6,8%; na África Subsaariana -6,1%; no Oriente Médio e Ásia central -5,2%; no conjunto dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento -4,5%; nos emergentes europeus -2,6%; nas economias avançadas -2,4%; na China -1,55 e, por fim; nos Estados Unidos a estimativa é de -1,3% em relação ao período antes da Covid-19.

Quando se analisam os impactos da crise sobre o trabalho, o quadro se torna mais dramático. De acordo com os dados fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), em janeiro de 2021, 93% dos trabalhadores do Mundo residiam em países nos quais algum tipo de medida de paralisação da atividade econômica estava em curso – fechamento parcial de comércios, isolamento social, lockdown etc. As estimativas do organismo apontam para a ocorrência de uma interrupção do mercado de trabalho em uma “escala historicamente sem precedentes” (OIT, 2021, p. 1, tradução nossa).

A tendência de fechamento dos locais de trabalho experimentou uma grande variação entre as distintas regiões do Planeta. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021, p. 3), a partir da segunda onda que varreu a Europa no segundo semestre de 2020, houve uma ampliação significativa das medidas restritivas, porém, segundo os dados fornecidos pelo próprio estudo em questão, no início de 2021 somente “20% dos trabalhadores da região [Europa] viviam em países com a economia fechada para todos exceto os trabalhadores essenciais” – e essa é a maior taxa entre as cinco regiões consideradas no estudo, ou seja, do mundo! As medidas que

impulsionaram a ampliação do fechamento dos locais de trabalho na Europa se concentraram, em grande medida, nos países do Norte, Sul e Europa Ocidental a partir de dezembro. Na sub-região sinalizada, 40% da classe trabalhadora vive em países com fechamento obrigatório dos locais de trabalho, exceto os locais de trabalho essenciais.

Nas demais regiões analisadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021, p. 3-4), a tendência é de relaxamento das restrições em meio ao contexto de avanço da segunda onda da pandemia nos primeiros meses de 2021. Na região da Ásia e Pacífico, 90% da classe trabalhadora vive em países nos quais vigoram algum tipo de fechamento dos locais de trabalho, porém, em consonância com a tendência global de relaxamento das medidas de isolamento social, houve a segmentação geográfica das medidas restritivas ocasionando a diminuição do contingente de trabalhadores vivendo em países com fechamento da economia como um todo. Cerca de "metade dos trabalhadores na região dos Estados Árabes residem, atualmente, em países com restrições de local de trabalho abaixo do pico próximo de 100% entre abril e junho de 2020".

Na África, somente um quinto dos trabalhadores vivem em países nos quais está mantido algum tipo de fechamento de locais de trabalho, número muito aquém dos quatro quintos observados em abril de 2020. A maioria das medidas restritivas adotadas na região, atualmente, atingem apenas setores e regiões específicas dos países que a compõem. Na América, cerca de 90% da classe trabalhadora vive em países nos quais ainda vigora algum tipo de fechamento dos locais de trabalho, no entanto "quase todas as restrições são focadas em certas regiões geográficas ou setores, indicando uma atenuação geral" das medidas restritivas.

Muitos fatores têm determinado o avanço do relaxamento das medidas de restrição da circulação ao longo da pandemia, entre os quais, chama a atenção, em particular, a mudança na postura de diversos governos que, ao longo de 2020, passaram a implementar restrições focadas em regiões e setores da economia – em "alternativa" ao Lockdown – com o objetivo de minimizar a paralisação da atividade econômica e o descontentamento de setores da população fortemente afetados pelo bloqueio mais rígido. No caso dos países em desenvolvimento, existe o agravante de se tratarem

de países com espaço fiscal limitado e restrições políticas significativas decorrentes das medidas de ajuste econômico permanente propugnadas, historicamente, pelas agências do capital internacional que nesse contexto, deixam pouca margem para o investimento dos governos no combate à pandemia. Desse modo, a "maioria das economias se afastaram de bloqueios rígidos" (OIT, 2021, p. 4).

Por fim, cabe destacar que, mesmo nos países que têm adotado medidas menos rigorosas de bloqueio, a "atividade econômica foi afetada em função do distanciamento físico e seus efeitos colaterais globais, como a redução acentuada do turismo e a persistência de barreiras à migração". Como sinalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021, p. 4), os prejuízos são enormes particularmente nas economias emergentes e em desenvolvimento altamente dependentes dos fluxos migratórios globais e do turismo.

Nesse quadro, no ano de 2020 foram perdidas 8,8% das horas de trabalho globais em relação ao último trimestre de 2019, o que equivale a "255 milhões de empregos em tempo integral". Metade das horas e trabalho perdidas no período correspondem às jornadas de trabalho reduzidas em função da pandemia. A outra metade corresponde aos 33 milhões (29%) de novos desempregados e os 81 milhões (71%) que passaram de empregados à condição de inativos em 2020, que somados atingem a marca histórica de 114 milhões de trabalhadores. Considerado em termos relativos, o desemprego no período afetou de maneira mais aguda as mulheres (crescimento de 5%) e a juventude trabalhadora (crescimento de 8,7%).

O grande crescimento do número de trabalhadores inativos acarretou uma diminuição de 2,2% da força de trabalho global em relação ao ano de 2019. Por sua vez, os 33 milhões de empregos perdidos contribuíram para elevar a taxa de desemprego global para 6,5% (variação de 1,1%). O impacto sobre os diversos setores da economia, as regiões e economias nacionais foi desigual. Nos setores de hospedaria, serviços de alimentação, artes, cultura, comércio varejista e construção houve perda de empregos massiva, ao passo que, nos serviços ligados à informação, comunicações, finanças e atividades de seguro houve crescimento do número de empregos.

As amostras da profundidade da perturbação do mercado de trabalho no período analisado o fato de que as "*perdas de horas de trabalho em 2020 foram aproximadamente quatro vezes maiores do que durante a crise financeira global em 2009*" (OIT, 2021, p. 1, grifos nossos). Os maiores graus de perturbação foram atingidos no Sul da Europa, Sul da Ásia e, em particular, na América Latina e Caribe. Em contraste, em grande medida, em função da implementação de medidas menos rigorosas de paralisação da atividade econômica, a África Central, Ocidental e Oriental obtiveram perdas de horas de trabalho relativamente menores.

A diminuição de postos de trabalho afeta os rendimentos oriundos do emprego. A queda dos rendimentos do trabalho, em 2020, foi de US\$ 3,7 trilhões (8,7%) ou 4,4% do Produto Interno Bruto mundial. A classe trabalhadora latino-americana foi a mais afetada com uma perda de 10,3% nos rendimentos do trabalho, ao passo que na região da Ásia e do Pacífico foram registradas as menores perdas com a marca de 6,6%. Considerados os rendimentos do trabalho após o recebimento de auxílio financeiro estatal, observa-se que apesar da desigualdade no tratamento direcionado para a classe trabalhadora pelos governos de seus respectivos países, houve um amortecimento do impacto da crise sobre as condições de vida.

De modo geral, assim como no caso do desemprego, os mais prejudicados pela perda de renda têm sido os jovens, as mulheres, os trabalhadores autônomos e os de baixa e média qualificação profissional. Assim, configura-se um quadro de ampliação da desigualdade social no Globo com alto grau de incerteza acerca de uma possível recuperação dos empregos e da renda dos trabalhadores em 2021.

3. Desemprego, pobreza e desigualdade social no Brasil: as fendas abertas da crise do capital em tempos de pandemia

Marx (2017), ao aludir às crises do capitalismo, sinaliza para uma relação intrínseca e inseparável destas com o modo de produção capitalista. Para ele, as crises são um processo funcional e necessário do MPC, pois permite alavancar a acumulação de capital e criar medidas para contra restar a queda tendencial da taxa de lucro. Tal fato pode ser corroborado pela evidência empírica do processo de surgimento das crises ao longo da consolidação

do capitalismo e suas estratégias para recuperar as taxas de lucro e garantir a acumulação de capital apostando na concentração e centralização da riqueza socialmente produzida, ao mesmo tempo, que ataca os custos do trabalho, provocando queda na renda e na ocupação da classe trabalhadora barateando-a como forma de obter o mais valor.

Na contramão de Marx, para a economia clássica, contudo, as crises são resultados da adoção de políticas econômicas equivocadas e as soluções para a saída da crise apostam sempre em medidas que sinalizam para políticas macroeconômicas recessionistas com a promessa de recuperação do crescimento econômico, mas que ao longo das últimas décadas se têm mostrado insuficientes e incapazes de retomar as projeções estimadas, sendo perceptível a permanência da crise e sua escalada para quadros cada vez mais recessivos (MENDONÇA, 1987).

Tal tema passa a ser, inclusive, objeto de explicação por vários economistas ligados às escolas que não se vinculam ao pensamento marxiano, pois entendem o movimento das crises como algo conjuntural, delimitado às medidas adotadas por governos locais e, portanto, com estratégias de solução que vicejam por caminhos que não levam aos êxitos esperados e, como resultado, têm o aprofundamento da crise cíclica de superprodução e o caos social determinado por suas idas e vindas.

No Brasil, o aprofundamento da crise econômico-social atinge seu ápice com a chegada da pandemia de Covid-19. As péssimas condições de vida e trabalho de parte considerável da classe trabalhadora foram visivelmente aprofundadas, revelando um cenário de aumento do desemprego, da fome, da pobreza, da miséria etc., ou seja, a pandemia de Covid-19 trouxe à tona os reflexos da crise de 2008 e que a sua época, esses reflexos não foram sentidos no país, em boa medida, pelas iniciativas adotadas durante o governo de Lula. Em 2008, o presidente Lula ironizou alegando que os efeitos da crise no país seriam o de uma "marolinha", menção a uma onda suave e branda, contrariando a previsão de um possível maremoto catalisado pela crise mundial.

A atuação da equipe econômica e as medidas adotadas por essa fizeram com que apenas sintomas deletérios da recessão fossem percebidos nos trópicos. Nos anos seguintes, a economia brasileira continuou mostrando

sinais de fôlego e as taxas de crescimento afirmaram os bons rumos da economia nacional. A explicação para os efeitos deletérios da crise ocorreu pela expansão da liquidez com maior número de recursos disponíveis para os empréstimos do setor financeiro, empresas exportadoras e construtoras. Outra medida foi impedir a desvalorização cambial através de intervenção sistemática do Banco Central para manter o real valorizado. Para manter os fluxos de capital externo, a equipe econômica apostou na elevação das taxas de juros, evitando, dessa forma, a evasão da moeda e garantindo o equilíbrio da balança de pagamentos (OLIVEIRA, 2020).

Apesar da política de ajuste adotada pelo governo Lula, a taxa de desemprego diminuiu para 5,3, ao final de 2010, bem menor do que os 10,5% do início de seu primeiro governo. A renda média dos brasileiros também subiu, notando-se um número maior de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho (ANDRADE e MARQUES, 2015). Destacamos que os empregos gerados durante o governo PT seguiram a trajetória histórica da relação de trabalho no país, com remunerações que correspondem a valores que equivalem a 1,5 salários mínimos, o que representa cerca de 90% dos empregos gerados. Ainda, sobre os salários, analisa-se que a variação do salário-mínimo nominal (efetivamente pago) entre 1983 e 2020 e o salário-mínimo necessário possuem trajetórias distintas.

Tomando como base o fim do primeiro mandato de Lula, em janeiro de 2007, a relação entre salário nominal e salário necessário era R\$ 350,00 e R\$ 1.565,61 (mais de quatro vezes o valor do primeiro); no início do primeiro mandato de Dilma, em 2011, o salário-mínimo nominal era R\$ 540,00 e o mínimo necessário era R\$ 2.194,76; na iminência do golpe, em 2016, verifica-se, respectivamente, R\$ 880,00 e R\$ 3.795,24; em 2017 se observa um salário-mínimo nominal de R\$ 937,00 e o mínimo necessário de R\$ 3.811,29; em 2018 correspondia respectivamente a R\$ 954 e R\$ 3.752,65; em 2019 se verifica um salário-mínimo nominal de R\$ 998,00 e um mínimo necessário de R\$ 3.928,73 e, por fim; em 2020, alcança-se a marca de R\$ 1.039,00 para o primeiro e R\$ 4.420,11 para o último (SILVA e OLIVEIRA, 2020).

Considerando somente os rendimentos dos assalariados – Índice de Gini – entre 1970 e 1990 a trajetória foi de aumento da desigualdade entre os rendimentos dos assalariados, enquanto, de 1990 a 2011, se verificou

uma trajetória de diminuição da desigualdade entre os mesmos. Em 1970, o Índice de Gini brasileiro era de 0,582, ao passo que, em 1980 chegou a 0,589 elevado em 1990 a 0,614. A partir de 1990 o índice volta a cair variando para 0,595 em 2000, 0,543 em 2010 e 2011 e 0,52 em 2014 (SILVA e OLIVEIRA, 2021).

Apesar das diferenças entre os salários, o consumo apresentou leve aumento, facilitado pela redução dos impostos ao consumidor, pela política de estímulo ao endividamento das famílias e, também, da redução da taxa Selic que caiu para 10,66, o que afetou o valor dos juros cobrados ao consumidor e, também, da dívida externa. Há que salientar, ainda, os programas de transferência de renda que tiveram lugar de destaque nos governos petistas. Alguns economistas, ligados mais diretamente ao governo, chegaram a apontar que tais programas promoveram uma inversão na desigualdade social no país, diminuindo as taxas de pobreza extrema, tendo em vista o montante de pessoas beneficiadas com tais políticas.

Sobre o tema, Silva e Oliveira (2020) teceram considerações que contrariam o enunciado pelos economistas em tela. Para os autores, o propalado estado de bem-estar social, vivenciado segundo tais economistas na era Partido dos Trabalhadores não se consolidou, haja vista que os números sobre o desemprego e a informalidade, assim como a evidência de ¼ da população vivendo sobre benefícios que não ultrapassaram a casa dos 400 reais seria suficiente para contestar tais assertivas. Outro dado relevante é que algumas políticas não receberam recursos suficientes para promoção de um serviço de qualidade e universal como a saúde, educação, saneamento básico, moradia etc. Pelo contrário, continuaram sendo oferecidas de forma precária obrigando muitos brasileiros a recorrerem ao pagamento de saúde e educação privada. A moradia, por sua vez, continuou sendo uma política de mercado que beneficia o capital financeiro e o setor da construção civil, promovendo maior rentabilidade ao capital.

A título de comprovação, Silva e Oliveira (2020) atestam que dos recursos repassados ao Bolsa Família e ao capital no mesmo período são emblemáticos. Os investimentos destinados ao Programa Bolsa Família, em 2011 e 2012, respectivamente, chegaram a R\$ 17 bilhões e R\$ 18 bilhões, ou seja, aproximadamente 42 vezes menos que o valor transferido ao capital financeiro por meio de juros e amortização da dívida. Em média, os valores mais

altos pressupõem famílias mais numerosas, o que implica afirmar que, dividindo este valor por quatro pessoas, daria o equivalente a 100 reais mensais, o que não supera a condição de viver com menos de um dólar por dia.

Ainda, de acordo com Silva e Oliveira (2020), em dezembro de 2006, ao final do primeiro mandato de Lula, 24% das famílias brasileiras estavam em dívida com o capital financeiro; em 2010, no fim do segundo, 39% possuíam dívidas; em dezembro de 2015, meses antes do golpe, 45% das famílias se encontravam endividadas. Apostar na política de endividamento, familiar ou individual, fez com que os efeitos da economia internacional, em países com a alta vulnerabilidade externa, caso do Brasil, compromettesse a renda dessas famílias, em função da queda do crescimento e as altas taxas de juros, postergando a crise para os governos sucessivos, tal qual ocorreu.

Mesmo com o cenário acima, as iniciativas adotadas serão fundamentais para o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Nos primeiros quatro anos de governo da Presidente, a manutenção da política econômica favoreceu o bom desempenho do Governo. Apesar dos números não terem sido tão favoráveis quanto aos de Lula, e aqui se deve considerar o fraco desempenho das economias internacionais já influenciadas pela crise de 2008, que contribuiu para a queda de desempenho do Produto Interno Bruto e da pequena alta da inflação. No que se refere ao desemprego e o crescimento da economia, as taxas ficaram estáveis. Acredita-se que tais números foram favorecidos pelos investimentos em obras de infraestrutura naquele período em razão da Copa do Mundo e das Olimpíadas realizadas no país nos anos de 2014 e 2016 respectivamente (OLIVEIRA, 2020). Mesmo diante do cenário iminente de chegada da crise, Dilma privilegiou o consumo, reduzindo e controlando preços e juros, controlando a desvalorização do real, o preço da gasolina e dos alimentos da cesta básica e a redução dos juros bancários, impulsionando o setor de habitação com créditos reduzidos para o Programa Minha Casa Minha Vida (OLIVEIRA, 2020).

A presidente também reduziu impostos sobre vários produtos visando tornar os produtos brasileiros mais competitivos, em função do fim do ciclo de expansão das *commodities* e a dificuldade de colocação no mercado internacional dos demais produtos. Tais medidas não foram capazes, no entanto, de trazer de volta o dinamismo econômico dos governos de Lula.

As jornadas de junho de 2013 demonstraram o descontentamento de segmentos da pequena e média burguesia e de setores do capital nacional e internacional, assim como segmentos da classe trabalhadora insatisfeitos com o aumento da inflação, o aumento do desemprego e a alta de preços (SILVA e OLIVEIRA, 2020). Já na eleição de 2014, tal insatisfação se manifesta na reeleição apertada no segundo turno, cuja diferença de votos para o candidato do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), Aécio Neves, foi de apenas 3,4 milhões de votos.

Ao contexto de crise econômica se somou à crise política e de governo, abrindo o caminho para o golpe orquestrado pelos segmentos da burguesia nacional e internacional e respaldado por setores da mídia nacional, ou seja, diante dos péssimos indicadores econômicos e a queda da taxa de lucros iniciada em 2008 no país, o golpe teve seu desfecho final com o circo armado no Congresso Nacional em meados de 2016. A partir de então, os governos que sucederam o Partido dos Trabalhadores trataram de acelerar a agenda de austeridade e destruição do valor da força de trabalho imposta pelas agências internacionais como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (BM). Aprovação de reformas trabalhistas, cortes de gastos com políticas de emprego e renda, saúde, educação, revisão de benefícios sociais etc. foram a tônica do governo Temer e, logo em seguida, do seu sucessor, Bolsonaro.

Empossado Temer, a sua primeira e mais bem-sucedida investida contra a classe trabalhadora foi a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, limitando por 20 anos o aumento dos gastos públicos. Assistiu-se, a seguir, a uma reforma que deu um golpe duro na regulamentação das leis trabalhistas, precarizando o já instável mercado de trabalho brasileiro com a regulamentação jurídica do contrato intermitente – medida mais emblemática da reforma – visando facilitar a conversão de contratos de trabalho formais em contratos precários, com benefícios trabalhistas reduzidos (OLIVEIRA, 2020). Segundo Mauriel (2020), Temer reduziu os recursos do Bolsa Família, desligando cerca de 5,2 milhões de beneficiários e “economizando” em torno de 10 bilhões de reais.

Para comandar o Ministério da Economia, Temer convidou o ex-ministro de Lula, Henrique Meirelles que, em 2016, declarou ao jornal Folha de

São Paulo que o remédio para equilibrar as contas públicas seria promover privatizações, controlar despesas e aumentar impostos (CARVALHO, 2018). Para Oreiro e Paula (2019), a economia deu sinais de melhora nos dois anos do governo Temer, saindo da forte recessão, iniciada em 2014, para uma leve recuperação de 1% ao ano, impulsionada pela política de exportação, em especial da soja, a política cambial que valoriza o setor agroexportador, a liberação de saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para estimular o consumo, a abertura comercial e, por fim, a retomada da onda de privatizações com destaque para a Petrobras.

Contudo, a pequena melhora nos índices econômicos durante o governo Temer não reverteu o quadro recessivo e o país continuou com altos índices de desemprego, informalidade e desalento. As taxas de desemprego, em 2017 e 2018, se mantiveram estáveis com média equivalente a 12% e 13% da População em Idade Ativa (PIA) (IBGE, 2021). A informalidade também seguiu em alta, atingindo cerca de 40% da População em Idade Ativa. Quanto aos informais, os estudos se referem aos trabalhadores privados sem carteira assinada e aos trabalhadores por conta própria.

Não se está fazendo referência aos que trabalham esporadicamente ou ainda aqueles que vendem balas, vassouras, panos de chão, doces, água nos sinais de trânsito das grandes cidades do país e que vêm se multiplicando nos últimos anos. Estes trabalhadores poderiam ser incluídos nas taxas de desalento, que nos anos supramencionados subiu em relação aos anos anteriores, fechando em torno de 2,5 a 3,15% da População em Idade Ativa, indicando tendência de alta no número de pessoas nessa condição (IPEA, 2021).

Como não poderia deixar de ser, na sociedade capitalista, cindida em classes sociais com interesses antagonicos, o impacto da crise econômica mundial e da pandemia ocorre de maneira desigual e combinada entre as classes, e entre suas frações, setores econômicos e Estados nacionais, afetando de maneira significativamente mais intensa a classe trabalhadora que, no caso brasileiro, é formada amplamente por trabalhadores sem qualificação, com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio, com grande percentual de mulheres e negros. Tais segmentos não apenas recebem os menores salários, como também vivem sob as piores condições de habitação, isolamento social, saneamento básico, saúde, educação e segurança.

Todos estes fatores serão agravados pela ascensão de Bolsonaro ao poder. Em 2019, primeiro ano de seu governo, leva a termo a reforma previdenciária que, segundo Oliveira (2020) atinge parcelas dos trabalhadores com renda baixa e impõe uma longevidade de trabalho que dificilmente será atingida pela maioria da classe trabalhadora que exerce atividade cujo trabalho se caracteriza por jornadas longas, mal remuneradas e condições de subsistência precárias, denotando traços de superexploração da força de trabalho nestes segmentos da população brasileira. Concomitante à reforma previdenciária, o governo de Bolsonaro intenciona manter a política revisionista de Temer cortando gastos com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), sempre sob justificativa do ajuste estrutural e a necessidade de conter o *déficit* público e gerar *superávit* primário.

Em 2020, as reformas anunciadas, bem como a política de privatizações e corte de gastos foi interrompida pela chegada da pandemia de Covid-19. Como revela o estudo *Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil* n.10 (2021, p. 7, grifos nossos) produzido pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a Conectas Direitos Humanos, por trás da aparente falta de competência do governo Bolsonaro na gestão da crise social instaurada no país em meio a pandemia, de fato, existe o *"empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo"*.

De acordo com o estudo, a "intensa atividade normativa do Poder Executivo relacionada à Covid-19 manteve-se durante todo o ano de 2020", sendo editadas ao longo do período no âmbito da União 3.049 normas diretamente relacionadas à pandemia. Ainda, segundo os pesquisadores, entre as características mais importantes da legislação federal acerca da pandemia se encontra a "ausência de participação cidadã em sua elaboração" dando mostra dos estreitos limites da democracia brasileira.

O resultado da estratégia de disseminação da Covid-19 colocada em prática pelo governo Bolsonaro com intuito de retomar a produção e a reprodução capitalista no país "a qualquer custo" foi a ultrapassagem no triste

biênio 2020-2021 da casa dos 600 mil mortos, em sua maioria, como indicam os pesquisadores "mortes evitáveis por meio de uma estratégia de contenção da doença". Bolsonaro mandou, literalmente, a classe trabalhadora para a morte por sufocamento, sua atuação na pandemia dá mostras do quanto a burguesia, que atua no Brasil e suas frações estão dispostas a violar o direito à vida e à saúde da classe trabalhadora brasileira, em defesa de seus lucros. Quando se considera a lucratividade obtida por certas frações da burguesia, que atua no país, em meio a pandemia, notadamente o agronegócio, verifica-se que o setor obteve lucros recordes às custas das adversidades impostas pelo governo Bolsonaro à classe trabalhadora brasileira ao longo do período.

Pressionado pelo Congresso Nacional e pela necessidade de manter a economia em atividade, evitando um colapso maior em razão da paralisação da economia, o governo federal instituiu o Auxílio Emergencial pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. O objetivo era a proteção social dos trabalhadores afetados pela crise do Covid-19. Como proposta inicial, o Governo Federal estipulou uma renda de R\$ 200,000 por família, muito inferior ao aprovado, evidenciando sua insuficiência para atender às necessidades básicas. Após a ampliação e aperfeiçoamento do programa realizado pelo Congresso Nacional, o benefício ficou no valor de R\$ 600,00 mensais por três meses, em seguida, com o decreto nº 10.412 de 30 de junho/2020 prorrogou o auxílio emergencial por mais dois meses.

O benefício foi limitado a dois membros da mesma família; maiores de dezoito anos, com exceção de mães adolescentes; sem trabalho formal ativo; que não receba nenhum benefício previdenciário ou assistencial, exceto beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); com rendimento mensal por pessoa de até meio salário-mínimo ou com a renda familiar mensal total de até três salários-mínimos; que no ano de 2018 não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70; e que exerça atividade na condição de microempreendedor individual (MEI); ou seja, contribuintes individuais do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); ou trabalhador informal que seja empregado, autônomo ou desempregado, inclusive trabalhador intermitente inativo, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 20 de março de 2020.

Nos casos em que o auxílio emergencial for mais vantajoso, esse substitui o benefício do Bolsa Família temporariamente, mesmo que haja um único favorecido no grupo familiar. Além disso, mães que sejam as únicas responsáveis pelo sustento de suas famílias poderiam acumular até duas cotas do auxílio, totalizando R\$1200,00. Os requisitos da renda *per capita* e total foram verificados através do CadÚnico e mediante autodeclaração, para aqueles não inscritos na plataforma digital. Em setembro o governo estendeu mais uma vez o benefício, mas com valor reduzido para a metade. De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI (BRASIL, 2020), 68,3 milhões de pessoas foram elegíveis para o auxílio emergencial, sendo 19,5 milhões beneficiários do Bolsa Família, 10,5 milhões do CadÚnico, 38,2 milhões pelo aplicativo da caixa e 60 mil elegíveis por decreto judicial. O perfil do público elegível foi 37,8 milhões de mulheres e 30,4 milhões de homens, resultando em 56,1% da população brasileira, representando um gasto total de R\$295,09 bilhões. Em março a Medida Provisória nº 1039/2021 estabeleceu o auxílio emergencial, com valores que variaram de R\$ 150,00 a R\$ 375, 00, valores bem abaixo do inicial (SILVA, OLIVEIRA e SANTOS, 2021).

No âmbito do trabalho, o governo editou programas de auxílio a pequenas e médias empresas, redução de custos sobre a folha de pagamentos dos trabalhadores, liberação antecipada do décimo terceiro e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Como exemplos de programas criados para apoio a pequenos e médios empresários, cita-se o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (BEm), o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) (SILVA, OLIVEIRA e SANTOS, 2021).

Todos os programas visavam manutenção de empregos formais e crédito para empresas de pequeno e médio porte. Contudo, tais recursos não conseguiram impedir a falência e a inadimplência de inúmeras pequenas e médias empresas e, conseqüentemente, apenas minoraram debilmente os impactos sobre o trabalho e a renda, acirrando a informalidade que já era alta antes da pandemia. Outro dado importante se refere ao BEm, cujos resultados não foram os esperados, sobretudo porque o valor do seguro-desemprego, que seria pago em caso de demissão, foi substituído pela redução

da jornada e do salário. Em outros termos, o trabalhador manteve o vínculo, mas, por outro lado, enfrentou um forte decréscimo de renda.

No período, houve a redução de jornada para todas as frações salariais, com exceção daqueles que ganham um salário-mínimo. Ademais, percebe-se que, nas pequenas empresas, a redução da jornada de trabalho tende a uma maior precarização, podendo ocasionar um decréscimo de até 80% do valor recebido. Destaca-se, ainda, que o processo inflacionário atingiu fortemente os gastos com alimentação – porção que consome maior fatia da renda dos trabalhadores brasileiros situados na faixa de até 1 salário-mínimo. Como previsto na Nota Técnica 249 do DIEESE (2021), o aumento do salário-mínimo para R\$ 1.100,00 no ano de 2021, não foi suficiente para recompor as perdas salariais decorrentes da inflação no período anterior. Segundo dados do DIEESE (2021), em dezembro, o salário-mínimo necessário para uma família composta por dois adultos e duas crianças para atender suas necessidades vitais básicas como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com correções constantes que lhe garantem poder de compra, era de R\$ 5.800,98.

Ainda com relação ao trabalho se faz notar o aumento das taxas de desemprego, informalidade, desalento e subocupação no período da pandemia. O desemprego atingiu 14,8 milhões, o desalento, 6 milhões e a informalidade cerca de 40% da população economicamente ativa. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas e publicada em setembro de 2021, a desigualdade social no Brasil aumentou, consideravelmente, depois da pandemia. Em 2019, aponta a pesquisa, a média de pessoas com renda abaixo da linha de pobreza era de 10,97 %, totalizando 23,1 milhões de pessoas. Com o auxílio emergencial pago em 2020 a média ficou em 4,6%, somando 9,8 milhões de pessoas. No primeiro trimestre de 2021, quando há a suspensão do auxílio, o número de pobres chega a 34,3 milhões de pessoas ou 16,1%. A partir de dados disponibilizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) e trabalhado por Silva, Oliveira e Santos (2021), constata-se que a insegurança alimentar voltou a ser um dos maiores problemas brasileiros, afligindo 55,2% da população, ou seja, metade da população brasileira se encontra em situação de fome. Isto significa que não conseguem ao final do dia garantir três refeições diárias como recomendado pela Organi-

zação Mundial de Saúde (OMS) para a sobrevivência do mínimo necessário para a reprodução física e nutricional das pessoas.

Segundo dados do IPEA, retirados da Agência Brasil (2021), a renda individual média do brasileiro somando os informais, desempregados e inativos atingiu, em 2021, 9,4%, bem menos que em 2019. Os mais afetados pela queda na renda são a população mais pobre com queda de -21,5% enquanto que entre os mais ricos a queda da renda ficou em - 7,16%. A queda da renda é apontada em razão do quadro de pandemia, que aumentou o número de desempregados e desalentados.

De acordo com dados do IBGE (2021), as taxas de desemprego ficaram de 2020 até meados de 2021 em 14,5%. Somente no final de 2021 é que houve uma leve redução com percentual em torno de 12,1%. Em comparação ao mesmo período a taxa de informalidade, segundo o IBGE (2021), manteve seu percentual quase estabilizado oscilando entre 40 a 42% da População em Idade Ativa. Com relação à renda destaca-se que a queda tem-se mostrado persistente, em face da dificuldade de recuperação de alguns setores da economia o que tem impactado a criação de trabalhos com carteira assinada, prevalecendo a informalidade.

De acordo com o documento publicado pelo IPEA, em 2021, nota-se que o número de pessoas ocupadas (não há referência a pessoas empregadas) se apresenta de forma mais acentuada nos setores informais do mercado de trabalho, aqueles sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. Em 2021, no segundo trimestre, os trabalhadores sem carteira assinada aumentaram em 16% e os trabalhadores por conta própria 14,7%. O aumento da informalidade impacta na renda média do brasileiro, que segundo o IBGE (2021) teve, no terceiro trimestre de 2021, uma queda significativa, atingindo 2.449 reais. A maior desde o segundo trimestre de 2016 quando atingiu menos de 2.495 reais. Os dados acima contribuem para elevar a desigualdade social no país. O índice de Gini, ferramenta que demonstra o crescimento da desigualdade, mostra que no segundo trimestre de 2021, estava em 0,640 conforme dados divulgados pela Agência Brasil (2021).

De acordo com o Observatório do Terceiro Setor (2021), no Brasil, a pobreza atinge um em cada 4 brasileiros, além de 12 milhões vivendo na extrema pobreza. O BM estabelece a quantia de US\$ 1,90 diário para extrema

pobreza e US\$ 5,50 para a pobreza. Contudo ao se considerar o câmbio atual o número de pessoas vivendo em situação de pobreza e pobreza extrema no Brasil podem ser maiores do que aqueles apresentados pelo referido instituto. Isto porque com a pandemia e a instituição do auxílio emergencial, evidenciou-se que mais de 110 milhões de brasileiros eram elegíveis para receber o benefício, o que representa pouco mais da metade dos brasileiros.

Diante da permanência dos baixos índices de crescimento, da alta inflação sobre os alimentos e os serviços essenciais à população e a estabilidade do desemprego, o governo lança o Programa Auxílio Brasil (PAB) e o Programa Alimenta Brasil, criados em agosto de 2021, através da Medida Provisória nº 1.061, em substituição ao Programa Bolsa Família, ou seja, uma política na esteira do “combate à pobreza” e na lógica eleitoreira, tendo em vista a queda de popularidade do presidente e a aproximação das eleições presidenciais, obrigando-o a romper com a política de corte nos gastos sociais.

O Programa Auxílio Brasil se insere na lógica da transferência de renda às famílias em situação de extrema pobreza com valores de até de R\$400,00 para as famílias beneficiárias por todo o ano de 2022. A ideia é ampliar os valores pagos e o número de famílias atendidas pelo extinto Programa Bolsa Família (PBF). Segundo dados do G1 (2021), pretende-se contemplar 16,9 milhões de famílias, aumentando em 2,2 milhões em relação ao Programa Bolsa Família. O número de famílias aptas a receberem o auxílio é uma evidência da situação de pobreza e desigualdade da classe trabalhadora brasileira. A persistência da elegibilidade para famílias com crianças e jovens até 18 ou 21 anos incompletos revela que o benefício deve atingir mais de 3 pessoas por família, o que leva a concluir que incidirá sobre mais de 50 milhões de pessoas, prevalecendo sobre $\frac{1}{4}$ da população. A persistência do quadro de desigualdade está nos dados que foram apontados ao longo do texto e não são resultados da pandemia ou de uma ou outra política governamental, mas da ofensiva do capital que insiste em abrir as fendas da sua incivilidade sobre a classe trabalhadora brasileira.

4. Considerações finais

Diante do exposto se pode considerar que a desigualdade social no Brasil mantém sua trajetória histórica. É parte do processo de consolidação do capitalismo desigual e combinado que deita suas raízes na formação sócio-histórica do país. As políticas adotadas ao longo dos anos por partidos e concepções diferentes da economia não reverberam em soluções de longo prazo, que possibilitem a alteração da realidade social. Apesar de em alguns momentos os dados indicarem que houve uma pequena melhora nas condições de vida da população mais pobre, estas acabaram reféns, mais uma vez, da dinâmica das relações sociais de produção capitalistas e as exigências impostas pelos organismos internacionais, que apostam em saídas que priorizam a recuperação das taxas de lucro em detrimento de um mínimo de reformas sociais para minimizar o quadro de pobreza e miséria.

Com a pandemia, a situação se agrava, evidenciando que as condições de trabalho e vida de mais da metade da população brasileira não dará sinais de arrefecimento. Inflação, desemprego, perda da renda, fome, ausência de políticas de saúde, educação, saneamento, moradia, entre outras são fantasmas que exponenciam as fendas abertas da ofensiva do capital e na retórica de um governo que nega a crise sanitária e econômica e que aposta nas saídas individuais e empreendedoras como solução para os problemas sociais e econômicos do país. Tudo em nome de uma política ortodoxa e anacrônica prioriza a austeridade fiscal em detrimento das vidas de milhares de pessoas, infringindo uma rotina de insegurança, sofrimento e medo.

Referências

ANDRADE, P.R; MARQUES, R.M. **Brasil 2003-2015**: balanço de uma experiência "popular". *Carta Maior*. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Política/Brasil-2003-2015-balanco-de-uma-experiencia-popular/4/34342&page=6>. Acesso em: 01 set. 2015.

AGÊNCIA BRASIL. **Mais pobres sofrem maior impacto na pandemia**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/fgv-mais-pobres-sofrem-maior-impacto-na-pandemia#>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

Dieese. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA): Salário mínimo nominal e necessário. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2021>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CEPEDISA. **Direitos na Pandemia**: Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. n.10. São Paulo: CEPEDISA-; Conectas, 2021. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

IBGE. *Séries históricas* (2012-2021). 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 10 dez. 2021.

IPEA. **Boletim Mercado de trabalho**. Conjuntura e análise nº 72. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38696&Itemid=9. Acesso em: 04 de jan. 2022.

IMF. **World Economic Outlook Update janeiro/2021**. Washington: IMF, 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/01/26/2021-world-economic-outlook-update>. Acesso em: 10 fev. 2021.

G1. **GLOBO**. *Bolsonaro edita MP para pagar auxílio Brasil de 400 reais a famílias já neste mês*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/07/bolsonaro-edita-mp-para-pagar-auxilio-brasil-de-r-400-a-familias-ja-neste-mes.gh.html>. Acesso em: 01 dez. 2021.

MARX, K. **O Capital**: O processo global de produção Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, A. **A crise econômica capitalista e a sua forma contemporânea.** Lisboa. Tese (doutorado em economia) – Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1987.

MAURIEL, A. P. **Assistência e repressão:** pilares no enfrentamento da questão social no capitalismo dependente brasileiro. *VÉRTICES (CAMPOS DOS GOITACAZES)*, v. 22, p. 706-726, 2020.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Ignorados:** Brasil tem 50 milhões de pessoas vivendo na pobreza. 2021. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/ignorados-brasil-tem-50-milhoes-de-pessoas-vivendo-na-pobreza>. Acesso em: 08 jan. 2022.

OLIVEIRA, E. **Redemocratização e serviço social:** os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985. Curitiba: CRV, 2020.

OREIRO, J; PAULA, L. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro:** uma avaliação preliminar, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar Acesso em: 09 abr. 2020.

OIT. **Labour Organization, ILO monitor:** Covid-19 and the world of work. Seventh edition Updated estimates and analysis. Genebra: ILO, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

ROBERTS, M. **The Long Depression:** How it Happened, Why it Happened and What Happens Next. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2016.

_____. **The Great Recession:** Profit cycles, economic crisis, a marxista view. Morrisville, EUA: Lulu press, 2009.

SILVA, A. M. OLIVEIRA, E.A, SANTOS, M.A. Políticas do governo federal na pandemia: receita ineficaz contra o avanço do desemprego e da pobreza no Brasil. In: **ANAIS DA VI JORNADA NORDESTE DE SERVIÇO SOCIAL**, Recife: Universidade de Pernambuco; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2021. Disponível em <https://socialfocojornada.wixsite.com/jornadanordeste>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SILVA, A.M, OLIVEIRA, E.A. Notas sobre a superexploração da força de trabalho no Brasil no século XXI. **Libertas**, Juiz de Fora v. 20, p. 561-578, 2020.

SILVA, A.M; OLIVEIRA, E.A. *Desempleo y Pobreza en el Brasil:* La dinámica de la Universalidad sistémica del Capital. In MOLINA, P. (org). **Dilemas del Trabajo y las políticas laborales:** entre Neoliberalismo y Buem Vivir em América Latina em el Siglo XXI. Santiago de Chile: Ariadna ediciones, 2021, p. 377-398.

PANDEMIA E AS RESPOSTAS DO ESTADO: ANÁLISE POR MEIO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95 E DO RACISMO ESTRUTURAL

Robson de Oliveira
Simone Sobral Sampaio

Resumo

Por meio de pesquisa exploratório e bibliográfica este artigo objetiva investigar os efeitos da Emenda Constitucional 95/2016, mais conhecida como "PEC do Teto", e as requisições de intervenções para o Estado nas mais diversas áreas durante a pandemia da Covid-19. Para isso utiliza de obras, notícias e pesquisas publicadas que versam sobre a relação entre pandemia, crise e racismo. Estes elementos permitem identificar a relação entre austeridade fiscal e racismo estrutural, por meio da naturalização das desigualdades sociais e a seleção operada pelo subfinanciamento estatal.

Palavras-chave: Pandemia; Austeridade Fiscal; Racismo Estrutural; Estado.

LA PANDEMIA Y LAS RESPUESTAS DEL ESTADO: ANÁLISIS A TRAVÉS DE LA ENMIENDA CONSTITUCIONAL 95 Y RACISMO ESTRUCTURAL

Resumen

A través de la investigación exploratoria y bibliográfica, este artículo tiene como objetivo investigar los efectos de la Enmienda Constitucional 95/2016, más conocida como "*PEC do Teto*", y las solicitudes de intervenciones para el Estado en diversas áreas durante la pandemia de Covid-19. Para ello utiliza obras, noticias e investigaciones publicadas que tratan sobre la relación entre pandemia, crisis y racismo. Estos elementos permiten identificar la relación entre austeridad fiscal y racismo estructural, a través de la naturalización de las desigualdades sociales y la selección operada por la falta de fondos estatales.

Palabras clave: Pandemia; austeridad fiscal; Racismo estructural; Estado.

Introdução

Entender o impacto da pandemia na sociedade tem requerido a elaboração de referenciais que instrumentalizem formas de compreensão e ação acerca desse acontecimento. Entre os esforços para a proposição de estratégias duas têm sobressaído. A primeira é a de que o novo coronavírus seria uma doença do Antropoceno – a marca ineliminável da presença humana sobre a Terra – e a outra de que seria uma doença fruto do Capitaloceno – a vinculação entre o modo de produção capitalista e sua ânsia pelo crescimento e progresso por meio do sociometabolismo que esgota e destrói recursos naturais e, conseqüentemente, a própria humanidade (BEIGUELMANN, 2021).

Conforme Latour (2020), o conceito de antropoceno foi proposto pelo químico Paul Crutzen que o define como a era geológica modelada pela ação humana. Esse conceito parte da Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX, com a ascendente exploração de recursos naturais para a produção energética e de matérias-primas em larga escala, culminando na extração do petróleo. O contato desregrado entre humanos e espécies selvagens, bem como o impacto da presença humana, resulta na extinção da biodiversidade e aumento de doenças infecciosas que migram entre espécies. Grosso modo, o antropoceno seria as marcas deletérias do homem no Planeta, cujos impactos negativos reorganizariam o sistema integrado de gaia. Por exemplo, a crise climática.

Aliado ao entendimento da complexidade dos efeitos do capitalismo à vida do Planeta, observa-se uma suposta conscientização global paliativa, pois que não questiona as relações sociais de produção que avançam na degradação não apenas da espécie. O capitalismo ao lidar com a natureza como recurso e não como um complexo e sofisticado sistema estabelece uma relação extrativista que mais parece uma bomba-relógio.

O geógrafo Jason Moore (2016) denomina a era que se vive e seus efeitos deletérios como Capitaloceno, este conceito reconhece a violência capitalista sobre o mundo e questiona a impossibilidade de um equilíbrio entre exploração dos recursos naturais e modo de produção capitalista, culminando no esgotamento de ecossistemas e da biodiversidade. Dessa maneira, a crise se localizaria não apenas em um perfil predatório do modo de

produção, mas na incompatibilidade entre humanidade e modo de produção capitalista.

Ambas as definições são unânimes ao reconhecerem a vinculação da Covid-19 com o perfil predatório da ação do modo de produção capitalista sobre a humanidade. A inversão aqui é proposital, não se parte da ação isolada de homens e mulheres para delinear a depredação do mundo. A chave é o entendimento de que em virtude da direção que o modo de produção imprime a sociabilidade desses homens e mulheres, sujeitos determinados, resultado das forças produtivas e do tempo histórico em que estão inseridos, sendo que ocorre de se deparar com o cenário pandêmico a qual se encontra atualmente.

A Covid-19 é assim uma doença que emerge do mesmo ciclo de zoonoses que ocasionou endemias como a síndrome respiratória aguda grave (SARS), que emergiu na China em 2002 na província de Guangdong, e que tem sua proliferação beneficiada tanto pelo desequilíbrio da ação humana sobre a natureza quanto pelas cadeias produtivas que asseguram uma facilitação da circulação de pessoas e mercadorias em diferentes territórios do Globo.

As causas da pandemia e seu impacto social, dada sua proporção sem precedentes, é um produto da sociedade capitalista moderna. Trata-se de uma pandemia sociocultural ligada ao capitalismo e seus fluxos intrínsecos. Existem estudos que constataam uma relação direta entre o desmatamento, a criação animal em escala industrial e a multiplicação de doenças transmitidas de animais aos seres humanos, tendo como exemplo algumas doenças ocorridas em maior escala nas zonas intertropicais como HIV-1, NPAH, Ebola (UJVARI, 2020; WALLACE, 2020).

No que se refere ao Brasil se têm dois elementos indispensáveis à análise. O primeiro desses é anterior à própria pandemia, trata-se da Emenda Constitucional 95, mais conhecida como a PEC do teto, que impõe um conjunto de restrições orçamentárias em inúmeras áreas por 20 ciclos econômicos. Sua aprovação em 2016 impactou diretamente no orçamento público já no ano seguinte. Em 2020 se tem o avanço da pandemia, com o pico de 100 mil mortes em agosto do referido ano, esse número é ultrapassado em fevereiro de 2021 que registrou 250 mil mortes (FARIA; YUKARI, 2021).

O segundo elemento são as requisições lançadas ao Estado durante a pandemia. Em virtude do quadro pandêmico, o impacto deletério de décadas de neoliberalização sobre os direitos sociais se evidenciou sem um modelo de proteção social que, por exemplo, desvincule a saúde de processos de mercantilização, e se tende a aprofundar ainda mais a crise impulsionada pela pandemia. O Estado então passa a ser requisitado em diferentes funções, colidindo diretamente com as restrições orçamentárias da Emenda Constitucional 95. Dessa maneira, conforme Jappe et. al. (2020) se verifica emergir estratégias de respostas, por parte do Estado, guiadas por racionalidades ora conflitantes, ora complementares definidas como Econômica, Sanitária e Neoliberal.

Este artigo propõe apresentar a Proposta de Emenda Constitucional do Teto à luz da crise pandêmica na qual a sociedade se vê submetida e, em contrapartida, o conjunto de requisições que o Estado precisou – e precisa – responder para que os efeitos devastadores da pandemia fossem mitigados e combatidos por meio de sua atuação. No centro disso está a população mais empobrecida, que sofre duplamente: com o racismo estrutural existente na sociedade brasileira e com o impacto da austeridade fiscal e ausência de políticas públicas e sociais.

1. PEC do Teto como agente do caos econômico e social

Conforme apresentado por D'Agostini (2020), o Brasil é ditado por um conjunto de regras fiscais que tiveram sua formulação em momentos distintos e que, não necessariamente, se interligam para a sua realização, podendo inclusive serem conflitantes em cenários como os da pandemia da Covid-19. Como *regra de ouro* se tem a meta para o resultado primário – formalmente instituída pela Lei de Responsabilidade Fiscal no ano de 2000, em que se tem o limite para a dívida pública, constitucionalmente prevista e ainda não regulamentada pela União, e o Teto de Gastos.

Em 15 de dezembro de 2016, durante o governo do ex-presidente Michel Temer foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Tendo um prazo de vinte anos de vigência a emenda estabelece, para cada exercício, limites individualizados no âmbito das despesas

primárias dos três Poderes e, ainda, do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Defensoria Pública da União.

Os três ciclos fiscais da Proposta de Emenda Constitucional, anteriores à pandemia, já haviam deflagrado os efeitos deletérios dessa proposta para o conjunto mais amplo da sociedade, com cortes em políticas e serviços públicos. Com a pandemia, as críticas à Proposta de Emenda Constitucional do Teto se fortaleceram, visto que a base desta emenda parte de uma concepção tradicional acerca da política fiscal e monetária e que, por isso, não oferece ao Estado os meios de ofertar respostas condizentes com um momento de crise e estagnação, como o enfrentado pela economia brasileira. A não adequação de certos mecanismos da política econômica, em virtude de restrições da Emenda Constitucional 95, aponta a necessidade de rupturas com essas regras em função de limitação imposta à ação estatal (D'AGOSTINI, 2020).

É notório que, mesmo antes da pandemia da Covid-19, a EC nº 95, apresentava-se como um mecanismo inibidor para o governo praticar política fiscal anticíclica para acomodação de choques adversos, principalmente porque o investimento público paralisou. E ficou mais evidente com a crise sanitária da Covid-19, em 2020. De forma emergencial, o governo aumentou suas despesas e teve que gastar muito mais do que o Teto dos Gastos para combater à pandemia, essa que está longe de terminar (D'AGOSTINI, 2020, p. 24).

Uma estratégia imediata foi o decreto do estado de calamidade pública, em 2020, que fornecia uma maior margem para gastos não previstos no orçamento. Todavia, as regras da Emenda Constitucional nº 95 não deixaram de vigorar no quadro de calamidade e pandemia. O que significa que seus efeitos sobre a sociedade brasileira se perpetuam, principalmente, no que se refere às políticas públicas e sociais. Isso repercutirá ainda mais em função da combinação entre a Proposta de Emenda Constitucional do Teto com toda agenda de reformas neoliberais, tais como a Proposta de Emenda Constitucional Emergencial, a Reforma Administrativa, o Pacto Federativo, privatizações e as ações ambientais encabeçadas pelo Governo Federal. Essa conjunção impactará ainda no mercado de trabalho com a queda

da renda *per capita*, endividamento da classe trabalhadora, bem como no sucateamento dos serviços de saúde, educação, assistência social, entre outros e nas condições de trabalho dos servidores públicos.

Déficits fiscais devem ser vistos como indispensáveis para evitar a continuidade da depressão econômica, uma vez que este é o diagnóstico da economia brasileira. Por hora, o país possui apenas políticas fiscais e sociais pífias que só farão o Brasil manter-se no estado de depressão econômica, sem vistas para a recuperação dos níveis de emprego e renda observadas no período pré-crise, esta que iniciou com a crise institucional política em 2015-2016 e foi aprofundada pela crise da Covid-19 no ano de 2020. Quando informações novas surgem, como a crise sanitária da Covid-19, que impacta negativamente e agrava rapidamente a crise do desemprego e renda (inclusive renda per capita) que já estavam instaladas no país desde o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, do avanço da Operação Lava Jato e do colapso dos preços internacionais de *commodities* minerais, em ambiente com arquitetura de regras fiscais autoimpostas ainda em 2016 pela EC nº 95, e que não consegue resolver problemas estruturais, pelos limites e restrições diversas com respeito a intervenção do Estado na economia, é chegada a hora da mudança radical de paradigma para implementar tecnologias novas com alternativas científicas comprovadas na teoria e prática fiscal, combinada com política monetária (D'AGOSTINI, 2020, p. 25).

Analisada à luz dos efeitos da pandemia da Covid-19 é inconteste que a Emenda Constitucional 95 não apenas não resolverá os problemas para os quais essa se apresenta como solução, como também aprofunda a crise diante da retração do mercado de trabalho e das políticas públicas e sociais. Estimativas afirmam que sua manutenção lançaria a saúde e a educação para um quadro de sub-financiamento que resultaria em uma condição pior do que antes da Constituição, com regressão financeira, ou seja, a manutenção da Proposta de Emenda Constitucional do Teto é, em síntese, o sepultamento do projeto que galvanizou historicamente a Constituinte de 1988.

A seguir se apresentam as requisições realizadas junto ao Estado em virtude da pandemia para entender como este tem respondido a esse momento pandêmico.

2. Estratégias do Estado na pandemia

Os fluxos de capital não ocorrem apenas entre os *bits* e a movimentação de bilhões de dólares diariamente nas Bolsas de Valores, mas envolvem, também, a circulação de mercadorias e de pessoas. Se as pandemias anteriores ficavam, muitas vezes, confinadas durante anos a territórios em virtude da restrita circulação dos indivíduos (UJVARI, 2020), a pandemia da Covid-19 encontrou um cenário bastante facilitador na cadeia de contaminações em virtude das milhares de intersecções em fluxos e trajetos possíveis, mediados pela circulação de mercadorias e pelo turismo (LARA, 2020).

Dessa maneira, a Covid-19 seguiu o circuito do capitalismo globalizado. Fora da China, a propagação do Novo Coronavírus ocorreu essencialmente por aviões, seguindo as elites da gestão empresarial e dos turistas. Os três principais focos de infecção, nos dois primeiros meses de detecção da doença, foram Ásia, Europa e o Norte da América. Esses três Continentes constituem a tríade capitalista contemporânea, e são as regiões mais ricas e integradas na globalização⁴¹ (JAPPE *et al.*, 2020).

Após a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao quadro de pandemia, alguns Estados-nação aderiram às estratégias como o *lockdown* e outras amenas que visavam impedir a circulação de pessoas, de modo a conter as cadeias de proliferação e contaminação do vírus.

Um dos efeitos imediatos do *lockdown* ao modo de produção foram os constrangimentos para a exploração da mão de obra dos trabalhadores. Se os trabalhadores não produzem, também não ocorre a circulação de mercadorias e, sem a circulação de mercadorias não há consumo. Estava aí o *locus* de atenção das classes dirigentes: se a classe trabalhadora tudo

41 Para se atentar a isso basta observar a cadeia de contaminação que resultou no aporte da doença no Brasil. As primeiras identificações de contaminação partiram de brasileiros que retornavam de países na Europa – da Itália, em sua maior parte – e que ao aqui chegarem acabaram não apenas sendo identificados como portadores do vírus como, ainda, acabaram por contaminar trabalhadores domésticos e de serviços com quem entraram em contato (IAMARINO; LOPES, 2020). Em síntese, a cadeia de contaminação originária no Brasil partiu dos mais ricos em sua circulação pelos Continentes adscritos e aportou entre os mais pobres, a classe trabalhadora.

produz, como o capital se reproduziria se mantivesse a sua potência produtora confinada? Ainda que um certo nível de continuidade econômica fosse reservado para os nichos de produção e distribuição de produtos e de serviços considerados essenciais, as diferentes estratégias de continuidade das atividades de trabalho foram significativas globalmente, seja por meio da adoção do trabalho remoto, de rodízios nos locais de produção e, conseqüentemente, da redução da produção, visando contenção da circulação das pessoas e, até mesmo, suspensão temporária do trabalho.

Era como se o próprio sistema capitalista se colocasse em quarentena, a fim de se resguardar de efeitos mais devastadores. Nesse sentido, estima-se que 57% da população mundial receberam a recomendação ou a obrigação por parte das autoridades para ficar em casa (CARVALHO, 2020). Em maior ou menor grau, desde a declaração da pandemia, a maioria dos Estados-nação aderiu a essa estratégia, embora houvesse alguns casos conturbados de adesão às orientações. Na verdade, a pandemia foi um acontecimento global que transcorreu de forma distinta pelos territórios de todo o Globo⁴².

No âmbito das relações que compõem o tipo de racionalidade que vigorou por meio das decisões políticas estatais se destaca o conflito entre racionalidade sanitária e racionalidade econômica. Enquanto a primeira busca seguir os primados da epidemiologia e direcionar as ações de combate à pandemia de acordo com as recomendações dos profissionais da área, a segunda comporta uma contraposição entre medidas de isolamento e de distanciamento social perante a necessidade de salvaguardar o bom funcionamento do mercado (JAPPE *et al.*, 2020).

Diante do alerta da Organização Mundial da Saúde (OMS) e demais autoridades, havia três alternativas de estratégias a serem assumidas pelos Estados, em função da ausência de vacinas no momento da deflagração da pandemia: a primeira se apoiava na identificação dos fluxos de contamina-

42 Não se discorre, neste momento, detidamente sobre as estratégias adotadas pelo Governo federal brasileiro para combater, ou melhor, viabilizar a propagação da Covid-19. Os conflitos entre poderes e produção de estratégias deliberadamente genocidas exigem mais do que algumas páginas para a sua exposição. Sugere-se, para tanto, a leitura da obra "*Bolsonaro Genocida*" (BREDA, 2021). Por meio de extenso levantamento do grupo "*Conectas Direitos Humanos*", a obra apresenta a linha do tempo das decisões do poder público nas diferentes esferas, conflitos gerados, produção de leis e normas no âmbito da pandemia e o funcionamento da máquina de desinformação (*fake news*) que aprofundou ainda mais o risco sanitário ao qual o país ainda está submetido desde meados de fevereiro de 2020.

ção; e caso os Estados não conseguissem implementar essa estratégia, a segunda opção seria a quebra das cadeias de contaminação por meio da obstrução da circulação e distanciamento físico, o que exigiria a interrupção de grande parte da esfera funcional capitalista e o fechamento parcial ou total das fronteiras dos Estados. Essas duas propostas afrontavam diretamente a racionalidade econômica, visto que para as perspectivas apologéticas da economia interromper os fluxos de contaminação imprimiria um ataque aos fundamentos neoliberais (JAPPE *et al.*, 2020).

É necessário, todavia, atentar para o fato de que as racionalidades econômica e sanitária não são excludentes entre si, mas demandariam uma cooperação para a manutenção do modo de produção. Esse suposto embate entre racionalidade econômica e sanitária teria facilitado a emergência de uma terceira alternativa. Jappe *et al.* (2020) a classificam como "neoliberalismo epidemiológico", pois prega, entre outras coisas, a "imunidade de rebanho", como forma de embate ao vírus. Essa estratégia submeteu, diretamente, a parcela mais pobre da população ao vírus, contribuindo, inclusive, para o aumento da quantidade de mortos entre os aposentados, que acabavam contaminados não pela exposição externa ao vírus, mas no interior de suas casas, em decorrência do fato de que os familiares precisavam continuar suas atividades laborativas cotidianas, o que resultava na contaminação de todo o grupo que partilhava do mesmo domicílio⁴³, ou seja, o sujeito que não produz (aposentado) é facilmente dispensável perante a máquina de produção capitalista e deve permanecer à mercê da morte (JAPPE *et al.*, 2020).

A perspectiva eugênica de exposição deliberada da população aos riscos de contaminação, assumindo os ônus dos riscos e defendendo a sobrevivência dos mais fortes, decorreu da racionalidade neoliberal com as estratégias de imunidade de rebanho⁴⁴ e isolamento exclusivo de grupos de

43 A premissa de que os aposentados poderiam ser expostos à contaminação, pois caso falecessem acarretaria em melhorar as contas da Previdência, foi documentada e partiu de uma assessora de Paulo Guedes, ministro da Economia (ROCHA, 2020).

44 A respeito da estratégia de "imunidade de rebanho", pesquisadores da área afirmam que essa é inviável enquanto estratégia para consolidação da imunidade coletiva. Conforme Ferreira (2020), "No caso da Covid-19, uma doença nova, de característica e consequências ainda desconhecidas, não adotar medidas de contenção e deixar que se transmitisse livremente, teria feito com que o contágio, o número de casos de doença grave com necessidade de cuidados hospitalares e a mortalidade tivessem sido muito superiores. A incapacidade de resposta dos serviços de saúde ao número de casos que ocorreriam, também para a gravidade dos quadros e a mortalidade associada à doença."

risco, por exemplo. Essa última estratégia é impraticável não apenas em virtude de incoerência epidemiológica, mas, também, em função das condições de sobrevivência e moradia da maior parte da população brasileira (IAMARINO; LOPES, 2020).

Considerando esse cenário pandêmico e as respostas ofertadas pelos Estados para a crise e exposição deliberada de segmentos gigantescos da classe trabalhadora ao risco de contaminação, aborda-se, a seguir, de forma breve, o impacto da pandemia no contexto brasileiro.

2. Racismo Estrutural e Austeridade Fiscal: a pandemia é também racista

As requisições anteriormente apresentadas ao Estado evidenciam a urgência do fomento a um modelo de proteção social que reconheça, no âmbito das defasagens históricas, nos mais diferentes âmbitos da sociedade brasileira, uma atuação que defenda a classe trabalhadora. Todavia, a permanência da Emenda Constitucional 95 é uma ameaça constante de aprofundamento da crise, principalmente, no que se refere ao racismo estrutural e a austeridade fiscal.

No que se refere ao ajuste que a Proposta de Emenda Constitucional do teto institui é possível reconhecer seus componentes de adensamento do racismo estrutural na sociedade brasileira. Conforme Almeida, Batista e Rossi (2020), há duas perspectivas principais na análise do racismo no debate econômico, a primeira o compreende como um problema comportamental, e a segunda aloca o racismo como problema sistêmico, um efeito do funcionamento "normal" das instituições.

A primeira tende a reforçar o racismo como um problema individual ajustável por meio da punição das condutas preconceituosas e, no limite, com o fomento às políticas afirmativas. São intelectuais de referência dessa abordagem Gary Becker e Milton Friedman, expoentes do neoliberalismo. Dessa maneira, as atitudes discriminatórias seriam exógenas ao sistema econômico e em longo prazo o livre mercado acabaria por eliminar essa disfunção. Compõem-se assim explicações sobre a discriminação racial, os efeitos negativos do racismo quando interveniente sobre o mercado, bem como o papel corretivo deste.

A segunda abordagem entende o racismo enquanto um problema sistêmico para além de comportamentos individuais ou uma mera disfunção ajustável do mercado. Sendo o racismo uma prática sistemática de discriminação, contribui ainda à consolidação, naturalização e normalização da desigualdade social. Dessa maneira, os discursos racistas tendem a variar entre a defesa da meritocracia e do esforço pessoal para culpabilizar grupos inferiorizados por suas condições, culminando na justificativa da desigualdade social.

A questão étnico-racial atravessa o debate sobre a austeridade fiscal e os cortes de investimentos do Estado, uma vez que a população negra foi submetida e rebaixada às piores condições sociais. Por meio da análise apresentada por Almeida (2019), é importante atentar para as características específicas do racismo na sociedade brasileira. O autor parte de diferentes concepções, apresenta-as e formula sua crítica a essas ao dizer que o racismo é estrutural à sociedade brasileira, desse modo, afasta-se de concepções que o remetem a problemas individuais ou institucionais.

Sabe-se que diferentes tipos de análise se localizam e referenciam diferentes tipos de condutas, espaços e efeitos. Tomar o racismo individualista implica entendê-lo como resultado de experiência e condutas meramente individuais – esse tipo de análise se sobressai nas respostas neoliberais que estimulam o indivíduo a demonstrar no mercado as suas habilidades, "superando" o racismo pelo exemplo. O racismo institucional é o esperado de instituições constituídas em sociedades racistas, cujo funcionamento normal, de forma sutil ou explícita, se faz reproduzindo o racismo em seu cotidiano. Todavia, tomar indivíduos e instituições como "fonte" do racismo seria o mesmo que os destituir da sociabilidade em que estão imersos. O indivíduo e a instituição atravessados pelo racismo fazem parte de uma sociedade cuja estrutura depende, requer, incita o racismo, inclusive, para o controle da população "excedente".

Entre uma das escolhas da Proposta de Emenda Constitucional do teto está o desmantelamento da política de promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo. Entre os mais significativos cortes de recursos se pode citar o Programa da Igualdade Racial e Superação do Racismo, que sofreu um corte de 80% entre 2014 e 2019, passando de 80,4 milhões para 15,3

milhões nesse íterim. A maior concentração de perda ocorreu entre 2018 e 2019, com o total de 45% do montante sob aval da Emenda Constitucional 95. Outro exemplo disso é que, conforme estudo realizado pela coalizão Direitos Valem Mais (2020), a promoção da igualdade racial representou em média no Orçamento Geral da União 0,08%, somando os investimentos destinados para a população negra e quilombola nos diversos órgãos até 2019.

No que se refere à Emenda Constitucional 95, essa:

[...] reforça o racismo estrutural ao constranger gastos que beneficiam proporcionalmente mais a população negra e indígena, como os gastos de saúde, educação e assistência social. [...] os ajustes fiscais, especialmente aqueles baseados nos cortes de gastos, tendem a aumentar a desigualdade e o desemprego. No mercado de trabalho, os impactos de ajustes recessivos prejudicam proporcionalmente mais a população negra que já está associada a uma taxa de desemprego e uma informalidade maior do que os brancos. [...] De 2015 até 2017, a população negra foi fortemente afetada pelo desemprego e a informalidade aumentou mais entre as mulheres negras, cuja taxa de informalidade supera 50% (ALMEIDA, BATISTA, ROSSI, 2020, p. 148).

Alguns dados que permite entender os impactos regressivos dessa Proposta de Emenda Constitucional para a população negra: entre os mais pobres no país, os negros representam 75%; possuem 2,7 vezes mais chances de morrer por homicídios; no que se refere ao mercado de trabalho, cerca de 46,9% da população negra desenvolve atividades sem vínculos empregatícios formais, a título de comparação, os brancos sem vínculo formal de trabalho representam 33,7%, sendo que o trabalhador branco em média recebeu 72,5% a mais do que um profissional preto ou pardo. Soma-se a esse quadro a baixa representatividade no Legislativo e o saque aos poucos recursos financeiros que possuem em virtude da austeridade e modelo fiscal brasileiro. Esses dados evidenciam a relação entre austeridade fiscal e racismo estrutural na sociedade brasileira (DIREITOS VALEM MAIS, 2020).

Em defesa da austeridade fiscal, compreendida como o corte de financiamento dos direitos sociais, em que se transferem recursos do orçamento

público ao setor privado e a responsabilidade fiscal é utilizada como argumento para o aprofundamento das privatizações, flexibilização das leis trabalhistas e defesa de uma perspectiva meritocrática de inserção dos indivíduos na sociedade.

O esfacelamento da sociabilidade regida pelo trabalho abstrato e pela “valorização do valor” resulta em terríveis tragédias sociais, haja visto que o movimento da economia e da política não é mais de integração ao mercado – há que se lembrar que na lógica liberal o “mercado” é a sociedade civil. Como não serão integrados ao mercado, seja como consumidor ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores da periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemia ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente pelo Estado – um exemplo disso é o corte nos direitos sociais. Enfim, no contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de normalidade e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos se tornam cada vez mais agudos (ALMEIDA, 2019, p. 207).

Dessa maneira, o racismo naturalizado nas estruturas institucionais e econômicas por meio das estratégias de austeridade fiscal aprofunda ainda mais as desigualdades sociais em virtude, tanto da renda das famílias negras quanto pela necessidade de acesso às políticas e serviços públicos. Nesse conjunto, essa carga tributária penaliza ainda mais as mulheres negras que pagam proporcionalmente mais impostos que os homens brancos, visto que a carga tributária brasileira é concentrada em impostos sobre o consumo que não diferenciam a renda das pessoas, ou seja, quem tem menos paga mais em virtude de seu poder de consumo e os impostos indiretos oneram quem compromete mais sua renda em consumo, ao contrário dos ricos que conseguem preservar uma parcela maior de sua renda e que, pela ausência de tributação em renda e patrimônio, são ainda privilegiados por possuírem condições de acumularem e não gastarem de maneira imediata todos os seus recursos.

O resultado disso é um modelo que, por meio das políticas públicas do Estado, beneficia as classes mais privilegiadas e prejudica os mais pobres e, em especial, a população negra.

Há, portanto, uma relação estrutural entre classe, raça e gênero, que é reforçada pelo funcionamento regular do sistema tributário e é naturalizada – assim como naturalizamos a violência direta contra pessoas negras nas periferias –, a ponto de o Congresso Nacional discutir uma reforma tributária com foco na eficiência, deixando de lado o problema da desigualdade (ALMEIDA, BATISTA, ROSSI, 2020, p. 147).

A pandemia tem desnudado essas desigualdades sociais, nas periferias e favelas com dificuldades para responder às requisições sanitárias de segurança, essas muitas vezes impraticáveis em virtude dos problemas estruturais relacionados ao saneamento básico, moradias precárias e a exposição aos riscos de contaminação, pois não havendo recursos acumulados, a sobrevivência ocorre no dia de trabalho assegurado, ou seja, submeter-se à exposição do contágio e à busca de trabalho continuou sendo a única saída para obter alimento para si e aos seus familiares.

Considerações Finais

Segundo dados da *World Health Organization*, em de agosto de 2021, a pandemia do novo coronavírus no Mundo já alcançava os seguintes números: 202.296.216 casos confirmados, desse total 4.283.134 resultaram em morte e, somente no Brasil 20.151.779 de casos e 562.752 mortes confirmadas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

As funções requeridas ao Estado nesse momento pandêmico evidenciam que o recuo desse em setores e áreas estratégicas, nas últimas décadas, bem como a desqualificação e ataques fomentados a seus agentes fortalecem o aprofundamento do caos social, no qual os segmentos mais pobres da classe trabalhadora têm sido lançados nos últimos anos.

Esses números não permitem, de imediato, ter a dimensão da profunda barbárie a qual a sociedade brasileira foi lançada na segunda década do século XXI. De certa maneira, parecem diluídos, em uma espécie de amortização gradativa da normalização da morte que permite a redução dessas vidas a estatísticas, mortes "aceitáveis", pois "todos nós vamos morrer um dia". Em resposta a essa assertiva que mais parece um escárnio prefere-se

a de Ailton Krenak (RESISTIR, 2020): "Morrer é normal. Tem é que ficar escandalizado com a indiferença".

A exposição deliberada de segmentos extensos da classe trabalhadora ao risco de contaminação desde o início da pandemia resultou, por um lado, na tentativa de conceituação sobre as estratégias e omissões por parte do Estado, genocídio, necropolítica, governo suicidário e, por outro, em uma escala superlativa em torno de números acerca da contaminação, circulação do vírus e mortes, infiltrando no cotidiano das vidas de milhões de brasileiros dados que não pareciam encontrar ressonância na extensão dessa tragédia.

As novas bases de (re)produção do racismo estrutural se organiza no jogo diferencial da concorrência, combinando a necessária estratégia de sobrevivência mobilizada pela população negra, agora "estimulada" pelo desinvestimento público do Estado, na regulamentação de ofertas de serviços baratos como democratização da cobertura em que a população negra pode ser a própria captadora desse processo como ofertante e demandante. A forma como o racismo estrutural é reproduzido, pela governamentalidade austera, é cativar a população negra, mas não através da solidariedade produtora de resistência, e sim através de sua disposição como corpos que ao se distinguirem entre si pelo empresariamento, podem caminhar ao reconhecimento, pelas vantagens competitivas de uma mobilidade social individual, que tergiversa o conflito racial.

No entanto, ainda é preciso lembrar as palavras de Sueli Carneiro (2020, p. 94-95):

Qualquer homem negro no Brasil, por mais famoso que seja, ou por maior mobilidade social que tenha experimentado, não tem poder real. [...] Embora desfrutem individualmente de uma situação privilegiada, sabem que não representam nada que tenha relevância política, social ou econômica, porque os negros enquanto coletividade são considerados a parcela descartável de nossa sociedade e, se bem-sucedidos individualmente, servem apenas para legitimar o mito da democracia racial (CARNEIRO, 2020, p. 94-95).

Dessa maneira, a Proposta de Emenda Constitucional do teto se revela componente insustentável para a superação desse cenário, tendo em vista a contribuição que denota ao aprofundamento das desigualdades sociais naturalizadas por meio do racismo estrutural dessa sociedade, ou seja, a pandemia em solo brasileiro demonstrou, em seu impacto sobre a população brasileira, a completa incompatibilidade entre direitos sociais e a austeridade fiscal, conforme proposta pela Proposta de Emenda Constitucional do teto.

Referências

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polen/Sueli Carneiro, 2019. (Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Silvio de; BATISTA, Waleska Miguel; ROSSI, Pedro. Racismo na economia e na austeridade fiscal. In: DWECK, Ester; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (org.). **Economia Pós-Pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 142-152.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da Imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu, 2021. (EXIT).

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

BRASIL. Dispõe sobre as medidas [...] decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. **Medida Provisória Nº 927, de 22 de Março de 2020**. Brasília, 22 mar. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775?fbclid=IwAR0Kjme4mneUStqZpBZ26PYuelOf_nEhoVQxaStGuAS9a18F0cxHoHmFE0Y. Acesso em: 14 ago. 2021.

BREDA, Tadeu (Org.). **Bolsonaro genocida**. São Paulo: Elefante, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. **Portal Geledes**. São Paulo, p. 544-552. maio 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

CARVALHO, Laura. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 2020. (2020 ensaios sobre a pandemia).

COALIZÃO DIREITOS VALEM MAIS (Brasil). **O Teto de Gastos e os Dhesca: impactos e alternativas**. In: DWECK, Ester; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (org.). **Economia Pós-Pandemia: desmontando os mitos da**

austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 198-244.

D' AGOSTINI, L. Pandemia do Covid-19 e a urgência da extinção do Teto dos Gastos. **A Economia em Revista – AERE**, v. 28, n. 2, 17 dez. 2020.

Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/56954/751375151545> acesso em 11 ago 2021.

DIREITOS VALEM MAIS. **LDO**: balanço, riscos e perspectivas. Balanço, Riscos e Perspectivas. 2020. Disponível em: <https://direitosvalemmais.org.br/2021/07/26/infografico-ldo-balanco-riscos-e-perspectivas/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

FARIA, Flavia; YUKARI, Diana. Pico atual de mortes por Covid-19 supera fase mais grave de 2020 em sete estados: fenômeno acontece em rs, pr, rr, mg, ms, ro e am; nesta quarta, país superou 250 mil óbitos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 12-15. 25 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/02/pico-atual-de-mortes-por-covid-19-supera-fase-mais-grave-de-2020-em-sete-estados.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2022.

FERREIRA, Betânia. **Imunidade de grupo**. 2020. Disponível em: <https://www.hospitaldaluz.pt/pt/guia-de-saude/dicionario-de-saude/l/377/imunidade-de-grupo>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IAMARINO, Atila; LOPES, Sônia. **Coronavírus**: explorando a pandemia que mudou o mundo. São Paulo: Moderna, 2020.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Covid-19 e saneamento**: olhar de pesquisadores independentes. Mar. 2020. Disponível em: http://tratabrasil.org.br/covid-19/assets/pdf/cartilha_covid-19.pdf acesso em 06 ago. 2021.

JAPPE, Anselm *et al.* **Capitalismo em Quarentena**: notas sobre a crise global. São Paulo: Elefante, 2020. (Crise & Crítica).

LARA, Ricardo. Pandemia e capital. **Libertas**. Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 20, n. 1, 15 jun. 2020, pp. 53-69. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.30657>. Acesso em: 05 ago. 2021

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: Oito conferências sobre a natureza do antropoceno. São Paulo: Ubu editora, 2020.

MOORE, Jason. **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM press, 2016.

RESISTIR Para Existir. Rio de Janeiro: Metrópolis, 2020. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GZEWB6hWNM8>. Acesso em: 11 ago. 2021.

RODRIGUES, Rodrigo; PAULO, Paula Paiva. Maior cemitério da América Latina enterra 1.654 pessoas em SP em abril. **G1**. São Paulo, p. 1-2. maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/01/maior->

cemiterio-da-america-latina-enterra-1654-pessoas-em-sp-em-abril.ghhtml.
Acesso em: 9 ago. 2021.

SAMPAIO, Simone S; FARIA, Natalia de; GARCIA, Flavia de B. Souza; GOMES, Fernanda Marcela T. O que disseram as/os assistentes sociais sobre: "que desafios a conjuntura da Covid-19 apresenta ao seu cotidiano profissional?" In: **Comitê SUAS /Covid-19**. Santa Catarina, 2020. Disponível em: https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/07/artigo_enquete.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021

UJVARI, Stefan Cunha. **Pandemias**: a humanidade em risco. São Paulo: Contexto, 2020.

WALLACE, Rob. **Pandemia e Agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.

World Health Organization. **WHO Coronavirus (Covid-19) Dashboard**. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

ZIZEK, Slavoj. **Pandemia**: covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASPECTOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS PRIMEIROS MESES DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO OESTE DO PARANÁ

Rosana Mirales

Resumo

O objetivo deste capítulo é refletir sobre desigualdade, questão social, pobreza e insuficiência alimentar, a partir da apresentação das informações sobre a Covid-19 e do Auxílio Emergencial, nos primeiros meses de sua vigência (março a junho de 2020), na 10ª Regional de Saúde do Paraná, que tem sede em Cascavel. As fontes adotadas são os boletins da Secretaria Estadual de Saúde sobre a Covid-19 e do Auxílio Emergencial por meio do Portal da Transparência do Governo Federal. Estão situados, brevemente, os dados de sexo, cor, idade e escolaridade entre as pessoas que são cadastradas como casos confirmados e óbitos pela Covid-19, no Paraná. O resultado confirma que o Auxílio Emergencial apresenta sintonia com o desmonte dos direitos sociais. Quanto à Covid-19, houve crescimento do coeficiente de incidência para o Paraná e na 10ª Regional ocorre a maior incidência em Cascavel.

Palavras-chave: Desigualdade. Pobreza. Trabalho.

ASPECTOS DE SALUD Y ASISTENCIA SOCIAL EN LOS PRIMEROS MESES DE LA PANDEMIA DE CORONAVIRUS EN EL OESTE DE PARANÁ

Resumen

El objetivo de este capítulo es reflexionar sobre la desigualdad, la cuestión social, la pobreza y la insuficiencia alimentaria, a partir de la presentación de información sobre Covid-19 y Asistencia de Emergencia, en los primeros meses de su vigencia (marzo a junio de 2020), en la 10ª Sanidad Regional de Paraná, que tiene su sede en Cascavel. Las fuentes adoptadas son los boletines del Departamento de Salud del Estado sobre Covid-19 y Ayuda de Emergencia es el Portal de Transparencia del Gobierno Federal. Los datos sobre género, color, edad y escolaridad se ubican brevemente entre las personas que están registradas como casos confirmados y muertes por Covid-19, en Paraná. El resultado confirma que la ayuda de emergencia está en consonancia con el desmantelamiento de los derechos sociales. En cuanto al Covid-19, hubo un aumento en el coeficiente de incidencia para Paraná y en el 10º Regional hay la mayor incidencia en Cascavel.

Palabras clave: Desigualdad; Pobreza; Trabajo

1. Introdução

O objetivo proposto neste capítulo foi apresentar as informações objetivas sobre a Covid-19 na 10ª Regional de Saúde do Paraná, nos meses de março a junho de 2020, na microrregião de Cascavel, a fim de demonstrar como ocorreu o enfrentamento e combate à pandemia no território e, ao mesmo tempo, realizar reflexões de como o desmonte do Sistema Único de Assistência Social contribuiu para que esse enfrentamento seja ineficiente.

A fonte adotada são os boletins da Secretaria Estadual de Saúde sobre a Covid-19, nos municípios que compõem a 10ª Regional de Saúde do Paraná, doravante 10ª Regional. Recorre-se ao boletim do último dia dos meses de março, abril, maio e junho, ou seja, 28 de fevereiro, 31 de março, 30 de abril, 31 de maio e 23 de junho, em função da coleta de dados ter sido feita no dia 24 de junho de 2020. Ainda, são apresentadas as informações do recebimento do Auxílio Emergencial, nos mesmos municípios que compõem a 10ª Regional, que teve por fonte o Portal da Transparência do Governo Federal.

2. Desigualdade social: de que se trata?

A questão social, como concebida hoje, pode traduzir os significados ocultos na palavra pobreza. Um dos primeiros autores a abordar cuidadosamente tal questão, Cerqueira Filho, a considerou entre aspas, uma vez que a concepção expressa à "questão social", como a compreende o autor, diferencia-se daquela adotada pela Igreja Católica.

Por "questão social", no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas político, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a "questão social" está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21).

Segundo esse pressuposto, isso ocorre no capitalismo monopolista (NETTO, 2011, p. 153), quando "[...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas [...]". Na situação brasileira, o processo de transformações econômicas acompanhado de

transformações sociais, políticas e culturais, decorrentes desse estágio do capitalismo adquire caráter dinâmico, a partir de 1930, segundo Cerqueira Filho.

Isso se confirma nas análises realizadas por Yazbek (2012, p. 289) sobre a pobreza:

[...] como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria (YAZBEK, 2012, p. 289).

Logo, os protestos decorrentes da pobreza se apresentaram como uma ameaça à ordem burguesa e isso, exatamente por seus desdobramentos sociopolíticos, passou a ser denominado "questão social", segundo Netto (2011).

Portanto, como parte e produto das relações sociais, os "pobres" também produzem e reproduzem as desigualdades. Esses são julgados socialmente segundo os valores e padrões da sociabilidade burguesa, como "qualidades negativas" e indesejáveis, diante das privações não só materiais, segundo Yazbek (2012), resultantes da divisão da sociedade em classes e da concentração da riqueza socialmente gerada em um processo social de produção.

Por ser uma marca da sociabilidade, o entendimento da questão social deve se situar na história de cada país, de cada localidade, a fim de que suas particularidades sejam percebidas. Na situação brasileira, a marca da tentativa de escravidão indígena e a escravidão negra não foram superadas e se acentuaram com as desigualdades regionais, que submeteram populações às migrações internas e externas, sobrepondo gerações de populações à ausência de condições de moradia, saneamento básico, alimentação, trabalho, renda, saúde e educação. Exemplo das singularidades são os quilombos, as aldeias indígenas, as favelas, os cortiços e as palafitas, que expressam relações entre seres sociais e natureza, demarcadas por lutas de resistências e pela sobrevivência de grupos sociais e populacionais. Na atualidade, a isso se soma a complexa situação dos indocumentados e estrangeiros que se encontram refugiados no país.

Como explicou Netto (2011), em torno da expressão "questão social" há compreensões diferenciadas e atribuições de sentido diversas, porém não só na origem a sua adoção foi polêmica. Na década de 1990, no conjunto das análises sobre as mudanças societárias decorrentes das alterações provocadas pelos processos de reestruturação produtiva, alguns autores compreenderam que a denominação mais adequada seria nova questão social. No debate realizado nessa época, autores como Rosanvallon (1998) entenderam haver uma nova questão social, ao analisarem fenômenos decorrentes das mudanças societárias em curso.

No ponto de vista aqui adotado, embora se reconheça que nesse período houve um aperfeiçoamento nas formas de ampliação do capital, que acentuaram a expansão do capitalismo financeiro, não se identifica nenhuma mudança que requalifique as relações sociais. Portanto, continua válida a concepção de questão social como o crescimento da pobreza em relação direta com o aumento da capacidade social de produzir riquezas, conforme analisou Netto (2011).

Em um contexto neoliberal, aperfeiçoaram-se a negação à necessidade de uma mudança estrutural nas formas de sociabilidade e, também, as de responder as expressões da questão social de forma paliativa. Identificou-se, então, a tendência, nas políticas sociais, em direcionar ações pontuais para regiões em que os índices de pobreza se apresentam maiores, negando a necessidade de políticas sociais universais, definitivas, de caráter público e qualificadas.

Com o fortalecimento do setor de serviços, na era da reestruturação produtiva, fortaleceram-se as alternativas de transferência de responsabilidades estatais para o enfrentamento das expressões da questão social, recuperando ações filantrópicas, caritativas e pontuais, o que Yazbek (2012) nomeou "refilantropização da pobreza".

Nesse mesmo contexto, na situação brasileira, evidenciava-se o descumprimento das conquistas dos direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988. As políticas sociais – à exceção ao Sistema Único de Saúde – deixaram de assegurar a universalidade e passaram a adotar critérios de seleção para assegurar aos "pobres" o acesso precário às políticas, bolsas e aos serviços, benefícios, auxílios, seguros etc. Também se fortaleceram as propostas de transferência de renda.

Quem são os “pobres”? De acordo com Yazbek (2012, p. 291), são aqueles que se encontram:

[...] privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidades de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente não será absorvida (YAZBEK, 2012, p. 291).

O que se verifica é que as conquistas de Constituição Federal de 1988 apresentaram condições para o melhor conhecimento sobre as expressões da questão social – como a capacidade de medir as várias faces que a compõem. Contudo, as proposições de seu enfrentamento, com referência nas conquistas dos direitos humanos e sociais se apresentam fragilizadas, e na situação brasileira apresenta clara relação com a regressividade cultural que assola o país. De 2013 até a atualidade, o país vive o desmonte dos tímidos processos conquistados pela democracia formal possibilitada com o fim da ditadura.

Com as dimensões em que a desigualdade, em suas múltiplas faces, se apresenta no Brasil, a conquista possível de seguridade social, na Constituição Federal (Artigo 195), da articulação das políticas de seguro social, assistência social, saúde e seguro-desemprego gerou condições para agregação das políticas de previdência, assistência e saúde, favorecendo a criação de um Sistema de Seguridade Social. Isso significou uma conquista política histórica, pois, pela primeira vez, os direitos sociais foram reconhecidos constitucionalmente, favorecendo a sua realização conjunta.

A democracia formal no Brasil tem essa importância, pois em perspectiva antidemocrática, os auxílios emergenciais, pontuais, acabam por vincular a necessidade social à benesse, o que regride culturalmente a concepção de direito. Apesar do avanço democrático, a noção de seguridade social mais abrangente, ainda está por vir, incorporando moradia com condições sanitárias suficientes (rede de esgotos, água potável, coleta de lixo), acesso ao transporte coletivo, alimentação, educação, saúde, assistência, previdência

e trabalho, disponibilizados universalmente, para os variados segmentos sociais e suas particularidades subjetivas, que compõem a diversidade humana e as particularidades que assumem no país.

Há questões conceituais importantes que permeiam as conquistas realizadas. Um exemplo é a transferência de renda, que poderia ter sido concebida como previdência não contributiva e ser gerida pela previdência social, de forma universal, podendo ser acessada por todos à medida de suas necessidades. Entretanto, é parte da Política de Assistência Social, sendo que o Benefício de Prestação Continuada, com critérios diferenciados, é gerido por essa política e operacionalizado pela previdência social.

Mesmo com limitações e plenamente inseridas na dinâmica de ampliação das relações sociais capitalistas, foram conquistas democráticas importantes e disso dependeu muita luta da classe trabalhadora/operária/proletariada. O estabelecimento do Sistema Único de Assistência Social gerou condições para se enfrentar a triste marca do vínculo entre assistencialismo e favor (COHN, 2000), que demarca as configurações da questão social no país.

Essa característica da benesse e do assistencialismo que entende a assistência como favor, vinculada com a vida privada e se apresenta, de várias maneiras, na "cultura conservadora da ajuda", oprimindo os sujeitos que são portadores de direitos e recorrem à assistência social, alimentando a cultura do dever de retribuir, ou seja, da necessária reciprocidade por estarem exercendo seus direitos. A rigor, o desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na atualidade, tem vários significados, mas a marca da dominação e opressão culturalmente introjetada nas visões burguesas da pobreza, que a vincula à subalternidade, talvez seja uma das marcas mais tristes da conjuntura.

A obra de Castro, "Geopolítica da Fome", traduzida em várias línguas e amplamente debatida se situou nos esforços de visualizar a pobreza como uma realidade a ser compreendida e combatida universalmente. Naquele contexto histórico, o debate era sobre aumento populacional e a produção de alimentos. Recupera-se aqui um dos aspectos presentes em sua obra, nominado por Castro (1955) como "O espantalho malthusiano":

Faltou à teoria de Malthus a necessária base científica. Seu primeiro erro foi o de considerar o crescimento da população como uma variável independente, como um fenômeno isolado no quadro das realidades sociais, quando, na verdade, esse crescimento está na mais estrita dependência dos fatores políticos e econômicos (CASTRO, 1955, p. 44).

Ao abordarem o Auxílio Emergencial adotado pelo Brasil no enfrentamento à Covid-19, Alves e Siqueira (2020) analisam o possível retorno à perspectiva malthusiana no entendimento da pobreza, que transpõe equivocadamente a ideia de seleção natural para os humanos, negando a existência das classes sociais e da reprodução das relações sociais capitalistas como verdadeira responsável pela crescente pobreza.

Por sua vez, Yazbek (2012) informa que, do ponto de vista conceitual, as abordagens sobre a pobreza podem ser construídas a partir de posicionamentos teórico-metodológicos, como o positivismo (funcionalismo, estruturalismo) e o marxismo. Segundo a autora, também podem apresentar divergências sobre a visão de Estado, quando se refere ao desenvolvimento histórico-social e político da sociedade, como o Estado liberal, em que prevalece o mercado e o Estado social, em que os direitos sociais se tornam prevaletentes.

Sobre a definição de indicadores, a autora aponta que as medidas adotadas no enfrentamento às desigualdade podem ser monetárias, quando utilizam a renda como principal determinante da linha de pobreza, critério adotado com base na renda diária por indivíduo. Entretanto, podem também recorrer aos indicadores multidimensionais, como indica Sen (2000), os quais incluem atributos não monetários para definir a pobreza, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴⁵ e o índice Gini. Esses indicadores, tal qual a pobreza, são multidimensionais porque incluem aspectos que afetam o bem-estar dos indivíduos e a não satisfação de suas necessidades básicas.

45 "O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador que vai de zero a um. Quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano. O índice mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação.". O IDH brasileiro foi de 0,761 em 2018, o que representou um leve aumento de 0,001 ponto na comparação com 2017 (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019, n.p.). Para outras informações Cf. PNUD (2019, p. 295, 299, 303).

Esses indicadores multidimensionais incluem aspectos que afetam o bem-estar dos indivíduos e a não satisfação de suas necessidades básicas. Consideram como essencial para definir a condição de pobreza o acesso a alguns bens, de modo que sem esses os 'cidadãos' não são capazes de usufruir uma vida minimamente digna. Incluem: água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo, educação, saúde e moradia (YAZBEK, 2012, p. 291).

Nesse sentido, a regressividade cultural determinada pelo neoliberalismo, que impôs a regressividade cultural do tempo presente, retrocedeu na compreensão universal da dimensão humana e na noção de cidadania, conquista assegurada na Constituição Federal de 1988.

3. Desigualdade social: alimentação

De acordo com o Indicador Prevalência de Desnutrição (PoU)⁴⁶ "[...] hoje, pouco mais de 820 milhões de pessoas sofrem de fome, correspondendo a cerca de uma em cada nove pessoas no mundo."⁴⁷ (FAO, 2019, n.p.), e a combinação de níveis moderados e graves de insegurança alimentar⁴⁸ estima um total de 26,4% da população mundial, ou cerca de 2 bilhões de pessoas (FAO, 2019).

46 O Indicador Prevalência de Desnutrição (PoU), adotado desde 2007 e aperfeiçoado agora, para identificar a desnutrição moderada ou grave, é uma estimativa da proporção da população, cujo consumo habitual de alimentos é insuficiente para fornecer os níveis de energia necessários para manter uma vida ativa e saudável normal. É expresso como uma porcentagem (FAO, 2020).

47 A insegurança alimentar moderada se refere às pessoas que enfrentam incertezas quanto a sua capacidade de obter alimentos e foram forçadas a reduzir, às vezes, durante o ano, a qualidade e/ou quantidade de alimentos que consomem em função de falta de dinheiro ou outros recursos. A grave insegurança alimentar, por outro lado, refere-se às pessoas que, provavelmente, ficaram sem comida, experimentaram fome e, no extremo, passaram dias sem comer, colocando sua saúde e bem-estar em risco grave. A falta de acesso (permanente ou sazonal) aos alimentos diminui a qualidade da dieta, interrompe os padrões alimentares normais e pode ter consequências negativas para nutrição, saúde e bem-estar (FAO, 2019).

48 Segurança Alimentar é uma noção que envolve aspectos da nutrição em sua definição e, por isso, se relaciona à complexidade que envolve produção e preparação de alimentos. Uma das questões presentes na insegurança alimentar é a obesidade, muitas vezes causada pelo estilo de alimentação fast food. Por isso, a alternativa positiva dos restaurantes populares e alimentação escolar, feita por meio de compra direta, envolvendo produtores de alimentos agroecológicos e cozinhas sociais, visando assegurar a qualidade da alimentação (FAO, 2019).

Levantamentos realizados anteriormente demonstraram a tendência ao aumento da fome, e o atual confirmou que cresce o número de pessoas subnutridas no Mundo desde 2015, voltando aos níveis de 2010–2011. A prevalência de desnutrição, em 2018, foi de 10,8% no Mundo, chegando a 30,8% na África Oriental e, na demonstração de total, a Ásia apresentou a maior concentração e distribuição da insegurança alimentar por severidade. Na América do Sul, o indicador apresenta 5,5%, e o relatório analisa que na América Latina e no Caribe, as taxas de subnutrição aumentaram nos últimos anos, em parte como consequência da situação na América do Sul (FAO, 2019).

Sobre a relação desse processo com a economia, o mesmo documento cita os relatórios econômicos mundiais, que destacam desacelerações, estagnação e recessões definitivas evidentes em várias economias, o que leva ao aumento do desemprego e à queda na renda. Portanto, as análises indicam haver uma relação entre a fome e o Produto Interno Bruto (PIB) dos países que, mensurada pelo Indicador Prevalência de Desnutrição (PoU), demonstra aumento em países em que a economia desacelerou ou contraiu e se evidencia o aumento do desemprego, a falta de trabalho regular, a depreciação da moeda e os altos preços dos alimentos.

O documento (FAO, 2019) também aponta que as relações entre esses fatores não são tão simples, ou seja, nem sempre é verdade que o crescimento econômico ajuda a reduzir a pobreza e melhorar a segurança e nutrição alimentar, até porque a pobreza, segurança alimentar e nutrição nem sempre se movem juntas. Pode ocorrer de países alcançarem crescimento econômico e redução da pobreza, porém isso nem sempre se traduz em melhoria da segurança e nutrição alimentar.

Outros dois pontos destacados, no mesmo documento, é que quando a melhoria na redução da pobreza resulta em maior segurança alimentar, isso não significa necessariamente que o estado nutricional também será melhorado e que "Quanto maior a desigualdade na distribuição de ativos, como terra, água, capital, finanças, educação e saúde, mais difícil é a participação dos pobres nos processos de crescimento econômico." (FAO, 2019, n.p.).

No Brasil se pode afirmar que há uma relação não só da economia com a pobreza, mas também com a democracia. A fome no país é um fenômeno

estrutural, isto é, faz parte da dinâmica das relações sociais, exigente de medidas estruturais para o seu combate, enfrentamento e erradicação. Nos anos 2000, as medidas adotadas pelo Estado no combate à pobreza resultaram em melhorias significativas nos índices nacionais. Todavia, essas medidas adotadas foram insuficientes para gerar sustentabilidade e, no cotidiano, observam-se retrocessos em passos legais e institucionais importantes que foram dados.

Entende-se que políticas sociais são fundamentais, porém são incapazes de pôr fim à desigualdade de concentração de rendas, que exige a distribuição de ativos, isto é, da riqueza social. Por isso, com a extensão territorial do país, a reforma agrária e a regularização de terras das populações tradicionais se constitui em luta histórica, medida viável e urgente.

O Projeto de Lei nº 4.747 de 1998 tramita há mais de vinte anos e propõe:

[...] permitir que pessoas físicas ou empresas, por intermédio de entidades sem fins lucrativos, doem alimentos excedentes e em bom estado de consumo, ficando isentas de responsabilidade em caso de dano ao usuário, ressalvadas as previsões legais de dolo e negligência. O projeto passou no Senado, onde foi proposto, mas aguarda análise da Câmara dos Deputados. Igual destino goza o Plano Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos (Projeto de Lei nº 6898 de 2017), que igualmente buscou normatizar o processo de doação de alimentos sobressalentes, e aguarda aprovação na Câmara. Além de facilitar a doação, outras propostas visam a desoneração de tecnologias que prolongam a vida útil dos alimentos, e aquelas que visam melhores esclarecimentos nas datas de vencimento e máximas para consumo (PINHATA, 2019, n.p.).

No contexto da pandemia e as consequências político-econômicas que essa apresenta, foi aprovada a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano (BRASIL, 2020b).

Sobre a concentração de renda nos EUA, Day (2020, n.p.), com referência em artigo de Estelle Sommeiller e Mark Price, publicado por meio do

Economic Policy Institute, demonstra que o "[...] crescimento [da renda] foi amplamente compartilhado de 1945 a 1973 e altamente desigual de 1973 a 2007 [...]" naquele país, e que, atualmente, "[...] em média, a renda de 1% dos norte-americanos é 26 vezes maior que a média dos 99% inferiores."

O Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2019) demonstrou que os "[...] 10% mais ricos receberam mais de 40% da renda total do país em 2015. Quando consideradas todas as formas de renda, não apenas as reportadas nas pesquisas domiciliares, as estimativas sugerem que os 10% mais ricos de fato concentram 55% do total da renda do país." (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019, p. 9), havendo uma queda na posição do país na lista de países classificados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

4. A insegurança social e a necessária proteção social

Em entrevista, Sposati (2020) se referiu ao "esgarçamento do SUAS" como a descaracterização no papel dos órgãos gestores, do controle social e dos serviços de assistência social que, a rigor e de acordo com o escopo legal existente, são geridos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e exercidos para uma finalidade pública. Portanto, tal "esgarçamento", segundo ela, além de desmontar o escopo legal e a dinâmica adquirida pela assistência social, recupera aspectos que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) enfrentou, como a marca do assistencialismo, o "primeiro-damismo" e a noção de ajuda e favor nas práticas de assistência.

A filantropia e práticas culturais supostamente superadas com o fortalecimento do direito à assistência, possibilitado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), voltam a se apresentar como mérito, em substituição às precárias políticas sociais existentes voltadas a responder à questão social, ou seja, como Yazbek anunciou nos anos 1990, a refilantropização da pobreza que o neoliberalismo recuperou se apresenta, agora, ampliada pelo conservadorismo para recuperar práticas caritativas como o voluntariado.

Em sua entrevista, Sposati (2020) diz considerar ser abominável que seres humanos permitam populações viverem em busca de alimentos no lixo. Segundo ela, há uma guerra sobre o humanismo e são sugados os recursos que vão nesse sentido. Por que não disponibilizar restaurantes populares, não ter uma gestão em torno das populações de rua, com ações de apoio

como moradia, alimentação? Está claro que o desejável é emprego e salário para todos. Para a autora, há um negacionismo sobre as condições de vida e de distribuição e isso é preconceituosamente dito que é coisa de esquerda e conclui que isso é coisa de gente que não quer e não prefere o genocídio. Para ela, ainda, as experiências que significaram avanços nesse sentido não têm continuidade por um politicismo sem sentido e as experiências foram modificadas, não tiveram continuidade no mesmo propósito.

Sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Lopes e Rizzotti (2020) pontuam passos que foram dados no fortalecimento de uma política de enfrentamento às desigualdades sociais, com adoção de um escopo legal consolidado. As autoras apontaram alguns aspectos, que configuraram, a partir de 2016, o desmonte ao sistema de proteção gerado a partir desse amparo legal:

[...] a Emenda Constitucional 95 que congelou os gastos na área social; a diminuição de mais de 70% do investimento no SUAS; o desaceleramento da inclusão de famílias nos programas de transferência de renda, sobretudo no Nordeste (região com maior índice de pobreza); desmonte das políticas de proteção específicas e focalizadas em segmentos que sofrem agravos da vulnerabilidade como é o caso da população de rua, LGBTQ+, mulheres, negros/as, dentre outros; quebra do pacto federativo, demonstrado, sobretudo, pela diminuição dos repasses fundo a fundo para manter em todos os municípios brasileiros, os serviços funcionando; descaso e desrespeito com as instâncias participativas e de controle social (LOPES; RIZZOTTI, 2020, p. 125-138).

O texto de Alves e Siqueira (2020) analisa a trajetória do projeto de lei ao formato adquirido pelo Auxílio Emergencial, situando-o no contexto da funcionalidade ideopolítica da pandemia, para adoção de medidas eficazes para o resgate do projeto burguês, no que se refere à contenção do custo social produzido para a Covid-19: voluntarismo, solidariedade avessa, filantropia empresarial e medidas emergenciais de combate à pobreza, desvencilhadas do conjunto de programas e benefícios sociais da política de assistência social.

As autoras relatam os detalhes do Auxílio Emergencial, suas dificuldades e empecilhos na implantação, como, por exemplo, ser emergencial e vinculado ao Cadastro de Pessoa Física (CPF), uma vez que muitos brasileiros têm problema com o CPF, seja por pendências com a legislação eleitoral, seja decorrente de dívidas, entre outros.

Para as autoras, o "auxílio covid" ou "covid voucher" é o auge do processo de supercapitalização e extermínio populacional, pois amplia a financeirização, intensifica a tecnocracia e a exclusão tecnológica, criminaliza os pobres com fiscalizações e critérios rigorosos, e reatualiza o clientelismo, relacionando o benefício aos interesses eleitorais do país, visto que em 2022 devem ocorrer eleições.

O paradoxo está no fato de que as autoras se questionam: "o que garantem os 600 reais?" e a pesquisa do Ipea mostrou que, em média, o auxílio representou um acréscimo médio de R\$ 846,50 aos domicílios do país, ou seja, o estudo apontou que 26,3 milhões de domicílios – o que representa 38,7% dos 68 milhões de domicílios brasileiros – tiveram acesso ao benefício. Desse total, 82% possuíam renda domiciliar *per capita* inferior à média do auxílio obtido, isto é, a média de até R\$ 832,65.⁴⁹ Ainda, no grupo de renda mais baixa, de renda *per capita* média de R\$ 238,03, a participação do auxílio emergencial na composição da renda domiciliar em maio foi de 95,5% (COSTA, 2020). Isso demonstra a complexidade da questão social no país.

A prorrogação do auxílio por dois meses, conforme proposto pelo Governo Federal e em análise nas Câmaras Legislativas, além de formar opiniões favoráveis aos governantes, coincidiu com as denúncias contra a família do Presidente da República, que finalmente vieram a público, e ações institucionais, em função do acirramento das relações entre o Poder Legislativo e Judiciário, em âmbito federal.

Voltando a Alves e Siqueira (2020), que concluem que a medida substitui automaticamente, de forma voluntária, os programas de transferência de renda pelo período de três meses, em função do valor que é maior que

49 Em maio e junho, os telejornais anunciam os recebimentos indevidos de Auxílio Emergencial, em primeiro momento, de servidores públicos, depois de empresários, e pessoas que as fontes de buscas permitem identificar como fora dos critérios. São grandes os valores identificados como pagos indevidamente pela Caixa Econômica Federal, que podem ou não estar relacionados à corrupção, pois há situações nas quais o indivíduo involuntariamente teve o depósito em sua conta bancária.

o valor transferido pelo Bolsa Família e o BPC, contrariando o que a Política de Assistência Social preconiza, no que diz respeito aos princípios e diretrizes de controle social e gestão dos serviços e benefícios, ignorando e negligenciando a estrutura de serviços existentes e que são referência territorial à população usuária.

5. Auxílio emergencial na região de abrangência da 10ª regional de saúde do Paraná

Sobre o Auxílio Emergencial⁵⁰, o processo foi muito controverso, cheio de detalhes e nuances, no que diz respeito à seguridade e proteção social. Em sua aprovação, o valor proposto pelo Governo Federal era de R\$ 300,00 por pessoa, sendo que o Congresso e o Senado aprovaram o valor de R\$ 600,00 por pessoa e R\$ 1200,00 para família monoparental feminina, não alterando o Benefício de Prestação Continuada. Foi dada opção para os usuários do Programa Bolsa Família de se manterem beneficiários do Programa ou passarem a receber o Auxílio Emergencial.

Para demonstrar o que está acima, sobre a contraposição ao Sistema Único de Assistência Social, observa-se que, com vistas a implantar o presuposto do voucher, toda administração de recursos foi instrumentalizada diretamente entre Caixa Econômica Federal e Ministério da Cidadania, ignorando a rede disponível de serviços de assistência social e o Cadastro Único. Isso gerou um problema, em função da grande parte da população usuária de assistência social no país, às vezes, não ter acesso à internet, outras vezes, possuir recursos insuficientes para operacionalizar o aplicativo e assegurar o recebimento do recurso. Assim, o que pôde ter sido facilitado para alguns que têm facilidade no acesso e nas operações do aplicativo para cadastro e recebimento do Auxílio Emergencial, para outros se tornou inviável.

50 A Lei Federal nº 13.982, de 2 de Abril de 2020 (BRASIL, 2020c), altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Limitado ao recebimento por até 2 membros familiares e com vários requisitos de seleção, o valor do benefício por 3 meses foi de R\$ 600,00 e para família monoparental R\$1200,00. Informa-se que essa Lei foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.316, de 7 de abril de 2020, e pela Portaria nº 351, de 7 de abril de 2020, do Ministério da Cidadania.

Também ocorreram situações em que o sistema não conseguiu por esse mesmo resolver, como, por exemplo, o usuário que aparece no sistema como casado, porque não realizou o divórcio, entre outros casos. Muitas foram as situações mostradas nos noticiários. Isso acabou contradizendo as orientações de distanciamento como prevenção à propagação do novo coronavírus, em função de filas em frente as agências da Caixa Econômica Federal, mostradas por telejornais. Segundo o Secretário Estadual de Saúde do Paraná (BEM PARANÁ, 2020), as filas levaram à propagação do vírus, dado ao aumento do número de pessoas nas ruas, e ao adoecimento de trabalhadores da Caixa Econômica Federal (CARVALHO, 2020), que não estavam preparados para a surpresa que o processo reservou e nem a instituição adotou em tempo, as medidas de proteção.

De acordo com os dados disponíveis, nos municípios de abrangência da 10ª Regional, Cascavel teve 21.047 beneficiados que receberam o auxílio, apresentando-se com o maior número, porém o menor (6,48%) em percentual entre total de população e quantidade de beneficiados. O município com maior percentual foi Espigão Alto do Iguaçu, com 33,69%. As informações apresentadas no Quadro 1 são daqueles que receberam o auxílio, logo, não retrata o número daqueles que se inscreveram.

Quadro 1 – Municípios da 10ª Regional de Saúde do Paraná, população, IDH e o número de pessoas que receberam Auxílio Emergencial

MUNICÍPIOS %	POPULAÇÃO	IDH (2010)	Nº que recebeu Auxílio Emergencial
Anahy 20,20	2.816	0,695	569
Boa V. da Aparecida 27,37	7.643	0,670	2.092
Braganey 23,55	5.473	0,701	1.289
Cafelândia 16,56	17.775	0,748	2.945
Campo Bonito 25,76	3.905	0,681	1.006
Capitão L. Marques 20,92	15.724	0,716	3.290
Cascavel 6,48	324.476	0,782	21.047

Catanduvás 21,99	10.213	0,678	2.246
Céu Azul 16,04	11.709	0,732	1.879
Corbélia 0,738	17.024	3.850	22,61
Diamante do Sul 28,80	3.454	0,608	995
Espigão Alto do Iguaçu 33,69	4.188	0,636	1.411
Formosa do Oeste 22,49	6.700	0,723	1.507
Guaraniaçu 22,28	12.733	0,677	2.838
Itambé 25,14	6.334	0,685	1.593
Iguatu 23,64	2.258	0,703	534
Iracema do Oeste 22,70	2.325	0,707	528
Jesuítas 22,56	8.495	0,705	1.917
Lindoeste 29,96	4.762	0,666	1.427
Nova Aurora 22,58	10.650	0,733	2.405
Quedas do Iguaçu 24,17	33.788	0,681	8.169
Santa Lúcia 21,49	3.834	0,687	824
Santa Tereza do Oeste 27,42	10.182	0,705	2.792
Três Barras do Paraná 23,44	12.043	0,681	2.823
Vera Cruz do Oeste 22,00	8.590	0,699	1.890

Fonte: Brasil (2020a); IPARDES (2013).

6. Covid-19 na 10ª Regional de Saúde do Paraná

O Paraná é um dos Estados da federação, componente da Região Sul. Isso deve ser lembrado, porque o Brasil apresenta uma grande desigualdade regional, sendo essa uma das regiões que apresenta melhores índices econômico-sociais, o que não significa que o “Sul maravilha” passe impune as expressões da questão social, afinal, o modo de produção é um só e o processo de expansão capitalista pressupõe o aumento da desigualdade.

Em 28/02/2020, o Paraná registrou 9 casos para investigação da Covid-19, com uma variação de idade entre 7 e 66 anos, sendo que todos haviam realizado viagens ao estrangeiro. A análise final apontou 6 casos descartados, 2 em análise, 1 excluído (PARANÁ, 2020a).

O Boletim (PARANÁ, 2020b) demonstra o total no Paraná: 179 casos confirmados, 3 óbitos. Na 10ª Regional, há 10 casos confirmados e uma morte, em Cascavel.

Quadro 2 – Municípios da 10ª Regional de Saúde do Paraná, com casos confirmados, recuperados, óbitos e amostras em análise de Covid-19 – 2020

Mês	Março				Abril			Maio			Junho			
	Conf	Óbito	Desc	Inves	Conf	Óbito	Recup	Conf	Óbito	Recup	Conf	Óbito	Recup	Análise
Anahy								5			9			2
Boa V. da Aparecida					1			16		1	27		3	7
Braganey								9	1		22	1	2	17
Cafelândia			1					2			12	1	2	26
Campo Bonito								12		1	25		2	2
Capitão Leônidas Marques								2			13		1	18
Cascavel	10	1	114	32	86	4	58	460	7	98	1904	32	213	80
Catanduvas								1			21			13
Céu Azul					5			9		4	19		5	32
Corbélia			3	1				6			27			35

Diamante do Sul			1				7		18		3	5	
Espigão Alto do Iguaçu									1			4	
Formosa do Oeste			2						2			5	
Guaraniaçu			1		5		4	19	6	17		17	21
Ibema			1		11		9	20	11	12	3	12	7
Iguatu								1					4
Iracema do Oeste								1					1
Jesuítas			1	1				2	1			3	30
Lindoeste								2					4
Nova Aurora			2					2					11
Quedas do Iguaçu			2					7		4		4	16
Santa Lúcia								1					2
Santa Tereza do Oeste			1					7	1	4	2	4	31
Vera Cruz do Oeste											1		28
Três Barras do PR			1		1			13	6	9		9	16
Total		1				4			9			43	

Legenda: Conf.: Confirmado; Desc.: Descartado; Inves.: Investigação; Recup.: Recuperado.

Fonte: PARANÁ (2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e).

O Boletim de 30/04/20 (PARANÁ, 2020c) demonstra 1407 casos e 86 óbitos no Paraná e 4 mortes na 10ª Regional. As informações do Paraná apresentam a faixa etária média de idade dos confirmados com 45,9 anos e a média de idade dos óbitos com 69,2 anos. Quanto ao sexo, no Paraná, foram confirmados 711 casos (51%) femininos e 696 (49%) masculinos e nos óbitos, 26 (30%) são femininos e 60 (70%) masculinos. Nos casos confirmados por milhão de habitantes, o coeficiente de incidência para o Paraná foi 123 e para a 10ª Regional 197, ou seja, em abril a incidência já era maior na região em relação ao Paraná.

O Boletim de 31/05/20 (PARANÁ, 2020d) traz 4.687 casos e 182 óbitos no Paraná e 9 óbitos na 10ª Regional. Os casos confirmados por 1 milhão de habitantes ou coeficiente de incidência para o Paraná foi 409 e para 10ª Regional 1095, confirmando a tendência apresentada no mês anterior. O coeficiente de mortalidade – óbitos por 1 milhão de habitantes – foi de 16 para o Paraná e 16 para a 10ª Regional. Quanto aos óbitos por faixa etária, a média para os casos confirmados no Paraná foi 42,5 anos e para os óbitos foi 67,5 anos. Quanto ao sexo, no Paraná, foram confirmados 2432 casos (52%) femininos e 2255 (48%) masculinos e com relação aos óbitos foram 62 (34%) femininos e 120 (66%) masculinos. Quanto à cor daqueles casos que foram a óbitos no Paraná, 80% eram brancos, 3% amarelos e 17% negros. Quanto à escolaridade daqueles que foram a óbito no Paraná: 6 tinham Ensino Fundamental I; 7, o Ensino Fundamental II; 14, Ignorado; 27, Ensino Médio; 26, Superior Completo; e 24, Superior Incompleto. Nesse mês se observa a expansão de mortes para outros municípios da 10ª Regional.

O Boletim de 23/06/20 (PARANÁ, 2020e) registrou no Paraná 15.673 casos e 487 óbitos. Quanto ao coeficiente de incidência, no Paraná foram 137 e na 10ª Regional 429; e o coeficiente de mortalidade foi de 4 para o Paraná e 7,8 para a 10ª Regional. Quanto à idade, no Paraná, nos casos confirmados a média foi de 41,2 anos e nos óbitos foi 67,9 anos. Quanto ao sexo, também no Paraná, 8195 (52%) dos casos confirmados foram femininos e 7478 (48%) masculinos. Nos óbitos, 184 (38%) femininos e 303 (62%) masculinos. Com relação à cor daqueles que foram a óbito, 77% eram brancos, 2% amarelos e 21% negros. Com relação à escolaridade: 18 tinham Ensino Fundamental I; 22, Ensino Fundamental II; 32, Ignorado; 62, Ensino Médio; 36, Superior Completo; e 47, Superior Incompleto.

Na 10ª Regional foram registrados 43 óbitos, demonstrando dois movimentos: contínua expansão para os demais municípios da 10ª Regional, tendência já demonstrada no mês anterior, e um crescimento acentuado no município de Cascavel.

7. Considerações finais

A forma como foi encaminhada a operacionalização do Auxílio Emergencial, negando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), realizado pela Caixa Econômica Federal e Ministério da Cidadania, gerou vários problemas para a população usuária de assistência social, que, muitas vezes, não tem acesso à internet ou recursos suficientes para operacionalizar o aplicativo e assegurar o recebimento do recurso. Portanto, ao negar o Cadastro Único, para o recebimento do Auxílio Emergencial e, ao criar outra forma via aplicativo, foram gerados grandes problemas, como nos acertos tecnológicos necessários a qualquer implantação, o que uma situação de emergência não suporta; para as pessoas que não têm acesso à internet e equipamentos de acordo com as exigências necessárias ao acesso do aplicativo; e ainda nas filas em torno das agências da Caixa Econômica Federal, descumprindo as orientações de prevenção à propagação do vírus.

A existência de equipamentos sociais na Política de Assistência Social, existentes nos territórios, como os Centros de Referência de Assistência Social, favorecem a equipe desses locais a conhecerem a população e prestarem os serviços que necessitam. Logo, o Auxílio Emergencial negou a Política de Assistência Social, em todo seu acervo legal e contribuiu com a propagação do novo coronavírus, gerando aglutinação de populações em filas em frente as agências bancárias, colocando-as em risco, bem como as equipes de trabalhadores das agências.

Nos municípios de abrangência da 10ª Regional, Cascavel teve 21.047 beneficiados que receberam o Auxílio Emergencial, apresentando-se com o maior número entre os municípios da região, porém o menor (6,48%) em percentual entre total de população no município e quantidade de beneficiados. O município com maior percentual de recebimento foi Espigão Alto do Iguaçu, com 33,69%. Não se identificou o número daqueles cidadãos que se inscreveram por município, a fim de identificar a relação entre inscrição e recebimento.

No Paraná, a Covid-19 em abril, maio e junho, nos casos confirmados, apresentou a média de idade de 45,9, 42,5 e 41,2 anos, isto é, identifica-se pequena alteração para menos idade. Nos óbitos, a média de idade foi de 69,2, 67,5 e 67,9 anos, registrando a tendência de ser maior entre idosos.

Nos casos confirmados, o percentual é um pouco maior para o sexo feminino (51%, 52% e 52%) em relação ao masculino. A perda de vidas é maior para os homens (70%, 66% e 62%). Nos meses de maio e junho, a cor daqueles que foram a óbito foi: branca (80% e 77%, respectivamente), amarela (3% e 2%) e negra (17% e 21%), registrando maior incidência entre brancos e crescimento entre os negros.

Quanto ao coeficiente de incidência em 30/04/20, para o Paraná foi 123 e na 10ª Regional 197; em 31/05/20, no Paraná foi 409 e na 10ª Regional foi 1095; em 23/06/20, no Paraná foram 137 e na 10ª Regional foi 429, demonstrando haver maior incidência de casos na 10ª Regional em relação ao Paraná.

Sobre o coeficiente de incidência, os números relativos à 10ª Regional estão diretamente relacionados aos casos confirmados em Cascavel, uma vez que foi esse o município da região que apresentou amplo crescimento no número de casos confirmados e mortos por Covid-19 – 7 óbitos em maio e 32 em junho; e casos confirmados, 460 em maio e 1904 em junho. Também deve ser considerada a expansão do número de mortes para alguns municípios da região, iniciada em maio e que registrou continuidade em junho.

A hipótese para desdobramento da investigação aqui iniciada é que esse crescimento ocorreu por vários fatores, entre esses se aponta:

- A aceitação pela população da postura difundida pelo presidente da República no enfrentamento à pandemia, como se os cuidados pessoais e coletivos à propagação da infecção estivessem relacionados à fragilidade humana. Para o desenvolvimento, a investigação pode ser na verificação do resultado das eleições ocorridas para deputados, senadores e Governo Federal na região, bem como o número de registros pelos órgãos de fiscalização, de descumprimento das orientações de prevenção à Covid-19;
- Os decretos municipais das medidas de prevenção à Covid-19, que oscilaram de uma restrição inicial, para permanentes flexibilizações para abertura de serviços não considerados essenciais. Nesse sentido, cabe registrar as primeiras carreatas que reivindicaram a abertura do comércio e as condições para "voltar ao trabalho", no início da pandemia. Essas ocorreram em Toledo (divisa com Cascavel) em

27 de março e no fim de semana seguinte em Cascavel e em outros municípios da federação;

- O desmonte de serviços essenciais de saúde e de assistência social, que provocou a aglutinação de pessoas em alguns serviços disponíveis, buscando suprir necessidades, as quais anteriormente encontravam atendimento em serviços disponíveis nos bairros de moradia, como as Unidades Básicas de Saúde e os Centros de Referência de Assistência Social. Para isso, a investigação sobre o formato adquirido nas políticas de saúde e assistência social, após o início das medidas diante da pandemia.

Referências

ALVES, G. L.; SIQUEIRA, L. S. Projeto neoliberal, coronavírus e auxílio emergencial: o desmonte da assistência social. In: MOREIRA, E. *et al.* (org.). **Em tempos de pandemia**: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. p. 75-82. Disponível em: <http://ess.ufrj.br/images/Noticias/Divulgacao/EmTemposdePandemia/EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BEM PARANÁ. **Secretário diz que 'movimento' causou aumento de casos e que Paraná não atingiu pico**. [Online], 2020. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/secretario-diz-que-movimento-causou-aumento-de-casos-e-que-parana-nao-atingiu-pico-1135#.Xvez8Sj0nIU>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. Portal da Transparência. **Detalhamento do Benefício Auxílio Emergencial**. Meses filtrados: mar. a jun. [Online], 2020a. Disponível em: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/url/a7e81a7e>. Acesso em: 27 jun. 2020.

BRASIL. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal nº 14.016**, de 23 de junho de 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Brasília, DF: DOU, 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.016-de-23-de-junho-de-2020-263187111>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.982**, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social [...]. Brasília, DF: DOU, 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 22 jun. 2020.

CARVALHO, I. Bancários estão preocupados com a exposição da população em filas da Caixa. Pagamento da segunda parcela do auxílio emergencial começa neste sábado; Feneae critica medida [internet]. **Brasil de Fato**, São Paulo, 30 maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/30/bancarios-estao-preocupados-com-a-exposicao-da-populacao-em-filas-da-caixa>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CASTRO, J. **Geopolítica da fome**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1955.

CERQUEIRA FILHO, G. **A "questão social" no Brasil**. Crítica do discurso político. RJ: Civilização Brasileira, 1982.

COHN, A. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA CG (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). 2. ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000. p. 383-404.

COSTA, G. Auxílio emergencial tem foco nos mais necessitados, diz Ipea. Análise mostra que 38,7% dos domicílios do país receberam o benefício. **Agência Brasil**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/auxilio-emergencial-tem-foco-nos-mais-necessitados-diz-ipea>. Acesso em: 25 jun. 2020.

DAY, M. O retorno dos super ricos. Tradução Victor Alexander. **Jacobin Brasil**. [Online], 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/06/o-retorno-dos-super-ricos/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food security and nutrition in the world**: safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome: FAO, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Objetivos de Desarrollo Sostenible**. [Online], 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/sustainable-development-goals/indicators/211/en/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo os Municípios do Paraná – 1991/2000/2010. Curitiba: PNUD/IPEA/FJP – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/SOCIAIS_idh_municipios_pr.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

LOPES, M. H. C., RIZZOTTI, M. L. A. Covid-19 e Proteção Social: a contribuição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. In: CASTRO, D.; DAL SENNO, D.; POCHMANN, M. (org.). **Capitalismo e a Covid-19**: um debate urgente. São Paulo, 2020. p. 125-138.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Relatório do desenvolvimento humano do PNUD destaca altos índices de desigualdade no Brasil.** [Online], 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-de-desenvolvimento-humano-do-pnud-destaca-altos-indices-de-desigualdade-no-brasil/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 3. ed. Ampl. São Paulo: Cortez; 2011.

PINHATA, T. Relatório da ONU indica que fome no Brasil, que antes diminuía, voltou a crescer. **Justificando**, [Online], 22 jul. 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/07/22/relatorio-da-onu-indica-que-fome-no-brasil-que-antes-diminuia-voltou-a-crescer/>. Acesso em: 28 jun. 2020.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019.** Trad. e publ. da ed. portuguesa com apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. PNUD. UN Plaza, New York, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social.** Trad. Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela; 1998. (Coleção Pensamento Social-Democracia).

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. Revisão Ricardo D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPOSATI, A. Escola Superior de Gestão e Contas Públicas. Programa Encontros Plurais. **Entrevista por Florestan Fernandes Jr. e Maurício/Xixo Piragino.** Facebook. Vídeo (1 h 46 min). [Online], 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/escoladecontas/videos/194343628620112/?vh=e&d=n>. Acesso em: 27 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Boletim Coronavírus (Covid-19).** Curitiba, PR: SESA/PR, 2020a. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/corona_28022020.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Boletim Coronavírus (Covid-19).** Curitiba, PR: SESA/PR, 2020b. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/corona_31032020.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Boletim Coronavírus (Covid-19).** Curitiba, PR: SESA/PR, 2020c. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/informe_epidemiologico_30_04_2020_0.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Boletim Coronavírus (Covid-19).** Curitiba, PR: SESA/PR, 2020d. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov>.

br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-06/informe_epidemiologico_31_05_2020_atualizado.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Boletim Coronavírus** (Covid-19). Curitiba, PR: SESA/PR, 2020e. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-06/INFORME_EPIDEMIOLOGICO_23_06_2020.pdf. Acesso em: 2020 jun. 24.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

AMÉRICA LATINA E POBREZA: UMA PEQUENA HISTÓRIA DE ATRELAMENTO CONCEITUAL

Mairon Escorsi Valério

Agora a América é, para o mundo, nada mais do que os Estados Unidos: nós habitamos, no máximo, uma sub-América, uma América de segunda classe, de nebulosa identificação. É a América Latina, a região das veias abertas.

Eduardo Galeano

Resumo

Este texto analisa o processo de construção do conceito de América Latina e seu atrelamento semântico à ideia de pobreza. Investiga também de que modo esse processo naturalizou uma identidade econômica inferior da América Latina, reafirmando sua condição subalternizada encarada como fruto de uma patologia cultural antimoderna inerente às teorias da modernização e que subsistiram subjacentes às perspectivas desenvolvimentistas e dependentistas.

Palavras-chave: América Latina, pobreza, identidade, subalternidade, história intelectual.

AMÉRICA LATINA Y LA POBREZA: UNA BREVE HISTORIA DEL VÍNCULO CONCEPTUAL

Resumen

Este texto analiza el proceso de construcción del concepto de América Latina y su vínculo semántico con la idea de pobreza. También investiga cómo este proceso naturalizó una identidad económica inferior de América Latina, reafirmando su condición subalterna vista como resultado de una patología cultural antimoderna inherente a las teorías de la modernización y que permaneció subyacente a las perspectivas desarrollistas y dependientes.

Palabras clave: América Latina, pobreza, identidad, subalternidad, historia intelectual.

A pobreza na América Latina é antes de tudo um fato concreto e evidente. Nem por isso, pobreza deixa de ser um conceito que carrega consigo toda uma carga semântica, simbólica e história específica. O mesmo ocorre com América Latina. A despeito de ser um espaço geográfico quase naturalizado na geopolítica contemporânea, carrega consigo uma intrincada rede semântica e simbólica fruto de sua historicidade conceitual. Gostaria de chamar atenção, neste texto, para a história do atrelamento desses dois conceitos: pobreza e América Latina. Nem sempre aquilo que se denomina hoje de América Latina foi assim denominado ao longo da história, tampouco sua identificação natural com pobreza.

Ao longo do século XX, a emergência e consolidação da ideia de América Latina para definir o conglomerado de Estados nacionais reunidos abaixo do Rio Bravo del Norte, esteve umbilicalmente relacionado a uma série de conceitos (atrasado, subdesenvolvido, arcaico, pré-moderno etc.) produzidos, principalmente, no campo das Ciências Sociais e Econômicas que atrelaram pobreza a ideia de América Latina de tal forma que se tornou parte de sua identidade conceitual, sendo a superação dessa condição, uma espécie de missão histórica, política e econômica que deu sentido metanarrativo ao próprio conceito. Esse processo ocorreu em meio a uma lógica eurocêntrica de relações de saber-poder construída por pares conceituais opostos e assimétricos entre a América Anglo-saxônica e a América Hispânica (como predominantemente se denominou a América Latina ao longo do século XIX), no qual, a primeira herdou a condição de herdeira legítima de uma continuidade racial, cultural e religiosa da moderna Europa-setentrional; enquanto, a segunda seria a deformação racial, cultural e religiosa (em função da presença e mestiçagem com as raças inferiores) da já decadente Europa mediterrânea.

Walter Mignolo (2005) destacou de que modo historicamente essa inferiorização se construiu ao longo da primeira modernidade, desde os primórdios das relações coloniais e se estendeu pela segunda modernidade. Segundo Anibal Quijano (2005), a lógica eurocêntrica e colonialista Norte-Sul da modernidade funda e estrutura o mundo moderno. Nesse sentido, o conceito de América Latina, emergente no século XX, herdeiro conceitual do conceito de América Hispânica, trouxe consigo toda a carga semântica que o pensamento eurocêntrico produziu.

No entanto, o que trouxe consigo de novo o conceito de América Latina? De que modo se distinguiu de América Hispânica e pode se afirmar como hegemônico na literatura acadêmica, científica e na lógica de poder geopolítico da contemporaneidade? A distinção ocorreu, justamente, porque o viés econômico de leitura e definição do conceito superou em relevância o peso das características culturais, raciais e religiosas na construção dessa identidade supranacional. Nesse sentido é que se gostaria de defender uma certa descoberta da pobreza na América Latina e a redefinição de sua identidade inferior a partir da perspectiva econômica, principalmente, a partir da segunda metade do século XX.

O filósofo chileno Eduardo Deves Valdés (1997) descreveu que a partir dos anos 1930, com o fortalecimento das posturas nacionalistas e anti-imperialistas, desenvolve-se na América Latina uma reorientação identitária, que passou a privilegiar os aspectos econômico-sociais na construção da identidade latinoamericana em detrimento da abordagem racial-culturalista presente e predominante entre a intelectualidade latino-americana desde finais do século XIX. Segundo Valdés (1997, p. 321):

O caráter identitário do pensamento latino-americano das primeiras décadas do século foi mudando de sentido: em uma primeira etapa realizou-se mais como latinidade: em uma segunda, mais como mestiçofilia, indigenista ou afroamericana e, na terceira, mais como nacionalismo e anti-imperialismo. Sem deixar de considerar que as três dimensões coexistem, pode-se dizer que a primeira é mais cultural, a segunda mais social e que a terceira dá ênfase ao econômico sem se desligar totalmente do social e do cultural. Neste nacionalismo econômico fundem-se uma perspectiva de esquerda e uma de direita, denunciando e rechaçando a intervenção das grandes potências. Isto se tornou mais agudo com o profundo impacto causado pela crise de 29-30. Desenvolveu-se bastante a ideia de defender o interesse nacional, questão que foi de utilidade para o surgimento do pensamento modernizador industrialista característico do período posterior (VALDÉS, 1997, p. 321).

Esse deslocamento pendular foi extremamente relevante, pois o debate acerca da industrialização, urbanização e modernização da América Latina, bem como as questões de soberania política e nacional de seus estados nacionais, implicava na ascensão da agenda econômica e no debate acerca do papel da América Latina na economia mundial.

Para Valdés (1997), nos anos 1930, o tema do anti-imperialismo se tornou recorrente no pensamento latino-americano e assumiu a forma de pensamento identitário que se apresentou como defesa da economia continental, ou como nacionalismo econômico. Neste anti-imperialismo confluíram fatores provenientes de diversas outras tradições que apesar de terem contribuído para o clima ideológico daqueles anos, não lhe pertencem especificamente (como, por exemplo, o antisaxonismo, o arielismo, o estatismo e a xenofobia). O esforço por desvelar a penetração econômica das grandes potências na América Latina e a transformação dessas economias (política e cultura) de acordo com a racionalidade imperial foi desenvolvido por diversos intelectuais ultrapassando as fronteiras ideológicas e políticas. Posições tão antagônicas como o indigenismo e o integralismo coincidiam em suas denúncias e críticas do imperialismo⁵¹.

Valdés (1997) analisa as propostas nacionalistas e anti-imperialistas de intelectuais como o dominicano Federico Henríquez y Carvajal; do mexicano José Vasconcelos que, em 1922, defendia a unidade da América Latina contra os Estados Unidos; do peruano José Carlos Mariátegui que buscava a conciliação de marxismo e indigenismo em uma articulada defesa nacionalista contra o imperialismo; do jornalista e poeta hondurenho Froilán Turcios, editor da revista *Ariel* e crítico mordaz do imperialismo norte-americano; de Gabriela Mistral, que apoiou a revolução de Sandino e seu programa anti-imperialista; de Flora Eugenia Ovaes, costarriquenha em cujos ensaios se vê, progressivamente, o afastamento das concepções arielistas e o

51 Para Valdés (1997), o arielismo influenciou sobremaneira a intelectualidade latino-americana e variadas interpretações dele foram originadas por pessoas diferentes em contextos distintos. No entanto, elas podem ser sintetizadas em dois grupos: as indigenistas e as nacionalistas. As primeiras se configuraram mais sociais e econômicas, enquanto nas segundas a variedade foi maior – houve um nacionalismo de talhe hispanista que acentuou primordialmente elementos religiosos ou teológicos, mas que, posteriormente, se abriu ao econômico e social aproximando-se do fascismo, houve um de caráter mais antinorte-americano próprio da América Central e outro mais esquerdista que destacou, sobretudo, a penetração do capital estrangeiro.

encaminhamento de indagações sobre a origem e efeitos do expansionismo norte-americano; dos também costarriquenhos Vicente Saénz, que desde suas primeiras obras em meados dos anos 1920 já analisa a questão do imperialismo na América Central, Mario Sancho Jimenez e Carmen Lyra, que inauguram a narrativa anti-imperialista do tema bananeiro, além de José Peralta que, ao final dos anos 1920, publica um libelo anti-imperialista dos mais vigorosos denominado *La Esclavitud de América Latina*, e do filósofo boliviano Guillermo Francovitch que, em *Los ídolos de Bacon* (1938), condena a aceitação simbólica do pensamento europeu como parte da artilharia imperialista.

Em sua perspectiva, Valdés (1997) ainda destaca o anti-imperialismo presente no movimento tenentista brasileiro que em torno do debate nacionalista se bifurcaria originando o integralismo direitista e o prestismo de esquerda. Em ambos os casos, o nacionalismo se fortaleceu e redundou na defesa ideológica do intervencionismo do Estado. Em 1933, o colombiano Jorge Eliécer Gaitán postula a defesa de um nacionalismo forte. Na Argentina, o nacionalismo adquiriu um caráter fortemente anti-imperialista, particularmente antibritânico, feito pelos irmãos Irazusta e, principalmente, pelas análises econômicas de Raúl Scalabrini Ortiz⁵². Outros dois importantes intelectuais latino-americanos envolvidos pelas temáticas do anti-imperialismo e do nacionalismo lembrados por Valdés (1997, p. 08) foram o peruano Haya de la Torre e o cubano Fernando Ortiz.

52 Os estudos de Scalabrini Ortiz se centraram na atividade inglesa na Argentina, e tinham por objetivo desmascarar a forma como, em seu modo de ver, foi-se endividando um país a favor do outro, até a proximidade do limite de sua capacidade produtiva, de modo que "cedo ou tarde o credor absorve o devedor". Neste ponto de vista, a estratégia de crédito adotada pela Inglaterra tem por objetivo espoliar a Argentina e não lhe aportar riquezas. O empréstimo é, na percepção de Scalabrini Ortiz, a arma suprema da sujeição internacional. A saída, para o argentino é fomento da indústria genuinamente nacional, na qual os meios de comunicação e de troca estejam atrelados ao interesse nacional. Tais posições anti-imperialista e nacionalistas também eram defendidas pelo agrupamento radical FORJA, desde 1936 pela Escuela de Estudios Argentinos (presidida por Adolfo H Holmberg) e, pessoalmente, pelo senador Lisandro de la Torre.

Haya de la Torre e Ortiz, em obras muito diferentes por seu estilo⁵³, colocam ao menos dois problemas comuns: por um lado, a penetração econômica e, por outro, as peculiaridades da produção cubana ou peruana e, por extensão, de todo o continente. Estes mesmos fenômenos serão postos em relevo por uma escola oposta em termos políticos aos dois autores resenhados: o nacionalismo católico e integralista. É de se notar apesar disso, como, à margem de tal diferença, existe um consenso, nos dois pontos fundamentais postos em relevo.

Para Valdés (1997), o próprio nacionalismo católico latino-americano acabou sendo catalogado como hispanismo (BUCHRUCKER, 1987), conservadorismo (CRISTI; RUIZ, 1992), neoromanticismo (TUR, 1987) e ibe-rismo (CARVALHO, 1991) e que conforme os países, existiram movimen-tos políticos e culturais próximos deste pensamento: integralistas no Brasil, *cristeros* no México, nacionalistas na Argentina ou Chile.

Tal pensamento tinha raízes claramente católicas, de inspiração france-sa em Charles Maurras ou Maurice Barres, e espanhola em Donoso Cortés ou Vázquez de Mella e que, prolongando um certo arielismo, acaba se trans-formando em um latinismo espiritual antimoderno cujas principais ideias eram: a revalorização evocativa dos séculos coloniais como 'nossa Idade Média', a reivindicação nostálgica da conquista espanhola e da evangeliza-ção católica; condenação implacável do liberalismo, dos partidos liberais e das repúblicas oligárquicas, rechaço dos valores moderno-burgueses como o individualismo.

O projeto de sociedade proposto realçava a santidade e o heroísmo, va-lorizando perfis anti-individualistas, hierárquicos e corporativos. Tais afirma-ções se combinavam com a concepção romântica e conservadora da na-cionalidade, a apologia da autoridade forte e das necessárias diferenças so-ciais⁵⁴. Segundo Valdés (1997, p. 14-15):

53 *El antiimperialismo y el APRA* (1935) do peruano Haya de la Torre foi publicada como um programa político-partidário latino-americanista inspirado na Revolução Mexicana; e, *Contrapunto cubano del tabaco e azúcar* (1940) do cubano Fernando Ortiz é uma obra de caráter antropológico-poético.

54 Segundo Valdés (1997), os maiores representantes intelectuais dessa vertente no Brasil teriam sido Oliveira Viana, anterior aos anos 1920 e Plínio Salgado, nos anos 1930, enquanto na Argentina teriam sido os ideólogos do nacionalismo restaurador: Meinvielle, Ecurra Medrano, Llambias, Villagra.

O nacionalismo, (...), foi mais um clima intelectual que uma tendência, ou escola de pensamento. O nacionalismo, ou o continentalismo foi-se impondo como um contexto dentro do qual se desenvolviam outras ideias. Deste modo, por cima das posições mais de esquerda ou de direita, mais leigas ou católicas, mais moderadas ou extremas, foi-se coincidindo em determinados postulados nacionalistas, tais como:

- Insistência no próprio contra o invasor, sobretudo o anglo-saxão, o germânico ou o russo. O próprio, segundo cada caso, é o indígena autóctonee/ou tradição ibérica e/ou o campesino.
- A crítica ao modelo liberal, algumas vezes no campo político e, quase sempre, no econômico;
- A crítica ao liberalismo (como livre-cambismo, o afã protecionista, o forte sentimento antiimperialista
- A necessidade de planificar ou organizar, de atuar coordenadamente, outorgando um papel mais ou menos explícito ao estado na defesa do próprio: economia, autonomia, cultura etc.
- O anti-intervencionismo; a ideia de que a nação e/ou continente e/ou a cultura e/ou a raça, e/ou a economia (dependendo da ênfase) estão em perigo devido aos esforços avassaladores de um inimigo externo.
- A necessidade de reescrever a história nacional ou continental.

Para Valdés (1997), algumas das elaborações teóricas desse nacionalismo, ou continentalismo, vão permanecer em algumas visões da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), no industrialismo e nas teorias de desenvolvimento das décadas posteriores, entretanto, o polo discursivo sai da gravitação em torno do polo *identitário* para o *modernizador*. O nacionalismo que floresceu nas décadas de 1930 e 1940 não chegou a constituir uma teoria do desenvolvimento. Esse nacionalismo elaborou uma série de categorias importantes para tanto, mas se constituiu mais como uma proposta de defesa econômica. Pode-se afirmar que o nacionalismo foi mais construtivo no campo cultural que no econômico, pois representou uma criatividade importante ao se associar ao indigenismo e ao afroamericanismo.

Entretanto, um aspecto relevante da análise de Valdés (1997) é que o nacionalismo, principalmente o de raiz católica, contribuiu na medida em que articulou o que era cristão com os problemas socioeconômicos. Esta associação deu início ao social-cristianismo latino-americano que inspirado em ideias sobre a crise da sociedade contemporânea, encarada como liberal, ateia, egoísta, materialista, laica, individualista, etc. e contra a qual defendia a necessidade de restaurar os valores espirituais cristãos, a solidariedade, a caridade com os pobres, o comunitarismo, o humanismo e etc. – foi se direcionando, especialmente, no Chile, Venezuela, Brasil e outros países para as teorias do desenvolvimento como meio de superação dos dramas socioeconômicos. Isso foi possível quando o doutrinário ideologizado se modificou ao se impregnar com fatores mais técnicos e pragmáticos provenientes das teorias econômicas e sociais, especialmente do *cepalismo*.

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) foi criada, em 1948, como instância do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile, no contexto de ascensão no centro do Mundo contemporâneo do Estado do Bem-Estar Social. O contexto de pós-guerra, a ascensão da Guerra Fria e a consolidação da Organização das Nações Unidas (ONU) confluíram politicamente para esse processo. No caso europeu, bem como no caso norte-americano, desde o New Deal dos anos 1930, o *Welfare State* enfrentava a questão social relegada pelo liberalismo da primeira metade do século XX, que havia feito da Europa um Continente de emigração e da América do Norte um lugar de enormes contrastes sociais, violência urbana e pobreza (evidenciadas e agravadas durante a crise de 1929). O clima pós-holocausto também propiciou o descrédito das teorias raciais, que impregnavam de modo substancial as perspectivas culturalistas estruturadoras das identidades nacionais e regionais.

Entre os primeiros contratados da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) estava Raul Prebisch, economista chileno que sintetizou as principais ideias modernizadoras que colocaram o viés econômico em alta deslocando o pêndulo em relação às discussões centradas na identidade cultural⁵⁵. De acordo com Valdés (2000, p. 297):

55 A CEPAL contou com dois gigantes do pensamento econômico do século XX: seu segundo diretor executivo e principal dirigente será Raul Prebisch, logo a ele se associando, Celso Furtado. Outros economistas significativos da CEPAL foram Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares.

Entre fins dos 30 e começo dos 40 se produziu uma mutação importante no pensamento latino-americano: a decadência manifesta do paradigma identitário e o ressurgimento do modernizador. No fim dos anos 40 a CEPAL, representou a hegemonia deste novo paradigma, cujo conceito chave era industrialização (VALDÉS, 2000, p. 297).

Tendo como referência as teorias da modernização, Raul Prebisch entende que o principal elemento que diagnostica a realidade latino-americana é sua condição periférica. Consequentemente, a política de desenvolvimento é um conjunto de ações necessárias para a superação dessa condição e emparelhamento com os centros. Para a concretização desse desenvolvimento, o único meio de que dispunham os países periféricos era a industrialização acelerada, a fim de captar parte do fruto do progresso técnico e elevar, progressivamente, o nível de vida das massas superando as dificuldades socioeconômicas.

A proposta de desenvolvimento e modernização encarnada no discurso da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) consagrou conceitos como industrialização, deterioração nos termos de intercâmbio, relação centro-periferia, desenvolvimento interno e substituição das importações. Este léxico-econômico já havia sido forjado no período anterior⁵⁶, mas foi somente na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) que em torno do conceito de *desenvolvimento* permitiu modificar a defesa "passiva" anti-imperialista por uma postura "ativa" a partir do processo de industrialização.

Segundo Hector Bruit (2000), a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) também representou a consagração do termo *América Latina*. Nos anos 1940, de acordo com o historiador chileno, o nome América Latina se popularizou em obras de historiadores e economistas norte-americanos⁵⁷.

56 Autores dos anos 1930 e 1940, como os argentinos Rodolfo Irazusta, Raúl Scalabrini Ortiz e Adolfo Dorfman, os brasileiros Roberto Simonsen e Azevedo Amaral, os chilenos Pedro Aguirre Cerda e Raul Simón, o venezuelano Alberto Adriani, entre outros.

57 De acordo com Bruit (2000), as principais referências seriam: *Handbook of Latin American*, (1935); Preston E. James, *Latin American* (1942); William Rex Crawford, *A Century of Latin-American Thought*, (1949); Willy e E. Hannan, *Dollars in Latin American*, (1941); Fred J. Rippy, *Latin America and the industrial age*, (1947); Samuel F. Bemis, *The Latin American policy of United State*, (1943).

A consolidação, no entanto, veio definitivamente após a Segunda Grande Guerra. Segundo Bruit (2000, p. 10):

Entretanto, a expressão América Latina se difunde intimamente associada ao conceito de subdesenvolvimento que aparece na década de cinquenta. Então, América Latina passa a ser sinônimo de instabilidade política crônica; estrutura produtiva atrasada em certos casos arcaica; dependência total do capital norteamericano; estrutura fundiária reorganizada pelo capital monopolista; acentuado crescimento demográfico. São estes processos concretos, próprios do século XX, que deram conteúdo histórico à ideia de América Latina (BRUIT, 2000, p.10).

Além das influências presentes no próprio pensamento latino-americano advindos das décadas anteriores, o final da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento da Guerra Fria entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) foi de extrema relevância para o desenvolvimento do paradigma da modernização e construção de uma identidade econômica para América Latina. Segundo Feres Junior (2005, p. 93), em 1949, o presidente Truman, dos Estados Unidos, declarou:

Mais da metade dos povos do mundo está vivendo em condições próximas da miséria. Sua alimentação é inadequada, são vítimas das doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é um *handicap* e uma ameaça tanto para eles como para áreas vizinhas. Pela primeira vez na história a humanidade possui o conhecimento e a experiência para aliviar o sofrimento dessas pessoas (...) acredito que devemos tornar disponíveis a esses povos pacíficos os benefícios de nossa reserva de conhecimento técnico, para ajudá-los a realizar seus anseios por uma vida melhor, (...). O que temos em vista é programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de relações democráticas justas (...) Uma produção maior é a chave da prosperidade e da paz. E a chave de uma produção maior é a utilização mais ampla e mais eficaz de conhecimentos científicos e técnicos modernos (FERES JUNIOR, 2005, p. 93).

Após a II Guerra Mundial, a pobreza das áreas periféricas do mundo passou a ser vista pelos Estados Unidos e pelas potências capitalistas como *handicap* (no sentido de deficiência, desvantagem e obstáculo) e *ameaça*. O cerne do problema era o discurso socialista que ganhava terreno com a deterioração da vida social e a miséria das regiões periféricas. A pobreza, a miséria e a desigualdade social ganham, nesse momento, um novo *status* na definição de América Latina (compreendida como uma dessas áreas miseráveis do Mundo).

O imperativo da modernização e do desenvolvimento (como receita técnica de saída da pobreza) estava no centro da política norte-americana durante a Guerra Fria. Essa tendência teria se iniciado com Truman, ao final dos anos 1940, influenciado pelos êxitos políticos e econômicos colhidos do Plano Marshall, seguiu pelos anos 1950 e atingiu o ápice com a presidência de John F. Kennedy, com programas específicos para o desenvolvimento da América Latina como a *Aliança para o Progresso*. A expressão *países subdesenvolvidos* surgiu em meados dos anos 1940, em decorrência da descoberta do termo *desenvolvimento* no mesmo período, enquanto o termo *Terceiro Mundo*, decorrente do próprio contexto de Guerra Fria, apareceu, originalmente, na França da década de 1950. Em comum, todos pautavam a necessária modernização do Mundo periférica como condição de superação de seu mais grave problema: a pobreza.

De acordo com Feres Júnior (2005), nesse mesmo período, posterior à Segunda Guerra e de emergência da Guerra Fria no cenário global, é que se consolidam os departamentos acadêmicos nos Estados Unidos de *Latin American Studies*, reforçando a consagração do termo América Latina, a partir das perspectivas de oposições assimétricas que estruturavam a teoria da modernização. O autor destaca que as propostas desenvolvimentistas eram herdeiras da teoria da modernização, cujos conceitos se estruturavam por oposições binárias. Se no século XIX, a principal diferença entre a América Anglo-saxônica e a então América Hispânica era de ordem racial, cultural e religiosa, no século XX, tais oposições passaram a ser, também, em termos socioeconômicos, o próspero/rico diante do pobre/miserável; e em termos temporais (por conta da teoria da modernização), o evoluído/avançado/moderno contra o primitivo/estagnado/tradicional. De acordo com Feres Junior (2005, p. 97-98):

Os teóricos da modernização adotaram a mesma oposição assimétrica temporal expressa anteriormente pelo presidente, substituindo apenas os termos "primitiva" e "estagnada" de seu discurso por "tradicional" – termo que transmite igualmente a ideia de *handicap* histórico. A oposição socioeconômica entre próspera e miserável feita por Truman é reinterpretada pelos diferentes defensores da modernização como uma oposição assimétrica cultural entre o ocidental e o não ocidental.

A "antropologia" culturalista da teoria da modernização é frequentemente baseada na obra de Max Weber de que os valores instilados pelo protestantismo, particularmente em sua versão puritana, induziram o desenvolvimento do "espírito do capitalismo". Os teóricos da modernização tendem a equiparar a narrativa histórica de Weber sobre o nascimento do espírito do capitalismo ao advento da própria modernidade. Consequentemente o protestantismo é considerado a principal causa da modernidade. Por outro lado, o argumento de Weber sobre a secularização do espírito do capitalismo, isto é, sobre a progressiva autonomia que esse adquiriu em relação às suas raízes culturais religiosas, é menosprezado pela teoria da modernização (WEBER; PARSONS; TAWNWEY, 1950) (...).

A posição interpretativa adotada pelos teóricos da modernização permite-lhes usar a cultura como um pivô para oposições tanto temporais quanto socioeconômicas. O protestantismo é considerado a perpétua fonte de modernidade ao passo que todos os não protestantes são relegados a uma condição de tradicionalismo. Assim como "moderno", o termo "tradição" possui conotações culturais, temporais e socioeconômicas. Ao contrário da "modernidade", cujas origens os teóricos atribuem a uma cultura específica, "tradicionalismo" não faz referência a qualquer formação cultural, histórica ou socioeconômica em particular, isto é, ele é definido como oposição assimétrica à modernidade. A teoria da modernização ensina que o tradicional é não protestante, não-moderno e não capitalista (...).

Segundo Feres Júnior (2005), os teóricos da modernização nos Estados Unidos estabeleceram uma análise neocolonial da América Latina identificando suas características tradicionais e sua estrutura cultural como principais responsáveis por seu atraso histórico e pela incapacidade de superar a questão da pobreza via modernização capitalista.

Compunha essa estrutura cultural o catolicismo, o patriarcalismo, a perpetuação do feudalismo ibérico, da hierarquia, do personalismo, espiritualismo, educação humanística, militarismo, ruralismo, machismo, caudilhismo, etc. Para os teóricos da modernização nos Estados Unidos, essas "*patologias culturais antimodernas*" típicas da América Latina tinham origem em seu passado colonial. Como afirmou Lipset (1967, p. 03), um dos respeitados latino-americanistas embasados pela teoria da modernização:

O fracasso relativo dos países *Latin American* em desenvolver-se numa escala comparável aos da América do Norte e Oceania tem sido considerado, até certo ponto, uma consequência dos diferentes sistemas de valores dominantes em cada área. A descendência britânica aparentemente teve a vantagem de valores derivados da ética protestante e da formação das "Novas Sociedades" nas quais elementos feudais estavam ausentes. Já que *Latin American*, por outro lado é católica, vem sendo dominada há longos séculos por elites de poder que criaram uma estrutura social congruente com valores feudais (LIPSET, 1967, p. 3).

A imagem da defasagem histórico-temporal da América Latina é reforçada pela afirmação de que a América Latina é feudal e permaneceu feudal desde a sua fundação. A expressão "longos séculos" intensificava a percepção do atraso histórico da América Latina e responsabilizava o processo histórico de colonização como fonte originária da patologia antimoderna latino-americana.

No centro das "*patologias culturais antimodernas*" detectadas pelos teóricos da modernização, o catolicismo apareceu como empecilho para o desenvolvimento e responsável pelo atraso da América Latina. Essa contraposição assimétrica América Anglo-saxônica *protestante* e América Hispânica *católica* havia sido construída ao longo do século XIX, pelos norte-americanos,

bem como pelos próprios latino-americanos, que oscilaram entre a valorização sua catolicidade e hispanidade ou sua desvalorização (mimetizando o modelo norte-americano como ideal) de acordo com contexto histórico e as circunstâncias políticas.

Segundo Feres Júnior (2005), os norte-americanos haviam herdado dos ingleses certo desprezo pelos espanhóis, sendo esse proveniente dos conflitos religiosos do século XVI e também da difusão da Lenda Negra, ou seja, o relato dos maus tratos e crueldades perpetradas pelos colonizadores espanhóis no processo de conquista do Novo Mundo e que abundaram na literatura de língua inglesa, em razão muitas vezes de comparativamente elogiar a ordem ou justiça da colonização inglesa. De acordo com Feres Junior (2005, p. 57):

A Lenda Negra cruzou o Atlântico junto com a leva de colonizadores ingleses, e encontrou solo fértil para vicejar nos Estados Unidos. Nesse novo contexto, o sentimento antiespanhol, foi logo estendido de seu objeto original, a Espanha europeia, às colônias espanholas do Novo Mundo. O segundo presidente dos EUA, John Adams, escreveu o trecho seguinte em uma carta a Thomas Jefferson: *"...um governo livre e a religião católica romana não poderão jamais coexistir, em qualquer país ou nação. Consequentemente qualquer projeto de conciliar essas duas coisas na velha ou na nova Espanha é utópico, platônico e quimérico. Presenciei tamanha prostração e prostituição da natureza humana em favor dos clérigos na velha Espanha que formei minha opinião sobre o assunto, há muito tempo. E é de meu entendimento que na nova Espanha as coisas são ainda piores, se isso é possível."*

O trecho acima citado evidencia que as primeiras manifestações de desprezo pelos hispano-americanos já eram construídas na forma de oposições assimétricas e cada uma das características negativas a eles atribuídas (dominados por padres, indolentes, ignorantes, supersticiosos, preguiçosos, sem iniciativa) representava uma característica positiva da autoimagem norte-americana (protestante, trabalhador, educado, racional, industrioso e provido de iniciativa).

Segundo Feres Júnior (2005), no início do século XIX, os norte-americanos atribuíam os hábitos culturais deploráveis dos hispano-americanos ao catolicismo, o que proporcionava uma possibilidade de reversão de tal estado por meio de uma ampla reforma cultural. Assim, para os norte-americanos, a outra América era uma filha da Espanha e tal herança cultural expressa no catolicismo era determinante. Ao considerar a América Hispânica uma extensão americana da Espanha, os norte-americanos introduziam no Continente uma subdivisão identitária herdada do Continente europeu que opunha nações (Inglaterra x Espanha) e fé religiosa (protestante x católico).

O catolicismo, ao longo do século XIX, foi fator crucial na construção das identidades binárias e opostas das duas Américas. Quando o conceito de América Latina aparece de modo frágil em meados do século XIX, todas essas representações do outro incidem sobre esse. De acordo com Patrícia Funes (2008, p. 06):

No contexto da política expansionista do Segundo Império de Napoleão III, na década de 1860, se propagava o nome "América Latina", ainda que a expressão houvesse sido utilizada pelo colombiano José María Torres Caicedo no *El Correo de Ultramar* e por Michel Chevalier na *Revue des Races* (1857-1861). O panlatinismo supõe uma comunidade de origens ancoradas na tradição cultural e linguística do Império Romano do Ocidente e da religião católica. A oposição entre a tradição saxônica e latina se orientava para legitimar a ideologia de expansão e domínio do panlatinismo. (...)

O termo acabou por perder o significado panlatinista de suas origens. A expressão "América Latina" sobreviveu ao fracasso da expedição francesa, e se originalmente, nasceu como forma de identidade antisaxônica, mesmo os Estados Unidos acabaram aceitando o vocábulo (FUNES, 2008, p. 6).

A ideia de latinidade se estruturava, portanto, desde seu princípio na articulação entre dois elementos: o latim como núcleo linguístico essencial e o catolicismo como concepção religiosa/cultural. A catolicidade entendida como um dos pilares da latinidade se tornou um elemento identitário importante de diferenciação em relação à América Anglo-saxônica. A identificação

da ideia de América Latina como América Católica era subjacente ao conceito que foi retomado ao final do século XIX, de modo positivo por muitos intelectuais latino-americanos. De acordo com Álvaro F. Bravo (2008, p. 13):

A afirmação da América Latina como ideia e referente cultural entre os mesmos latino-americanos ganhou verdadeiro impulso no final do século XIX, em particular com a guerra hispano-estadunidense e a derrota da Espanha em 1898. Este acontecimento, que fez voltar os olhos de muitos intelectuais latino-americanos a antes rechaçada pátria-mãe e, por onde, havia as tradições culturais comuns, inaugura uma nova etapa na imaginação americanista e no pensamento sobre a identidade coletiva na parte latina do continente (...)

O autor paradigmático desta posição (...) foi o uruguaio José Enrique Rodó, cujo ensaio *Ariel* (1900) (...) sintetiza as posições anti-estadunidenses fim de século predominantes na América Latina (...) no ensaio de Rodó, *Ariel* representa as virtudes espirituais associadas com o continente. A educação da alma, o gosto pela arte, a recusa do materialismo burguês (...)

América latina deve rechaçar o que está sintetizado na civilização estadunidense, onde predomina a mediocridade e o utilitarismo, (...) (BRAVO, 2008, p. 13).

Essa identidade religiosa sempre foi subjacente ao conceito de América Latina desde seu primeiro esboço em meados do século XIX. O arielismo prolongou esta percepção no início do século XX e as subsequentes discussões identitárias das décadas de 1920 e 1930 estiveram às voltas com a questão religiosa.

Desse modo, quando os teóricos da modernização apontavam as "*patologias culturais antimodernas*" da América Latina, retomavam a ideia da América Latina como América Católica, dando a essa identificação um atributo negativo. Para os teóricos da modernização norte-americanos, catolicismo era sinônimo de atraso, empecilho para o desenvolvimento, estrutura arcaica e ultrapassada de sociedade. A tríade modernidade-protestantismo-desenvolvimento se opunha a feudalismo-catolicismo-subdesenvolvimento.

Não foi uma das preocupações de Feres Júnior trabalhar a dimensão de como tais teorias foram aceitas ou ressignificadas pelos latino-americanos. De certo modo, Jesse de Souza (2017) procurou identificar como intelectuais brasileiros relevantes como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro, reproduziram, em suas análises, essa perspectiva. Essa mesma tríade semântica conceitual, base dos referenciais modernizadores, de busca de superação de um atraso histórico, estruturaram também a lógica de pensamento *cepalino*. O conceito de América Latina dos anos posteriores à Segunda Guerra não abandonou completamente os referenciais que lhe haviam constituído como antípoda histórica da América Anglo-saxônica. Entretanto, se encontravam agora, subjacentes ao novo léxico da teoria da modernização e da perspectiva econômica. Nesse sentido, a pobreza se vinculava como característica que carregava consigo toda uma carga semântica pejorativa que evidenciava o atraso latino-americano.

Para além da dimensão cultural da teoria da modernização, a visão que se constrói da América Latina tanto nos Estados Unidos quanto entre as elites intelectuais latino-americanas é a de um Continente com defasagem histórica diante das chamadas sociedades desenvolvidas. O atraso econômico e a superação desse atraso são as características pelas quais a América Latina passa a ser julgada e identificada a partir dos anos 1950. A própria pobreza passou a ser compreendida como sequela e consequência desse atraso. Segundo Valdés (2000, p. 24):

Em todo caso, o postulado fundamental do pensamento econômico de pós-guerra foi que "o atraso de nossos países não se devia a características intrínsecas de nossa população, nem deficiências de nosso meio natural, e sim de circunstâncias históricas que podiam ser superadas mediante a aplicação de políticas econômicas apropriadas (VALDÉS, 2000, p. 24).

A afirmação de que eram as circunstâncias históricas as responsáveis pelo atraso latino-americano e que estas poderiam ser "*depuradas mediante la aplicación de políticas económicas apropiadas*" evidencia o modo como as teses desenvolvimentistas se aproximavam das percepções dos teóricos da modernização norte-americanos. A diferença é que uma parte dos

teóricos da modernização quando constatavam a estrutura cultural da América Latina a viam como um grande empecilho para a modernização e o desenvolvimento, algo que os desenvolvimentistas não compartilhavam inicialmente, afirmando de modo positivo que medidas econômicas corretas levariam à superação histórica dessa condição de atraso histórico e subdesenvolvimento.

A definição da América Latina como um Continente subdesenvolvido e atrasado era implícita à perspectiva desenvolvimentista (nacionalista ou não) levada a cabo pelo pensamento da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Por outro lado, esta perspectiva propiciou para as Ciências Econômicas e Sociais, que se profissionalizavam naquele contexto, o *status* de conhecimento técnico capaz de reverter esta situação histórica, aumentando a dosagem de sua cientificidade.

O pensamento *cepalino* colocou o desenvolvimento na ordem do dia, ao mesmo tempo, em que propôs medidas nacionalistas e intervencionistas para sua concretização. No Brasil, as propostas da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) encontraram abrigo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁵⁸. Este órgão criado em 1955 e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura era dotado de autonomia administrativa e estava encarregado da divulgação das Ciências Sociais. A maioria de seus membros estava profundamente vinculada a um projeto nacional-desenvolvimentista para o Brasil.

A interpretação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como a da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), corresponde à interpretação *nacional-burguesa* do Brasil, e sua visão do desenvolvimento está intrinsecamente ligada à ideia da revolução nacional, que veem no pacto populista de Getúlio Vargas um modelo para a revolução capitalista e nacional de países periféricos, e veem o populismo político como uma primeira expressão do povo e, portanto, da democracia. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) era um grupo nacionalista e historicista, que tinha uma visão dualista da história, que pressupunha a possibilidade das alian-

58 Os principais intelectuais do ISEB foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida.

ças de classe, e estava preocupado com o desenvolvimento nacional obstado pelo imperialismo. O cerne de sua estrutura conceitual era a nação e o povo (o nacional e o popular), sua unidade e o anti-imperialismo.

A temática do desenvolvimento se tornou hegemônica tanto nos meios intelectuais latino-americanos quanto parte da prática política de boa parte dos governos latino-americanos desse período. Esse contexto político, retratado como *populista*⁵⁹, é marcado pela ascensão de governos, em boa parte da América Latina, cuja temática central é a necessidade do desenvolvimento nacional protegido do imperialismo e combinado com a melhoria nas condições de vida social das massas trabalhadoras. Sem aprofundar a discussão sobre o tema, o que é particularmente significativo é a aceitação generalizada da América Latina como lugar *subdesenvolvido e atrasado* e a necessidade da superação dessas condições.

Certamente, a crítica mais vigorosa à teoria da modernização veio dos teóricos da dependência⁶⁰. Em meados dos anos 1960, em decorrência da crise do populismo e do fracasso das políticas desenvolvimentistas, um conjunto de acadêmicos da área de Ciências Sociais e Economia deslocaram o eixo de reflexão produzida pelos *cepalinos*, da ênfase na busca pelo desenvolvimento, ou seja, superação do atraso histórico latino-americano, para a compreensão das relações de dependência entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas no sistema capitalista mundial.

A Teoria da Dependência tentava compreender as limitações de uma forma de desenvolvimento que se iniciou em um período histórico, no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas. Por esse motivo enxergava que a forma de desenvolvimento implantada na América Latina só tenderia a

59 Segundo Maria Helena Capelato (2001) além dos fenômenos considerados "clássicos" do populismo latino-americano que abrigam no Brasil, Getúlio Vargas (1930-45; 50-54), na Argentina Perón (1946-55) e Lazaro Cárdenas (1934-40) no México; outros autores indicam a extensão desse fenômeno nos seguintes casos: Victor Paz Estenssoro (1952-56) e Hernán Siles Zuazo (1956-60) na Bolívia; José María Velasco Ibarra (1934-35, 1944-47, 1952-56, 1961, 1968-72) no Equador, Arevalo (1944-50) e Arbenz (1950-54) na Guatemala, Rojas Pinilla (1953-57) na Colômbia; Belaúnde Terry (1962-68) no Peru, Bosch (1962-63) na República Dominicana.

60 Entre os diversos nomes que compõem correntes até divergentes do pensamento dependente se pode citar; André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Aníbal Quijano, Osvaldo Sunkel, Vania Bambirra (núcleo mais marxista estruturalista); além de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (perspectiva mais funcionalista).

aprofundar cada vez mais as relações de dependência. Para eles, o capitalismo levou ao estabelecimento de um centro e de uma periferia e, esses geraram, simultaneamente, riqueza e progresso crescente para a minoria, tensões políticas e pobreza para a maioria. De acordo com Theotônio dos Santos (1970, p. 153):

Não há possibilidade histórica alguma de se construírem sociedades que alcancem o mesmo grau de desenvolvimento das que são desenvolvidas. O tempo histórico não é unilinear, não há possibilidade de que uma sociedade se desloque para etapas anteriores das sociedades existentes. Todas as sociedades se movem paralelas e juntas em direção a uma nova sociedade (SANTOS, 1970, p. 153).

Nesta relação centro-periferia teria nascido e se desenvolvido a América Latina, originária e constitutivamente dependente. O desenvolvimento do capitalismo havia sido desigual e combinado, e isto se tornou elemento-chave na apreensão da realidade latino-americana. Segundo Aníbal Quijano (1966, p. 14):

A sociedades latinoamericanas ingressaram na história do desenvolvimento do sistema universal de interdependência, como sociedades dependentes radicalmente da colonização ibérica. Sua história pode ser traçada, em grande parte, como a história das sucessivas modificações da situação de dependência, ao longo da qual as diversas sociedades da região vieram alcançando diversas posições sem lograr sair, até o momento, desse marco geral (QUIJANO, 1966, p. 14).

De acordo com os teóricos da dependência, essas relações se estruturaram em um sistema de dominação externa, de país a país, mas com um corte transversal interno, ou seja, uma internalização da dependência no mercado interno. Para estes teóricos, as antigas formas da presença imperialista por meio da economia de enclaves (centros mineradores e *plantation*) – simples prolongamentos das economias centrais – mantêm ainda sua vigência, porém agora, em uma forma moderna, privilegiando os setores mais dinâmicos da indústria nascente, vinculando-a cada vez mais estreitamente e em seu conjunto ao capitalismo internacional.

Entre os mais destacados nomes da teoria da dependência, em sua vertente marxista-estruturalista, estava André Gunder Frank, que se esforçou para refutar paulatinamente cada uma das teses da teoria da modernização. Em primeiro lugar, contestou que os países subdesenvolvidos não passaram por qualquer mudança histórica significativa e que seu subdesenvolvimento corresponde à perpetuação do atraso e do tradicionalismo. Para Cockcroft; Frank e Jhonson (1972, p. 11): "nossa pesquisa indica que esses países possuem uma história, e que seu subdesenvolvimento foi produzido pelo desenvolvimento do mercantilismo e posteriormente, do capitalismo industrial". Em segundo lugar, o autor rejeita a ideia de oposição da sociedade entre dois setores; um moderno, urbano e capitalista, e outro rural, atrasado e/ou feudal. O subdesenvolvimento dessas regiões não é sobrevivência anacrônica do tradicionalismo, mas produto do desenvolvimento das metrópoles internas. Em terceiro, para os teóricos da modernização a difusão do capital, cultura e tecnologia, oriunda dos países desenvolvidos, é um fator crucial na industrialização dos países satélites.

Gunder Frank (1972) evidencia o contrário ao demonstrar que os países satélites tendem a se desenvolver, economicamente, mais depressa quando os laços com o capitalismo metropolitano se enfraquecem, em eventos como a Grande Depressão e as duas Guerras Mundiais. Em quarto, enquanto os teóricos da modernização classificam as áreas subdesenvolvidas da América Latina como pré-capitalistas, Gunder Frank (1972) afirma que o argumento de um estágio pré-capitalista é utilizado, inclusive, por analistas marxistas, a fim de justificar a necessidade primordial de uma revolução burguesa para trazer a América Latina ao estágio capitalista da história.

André Gunder Frank (1972) atacou para além das premissas e hipóteses da teoria da modernização a própria conceituação do problema do desenvolvimento ao criticar a noção de *subdesenvolvimento* como um suposto estágio inicial do desenvolvimento. Para ele, subdesenvolvimento e desenvolvimento são partes de um mesmo problema, ou seja, subdesenvolvimento não é um produto da paralisia histórica da América Latina, mas de um processo que o autor denomina "desenvolvimento do subdesenvolvimento". Daí sua crítica ao termo "feudal" e toda teoria de estágios do desenvolvimento, que trazem consigo uma concepção de *handicap* histórico da

América Latina. Tanto os países desenvolvidos quanto os subdesenvolvidos partilham do mesmo mundo, do mesmo sistema capitalista.

O estruturalismo econômico de Gunder Frank tinha pouca tolerância para com interpretações culturalistas, inclusive aquelas baseadas em argumentos sobre identidades nacionais ou religiosas (ex: americana, Ocidental, protestante, puritana, anglo-saxônica). Frank declarou que sua análise do desenvolvimento do subdesenvolvimento em países satélites se aplica tanto para a América Latina, quanto África ou Ásia. Para o autor, os países latino-americanos compartilham uma história comum de colonialismo e "satelitização", isto é, foram primeiro colonizados por metrópoles que, posteriormente, se tornaram igualmente satélites de outras metrópoles. Entretanto, afirma também que esse passado é comum a outros locais pós-coloniais do mundo.

Para os teóricos da dependência marxistas, a porta de saída desta condição satélite, periférica e dependente era a ação política direta em favor da libertação nacional latino-americana via revolução socialista. Na perspectiva destes autores, a burguesia nacional era o inimigo tático da revolução, ao passo que o imperialismo seria seu inimigo estratégico. A única saída era uma ruptura com o sistema capitalista global.

Em contraposição a essa vertente, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969) privilegiaram uma concepção mais funcionalista do dependentismo. Os autores criticaram a ênfase excessiva dada à estrutura e ao controle externo presentes nas correntes marxistas da dependência. Para eles, o objetivo era mudar a situação econômica vigente e, para isso, era necessário compreender o modo pelo qual as estruturas mudam ao longo do tempo, reivindicando uma abordagem mais histórica.

Os autores retomaram a crítica ao binômio tradicional/moderno e redefiniram o conceito de subdesenvolvimento como uma forma de desenvolvimento produzida por relações hierárquicas de dominação, enquanto os países industrializados no centro do sistema capitalista mundial podem ser considerados interdependentes, a periferia deve ser caracterizada como dependente.

Cardoso e Faletto (1969), apesar do extenso uso que fizeram do termo América Latina em suas análises, incidiram suas reflexões sobre casos nacionais. Ao contrário de Frank que minimiza a especificidade da América Latina, em sua teoria da dependência, os autores não abandonam a meta de compreender as especificidades deste objeto. Embora analisem as diferenças entre os países, regiões e economias, esses autores apresentam seus achados em termos totalizadores. Para Feres Junior (2005, p. 179), isso decorria da situação institucional dos autores:

A situação de Cardoso e Faletto era prenhe de implicações irônicas. Por um lado, a CEPAL havia se tornado, desde os anos 1950, um centro de crítica às teorias de desenvolvimento importadas dos Estados Unidos (...). Por outro lado, contudo, a estrutura institucional das Nações Unidas e seus órgãos de desenvolvimento seguiam a geopolítica da Guerra Fria traçada, em grande parte, pelos *policymakers* americanos. Naquele mapa geopolítico, Latin America era definida como área subdesenvolvida, portanto necessitada de políticas desenvolvimentistas. Deve-se observar, entretanto, que *Dependencia y Desarrollo em America Latina* não apresenta soluções políticas para o problema do subdesenvolvimento na *Latin America*. Na verdade, a maior parte do texto é dedicada a provar que a dependência foi nociva ao desenvolvimento dos países *Latina American*. Os países que conseguiram manter um grau mais elevado de autonomia relativa foram os que se desenvolveram mais. Uma rápida análise semântica dos termos-chave utilizados no livro mostra que "dependência" é sempre igualada, a "heteronomia", e ambas são contrastadas a "autonomia". Ademais, na obra, o lócus da oposição autonomia/dependência é sempre estado-nação e não a América Latina como um todo (FERES JUNIOR, 2005, p. 179).

Apesar das teorias dependentistas criticarem o desenvolvimentismo *cepalino*, isso não alterou substancialmente o conjunto de conceitos que definiam a América Latina desde os anos 1950. Tanto subdesenvolvimento quanto dependência descreviam uma América Latina sob a primazia de um olhar econômico. Subdesenvolvida ou dependente, o *status* de inferioridade

no âmbito do capitalismo internacional estava dado. A pobreza, a miséria e a desigualdade confirmavam essa situação, cujas propostas políticas de saída, via modernização desenvolvimentista ou revolução socialista visava superar. O horizonte de expectativas de superação dessa condição de inferioridade econômica permeava ambas as concepções. América Latina, a partir da segunda metade do século XX, era definitivamente um Continente pobre.

Subdesenvolvido ou dependente, em ambas as condições, a descrição da situação socioeconômica da América Latina remete ao problema da desigualdade social, da pobreza e do imperialismo. Uma *identidade socioeconômica negativa* forjou o conceito contemporâneo de América Latina. As variantes teóricas não alteraram substancialmente essa identidade econômica inferior presente na intelectualidade acadêmica latino-americana nos anos 1950, 1960 e 1970. Entretanto, diferentemente das características culturais essencialistas das definições raciais, culturais e religiosas da América Hispânica que predominaram do século XIX até a primeira metade do século XX, a perspectiva socioeconômica *cepalina* e dependente propunham um horizonte de expectativas distinto, capaz de reverter essa condição histórica.

Diversamente de Valdés (1997), que submeteu sua reflexão acerca da América Latina pela ideia de uma ação pendular da intelectualidade latino-americana entre o polo *identitário* e *modernizador* como se fossem paradigmas absolutamente diferentes, um mais culturalista e outro econômico, considera-se a economia como parte da cultura e encarar as relações entre ambos de modo menos estanque. As recentes reflexões sobre a geopolítica do conhecimento apontam nessa direção. Além disso, não dá para pensar a questão de identidade como sendo algo exclusivo da ideia de cultura. O estabelecimento de uma definição da América Latina como lugar socioeconômico inferior é gerador de uma identidade específica, uma identidade socioeconômica inferior, seja pela categoria de subdesenvolvimento ou de dependência. Em ambos, a questão da pobreza fica implícita como parte constitutiva dessa identidade. No que se refere ao horizonte de expectativas, a América Latina está sempre aquém, procurando meios de ser protagonista de sua própria história, buscando sua condição emancipatória. Um eterno devir.

Tanto o pensamento *cepalino* quanto o da teoria da dependência aprofundaram o peso do *imperialismo* e do *colonialismo* na constituição da *identidade socioeconômica inferior* que definiu a América Latina como lugar de pobreza, de miséria e de defasagem diante do centro do sistema capitalista. As teorias modernizadoras, desenvolvimentistas e dependentistas atrelaram o conceito de pobreza ao de América Latina a partir da segunda metade do século XX.

As Ciências Sociais definiram a *realidade latino-americana* como de pobreza, subdesenvolvimento e dependência, resultado de uma história imperialista e colonialista do sistema capitalista mundial. Essa grande comunidade imaginada supranacional denominada América Latina, passou a ser identificada, essencialmente, como um *Continente pobre*. Modernizar, desenvolver ou se libertar da dependência era a tarefa política a ser realizada. Em todas essas proposições a superação da pobreza estava implícita. Nas três perspectivas, as origens coloniais eram uma gaiola de ferro que condicionava o Continente pobre a esse estado de coisa indesejado.

Na teoria da modernização, o empecilho era a permanência do passado na forma do atraso, das relações pré-capitalistas, do feudalismo ibérico, da cultura católica, do patrimonialismo feudal, etc. Para os desenvolvimentistas, o passado colonial era um fardo que havia ganhado novos contornos com o imperialismo que impedia uma maior autonomia econômica das regiões periféricas e seu pleno desenvolvimento. Para os dependentistas, o passado colonial era uma herança maldita que perpetuava a condição dependente da periferia do sistema-mundo capitalista em relação ao centro, sendo a única saída, a ruptura revolucionária. Em todas as três perspectivas, o passado latino-americano se constitui como fardo, sua história como maldição.

A identidade socioeconômica inferior e um passado-maldição constituíram os pilares do conceito de América Latina ressignificados pelo viés econômico em meados do século XX. A pobreza era o sintoma mais pungente desse estado de coisas infeliz. América Latina e pobreza passaram, assim, a pertencer definitivamente ao mesmo campo semântico.

Referências

- BRAVO, Álvaro Fernandez. **Los relatos de Viaje em América Latina**. In: http://explora.educ.ar/coleccion-sociales/cuadernillo_04.html. 2008. Acesso em: 25 mar. 2022.
- BRUIT, Héctor. **A invenção da América Latina**. <http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro5/hector5.html>,2000. Acesso em 25 mar. 2022.
- BUCHRUKER, Christian. **Nacionalismo y peronismo**. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, LTC, 1970.
- CRISTI, Renato y RUIZ, Carlos. **El pensamiento conservador**. Santiago, Editorial Universitária, 1992.
- COCKCROFT, James D; FRANK, André Gunder & JHONSON, Dale L. **Dependence and underdevelopment: Latin America's political economy**. New York, Anchor, 1972, p. xi
- FERES JR, João. **A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos**. Bauru, SP, EDUSC, 2005
- FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FUNES, Patrícia. **América Latina: los nombres del Nuevo Mundo**. <http://explora.educ.ar/wp-content/uploads/2010/03/CSSOC02-Los-nombres-del-nuevo-mundo.pdf>. 2008. Acesso em: 25 mar. 2022.
- LIPSET, Seymour Martin. **Elites in Latin America**. New York: Oxford University Press, 1967.
- MIGNOLO, Walter. **The idea of Latin America**. Oxford: Blackwell, 2005.
- QUIJANO, Anibal. **El proceso de urbanización em Latinoamérica**. CEPAL, Santiago do Chile, 1966.
- _____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- SANTOS, Theotônio dos. **La dependência político-econômica da América Latina**. México, Siglo XXI Editores, 1970.

SOUZA, Jesse. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. SP, Leya, 2015.

TUR, Carlos M. "Cultura hispânica y autoritaria em El Peru", In **Cuadernos Americanos**, México, UNAM, n 4,1987.

VALDÉS, Eduardo Déves. "O Pensamento Nacionalista na América Latina e a Reivindicação da Identidade Econômica (1920-1940)". **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, No 20, CPDOC/FGV, 1997. Acessível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2053>.

Acesso em: 25 mar. 2022.

VALDÉS, Eduardo Deves. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX**. Entre la modernización y la identidad. Tomo I: Del Ariel de Rodó a la Cepal (1900-1950). Buenos Aires, Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.

EIXO 3

A DESIGUALDADE NA REPRODUÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO NA AMÉRICA LATINA



LAS RELACIONES DE OPRESIÓN DE GÉNERO EN EL MARCO DEL CAPITALISMO

Keylor Robles Murillo

Resumen

En este texto se profundizan las relaciones de opresión de género en el marco del capitalismo, es decir, se parte de la noción de la totalidad social. En el desarrollo del objeto de estudio se plantean un conjunto de contenidos de forma concatenada, entre los cuales se encuentra el patriarcado como elemento estructural, cuyo fin ha sido el establecimiento de las desigualdades por sexo-género. Además, se abarca la división socio sexual del trabajo desde el feminismo, con el fin de evidenciar el carácter socio histórico de la opresión. De la mano de lo anterior, se encuentran los aportes de la Teoría de la Reproducción Social. Estos aspectos teóricos permiten reflexionar cómo la opresión de género encuentra su origen y fundamento en el capitalismo.

Palabras clave: Relaciones de opresión; Género; Capitalismo; Teoría de la Reproducción Social

AS RELAÇÕES DE OPRESSÃO DE GÊNERO NO MARCO DO CAPITALISMO

Resumo

O texto aprofunda as relações de opressão de gênero no marco do capitalismo, ou seja, parte-se da noção de totalidade social. No desenvolvimento do objeto de estudo se apresenta um conjunto de conteúdos de forma articulada, entre os quais se encontra o patriarcado como elemento estrutural, cujo fim tem sido o estabelecimento das desigualdades por sexo-gênero. Ademais, atinge-se a divisão social e sexual do trabalho desde o feminismo para evidenciar o caráter sócio-histórico da opressão. O texto se pauta no aporte teórico baseado na Teoria da Reprodução Social. Esses aspectos teóricos permitem refletir como a opressão de gênero encontra sua origem e fundamento no capitalismo.

Palavras-chave: Relações de Opressão; Gênero; Capitalismo; Teoria da Reprodução Social

1. Introducción

El capitalismo al conformar la totalidad social se convierte en el cimiento de la opresión de género, en donde el patriarcado representa el elemento que permite la naturalización sociocultural de la opresión hacia las mujeres, en diferentes escenarios, desde las relaciones sociales establecidas con la familia y los grupos de pares, así como en las relaciones educativas, laborales, organizacionales, gremiales, entre otras. Por esta razón, en dichos escenarios se observa cómo se reproducen discursos ideológicos y prácticas basadas en el sexismo, materializados en contra de las mujeres; quienes en esta oportunidad se conciben como sujetas que comparten una historia en común mediada por la opresión, la sujeción y el control.

Cuando se parte de la premisa de que el capitalismo es la base de la organización productiva y reproductiva de la sociedad, este no se entiende limitado a su papel solo como productor material, sino que también contempla las formas en cómo determina los ámbitos cultural, social, político e ideológico. Cabe subrayar que el capitalismo al no reducirse a las relaciones económicas, inherentemente abarca la dimensión social. De acuerdo con Pazos (2018), la forma de organización social en la que todas las personas se encuentran inmersas, incide en las condiciones materiales de existencia y sus relaciones, incluidas las de opresión.

De igual manera, la discusión de este texto al sustentarse en los planteamientos del marxismo, teoría concebida desde la totalidad social (multidimensional, estructurada, jerarquizada y en movimiento), permite un análisis en el marco del materialismo de lo histórico-social (AYALA, 2016), situando socio históricamente las relaciones de opresión de género. Sin embargo, no se pretende hacer un análisis exclusivo de las categorías marxistas; sino se considera que dichas categorías permiten el acercamiento a la temática abordada.

En este caso, las categorías marxistas sitúan las luchas de las mujeres feministas, relacionadas con la denuncia de la opresión sufridas por su sexo y género, en relación al patriarcado, el cual garantiza la detonación de dichas manifestaciones en sus cotidianidades y, a su vez, se convierte en aquella parte de la totalidad social en que encuentran legitimidad y su lógica. Una aclaración pertinente es que la visión totalizadora a la que se hace referencia,

no se puede concebir en términos esencialistas o totalitaristas; al contrario, la noción de totalidad es abierta, es decir, pensada y provisoria que se reproduce desde los conflictos. Por tanto, enmarca tensiones, abstracciones y determinaciones concretas (GRÜNNER, 2012).

2. Patriarcado como elemento estructural

En este punto se conceptualiza el patriarcado, concebido como categoría para la aprehensión teórica a partir de la segunda ola del feminismo anglosajón en las décadas de los setenta y ochenta. Inicialmente, Izquierdo (1998) expresa que el patriarcado nos remite al carácter estructural de la desigualdad sexual. Esta autora incluye dos elementos esenciales, en primer lugar, lo concibe como un sistema estructural y sistemático que se ha institucionalizado como necesidad "social", y en segundo lugar, al destacar su carácter estructural lo sitúa en relación con la superestructura de la sociedad planteada en los análisis marxistas, la cual se conforma por dos instancias: a) la jurídico-política que comprende las organizaciones e instituciones sociales, y b) la ideológica formada por el conjunto de ideas, imágenes y representaciones sociales, la cual se asocia con la conciencia social (CUEVA, 1979).

Por consiguiente, cuando se aborda el accionar del patriarcado deben considerarse aquellos factores que le garantizan su institucionalización. Respecto a lo anterior, Pazos (2018) plantea una interrogante central generadora de un debate medular, a saber: ¿cómo se mantiene el patriarcado? Esta autora enfatiza en la familia y el mercado como instituciones que configuran la estructura social, ya que, como lo menciona, son caras de la misma moneda. Sumado a lo anterior, es conveniente aclarar que el patriarcado ha naturalizado la división social del trabajo, al incorporar el elemento sexual como intrínseco; como se evidencia más adelante. Por tanto, para encauzar la reflexión se reitera la premisa de que el patriarcado encuentra fundamento en la lógica del capitalismo, alusiva a la acumulación y la reproducción.

Retomando el primer elemento aportado por Izquierdo (1998), cobra relevancia discutir sobre la noción de la imagen modélica creada desde la opresión de género como necesidad para mantener el orden social, la cual se encuentra constituida por una serie de cualidades y obligaciones para la mujer configuradas desde las "capacidades" socialmente reconocidas:

amabilidad, sumisión, empatía, tranquilidad, serenidad, sujeción, entre otras. Por tanto, como parte de dicha imagen modélica hegemónica e inmutable, se reproduce la idea de que las mujeres deben educar al hombre y su familia en la sensibilidad, pues les corresponde convertirse en instructoras en materia de sentimientos:

La mujer debe "modelar" el carácter del marido, hacer de él un hombre feliz y trabajador, buen ciudadano, correcto desde un punto de vista moral, en suma: un hombre de bien [...] Se entiende que la mujer, dada su naturaleza moral, puede mediar para que el hombre sea más perfecto: racional y sensible a la vez [...] A vosotras toca formar el corazón de los ciudadanos. Inspirad en ellos aquellas tiernas afecciones a que están unidos el bien y la dicha de la Humanidad. Inspiradles la sensibilidad, esta amable virtud, que vosotras recibisteis de la naturaleza y que el hombre alcanza apenas a fuerza de reflexión y de estudio. (INSÚA, 2006, p. 116).

A estas características esperadas, se pueden añadir una serie de rasgos impuestos, tales como la castidad, la sumisión, la abnegación, la sujeción y la subordinación, concebidos como inalienables a las mujeres. Dentro de esta misma lógica, el patriarcado asigna labores respectivas a cada sexo: los hombres son colocados en los espacios públicos, representativos y de poder, facultados para la toma de decisiones; mientras que a las mujeres se les imponen las tareas reproductivas: el cuidado y el trabajo doméstico no remunerado, en el marco del ámbito privado, en donde su trabajo ha sido oculto y poco reconocido. La naturalización de esta división impidió el análisis y la transformación de la situación de las mujeres, pues la desigualdad sexual se consideraba como intrínseca en el desarrollo de la sociedad.

Esta legitimación de la desigualdad parte de una perspectiva que considera el ejercicio de la opresión como parte del "deber ser hombre". Respecto a lo anterior, Maquieira y Sánchez (1990) afirman que "el patriarcado en tanto que sistema de dominación masculina se solapa y entrecruza en muchas otras formas de dominación socialmente relevantes [...], la designación que aquí entra en juego es la de pertenencia práctica al conjunto de los varones" (p. 40). Por tanto, estas relaciones desiguales de poder y la

forma en que se manifiestan son expresiones del "ser hombre", pues a través de los procesos de socialización se instauran ideas y acciones que refuerzan estos estereotipos de género, impulsando prácticas sociales opresoras.

Aunado a lo anterior, las mujeres en esta estructura se conciben como ciudadanas de segunda categoría. Respecto a esta idea, Facio (2005) menciona que las culturas en general concuerdan en tres aspectos referentes al patriarcado: a) se encuentra una ideología cuyo fin es menospreciar a las mujeres, en donde se desprestigian sus aportes; b) se les asignan connotaciones negativas, amparadas en mitos desde una visión sexista, y; c) se genera una base estructural que está al mando de los hombres, ya que son quienes ostentan los puestos de poder, además, se les restringe la entrada a las mujeres a esos espacios privilegiados y jerarquizados.

Resulta pertinente señalar que una de las categorías neurálgicas en la comprensión del patriarcado y capacidad inherente para legitimar la violencia y la opresión, corresponde a la dominación masculina. Este concepto, planteado inicialmente por Bourdieu (2000), hace referencia a la concepción naturalizada de la supuesta superioridad de los hombres frente a las mujeres en los distintos ámbitos de la vida, la cual fundamenta la desigualdad existente. Lo anterior, debido a que el capitalismo reproduce la dominación masculina como una cuestión comprensible y justificable. En este universo discursivo, la dominación ejercida por los hombres se considera como el aspecto central sobre el que se sustenta el equilibrio en la vida social. Ellos son los encargados de que la sociedad "funcione correctamente".

A partir de lo anterior, la dominación masculina "legitima una relación de dominación inscribiéndola en una naturaleza biológica que es en sí misma una construcción social naturalizada" (BOURDIEU, 2000, p. 37). Esta realidad pasa desapercibida como resultado de la naturalización de la dominación masculina en el imaginario colectivo y en la subjetividad de las personas, por tanto, se manifiesta a través de prácticas sexistas, ya sea en el ámbito público o privado. Sin embargo, a pesar de ser una realidad oculta por los grupos hegemónicos que se reafirman en el patriarcado, continúa estando latente. El hecho de que autores, legitimadores del esquema opresor, nieguen la existencia del patriarcado en sus textos, tales como Agustín Laje

y Nicolás Márquez⁶¹, no quiere decir que la dominación ejercida desde esa lógica deja de existir. Al contrario, perpetúa su reproducción e instauración en la sociedad y sus relaciones.

En el caso de González (2013), aporta un aspecto central en torno al patriarcado, al afirmar que se basa en la autoridad política, social y económica irrefutable de los hombres sobre las mujeres. Asimismo, esta autora describe las estrategias para su reproducción: a) la paternidad: permite el ejercicio del poder del «pater» sobre sus hijas e hijos legitimados socialmente mediante el parentesco, b) la patrilinealidad: traslada el poder del padre hacia sus hijos varones como herederos del ejercicio del poder, c) la patrilocalidad: amplía su apropiación hacia la tierra a raíz de la residencia postnupcial, d) la monogamia: los varones expropián a las mujeres de la fuerza de trabajo, mientras que ellas realizan las labores reproductivas y e) la endogamia: facilita el control de los patrilinajes sobre sus miembros femeninos.

En este punto, es necesario traer a colación el segundo elemento profundizado por Izquierdo (1998), correspondiente a la conceptualización del patriarcado desde el feminismo marxista. Esta perspectiva se encauza contemplando la relación supeditada entre el patriarcado y el capitalismo, entendidos como parte de la totalidad unitaria. Por consiguiente, para abordar la relación mencionada se debe dimensionar que el trabajo de las mujeres ocupa un lugar fundamental en cualquier sistema de producción, en este caso dentro del capitalismo. Sin embargo, el lugar ocupado se encuentra mediado por la jerarquía sexual, al asignar un valor determinado al trabajo de las mujeres. Como bien apunta Federici (2020), es esencial reconocer que la subordinación social tiene raíces en una organización específica del trabajo, pues permite desnaturalizar la división sociosexual del trabajo y las identidades construidas en función de ella, al entenderlas como construcciones sociales en constante redefinición.

61 Estos autores argentinos escribieron el libro *El libro negro de la nueva izquierda* (2016), en donde niegan la existencia del patriarcado y, al mismo tiempo, trasladan el carácter cultural del capitalismo al marxismo. Es decir, según ellos, la opresión no se cimienta en el capitalismo, sino que en el marxismo. De igual manera, Laje y Márquez son figuras reconocidas en la lucha contra el derecho a las mujeres a decidir sobre sus propios cuerpos, se oponen al reconocimiento de los derechos de las personas LGBTI, entre otras posturas reaccionarias.

Es conveniente aclarar que en este texto se trasciende la visión dual que se ha empleado para abordar ambos sistemas de dominación, en donde se señala que las relaciones patriarcales configuran un sistema de relaciones independientes a las relaciones de producción. Una autora referente en la conceptualización del sistema dual es Hartmann (1981), quien plantea una concepción del patriarcado y el capitalismo como estructuras relativamente autónomas entre sí, las cuales en ocasiones entraban en contradicciones internas. Según dicha autora, el sistema de producción estaba regido por las leyes de acumulación del capital, mientras que el sistema de reproducción lo era por el sistema del sexo y el género, es decir, el patriarcado.

Respecto a lo anterior, Ferguson y McNally (2013) aclaran que la teoría de los dos sistemas, o la teoría dual, lleva a que el marxismo tradicional mantenga intactas sus teorías en torno a las relaciones de producción, el cambio histórico y el análisis de la estructura del capitalismo, provocando que la cuestión de la opresión de las mujeres se coloque como un elemento adicional a aquellos aspectos priorizados, en términos exclusivos a la lucha de clases. Cabe resaltar que se distancia de otras posturas analíticas, en donde se conciben al patriarcado ajeno al capitalismo, pues el primero se reduce a lo cultural y el segundo a lo económico:

El problema de las definiciones del sistema dual es que establecían artificialmente dos esferas separadas, la producción y la reproducción, perdiendo de vista la profunda relación que existe entre ambas. Además, al centrar los mecanismos del patriarcado en la familia, las teorías duales restaban importancia a otras formas de la opresión de las mujeres que ocurren fuera de esta, como el acoso laboral, la brecha salarial, etc. (BURGUEÑO y MARTÍNEZ, 2020, p. 201).

Desde esta forma de comprensión de la realidad, la economía se comprende como una fuerza que opera a espaldas de la sociedad; como si fuera abstracta y no material, ignorando su carácter intrínseco a lo social. Por consiguiente, la economía es social al encontrarse mediada por diferentes relaciones sociales de producción y reproducción. Asimismo, de manera paradójica, dichas relaciones no pueden entenderse sin su dimensión económica. Reproducir estos sesgos analíticos conlleva a que fenómenos como la

opresión, la explotación, la desigualdad, la violencia, la pobreza, entre otros se encasillen dicotómicamente en lo social, o bien, en lo económico. Sin embargo, en la realidad dichos fenómenos no operan aisladamente.

Ante este reduccionismo, el feminismo marxista insistió en el análisis de la división sociosexual del trabajo, como categoría crítica aprehensiva, con el fin de evidenciar la relación intrínseca entre el patriarcado y el capitalismo, situada desde la premisa de la totalidad. Esta categoría se vuelve neurálgica en la comprensión de las relaciones de opresión de género, pues pretende superar esta visión asilada entre lo económico y lo social, la cual reproduce una serie inequidades al entender los fenómenos de forma superficial y atomizada.

3. División socio sexual del trabajo desde el feminismo marxista

En primer lugar, según Engels (2012) la opresión de la mujer se dio con el surgimiento de la propiedad privada y la división del trabajo, al dividir socialmente el trabajo en "papeles permitidos" para las mujeres y los hombres. Desde la acumulación originaria, descrita por Marx (2010), se inició con una guerra contra las mujeres, con el fin de imponerles los principales requisitos del capitalismo: la acumulación de la fuerza de trabajo y la imposición de una disciplina de trabajo. La división sociosexual del trabajo se suscitó con la aparición de las sociedades estratificadas en clases sociales desde la instauración de la propiedad privada:

Sobre esta base pudo imponerse una nueva división sexual del trabajo que diferenció no sólo las tareas que las mujeres y los hombres debían realizar, sino sus experiencias, sus vidas, su realización con el capital y con otros sectores de la clase trabajadora. De este modo, al igual que la división internacional del trabajo, la división sexual del trabajo fue, sobre todo, una relación de poder, una división dentro de la fuerza de trabajo, al mismo tiempo que un inmenso impulso a la acumulación capitalista. Debe ponerse el acento en este punto, dada la tendencia a atribuir el salto que el capitalismo introdujo en la productividad del trabajo exclusivamente a la especialización de las tareas laborales (FEDERICI, 2015, p. 206).

A partir de la noción anterior, las primeras feministas marxistas planteaban que la corriente hegemónica dentro del feminismo liberal, el cual abogaba por un enfoque de "igualdad formal", era un movimiento de mujeres burguesas, quienes no dimensionaban cómo el modo de producción capitalista desde su lógica apropiadora y explotadora se articulaba en la reproducción del patriarcado, específicamente, en aquellas mujeres pertenecientes a los sectores desposeídos y oprimidos. Dentro de sus retóricas, la raíz de la desigualdad solamente radicaba en la imposibilidad de ejercer los mismos derechos que los hombres, por ejemplo, el acceso al sufragio, o bien, ser propietarias de la tierra. La explotación sufrida por las mujeres que laboraban en las empresas se planteaba como una realidad ajena a este feminismo, pues a quienes les correspondía exclusivamente organizarse era a esas mujeres.

En esta misma línea, Gonçalves (2011) plantea un elemento central alusivo a la relación entre el patriarcado y el capitalismo: la dominación masculina sobre las mujeres se sostiene directamente en el modo de producción capitalista. Por tanto, para eliminar la opresión de las mujeres es necesario construir una propuesta contrahegemónica al capitalismo. De acuerdo con Federici (2015), el feminismo marxista entiende la desigualdad generada por el patriarcado, y refuncionalizada por el capitalismo, como un elemento inherente a las relaciones de opresión cimentadas en la división socio sexual del trabajo. Esta última categoría remite a un nivel diferente que la clase, al abarcar otros fenómenos. Lo anterior, debido a que profundiza las relaciones sociales e institucionales del trabajo:

El análisis de la división del trabajo opera en el nivel más concreto de las relaciones particulares de interacción e interdependencia en el interior de una sociedad que la diferencia y convierte en una compleja red. Este análisis describe las divisiones estructurales más importantes entre los miembros de una sociedad, según su posición en la actividad laboral, y evalúa el efecto de estas divisiones en el funcionamiento de la economía, de las relaciones de dominación y de las estructuras políticas e ideológicas. (YOUNG, 1992, p. 7).

Tomando en cuenta lo anterior, la división del trabajo en las sociedades ha sido inherentemente una división del trabajo configurada a partir del

género, es decir, una división sociosexual del trabajo. Esto demuestra el carácter sociohistórico que tiene esta forma de organizar, jerarquizar, estratificar y ocultar el trabajo de las mujeres. Sin embargo, como se mencionó, se debe contemplar que el capitalismo al crear una nueva forma de organización, refuncionaliza el patriarcado como parte de esa totalidad que le ha permitido su reproducción y legitimación. La premisa anterior, permite superar una de las principales limitaciones que presenta la teoría dual: patriarcado-capitalismo, en la comprensión de la realidad desde una perspectiva sociohistórica, pues al partir de la idea de que son estructuras que operan conjuntamente, olvida profundizar en el origen de esta relación; sino que las concibe en el mismo nivel, cuando el patriarcado al ser arcaico, precede al capitalismo.

En esta misma línea, según Vogel (1979), desde sus inicios, el capitalismo no solo ha adoptado la división sociosexual del trabajo, sino que también se fundamenta en la opresión experimentada por las mujeres:

El capitalismo no construye las desigualdades de género, sino que éstas son generadas por el patriarcado; el capitalismo las utiliza en beneficio propio⁶², las reproduce y, a menudo, las agrava. Es así que la interrelación entre clase social y género es esencial para abordar el papel de la mujer en el desarrollo (PEREDA, 2013, p. 43).

La categoría de la división sociosexual brinda aportes significativos para comprender histórica y estructuralmente la opresión experimentada por las mujeres dentro de la sociedad capitalista. En primera instancia, Young (1992) indica que partir de dicha categoría permite encauzar el abordaje desde el materialismo histórico feminista, como lo denomina, en donde se colocan las relaciones de género y la posición de la mujer en el centro del análisis. Añade que una explicación marxista de las relaciones sociales de producción implica destacar las especificidades de las mujeres, con el fin de superar el punto ciego del marxismo tradicional. Si bien, los planteamientos de la autora son centrales en las lecturas críticas, en el caso de este texto se propone encauzar lecturas críticas desde el materialismo histórico-

62 Dentro de los debates contemporáneos, se afirma que el capitalismo ha socio metabolizado las relaciones de opresión de género para asegurar su reproducción (MÉSZÁROS, 2001).

dialéctico con aportes del feminismo, en donde se logre incorporar el elemento contradictorio e histórico.

De igual manera, la división sociosexual del trabajo explica los orígenes y los elementos que han institucionalizado la opresión y la subordinación de las mujeres, en donde se contemplan el acceso desigual a los medios de trabajo y control en la sociedad:

La gran feminización de la fuerza laboral cuestiona una de las aristas más misóginas del sistema capitalista patriarcal, que históricamente intentó limitar la participación de las mujeres en la producción como asalariadas [...] En su expansión, el capitalismo aprovechó y promovió la división sexual del trabajo, no sólo entre el hogar y el empleo, sino en la misma producción, dando forma a una estructura laboral femenina en los trabajos más desvalorizados. Así lograba explotar doblemente a las mujeres (BURGUEÑO y MARTÍNEZ, 2020, p. 36-37).

Al mismo tiempo, la división sociosexual del trabajo abarca los aspectos que originan y mantienen la dominación masculina; categoría abordada en líneas anteriores a partir de los aportes de Bourdieu (2000), debido a que en cualquiera de los dos espacios concebidos: a) público/productivo y b) privado/reproductivo, las mujeres son quienes ocupan las posiciones más desventajosas. Incluso, cuando se desempeñan en ambos espacios, las dos jornadas están mediadas por la desigualdad. La explotación del cuerpo y la vida de las mujeres es el nicho de acumulación predilecto del capitalismo y el patriarcado, evidenciando que la lógica dicotómica no es tan separada como suele concebirse; solamente impide su crítica y transformación.

Por consiguiente, la aprehensión crítica de la división sociosexual del trabajo encauza un análisis material de las relaciones del trabajo vinculadas al género, sin intentos de generalización y unificación; al contrario, asume las situaciones concretas y particulares. Esta última idea es fundamental reiterarla, pues como se planteó al inicio, cuando la opresión de género se sitúa dentro de la totalidad, en términos aprehensivos, no busca hegemonizar las experiencias que enfrentan las mujeres; al contrario, reconoce las particularidades, sin embargo, las entiende relacionadas y conectadas a una base macro en la que encuentran su fundamento.

Desde esta categoría profundizada por feminismo marxista, se discute sobre la cuestión de la mujer al problematizar su emancipación como una deuda histórica. Por consiguiente, se encauza desde la idea de que el patriarcado, como parte de la totalidad capitalista y su jerarquización, explica las relaciones de opresión alusivas a la cuestión de género en relación a la clase social. Respecto a lo anterior, Álvarez, Beltrán, Maquieira y Sánchez (2001) manifiestan que el origen de la opresión de género en las mujeres se explica desde el capitalismo. Lo anterior, se señala debido a que la dominación es social, en función de la clase, y sexual, a partir del sexo y género. El patriarcado precede al capitalismo y este último, mantiene las condicionantes sociales según sexo y género, como factores de opresión, pues asigna a los hombres el trabajo productivo y a las mujeres les impone el trabajo reproductivo.

4. Teoría de la Reproducción Social

Dentro de los elementos teóricos que permiten la aprehensión de las relaciones de opresión de género en el marco del capitalismo, se encuentra la Teoría de la Reproducción Social (TRS). En primera instancia, el propósito de dicho cuerpo teórico es manifestar una irreverencia analítica de los "hechos visibles", profundizando en los "procesos"; por lo que interpe-la la compleja red de relaciones humanas y procesos sociales que inciden y determinan las condiciones de existencia de las mujeres (BHATTACHARYA, 2017). En las lecturas marxistas, la categoría de la reproducción social dimensiona la reproducción del sistema capitalista como un todo, es decir, la inexistencia de "un afuera" en la totalidad capitalista.

Como parte de esta teoría se percibe la relación entre dos elementos centrales. En primer lugar, el trabajo entregado para producir mercancías contextualizado en el espacio de la producción. Dicho espacio se entiende como el proceso que le permite garantizar sus propias condiciones sociales, en cuanto al intercambio y el consumo (VOGEL, 1979). En otras palabras, el ciclo de la mercancía desarrollado por Marx (2010). En segundo lugar, contempla el trabajo llevado a cabo para producir a las personas como parte del capitalismo, situado dentro del escenario de la reproducción. Ambos elementos permiten dilucidar cómo en las formaciones sociales capitalistas,

el trabajo de las mujeres se evidencia a través del trabajo asalariado, así como en el no remunerado, también conceptualizado como reproductivo.

Respecto a lo anterior, Bhattacharya (2014) aclara que ambos espacios a pesar de encontrarse separados en términos estrictamente espaciales, se encuentran interrelacionados en el plano teórico y operacional, pues tal como lo resume "son formas históricas particulares de aparición, en las que el capitalismo se postula" (p. 8). La autora insiste en uno de los errores recurrentes, que ha sido cuestionado en este texto, al asociar el espacio de la producción al económico y el reproductivo al social. Esta premisa se contrapone con la visión de totalidad de la que parte la TRS, pues reduce el carácter estructural del capitalismo a lo económico.

Antes de continuar, se vuelve oportuno aclarar que si bien, principalmente, en la década de los ochenta, las teóricas de la reproducción social han profundizado en el trabajo asalariado y el trabajo reproductivo llevado a cabo por las mujeres, se evidencia un interés en la profundización en el trabajo no remunerado que ellas realizan. Para ampliar esta idea, Cooch (2014) plantea tres formas en cómo se materializa el trabajo reproductivo en el cuerpo y la vida de las mujeres, a saber: a) las labores domésticas y de cuidado dirigidas hacia las personas asalariadas, b) las actividades similares enfocadas a personas que no laboran, y c) la reproducción de nuevos trabajadores y trabajadoras, mediante la procreación y el parto.

Estas tres formas deben ser revisadas con detenimiento. En primera instancia, Ferguson y McNally (2013) enfatizan en que el trabajo doméstico produce valores de uso, no valores de cambio; por consiguiente, no genera directamente plusvalía. Lo anterior es lo que llamaba Marx como trabajo concreto. Sobre esto, Federici (2018) menciona que la explotación económica de las mujeres al no recibir remuneración por su trabajo reproductivo, se convierte en la base de su explotación erótica, reproductiva, afectiva, intelectual y cultural. En este punto, se manifiesta una paradoja, pues a pesar de que el capitalismo jerarquiza los tipos de trabajo en "productivos" a partir de sus aportes a su égida, requiere de las labores subordinadas y "no productivas" para su acumulación. Al mismo tiempo, el patriarcado se convierte en el condicionante cultural e ideológico al que se recurre para que el proceso de producción capitalista se naturalice e interiorice en las mujeres;

principalmente porque el trabajo reproductivo se lleva a cabo de manera gratuita, a través de una romantización hegemónica.

En segundo lugar, cuando la autora aborda las realidades las mujeres que asumen las labores domésticas y de cuidado hacia personas que no laboran, trasciende la idea en donde se coloca la familia como el único espacio en donde se lleva a cabo la reproducción de la fuerza de trabajo, ya que, en muchos casos, las mujeres se encargan de otras personas que no pertenecen a sus círculos familiares, sin devengar una remuneración económica. Bhattacharya (2014) menciona que existen otras relaciones sociales e instituciones comprendidas en el circuito de la reproducción social. Algunos ejemplos de otros “hábitos”, llamados así por la autora, son los siguientes: la educación pública, los sistemas de atención de salud, las instalaciones de ocio en las comunidades, las pensiones y los beneficios para las personas adultas mayores. Así se visibiliza cómo la imposición de estas labores trasciende un espacio físico como el hogar, al circunscribirse a una lógica vigente replicada a nivel social.

El último aspecto, referente a la renovación de nuevos trabajadores y trabajadoras, la Teoría de la Reproducción Social aclara que la opresión de las mujeres no depende exclusivamente de aspectos biológicos, es decir, en la capacidad reproductiva, pues se basa en la premisa de que los límites biológicos son sociales: “La reproducción conlleva más que la mera creación de seres humanos: conlleva la reproducción de la «relación del capital» en sí misma” (COOCH, 2014). Sumado a lo anterior, esta aclaración brinda insumos para visibilizar otras formas a las que se ha recurrido históricamente para garantizar el reemplazo generacional, no solo por procreación, tales como la migración y la esclavitud (BHATTACHARYA, 2014). Estas formas superan la dimensión geográfica y el ámbito nacional, convirtiéndose en una realidad macro estructural, la cual se replica en carácter internacional y universal.

En este punto es pertinente retomar el uso de la noción de hábito, por parte de Bhattacharya (2014), en relación con los aportes de la teoría de la reproducción social. Dicho término se enmarca en la tradición teórica del habitus, planteada por BOURDIEU (1988), el cual explica las formas en las cuales el agente particular viabiliza y, a su vez, tiene la capacidad de reflexionar críticamente sobre la violencia simbólica que lo condiciona, con el

fin de que pueda transformar el orden simbólico y material predominante. A partir de esta premisa, Florez-Estrada (2010) manifiesta que el hábito o el *habitus* permite entender cómo el orden social sexual inherente de la economía se encarna en el cuerpo sexuado. Por consiguiente, esta categoría se transforma en el nexo entre lo simbólico y lo material, estableciendo relaciones analíticas en la aprehensión de ese vínculo indisoluble entre la economía y lo social:

Y esto es, precisamente, a lo que Bourdieu apunta con su propia resurrección del *habitus*: nos advierte que esas disposiciones y esquemas de percepción que actúan a través de nosotros como naturales, como verdades autoevidentes y ahistóricas, son todo lo contrario, pero cuya eficacia está dada precisamente por aparecer ante nuestros ojos como verdades evidentes, naturalizadas, sobre las cuales no hay que reflexionar (FLOREZ-ESTRADA, 2010, p. 9).

Como bien señala Federici (2020), la teoría de la reproducción social desentierro un mundo de relaciones sociales que no fueron desarrolladas por Marx⁶³; no obstante, son esenciales para exponer los mecanismos que regulan la explotación de la mano de obra. Por consiguiente, esta teoría devela cómo el capital extrae de la clase obrera mucho más trabajo no asalariado del que Marx pudo dimensionar, ya que también contempla el trabajo doméstico no remunerado que se espera que las mujeres asumen y lleven a cabo. Justamente, a partir de la extracción de este trabajo, el cual se silencia, las relaciones de opresión de género encuentran su asidero para perpetuarse en los diferentes espacios y relaciones sociales.

En otras palabras, la teoría de la reproducción social avanza en la comprensión del capitalismo y su carácter explotador, pues no solamente se reduce a analizar la forma en cómo se explotan a las personas que se encuen-

63 Federici (2018; 2020) se hace la siguiente interrogante: ¿Cómo pudo Marx pasar por alto esa parte del trabajo reproductivo que resulta la más esencial para la producción de la fuerza de trabajo? Dentro de sus textos, ha señalado que esta omisión se debe a las condiciones de la clase trabajadora en la Inglaterra de esa época, en donde apenas se empezaba a realizar el trabajo doméstico en la familia de clase obrera; las mujeres trabajaban con los hombres en las fábricas: "El trabajo doméstico, como rama de la producción capitalista, no tenía cabida en la consideración histórica y política de Marx" (FEDERICI, 2020, p. 232).

tran en el ámbito productivo, a través de su relación capital-trabajo, materializada mediante el salario; sino que contempla la opresión enfrentada por las mujeres al no recibir dicho salario, a pesar que sean las responsables de asegurar que la producción no se detenga. Por tanto, la TRS ahonda en el conjunto de relaciones en donde la explotación y la opresión de género remiten a una misma base explicativa.

5. La opresión de género y el capitalismo

Como se ha venido puntualizando, el objeto central de este texto corresponde al análisis de las relaciones de opresión de género en el marco del capitalismo. Antes de profundizar en la opresión, es pertinente incluir la siguiente aclaración:

[...] el elemento esencial de la opresión de las mujeres en las sociedades capitalistas no es el trabajo doméstico de las mujeres al servicio de hombres y niños, por muy opresivo y alienante que puede llegar a ser. Más bien, la clave está en el significado social que tiene el trabajo doméstico para el capital [...] es la responsabilidad del trabajo doméstico necesario para la reproducción social del capitalismo –y no la división sexual del trabajo o la familia *per se*– la que materialmente fundamenta la perpetuación de la opresión de las mujeres y la desigualdad en la sociedad capitalista. (FERGUSON y MCNALLY, 2013, p. 7).

El fragmento anterior refleja que la teoría de la reproducción social no se reduce al trabajo doméstico como único elemento explicativo, sino que parte de una categoría más abarcadora, tal y como lo es la opresión. De acuerdo con Bhattacharya (2017), la TRS ahonda en la opresión sin caer en posturas funcionalistas o distintivas, puesto que se conceptualiza desde una relación dialéctica estructurada y determinada por la producción capitalista. Además, es oportuno destacar que la opresión contempla los procesos y las realidades en torno al género, la clase, la raza y la sexualidad, entre otros, como condicionantes sociales. Mientras que la explotación se vincula esencialmente con la clase. No obstante, a pesar de remitir a diferentes concepciones, no pueden ser entendidas dicotómicamente.

Por su parte, D'Atri (2004) profundiza en la idea anterior, cuando plantea que la opresión se puede definir como una "relación de sometimiento de un grupo sobre otro por razones culturales, raciales o sexuales" (p. 4); esto quiere decir que la categoría empleada denota las desigualdades sistemáticas en cuanto a la reproducción y acumulación del poder. Por otra parte, la explotación se concibe como la relación entre las clases, en donde la burguesía, quienes poseen los medios de producción, se apropian de la plusvalía generada por la clase trabajadora que vende su fuerza de trabajo. Sin embargo, como se indicó, no se pueden entender completamente separadas, pues también se articulan. Además, debe tomarse en cuenta que quien es oprimido u oprimida, también puede reproducir la opresión.

En esta misma línea, Young (2000) alude a que la opresión como categoría central en el discurso político permite adoptar una postura de análisis de las estructuras y prácticas sociales. Esta autora destaca la reconceptualización de dicho término en el seno de los debates suscitados por los nuevos movimientos sociales, en donde se estudian las limitaciones sistemáticas que intentan perpetuar las relaciones opresivas. Por consiguiente, las causas de la opresión se sitúan en las normas, los hábitos y los símbolos que resultan incuestionables:

En este sentido estructural amplio, la opresión se refiere a las grandes y profundas injusticias que sufren algunos grupos como consecuencia de presupuestos [...] El carácter sistémico de la opresión determina que un grupo oprimido no necesite tener un grupo opresor correlativo. La opresión estructural implica relaciones entre grupos; estas relaciones, sin embargo, no siempre responden al paradigma de opresión consciente e intencional. (YOUNG, 2000, p. 75).

Específicamente, en lo que concierne a la opresión de género, Nahuel (2017) afirma que sus expresiones en la modernidad se encuentran imbricadas con las categorías sociales capitalistas, especialmente, con la separación entre la producción y la reproducción; las cuales fueron profundizadas en párrafos anteriores. Algunos abordajes liberales, en donde se intenta vaciar de contenido político la categoría de la opresión desde posturas "anticomunistas", insisten en establecer dicha separación, ya que realizarla fragmenta

el abordaje crítico desde la totalidad al perder su base constitutiva. A partir de esta noción, el autor citado sugiere una teoría unitaria, en que el origen de la dominación patriarcal se sitúe dentro de la sociedad capitalista, con el fin de explicar su origen y causas de forma ordenada.

Seguidamente, como lo apunta Young (1992): "una teoría de la opresión a la mujer [de género] bajo el capitalismo que muestre al capitalista como esencialmente podría cambiar la relación entre la práctica feministas y la lucha por transformar las instituciones y relaciones capitalistas" (p. 17). Por consiguiente, en esta oportunidad se ha planteado de manera concatenada un conjunto de categorías teóricas que brindan insumos analíticos en la línea propuesta por la autora referida en líneas previas. La división socio-sexual del trabajo, la teoría de la reproducción social, la opresión de género y la dominación masculina develan la base sociomaterial, cimentada en el capitalismo, que ha garantizado históricamente la existencia del patriarcado, en donde ha sido los cuerpos y las vidas de las mujeres los espacios en donde se despliega la opresión, la violencia, la desigualdad, la explotación y la desigualdad estructural.

Tomando en cuenta estos planteamientos, en el presente texto se reitera que las prácticas que sostienen el sistema patriarcal, en todas las dimensiones interrelacionadas en su materialización, se explican desde el capitalismo; debido a que, como se ha venido enfatizando, es la base en que se cimienta la explotación de la clase trabajadora con el fin de acumular capital. No obstante, se debe reiterar que el capitalismo no se reduce a las relaciones económicas, al repercutir en las formas en cómo las personas interactúan cotidianamente, incidiendo en la posición ocupada dentro de la estructura social; ya sea formando parte de la burguesía que controla los medios de producción, o bien, como parte de la clase trabajadora, quien vende su fuerza de trabajo dentro de las relaciones capitalistas. Por consiguiente, en palabras de Marx (2010), dicha división no solo incide dentro de la órbita económica, sino que se afecta de manera directa las otras esferas de la sociedad.

Para ampliar lo anterior, es conveniente incorporar algunos elementos que permitan comprender el capitalismo en congruencia con la discusión concatenada. En primer lugar, según Calderín y Paz (2018) el capitalismo es

el modo de producción "basado en el continuo desarrollo de la propiedad privada [...] La esencia de las relaciones capitalistas de producción consiste en que los medios de producción decisivos pertenecen a los capitalistas" (p. 2). Dicho modo de producción se puede entender como resultado de la evolución de modos antecesores contruidos en torno a la diferenciación de clases, por ejemplo, el feudalismo. Esto quiere decir que la historia de la sociedad se ha instaurado desde una dicotomía central: explotadores y explotados, la cual fue agravada y apologizada por la expansión del capitalismo a nivel mundial. Pazos (2018) añade que las tareas desarrolladas por el grupo dominante se encuentran más valoradas socialmente, y las del grupo dominado suelen ser infravaloradas; tal y como sucede con aquellas labores llevadas a cabo por los hombres y las mujeres, respectivamente.

En esta misma línea, el capitalismo debe ser entendido desde su carácter socio histórico, pues como lo señala Katz (2005), "implica analizar cómo se articulan en cierto cuadro histórico las leyes que rigen al capitalismo" (p. 39); es decir, requiere hacer lecturas desde el devenir histórico, en donde se identifiquen sus cambios esenciales según los períodos. De acuerdo con Pla (2009), la segunda fase del capitalismo, posterior a la acumulación originaria, se llevó a cabo junto a la instauración de la familia obrera como instrumento externo de reproducción de la fuerza de trabajo "en el marco de una gran expansión del colonialismo que permite la conquista sucesiva de nuevas fuentes de materias primas" (PLA, 2009, p. 6). En este punto histórico, se generó la expansión de la lógica capitalista desde aquellos espacios considerados como la metrópolis hacia las regiones. El interés de dicho avance fue la extracción de plusvalía operacionalizada en la búsqueda de materias primas y acaparamiento de nueva fuerza de trabajo, que no había sido contemplado, con el fin de asegurarle su reproducción.

Posteriormente, el coste de la reproducción de la fuerza de trabajo se trasladó de la familia obrera al Estado y sus sistemas. Stuccliffe (2002) aclara que en la medida en que este proceso mejoraba las condiciones de vida de la clase obrera, como resultado de su lucha y organización; también era funcional al desarrollo del capitalismo. Particularmente, en este momento se generó una emancipación de las mujeres en los países capitalistas con el objetivo de desempeñar trabajos remunerados. Vogel (1979) y Federici (2018) aclaran que aquello planteado como una conquista, ocultaba un

interés de explotar la fuerza de trabajo de esas mujeres; su propósito subyacente era ampliar sus nichos y actores en el proceso de acumulación de plusvalía, sin superar la imposición y el ejercicio de las dobles jornadas laborales.

La cuarta fase del capitalismo se conceptualiza como su etapa tardía o, en otros términos, la globalización. Para Mandel (1979), esta etapa se encuentra marcada por la emergencia del modo de producción capitalista en América Latina. Este autor agrega que el capitalismo tardío también puede ser caracterizado por la ampliación de la capacidad productiva a través de los recursos técnicos y tecnológicos que se incrementan desde los proyectos globalizadores. Evidentemente, esta expansión tiene como propósito principal garantizar la acumulación de capital, la consolidación de mercados internacionales determinados por el intercambio desigual.

Dentro de este proyecto, se incrementa la explotación de las personas trabajadoras y la flexibilización de los mercados laborales. De acuerdo con Ayala (2016), esta última corresponde a un rasgo central del capitalismo contemporáneo, operacionalizándose a través de la contratación temporal, movilidad entre empresas, cambios de turno y jornadas laborales, movilidad funcional interna a la unidad productiva, variabilidad, entre otras que deterioran las condiciones laborales. Sin embargo, dicho proyecto no solamente se limita a tendencias laborales y productivas, sino que también se acompaña de recortes de gastos en el ámbito de lo social y público, al percibirse como gastos innecesarios. En este contexto, como bien apuntan Gago (2019) y, Burgueño y Martínez (2020), son las mujeres quienes enfrentan directa y negativamente las transformaciones generadas por la globalización capitalista.

El cuerpo femenino, continúa Federici, reemplazó a los espacios comunes (especialmente las tierras) tras su privatización. En un mismo movimiento, las mujeres quedaron sometidas a una explotación que daría inicio a un creciente sometimiento de su trabajo y de su cuerpo entendidos como servicios personales y recursos naturales. Las mujeres así privatizadas, como botín de guerra del inicio del capitalismo, fueron las que se refugiaron en matrimonios burgueses, mientras que las que quedaban a la intemperie se convirtieron en clase servil (de amas de casa a empleadas domésticas o prostitutas).

Las mujeres vistas como «rebeldes» no estaban referidas a ninguna actividad «subversiva específica» (GAGO, 2019, p. 65-66).

En este punto, es importante resaltar que la globalización fortaleció la visión fragmentadora entre lo social y lo económico cuestionada en este texto. Ayala (2016) es enfático al señalar que abordar lo cultural, en este caso la opresión de género refuncionalizada por el capitalismo, como si fuese del independiente de las condiciones materiales de existencia, rompe la unidad compleja del proceso de lo real social: "[...] lo económico (producción de la vida material, de las condiciones sociales de existencia), como relación social/humana específica pone el ámbito de las posibilidades históricas, pero estas se resuelven en el plano de la acción social" (p. 139). A partir de dicha noción surge la importancia de cuestionar las relaciones de opresión de género, comprendiéndolas supeditadas al entramado económico, en donde las tendencias sociales concretadas en las manifestaciones culturales remiten a la base material de una sociedad fundada en la explotación y la opresión.

6. Conclusiones

Inicialmente, es fundamental destacar que el patriarcado corresponde a una estructura arcaica, que precede al capitalismo. Sin embargo, la instauración y el arraigamiento del patriarcado hasta la actualidad es resultado de la refuncionalización llevada a cabo por el capitalismo, como parte de su despliegue por garantizar la reproducción de la lógica. En otras palabras, las razones por las cuales las narrativas, las prácticas y los discursos basados en el patriarcado se mantengan latentes se debe a la forma en cómo el capitalismo logró incorporarlos como propios y, por tanto, se ha esforzado en defenderlos y hegemonizarlos.

De la mano de lo anterior, en este texto se pretende avanzar en el análisis de las relaciones de opresión de género, por lo que el abordaje no se limita a los planteamientos de la teoría del sistema dual, en donde se conciben al patriarcado y al capitalismo como dos fuerzas que operan conjuntamente. Lo anterior, debido a que a pesar de que se afirme que ambos sistemas operan de forma supedita, no necesariamente se entienden bajo una lógica común; al contrario, el capitalismo es reducido a las relaciones sociales

de producción y la explotación, mientras que el patriarcado se inmiscuye en las relaciones reproductivas y la opresión.

En esta misma línea, cuando se sitúan las relaciones de opresión de género en el marco del capitalismo se cuenta con un bagaje teórico, conformado por categorías centrales como la división socio sexual del trabajo, la reproducción social y la opresión, que permite entender dichas relaciones de forma socio histórica, sin fragmentaciones entre lo social y lo económico. Cabe añadir que las mujeres enfrentan una realidad de desigualdad los espacios o escenarios en los que se desenvuelven; sin embargo, esas realidades no pueden ser colocadas de manera generalizada, ni mucho menos aislada; al contrario, desde el feminismo marxista se pueden hacer lecturas críticas y articuladas, en donde lo particular deja de ser un fragmento, con el fin de circunscribirse a una realidad unificada y jerarquizada que facilita avanzar en la aprehensión.

Finalmente, profundizar en el análisis de las relaciones de opresión de género, entendidas en el capitalismo, retoma el contenido político y transformador de los movimientos feministas; debido a que el capitalismo ha legitimado universos discursivos que buscan reducir las críticas a lo cultural y lo social, sin trastocar las bases económicas que cimientan la desigualdad. Por esta razón, se consolidan posturas reaccionarias a lo interno de estos movimientos, en donde se defienden aquellas "luchas" que resultan funcionales a la lógica del capital. Sin embargo, los aportes brindados en estas páginas buscan lo contrario; se espera superar visiones fragmentadas y abandonar posturas asimiladas, en donde la opresión de las mujeres se entiende desligada al capitalismo, pues estas visiones aseguran su reproducción.

Referencias

- ÁLVAREZ, S.; BELTRÁN, E.; MAQUIEIRA, V. y SÁNCHEZ, C. (Coords.). **Feminismos**. Debates teóricos contemporáneos. Madrid: Alianza Editorial. 2011.
- AYALA, R. **Marxismo y globalización capitalista**. San José: Ediciones Perro Azul. 2016.
- BHATTACHARYA, T. (2014). **Cómo no pasar de clase**: reproducción social del trabajo y la clase trabajadora global. Recuperado el 10 de julio de 2020, de <https://vientosur.info/reproduccion-social-del-trabajo-y-clase-obrera-global/>
- BHATTACHARYA, T. **Social Reproduction Thoery**. Remaping Class, Recentering Opression. Londres: Pluto Press. 2017.
- BOURDIEU, P. **La dominación masculina**. Barcelona: Editorial Anagrama. 2000.
- BOURDIEU, P. **Cosas dichas**. Buenos Aires: Gedisa. 1988.
- BURGUEÑO, C. y MARTÍNEZ, J. **Patriarcado y capitalismo**. Feminismo, clase y diversidad. Madrid: Akal Editores. 2020.
- CALDERÍN, F. y PAZ, A. El capitalismo: surgimiento, características, desarrollo, transición, luchas de clases, crisis actual y alternativas. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 3 (1), 1-14. 2018.
- COOCH, E. (2014). **La importancia de la reproducción social**. Recuperado el 21 de agosto de 2021, de <https://rebelion.org/la-importancia-de-la-reproduccion-social/>
- CUEVA, A. La concepción marxista de las clases sociales. **Revista Praxis**, 13 (2), 15-36. 1979.
- D' ATRI, A. **Pan y Rosas**: Pertenencia de género y antagonismo de clase en el capitalismo. Buenos Aires: Las armas de la crítica. 2004.
- ENGELS, F. **El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado**. Moscú: Editorial Progreso. 2012.
- FACIO, A. Feminismo, género y patriarcado. *Academia*. **Revista sobre la enseñanza del Derecho**, 3 (6), 259-294. 2005.
- FEDERICI, S. **El Calibán y la bruja**. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Buenos Aires: Tinta Limón. 2015.
- FEDERICI, S. **El patriarcado del salario**: Críticas feministas al marxismo. Buenos Aires: Tinta Limón. 2018.
- FEDERICI, S. **Reencantar el mundo**. El feminismo y la política de los comunes. Buenos Aires: Tinta Limón. 2020.

FERGUSON, S. y MCNALLY, D. Capital, fuerza de trabajo y relaciones de género. En L. Vogel (ed.), **El marxismo y la opresión de las mujeres** (p. 1-20). Chicago: Haymert Books. 2013.

FLOREZ-ESTRADA, M. **Economía del género**: El valor simbólico y económico de las mujeres. San José: Editorial Universidad de Costa Rica. 2010.

GAGO, V. **La potencia feminista**. O el deseo de cambiarlo todo. Buenos Aires: Tinta Limón. 2019.

GONZÁLEZ, A. Los conceptos de patriarcado y androcentrismo en el estudio sociológico y antropológico de las sociedades de mayoría musulmana. **Papers**, 98 (2), 489-504. 2013.

GRÜNNER, E. Marx, historiador de la praxis. En K. Marx (Ed.), **Las luchas de clases de Francia de 1848 a 1850** (p. 1-18). Buenos Aires: Ediciones Luxemburg. 2012.

HARTMANN, H. **El infeliz matrimonio entre el marxismo y el feminismo**: Hacia una unión más progresiva. Lima: Centro la mujer Peruana Flora Tristán. 1981.

INSÚA, M. La mujer modélica en la novela española ilustrada: Pedro Montengón. **Revista Chilena de Literatura**, 69 (4), 113-126. 2006.

IZQUIERDO, M. **El malestar en la desigualdad**. Madrid: Cátedra. 1998.

KATZ, C. **Capitalismo contemporáneo**: Etapa, fase y crisis. México: EDI. 2005.

MAQUIEIRA, V. y SÁNCHEZ, C. **Violencia y Sociedad Patriarcal**. Madrid: Editorial Pablo Iglesias. 1990.

MANDEL, E. **El capitalismo tardío**. Ciudad de México: Ediciones ERA. 1979.

MARX, K. **El Capital**. Volumen I. Buenos Aires: Siglo XXI. 2010.

MÉSZÁROS, I. The nature of historical determination. **Critique: Journal of Socialist Theory**, 29 (1), 110-130.

NAHUEL, F. Apuntes para una teoría crítica de las relaciones de género en el capitalismo. **Reflexiones**, 96 (1), 109-120. 2017.

PAZOS, M. **Contra el patriarcado**. Economía feminista para una sociedad justa y sostenible. Pamplona: Katakarak Liburuak. 2018.

PEREDA, C. **Los flujos migratorios en el contexto internacional**. Tesis de maestría sin publicar, Universidad de La Mancha-Castilla, La Mancha. 2013.

PLA, R. (2009). **La naturaleza del capitalismo**. Recuperado el 10 de enero de 2022, de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/La%20Naturaleza%20del%20Capitalismo.pdf>

STUCCLIFFE, B. ¿Cuántos capitalismos? El materialismo histórico en los debates sobre imperialismo y globalización. **Mientras tanto**, 83 (2), 40-52. 2002.

VOGEL, L. Marxismo y feminismo. **Monthly Review**, 31 (2), 1-31. 1979.

YOUNG, I. Marxismo y feminismo, más allá del "matrimonio" feliz (una crítica al sistema dual). **El cielo por asalto**, 2 (4), 1-17. 1992.

YOUNG, I. **La justicia y la política de la diferencia**. Valencia: Universitat de València. 2000.

ELEMENTOS PARA PENSAR AS DESIGUALDADES NA AMÉRICA LATINA: PASSADO E PRESENTE

Jéssica Degrandi Soares
Thiana Orth

*Nesse nosso mundo, mundo de centros poderosos
e subúrbios submetidos, não há riqueza que
não seja, no mínimo, suspeita.*

(GALEANO, 2009, p. 341)

Resumo

O artigo tem como objetivo debater o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais e sua relação com a colonização dos países latino-americanos. Parte-se da compreensão de que as abissais desigualdades sociais presentes na contemporaneidade, na América Latina, são fruto da invasão de seu Continente, que originou o colonialismo na região e suas formas de exploração. Debate-se sobre a dissociação entre as categorias pobreza e riqueza e sobre os silenciamentos em torno do caráter estrutural da pobreza e da desigualdade. A superexploração da força de trabalho na América Latina, as dimensões ideológica, política e social sustentam e permitem a reprodução contínua e a manutenção do capitalismo. Por fim, defende-se a organização de trabalhadores como processos emancipatórios no enfrentamento da exploração e da violência produzidas pelo capital.

Palavras-chave: América Latina; Capitalismo; Desigualdades.

ELEMENTOS PARA PENSAR LAS DESIGUALDADES EN AMÉRICA LATINA: PASADO Y PRESENTE

Resumen

El artículo tiene como objetivo discutir el desarrollo del capitalismo en los países centrales y su relación con la colonización de los países latinoamericanos. Se basa en el entendimiento de que las abismales desigualdades sociales presentes en la época contemporánea en América Latina son el resultado de la invasión de su continente, que originó el colonialismo en la región y sus formas de explotación. Existe un debate sobre el desacoplamiento de las categorías de pobreza y riqueza y sobre los silencios en torno al carácter estructural de la pobreza y la desigualdad. La sobreexplotación de la fuerza de trabajo en América Latina, las dimensiones ideológicas, política y social sostienen y permiten la reproducción y el mantenimiento continuo del capitalismo. Finalmente, se defiende la organización de los trabajadores como procesos emancipadores para hacer frente a la explotación y la violencia producidas por el capital.

Palabras llave: Latinoamérica; Capitalismo; Desigualdades.

Introdução

Estudar a América Latina é um grande desafio quando o objetivo é buscar pela história a partir daqueles que vivenciaram esse território antes da chegada das navegações europeias. Difícil é dessoterrar a memória originária em um território que foi encoberto pela branquitude, pela invasão e pela exploração realizada pelos países do Norte do Mundo, ou denominados países centrais da economia mundial.

O presente artigo tem como objetivo analisar o significado da América Latina para o desenvolvimento do capitalismo no Mundo. Trata-se de uma revisão de literatura, que resultou em conexões sobre a realidade da sociedade capitalista, como também sobre a pobreza e as desigualdades sociais, que se materializam na contemporaneidade nos países latino-americanos. Parte-se do entendimento de que a América Latina concentra as maiores desigualdades, resultando, assim, em negação dos direitos, no âmbito da produção e da reprodução da vida social.

Compreende-se, também, que a realidade social se expressa, de maneira dinâmica, envolvendo as histórias, as memórias, a cultura e as riquezas de cada povo em seus territórios. Contudo, o enfoque aqui proposto é debater as condições de exploração que foram vivenciadas, por grande parte dos territórios latino-americanos, sob o mando dos países imperialistas, a partir de autores como Marini (1973), Traspadini (2018), Osório (2019), Galeano (2009), Sabino (2020), entre outros.

2. A expropriação de um Continente: o colonialismo em tela

A história apresenta o que se materializa no presente e denuncia o que ainda fará parte do futuro. Ao investigar a trajetória do desenvolvimento da América Latina se percorre o mesmo fluxo de relação do tempo e dos fatos, principalmente, por se tratar de um território que vivencia a pobreza, a desigualdade, o desemprego, a desproteção social e todas as expressões oriundas do conflito entre o capital e o trabalho.

O que se vive na América Latina, no século XXI, é resultado do lugar que foi designado para esse território (por planos de sujeitos externos ao Continente), há alguns séculos, ainda quando Colombo “descobriu” a América.

Entende-se que o capitalismo industrial tenha sido gestado no seio do capitalismo mercantil, e as navegações europeias têm relação direta com esse movimento, que foi conformando a estrutura do capitalismo e o consolidando, enquanto um sistema econômico, político e social, principalmente, nos países da Europa Ocidental.

O movimento de entrada dos países europeus nos territórios latino-americanos é apresentado por Galeano (2009), que discorre sobre a importância da América Latina na questão de extração de riquezas naturais e da constituição de colônias de exploração no "Novo Mundo", como foram nomeadas as Américas. Exemplo disso é destacado pelo autor ao tratar sobre a extração de metais.

A prata e o ouro da América penetraram como um ácido corrosivo, no dizer de Engels, por todos os poros da sociedade feudal moribunda na Europa; a serviço do nascente mercantilismo capitalista os empresários mineiros converteram os índios e escravos negros em numerosíssimo "proletariado externo" da economia europeia (GALEANO, 2009, p. 58).

Nessa direção, percebe-se a importância que as riquezas extraídas das Américas desempenharam para o enriquecimento do Continente europeu, evidenciando como a mão de obra forçada de povos originários e escravos/as negros/as forjou todo o processo de colonização da região, ou seja, "a economia colonial latino-americana dispôs da maior concentração de força de trabalho até então conhecida, para possibilitar a maior concentração de riqueza que jamais possuiu qualquer civilização na História mundial" (GALEANO, 2009, p. 58).

Sabino (2020) destaca as imposições colonialistas aos povos originários, as quais foram realizadas, principalmente, a partir do trabalho forçado, interrompendo as formas particulares de produção desses povos. Para a autora, não apenas a terra e os demais meios de produção existentes foram aprisionados no processo de dominação, como também as(os) trabalhadoras(es) com toda a sua corporeidade foram transformadas/os em propriedade privada, durante quase quatro séculos após a invasão.

Ao compreender o movimento da violência vivenciado pelas condições de trabalho forçado e trabalho escravo, se pode evidenciar como a história da América Latina denuncia o genocídio de seus povos originários, como é o caso de Potosí, na Bolívia, em que indígenas e negros/as eram mão de obra escrava e sofriam todo o tipo de violência. Muitos acabavam morrendo por causa das condições de trabalho as quais eram submetidos.

Não faltavam as justificativas ideológicas. A sangria do Novo Mundo se convertia em um ato de caridade ou uma razão de fé. Junto com a culpa nasceu um sistema de álibis para as consciências culpáveis. Transformava-se os índios em bestas de carga, porque resistiam a um peso maior do que o que suportava o débil lombo da lhama, e de passagem comprovava-se que, na realidade, os índios eram bestas de carga. O vice-rei do México considerava que não havia melhor remédio que o trabalho nas minas para curar "a maldade natural" dos indígenas (GALEANO, 2009, p. 61).

A violência a qual os povos originários foram submetidos era representada, em todas as suas dimensões, seja em aspectos culturais, materiais, econômicos ou sociais. Entende-se que o genocídio desempenhado pelos colonizadores também se manifestava, enquanto um memoricídio dos povos originários e das diversas civilizações que se desenvolveram por séculos na América Latina. Léon-Portilla (1987), na obra "A Conquista da América vista pelos índios", se refere sobre as civilizações astecas, maias e incas, abordando os aspectos que envolviam essas culturas, com construções de templos, de palácios, de esculturas, de murais, de línguas, de agricultura, de comércio e de costumes, demonstrando o avançado desenvolvimento desses povos.

Os colonizadores europeus perceberam, assim que adentraram ao Continente, a potência das riquezas a serem exploradas no território. Além da extração de minérios, metais preciosos e plantas nativas nas Américas, também ocorreu a dizimação e exploração da vida dos povos latinos de forma coercitiva e violenta, tendo seus laços de território e pertencimento rompidos.

Desterrados em sua própria terra, condenados ao êxodo eterno, os indígenas da América Latina foram empurrados para as zonas mais pobres, as montanhas áridas ou o fundo dos desertos, à medida que se estendia a fronteira da civilização dominante. *Os índios padeceram e padecem – síntese do drama de toda a América Latina – a maldição de sua própria riqueza*. Quando se descobriram os bancos de areia cheios de ouro do rio Bluefields, na Nicarágua, os índios carcas foram rapidamente lançados longe de suas terras nas ribeiras, e esta é também a história dos índios de todos os vales férteis e solos ricos do rio Bravo para o sul. As matanças dos indígenas começaram com Colombo e nunca cessaram. No Uruguai e na Patagônia argentina, os índios foram exterminados, no século passado, por tropas que os buscavam e os encurralaram nos bosques dentro do deserto, com o objetivo de que não atrapalhassem o avanço organizado dos latifúndios de gado (GALEANO, 2009, p. 69).

As evidências demonstradas no processo de exploração e de expropriação dos povos e do território latino-americano fortalecem o entendimento da importância das navegações para o desenvolvimento do capital em âmbito mundial. Os procedimentos que envolviam a extração das riquezas percorrem toda a extensão de terras do "Novo Mundo", uma dívida incalculável das metrópoles com suas colônias, resultando em um ordenamento de retirada de soberania, de dependência e de geração de pobreza desses territórios.

Siqueira e Alves (2017) abordam o desenvolvimento da pobreza na América Latina para que essa ocupe seu lugar de dependência em âmbito internacional, ou seja, na relação com outros países. As autoras demonstram como a desigualdade se desenvolve internamente nos territórios latino-americanos, e que mesmo que esses países busquem seguir os preceitos fundamentados por órgãos econômicos internacionais, nunca alcançam com êxito o desenvolvimento pleno em aspectos econômicos, políticos e sociais de soberania nacional.

A redefinição das trajetórias de desenvolvimento nunca se concretiza, e as metas das agências multilaterais, propositalmente inatingíveis, jamais são alcançadas, o que, dentre outros motivos, reforçam a condição de dependente, seja pelos empréstimos para investir em políticas sociais, seja por multas ou aumento dos juros por grau de não confiabilidade no país dependente que recebe investimento dos países imperialistas. Assim, exploração do trabalho é reproduzida e a modernização da sociedade determina uma inserção no contexto internacional a partir de ideologias, mitos e uma cultura política alheios a sua realidade. A despeito do enorme potencial cultural e político, os povos latino-americanos permanecem em condições econômicas precárias (SIQUEIRA e ALVES, 2018, p. 16).

Para exemplificar a exploração e a expropriação, Galeano (2009) discorre sobre a relação entre Portugal e Inglaterra, abordando as condições nas quais a colônia brasileira foi exposta, em que a metrópole, Portugal, era apenas uma intermediária do ouro brasileiro que era enviado para a Inglaterra. Entende-se nas relações entre os países europeus, que alguns destes eram mais influentes social e economicamente do que outros, como era o caso da Inglaterra com relação à Portugal, resultando no desenvolvimento da manufatura inglesa e, futuramente, do processo industrial, que se desenvolverá nos séculos seguintes.

A Inglaterra, seguindo uma política clarividente em matéria de desenvolvimento industrial, utilizou o ouro do Brasil para pagar importações essenciais de outros países e pôde concentrar inversões no setor manufatureiro. Rápidas e eficazes inovações tecnológicas puderam ser aplicadas graças a esta gentileza histórica de Portugal. O centro financeiro se trasladou de Amsterdã para Londres. *Segundo fontes britânicas, a entrada de ouro brasileiro alcançava 50 mil libras por semana em alguns períodos* (GALEANO, 2009, p. 79).

O autor demonstra, qualitativamente e quantitativamente, a exploração realizada pelas metrópoles europeias, trazendo exemplos que ressaltam a importância da América Latina para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, cabe destacar a influência do desenvolvimento dessas colônias até os tempos atuais, o que explica muitas das carências das classes trabalhadoras latino-americanas, e da condição de não acesso aos direitos que os Estados-nação deveriam promover para a população, mas que acabam por atender as demandas do mercado, principalmente, internacional.

Nesse sentido, Osório (2019) elucida, destacando que "o Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes" (2019, p. 17), ou seja, o Estado de um país que possui uma economia dependente, para além de defender os interesses da classe dominante, ainda necessita defender os interesses das classes dominantes externas ao seu território, pois o nível de autonomia no sistema do mercado mundial está diretamente ligado aos detentores do capital, em âmbito internacional, assim incidindo no desenvolvimento interno das nações dependentes, que acabam por ser balizadas por esses interesses externos, afetando o avanço tecnológico, a indústria, e as relações de compra e venda da força de trabalho no território.

Pensando para a realidade brasileira, Sabino (2020) demonstra o processo de industrialização que se desenvolveu, de forma singular, ou seja, esse não ocorreu da mesma forma que os países europeus, com a formação da classe trabalhadora assalariada, mas a partir "das complexas contradições forjadas no colonialismo e só pode se desenvolver de maneira dependente" (SABINO, 2020, p. 15). Nesse sentido, a autora destaca as condições específicas as quais a classe trabalhadora brasileira foi/é exposta, abordando o tema da *superexploração da força de trabalho*, analisado por Ruy Mauro Marini, na busca por compreender as relações de compra e venda da força de trabalho na América Latina.

A superexploração do trabalho é a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado

exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam (MARINI, 1973, p. 12).

O autor não nega que os trabalhadores dos países centrais da economia mundial vivenciam a exploração do capital, porém contextualiza essa realidade às condições latino-americanas, demonstrando que dada a tecnologia defasada, ao trabalhador latino-americano "lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim, seu esgotamento prematuro" e "é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal" (MARINI, 1973, p. 13), ou seja, mesmo vendendo sua força de trabalho, esse trabalhador tem negado o acesso às condições mínimas de subsistência, e essa relação de exploração do trabalho pelo capital incide diretamente na constituição da questão social latino-americana.

Ao mesmo tempo que se compreende que a história do desenvolvimento do capitalismo na América Latina se forja a partir do colonialismo, deve-se considerar as condições nas quais a questão social emerge nesse território, ou seja, a relação capital e trabalho interage no mesmo sentido que qualquer outro lugar do Mundo capitalista. Em outras palavras, o "fundamento da pobreza e da acumulação de capital centra-se na questão social, como a contradição capital-trabalho" (SIQUEIRA e ALVES, 2018, p. 29).

Ao tratar sobre a questão social, parte-se do entendimento da *apropriação privada da riqueza que é produzida coletivamente*, assim, "só é possível analisar a pobreza no modo de produção capitalista, em articulação com a acumulação de riqueza" (SIQUEIRA e ALVES, 2018, p. 24). Nessa direção, as autoras demonstram um desafio posto por Marx nessa análise, que é a indissociabilidade das categorias *riqueza* e *pobreza*. A partir desse movimento, portanto, deve-se compreender a interação de elementos contraditórios que permeiam a sociedade capitalista, entendendo que o *trabalho*, mesmo enquanto parte fundamental da condição de produção e de reprodução de vida social, também é basilar para o desenvolvimento do capital.

A questão social latino-americana só pode se resolver por meio de uma ruptura com os padrões atuais, desde que se leve em conta o ritmo da história do ocidente da qual somos a um só tempo fruto e ator relevantes – portanto, com condições ou até mesmo obrigação de participar como agente ativo no processo histórico de ruptura com a oligarquia dependente (SIQUEIRA e ALVES, 2018, p. 28).

Com isso, as autoras destacam o quanto a classe trabalhadora latino-americana é fundamental no processo de ruptura com os países centrais da economia. Contudo, é necessário destacar elementos que auxiliam na manutenção das condições de dependência, e estes são inúmeros, perpassando o ordenamento do Estado-nação, o desenvolvimento da cultura, a educação, as contrarreformas, as economias baseadas na exportação de produtos primários, a tecnologia defasada, entre tantos outros fatores, que condicionam esses âmbitos aos ditames do capital e dos interesses de organismos internacionais.

Segundo Iamamoto (2015, p. 108): "a mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais", a autora refere que estes são constituídos pela concentração e centralização "do capital industrial e se encontram no centro da acumulação". Com isso, o capital industrial se aproxima cada vez mais do capital financeiro, aumentando seu potencial de acumulação, porém é necessário compreender que "a esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria" (IAMAMOTO, 2015, p. 109). A autora se utiliza da *mais-valia* nutrida pela força de trabalho não paga à classe trabalhadora, ou seja, pelo lucro que a partir da *superexploração* do trabalho produz a *mais-valia extraordinária*. Historicamente, as colônias do território latino-americano tiveram suas riquezas expropriadas, sendo que, na contemporaneidade, esses mesmos territórios são fundamentais para a manutenção e desenvolvimento do capitalismo, principalmente, o financeiro.

3. Riqueza e Acumulação: o contemporâneo com marcas do passado

Partindo do movimento contraditório da história se pode demonstrar os conflitos no desenvolvimento do capitalismo, tanto nos países periféricos, como também nos países centrais da economia. Nessa direção se entende a relação entre riqueza e pobreza, como categorias complementares, ou seja, o sistema capitalista se funda e se amplia a partir de relações de exploração e de acumulação de capital. Porém, é necessário entender os elementos que sustentam e permitem o crescimento desse sistema e, nesse caso, são destacados os mecanismos de alienação e ideologia que fomentam esse movimento. Por isso:

uma das características da sociedade moderna burguesa é a de criar uma organização disciplinar na qual o poder se produz e se reproduz na consciência, nos corpos e nas operações sociais. O homem moderno é alvo de uma vigilância permanente em uma sociedade carcerária que se inicia na consciência (OSÓRIO, 2019, p. 33).

O autor refere que a estrutura de vigilância permanente é oriunda do Estado, que se direciona para garantir os interesses da classe dominante, ou seja, esse possui um papel fundamental no sentido de manutenção da ideologia burguesa, incidindo na vida da sociedade em geral, assim fazendo com que a própria classe trabalhadora também se associe a esse pensamento. O resultado desse direcionamento é a garantia da superexploração e, principalmente, a produção e o acúmulo de capital por um pequeno setor da sociedade.

Para ilustrar essa realidade podem ser analisados os impactos da concentração e acumulação de capital, a partir da matéria do jornal Brasil de Fato (2020), realizada a partir da pesquisa desenvolvida pelo *World Inequality Report* em dezembro de 2020, que demonstra que "10% da população mundial de super ricos concentra $\frac{3}{4}$ da riqueza produzida em todo o Planeta, enquanto 50% da população do globo detém apenas 2%". A matéria também mostra que a América Latina está entre as regiões mais desiguais do Mundo, e o Brasil como o "país com maior desigualdade do subconti-

nente latino-americano, com os 50% mais pobres ganhando 29 vezes a menos que os 10% mais ricos" (MELLO, 2020, s/d).

É necessário ressaltar que não são as nações europeias em si que se deram das riquezas extraídas das colônias, sejam latino-americanas ou africanas, mas sim suas elites, que dominavam e ainda dominam, tanto o capital produtivo como o capital financeiro, enquanto concentradoras de riqueza, produzindo, assim, profundas desigualdades.

Uma questão que surge ao pensar possibilidades acerca dos processos de resistência, é a organização das classes trabalhadoras, pois o número de pessoas que vende sua força de trabalho é enorme, sendo a maioria da população mundial, o que poderia, de forma organizada, abalar as estruturas do capital. Contudo, as organizações de movimentos sociais, coletivos, sindicatos, associações não encontram eco para tamanha organização e mobilização. Não se pode negar que a luta organizada conquistou inúmeros direitos ao longo do decorrer da história, como a abolição da escravatura, o sufrágio universal, entre tantos outros direitos humanos e sociais, porém há limites dentro dessas conquistas, que acabam não alterando as estruturas do capital de forma efetiva, não porque não houve movimentos para desestabilizar o modo vigente, mas sim o porquê essas ações foram, e ainda são, silenciadas para grande parte do Mundo, como é o caso do socialismo em Cuba, ou da experiência soviética na Rússia.

Entrelaçando o debate da comunicação com os condicionantes da dependência dos países latino-americanos, pode-se encontrar algumas relações a partir da:

construção das Nações e dos nacionalismos na América Latina e o Caribe, terão como primeira referência histórica os grandes proprietários de terras. Serão eles os que, na parceria direta com o capital financeiro internacional, se constituirão como os representantes da ideia de "progresso" e desenvolvimento a ser utilizada como referência, padrão. Enquanto o capital industrial se propagava de forma intensiva na Europa, aqui, o capital agrário, comercial, acelerava sua forma-conteúdo de expressar a mesma dinâmica a partir de suas próprias funções. Ante isto, quanto mais terras, formais, em nome dos

representantes do progresso e mais criminalização daqueles que freavam a nova ordem, tanto mais fortes na ode do desenvolvimento (TRASPADINI, 2018, p. 1705).

Dessa forma, a ideia de desenvolvimento e progresso é apropriada pelas elites dominantes desses territórios, e o poder de divulgação desse ideário se alastra por diversos meios, principalmente, os de comunicação. Ao se analisar a trajetória dos discursos e formas de educar uma nação se pode observar que o ideário dominante e opressor se estende no espaço da educação, da cultura, da comunidade e da sociedade em geral.

Nessa direção, pode-se refletir acerca da ideologia no processo de pensar uma opressão defendida por seus oprimidos, como Paulo Freire (1987) apresentou em sua obra "Pedagogia do Oprimido", na qual traz elementos para compreender a relação entre opressores e oprimidos:

Há [...] em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo. Isto se verifica, sobretudo, nos oprimidos de "classe média", cujo anseio é serem iguais ao "homem ilustre" da chamada "classe superior" (FREIRE, 1987, p. 49).

Esse processo não ocorre apenas pelos anseios da classe trabalhadora, que visa ter melhores condições de vida, esse é também permeado por condicionalidades da ideologia, que aliena os oprimidos, não apenas de não compreender a sua condição de oprimido, mas de não ter dimensão do valor que gera para o sistema capitalista. No decorrer da história, muitas formas de opressão foram aplicadas, e retoma-se, nesta produção, o quanto o não entendimento de que a pobreza é estrutural no Continente, também contribuiu para muitos apagamentos, entre esses, o da não associação de que pobreza e capitalismo se retroalimentam.

Com isso, o debate em torno da questão social demonstra o movimento que a interação entre o capital e o trabalho produzem, pois:

a transferência de valor, em realidade apropriação privada pelas economias centrais de parte da produção social (mais-valia) produzida pelas economias periféricas, reforça a superexploração da força de trabalho como a gênese explicativa do dialético movimento desigual do capital em sua totalidade. Através da superexploração da força de trabalho a dependência ganha materialidade e explicita a real condição de ser do capitalismo na América Latina. Portanto, a superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência latino-americana, demarcado pelos escritos dos teóricos marxistas da dependência (TRASPADINI, 2014, p. 30).

Por esse caminho, a autora demonstra a importância desse território e desses povos para o desenvolvimento do capitalismo mundial, e ao mesmo tempo ressalta que o "capitalismo latino-americano assume um caráter particular que se mescla com a forma de exploração dos trabalhadores das economias centrais" (2014, p. 30). Assim, tradicionalmente, condicionar parte da classe trabalhadora ao exército de reserva auxilia na redução de garantias de direitos desta no processo de venda da sua força de trabalho, e situa esse movimento na América Latina, segundo Marini e outros(as) autores(as) associados(as) a Teoria Marxista da Dependência, na superexploração da classe trabalhadora latino-americana.

Na contemporaneidade se percebe que a questão social se mantém como em tempos passados, essa produz novas expressões, mas ainda demonstra o conflito na luta de classes, porém também evidencia formas de tentativa de obediência e conformação da pobreza (fenômeno produzido pela exploração e acumulação de capital).

As diferentes formas de enfrentamento à pobreza desenvolvidas ao longo dos séculos [...] além de produzirem diferentes sentidos para a noção também projetaram, imaginariamente, uma realidade em que as relações, quase sempre tensas e contraditórias, entre as classes sociais, aparecem como domesticadas. O que pode ser percebido desde quando prevaleciam as sociabilidades primárias, período em que se desenvolveu a "generosidade necessária" para se manter a coesão social; durante a "economia da salvação", em que predomi-

nava a ideologia religiosa no trato com a pobreza, bem como a partir da emergência do capitalismo, quando diferentes arranjos de "alívio à pobreza" foram desenvolvidos, mas em que nenhum momento consideravam o enorme abismo social, bem como as tensas relações que se configuravam entre os proletários e a burguesia industrial (ORTH, 2015, p. 49).

A autora destaca o papel da religião no processo de disseminação da ideologia dominante e das estratégias de enfrentamento da pobreza, principalmente, a partir de um processo de manutenção do sistema vigente, e que as políticas sociais, ao longo dos séculos, vão se reformulando, mas apenas são reconduzidas "na direção do alívio da pobreza", mesmo sendo consideradas como uma "tentativa de responder aos processos de precarização generalizada da vida de milhares de pessoas, acaba não levando em consideração a dinâmica de acumulação de riquezas" (ORTH, 2015, p. 63).

Galeano (1992), de maneira poética, mas enfática, demonstra o soterramento da história dos países pobres, e demonstra como a história pode ser manipulada, podendo alimentar a ideologia dominante.

La amnesia no es el triste privilegio de los países pobres. Los países ricos también aprenden a ignorar. La historia oficial no les cuenta, entre muchas cosas que no les cuenta, el origen de su riqueza. Esa riqueza, que no es inocente, proviene en gran medida de la pobreza ajena, y de ella se alimenta más y más. Impunemente, sin que le duela la conciencia ni le arda la memoria, Europa puede confirmar, cada día, que la tierra no es redonda. Razón tenían los antepasados: el mundo es un plato, y más allá se abre el abismo. Al fondo de esse abismo, yace América Latina, y todo el resto del Tercer Mundo (GALEANO, 1992, p. 20).

No sentido de pensar a condição da ideologia, Silva (2013) defende que é necessário um grande esforço em um lento processo para que se possa "abandoná-la", ele exemplifica esse movimento quando se refere que "não se é socialista por rechaçar publicamente o capitalismo; se começa a ser socialista quando se começa, por dentro, a ser outro homem" (SILVA, 2015, p. 139), ou seja, entende-se que o processo de tomada de consciência pela

classe trabalhadora é muito árduo, principalmente, por se pensar nas condições em que a classe está inserida, que é a própria ideologia do capital, sob a égide neoliberal.

Os avanços espetaculares em termos de comunicações e transporte que caracterizam a atual etapa da mundialização permitiram que o capital financeiro, as corporações multinacionais – com os meios de comunicação, os tratados comerciais e diversos planos de integração – formassem uma densa rede de relações e de poder econômico e político que engloba o planeta e que incide em novos reajustes no exercício diferenciado da soberania dos Estados no sistema mundial capitalista, tornando-a ainda mais restrita no mundo dependente (ou periférico) e também transformando-a em alguns territórios do mundo imperialista (ou central) (OSÓRIO, 2019, p. 198).

Os meios de comunicação possuem papel estratégico para a conformação do ideário capitalista, já que grande parte das emissoras de televisão, rádio, portais de notícias e redes sociais com maior alcance no Mundo são de propriedade das elites, sejam dos países de economia dependente, sejam das elites dos países das economias centrais do Mundo. Assim, o desafio na condição de pensar o rompimento com a ideologia dominante se mostra bastante complexo, posto que a luta pela garantia dos direitos inclui o direito a uma comunicação de qualidade e plural, sendo este direito fundamental para que os sujeitos inclusive compreendam que pertencem à classe trabalhadora.

Para ilustrar as condições de acesso à informação em países latino-americanos, segundo a organização Kantar Ibope Mídia (2020), a partir de uma pesquisa sobre o consumo da televisão, foi identificado que 99% dos respondentes brasileiros consomem conteúdo televisivo, e que, de 2018 para 2020, o consumo aumentou em média 34 minutos, totalizando 6 horas e 17 minutos. A pesquisa foi realizada em todas as capitais do Brasil, sendo que a população da região Norte é a que se mantém mais tempo com o aparelho ligado em casa. Outro dado relevante é de que o consumo de televisão na América Latina é superior à média global, sendo esta última de

2h55, e o país que menos consome conteúdo televisivo na América Latina é a Guatemala, com 4 horas e 38 minutos. A partir dos dados apresentados se pode evidenciar que os meios de comunicação, sobretudo os de radio-difusão, têm impacto direto na vida da classe trabalhadora brasileira e latino-americana, principalmente, por se constituírem enquanto meio de informação em toda a extensão territorial.

Ao indagar sobre os conteúdos que se expressam em meios de comunicação tradicionais, principalmente, refletindo sobre o Brasil, que possui um sistema de oligopólio de meios de comunicação, e que em muito é realizado por trabalhadores assalariados, como comunicadores sociais, mas que ainda assim vendem sua força de trabalho aos detentores das emissoras em que prestam serviço, deve-se considerar que:

O jornalismo pode ser pensado como um modo de conhecimento, contudo, é preciso considerá-lo enquanto articulador de um conhecimento que é sempre ressignificado ao ser produzido, em outras palavras, também pode estar na órbita da "propaganda" ou da "luta político-ideológica", mesmo que diga não estar, pois como pontua Cazarin (2005) não há nenhum modo de produção de conhecimento alheio a interesses de classe (ORTH, 2015, p. 121).

Assim, a autora, ao analisar alguns portais de notícias, como o G1 (pertencente ao Grupo Globo), demonstra deslizos discursivos nas matérias produzidas, principalmente, ao tratar de assuntos que envolvam ações governamentais, como políticas sociais para as parcelas mais pobres da população. Tais notícias apresentam, muitas vezes, tons que geram desconfiança na população que acessa a informação, o que acaba por desacreditar ações que deveriam ser de interesse da população, despolitizando questões que são de âmbito estrutural e social para a alçada do individual.

A ideologia dominante está no movimento da história, essa ideologia é utilizada como forma de captura, principalmente, daqueles que são explorados dentro do sistema capitalista, desconfigurando trajetórias de resistências, alienando povos de seus territórios, redefinindo culturas e conformando a classe trabalhadora dentro da lógica burguesa.

Em realidade, América Latina é desconhecida desde as lutas dos trabalhadores-povos originários e reconhecida desde as células burguesas de reprodução ideológica pelos brasileiros. Os meios de comunicação e a educação formal criaram uma ideia de América Latina em conformidade com o poder e a reprodução do mesmo pelo capital, reforçando a falsa ideia de nação tão combatida por Marx e Engels em sua práxis revolucionária (TRASPADINI, 2014, p. 40).

Entende-se que a comunicação e as formas de acesso à informação se revolucionaram com o decorrer da história e com o avanço das tecnologias. Porém, ao mesmo tempo que essa rede comunicacional pode auxiliar e ser potência de organização coletiva da classe trabalhadora, essa também e, principalmente, serve aos interesses capitalistas de produção e reprodução da vida social na sociabilidade vigente.

Com isso, o processo de entendimento da essência e do funcionamento do capital se torna um desafio, posto que a conformação da classe trabalhadora à aparência, ou seja, a crença de que depende da classe dominante para sobreviver e que é esta que garante o sustento de todos é preponderante. O movimento de captura é objetivo em se tratando das necessidades básicas de sobrevivência, como é também subjetivo, no sentido de se criar um imaginário de que não há outra sociabilidade possível.

A composição do povo ao ser expressa pelas classes revela a complexidade da atual situação capital-trabalho no continente, cuja história de alienação e fetiche se fizeram presentes na constituição da suposta "verdade" dominante (TRASPADINI, 2014, p. 41).

Muitas conexões ainda podem ser realizadas na busca por compreender como a ideologia dominante desmobiliza e culpabiliza a classe trabalhadora (sobretudo, a empobrecida) pelas condições indignas que esta vivencia, principalmente, nos países dependentes. Nesse sentido, é necessário compreender o percurso histórico permeado pelo genocídio, o memoricídio, a exploração e a dominação das elites dos países centrais da economia para o desenvolvimento do capitalismo em suas nações.

4. Considerações finais

*Não é a consciência dos homens que determina seu ser,
é sua existência social o que determina sua consciência.*
(MARX, 2003, p. 5)

O presente artigo teve como objetivo refletir sobre o significado da América Latina para o desenvolvimento do capitalismo no Mundo. Entre os vários elementos apresentados nesta produção, é fundamental compreender os movimentos do capital para se consolidar enquanto sistema, em que monopólio escravista da Terra resultou o monopólio capitalista da Terra. Da dominação escravista do trabalho e do trabalhador resultou o racismo como arma ideológica de dominação do conjunto dos trabalhadores “livres” – assalariados ou não” (SABINO, 2020, p. 110). Nesse sentido, o trabalho se consolida, enquanto central, sendo que a luta e a organização da classe trabalhadora se anunciam, enquanto processos emancipatórios urgentes.

Ao mesmo tempo que os(as) autores(as) latino-americanas demonstram o movimento do capital e os planos da elite dominante de explorar e acumular riquezas às custas da classe trabalhadora, também evidenciam como esse processo produz a pobreza e a desigualdade. O saqueio, a violência, a exploração e a tomada da América Latina, no curso do desenvolvimento do capitalismo pelos países imperialistas demonstra quais corpos e quais territórios sustentaram e, ainda, sustentam grande parte do capitalismo mundial.

Porém, como refere Traspadini (2014), a América Latina produziu e produz seus movimentos sociais e políticos, aqueles que acreditam na Pátria Grande, como é o caso de “herdeiros de Martí, Bolívar e Guevara” (TRASPADINI, 2014, p. 37). Sendo que um dos caminhos possíveis para promover processos sociais emancipatórios é o fortalecimento dessas narrativas, evidenciando suas lutas e resistências.

São inúmeros os exemplos e estratégias, que envolvem as relações sociais na sociedade capitalista, principalmente, para garantir a sua manutenção. Por outro lado, também devem ser considerados os movimentos que se posicionam de forma contra hegemônica ao sistema vigente, como as organizações coletivas, a luta pelos direitos da classe trabalhadora, que se

expressam em todo o Mundo, mas ainda de forma desarticulada em sua unidade. Mesmo em meio às adversidades, a classe trabalhadora ainda resiste, e esse processo de resistência é uma luta histórica e deve ser reconstruída na perspectiva de os povos latino-americanos compreenderem sua trajetória e a sua importância.

Por fim, acredita-se que recuperar a história da América Latina soterrada por seus invasores é tarefa primordial de quem tem como horizonte um tipo de sociedade sem exploradores e explorados.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 49ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Ser Como Ellos y Otros Artículos**. Editora Epublibre. 1992.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Tempo médio consumido com TV aumenta entre os brasileiros**. 11 de maio de 2020. Disponível em <https://www.kantaribopemedia.com/tempo-medio-consumido-com-tv-aumenta-entre-os-brasileiros/> Acesso em dez. De 2021.

LÉON-PORTILLA, Miguel. **A Conquista da América Latina vista pelos Índios**: relatos astecas, maias e incas. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência IN: Orgs: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em www.centrovictormeyer.org.br Acesso em dez. De 2021.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MELLO, Michele. **Pesquisa revela que 10% da população possui 75% da riqueza mundial**. Brasil de Fato. 2021. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/14/pesquisa-revela-que-10-da-populacao-possui-75-da-riqueza-mundial> Acesso em 14 dez. De 2021.

ORTH, Thiana. **"O Fim da Miséria é só um Começo"? noção de pobreza no discurso do Plano Brasil Sem Miséria**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em <http://tede2>.

pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6521/2/TES_THIANA_ORTH_COMPLETO.pdf
Acesso em 14 dez. De 2021.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

SABINO, Cristiane. **Racismo e Luta de Classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

SIQUEIRA, Luana. ALVES, Gláucia. Pobreza e Desigualdade social: uma breve reflexão Brasil e América Latina. **Revista Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, V. 4, n. 6, p. 11-36, Jan./jun. 2018.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1694-1713.

TRASPADINI, Roberta. Dependência e luta de classes na América Latina. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 29-43, jul-dez, 2014. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475547143004.pdf> Acesso em dez. De 2021.

A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM CUIABÁ: FACES DA POBREZA E DO RACISMO

Carlos Eduardo Amaral de Paiva
Orivaldo de Morais Mathias

Resumo

O artigo traça um panorama das condições socioeconômicas dos imigrantes haitianos em Cuiabá. A partir de pesquisa com quarenta e seis entrevistados é apontada a condição de miserabilidade desta população e suas dificuldades de se encaixar no mercado de trabalho. A população haitiana em Cuiabá faz parte do enorme contingente do exército industrial de reserva, se inserindo nos empregos mais precarizados ou no trabalho informal como ambulantes. O artigo demonstra também como o racismo e xenofobia contra essa população serve como mecanismo de dominação para manutenção da hiperexploração do trabalho.

Palavras-chave: Imigração; Haitianos; Cuiabá; Racismo.

INMIGRACIÓN HAITIANA EN CUIABÁ: ROSTROS DE LA POBREZA Y EL RACISMO

Resumen

El artículo describe una visión general de las condiciones socioeconómicas de los inmigrantes haitianos en Cuiabá. A partir de una encuesta a 46 entrevistados, se señala la condición de miseria de esta población y sus dificultades para encajar en el mercado laboral. La población haitiana en Cuiabá forma parte del enorme contingente del ejército industrial de reserva, insertándose en los trabajos más precarios o en trabajos informales como caminantes callejeros. El artículo también demuestra cómo el racismo y la xenofobia contra esta población sirven como mecanismo de dominación para mantener la hiperexplotación del trabajo.

Palabras clave: Migración; Haitianos; Cuiabá; Racismo

Introdução

Este capítulo apresenta um panorama sobre as condições socioeconômicas, de trabalho e percepções sobre o racismo da população de imigrantes haitianos na cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso (MT). Os dados foram colhidos em 46 entrevistas realizadas em 2021, ou seja, durante o segundo pico da pandemia de Covid-19, e revelam a condição de vulnerabilidade do grupo em tela.

Por mais de cem anos, os imigrantes europeus foram as populações de estrangeiros mais recebidas no Brasil. A partir de 1980, os maiores fluxos de entradas foram de imigrantes de países pobres e periféricos em busca de melhores oportunidades. Segundo dados do Itamaraty, nos anos de 1990, o Brasil passou a ter mais expatriados brasileiros no exterior do que imigrantes estrangeiros dentro do país (OLIVEIRA, 2018).

O perfil dos imigrantes residentes no Brasil é heterogêneo em relação à origem e objetivos da imigração. Geralmente, os oriundos dos países centrais possuem maior poder aquisitivo, sendo profissionais técnicos bem remunerados dos setores tecnológicos nas empresas multinacionais. Trata-se de um grupo de trabalhadores importados e de mão de obra qualificada que migram para suprir uma demanda que o país não tem. Em contrapartida, os imigrantes, em maiores números, no Brasil fazem parte dos contextos periféricos e pobres. Integram esse perfil os latino-americanos, os asiáticos, os africanos de ex-colônias portuguesas e os refugiados. Estes, por sua vez, se enquadram na área do trabalho informal, empregos precários e no imenso exército industrial de reserva do país.

Conforme a classificação da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), o Haiti é o país mais pobre das Américas e está entre as 49 nações mais pobres do Mundo. O país foi devastado por problemas sociopolíticos de proporções seculares, tem a população de maioria negra e foi, historicamente, marcada por intervenções e regimes ditatoriais. Após inúmeras batalhas, o Haiti se tornou independente de França, mas sofreu ocupações ao longo da história (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2009).

Segundo Duval Fernandes (2014), a diáspora haitiana fez dos Estados Unidos a maior comunidade de imigrantes haitianos fora do Haiti, seguido

pela República Dominicana, pelo Canadá e pela Venezuela. O Brasil nunca foi um país incluso na rota de destino dos imigrantes haitianos, mas assim se tornou graças a acordos e facilidades de entrada no país. O país não exige vistos e emite documentos necessários para os imigrantes possam trabalhar, diferentemente do que acontece nos países norte-americanos.

Os haitianos se enquadram como refugiados ambientais, que são as vítimas de catástrofes naturais, mas de acordo com a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1951, eles não são contemplados em uma categoria de proteção internacional mais específica pelos fatores sociais e econômicos atrelados aos motivos da imigração (GUERRA, 2018).

Viver como refugiado é ser mantido em estado de exceção, por um longo tempo, pois essa é a duração da contemplação e garantia dos seus direitos, quando são contemplados (WEIß, 2018). As etapas do processo de inclusão do imigrante são demoradas, dependem de um processo jurídico e sistemas inclusivos do país de destino. Além disso, as adequações profissionais não atuam em favor dos imigrantes. Um médico haitiano, possivelmente, não continuará na mesma profissão em um país desenvolvido, mesmo com os seus direitos para trabalhar garantidos.

Os dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra⁶⁴) (2020) informam que o número de haitianos que pediram o visto de residência no Brasil em 2012 foram de mil novecentos e quarenta (1940); dois mil quatrocentos e setenta e três (2.473) em 2013; mil trezentos e doze (3.312) haitianos, em 2014; quatro mil duzentos e quarenta e oito (4.248) em 2015 e dois mil setecentos e setenta e nove (2.779) haitianos em 2016.

Segundo os dados da OBMigra, até 2019, o número de imigrantes haitianos que pediram visto de longo termo/residência para permanência no Brasil somava cinquenta e quatro mil cento e oitenta e dois (54.182) pedidos. Estes saltaram de cinco mil quinhentos e vinte e oito (5.528) pedidos em 2017 para dezesseis mil novecentos e quarenta e três (16.943) pedidos em 2018, mantendo os números altos de quinze mil seiscentos e setenta e nove (15.679) em 2019. Os haitianos só perdem em números de pedidos de visto de permanência para os venezuelanos, que tiveram um cresci-

64 Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2020.

mento abrupto e gradativo desde 2017, somando cento e quarenta e dois mil duzentos e cinquenta (142.250) pedidos no período de 2010 a 2019 (OLIVEIRA; CAVALCANTI; MACEDO, 2020).

Conforme os dados obtidos na Pastoral dos Migrantes de Cuiabá, na mesma época, os números de entrada dos imigrantes haitianos cadastrados⁶⁵ assim se distribuíram: 45 haitianos em 2012; 1410 em 2013, 730 em 2014; 843 em 2015; e, 394 haitianos em 2016. Isso atribui aos imigrantes naturais do Haiti mais de 95% do total dos imigrantes cadastrados na Pastoral dos Migrantes de Cuiabá, no período de 2012 a 2016. Em menores proporções estavam os venezuelanos, bolivianos, colombianos, cubanos, entre outros.

Conforme Danilo Batista (2019), na região metropolitana de Cuiabá, que compreende os municípios de Cuiabá, de Várzea Grande, de Santo Antônio de Leverger e de Nossa Senhora do Livramento, existem aproximadamente 3.000 imigrantes haitianos, com base nos dados da Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (ADHIMI-MT). Porém, durante as entrevistas, os imigrantes haitianos disseram que acreditam que eles estão em números bem maiores na região.

Os maiores fluxos de entrada dos haitianos na cidade aconteceram nos anos de 2013 a 2015, segundo os dados dos cadastros da Pastoral dos Migrantes de Cuiabá. Isso pode ser explicado pelas migrações internas no país em busca de oportunidades de trabalho. Em 2013, foi um ano que demandou muitas obras de melhorias em Cuiabá, justificando o alto número de trabalhadores haitianos na capital de Mato Grosso.

Nos anos posteriores a 2016 houve uma queda acentuada no número de chegadas de imigrantes haitianos e o aumento na população de venezuelanos na cidade de Cuiabá. Conforme Alessi (2013), a vinda de haitianos para o Brasil se deve ao fato de que o país experimentou uma acentuada melhora econômica no início da década passada. Ainda, com a proximidade da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016, as obras de adequação das cidades para os jogos atraíram os imigrantes em busca de trabalho. O entusiasmo político e econômico propagou a ideia de que o Brasil

65 Os números de imigrantes haitianos cadastrados na Pastoral dos Migrantes, nos anos indicados, revelam a quantidade de pessoas acolhidas pela instituição. Isso não significa que eles pediram o visto de permanência em Cuiabá ou permaneceram na cidade.

seria palco de grandes oportunidades de desenvolvimento, com a vinda de diversas multinacionais e altos investimentos que demandariam empregos e mão de obra. Porém, isso não aconteceu de maneira plena e satisfatória.

Como destacado por Patrícia Villen (2014), os haitianos se encaixam no perfil do imigrante periférico e refugiado. Esta população se caracteriza, geralmente, por atuar em trabalhos manuais, físicos e expostos a perigos, sendo alta a porcentagem de imigrantes nesse perfil vivendo com documentação irregular. Este grupo comumente migra para os países centrais, possui pouca qualificação profissional e recebe baixa remuneração. Os imigrantes periféricos e refugiados fazem parte de países latinos, caribenhos, africanos e asiáticos e migram por melhores oportunidades de sobrevivência e pela fuga das instabilidades sociopolíticas, econômicas e das crises ambientais.

2. Renda e Trabalho

A fim de traçar um panorama sobre as formas de incorporação dos haitianos, em Cuiabá, são apresentados alguns dados sobre renda e trabalho. Com isso, se pode observar como a busca por melhores oportunidades de sobrevivência não se concretizaram ao chegar ao país.

Com relação à renda, onze (11) dos entrevistados disseram estar desempregados e impossibilitados de conseguirem remuneração por trabalhos ou bicos. Eles vivem de doações e ajuda dos próprios haitianos com moradia e alimentação. Treze (13) pessoas disseram receber entre R\$ 400,00 a R\$ 1.000,00 mensais trabalhando informalmente. Muitos desses são os desempregados da construção civil e de outras áreas de serviços.

Atualmente, parte dos haitianos trabalha como ambulantes no comércio de rua da Capital. Os mesmos relatam que essa foi a única alternativa possível para evitar a mendicância. Eles contam que usaram o valor do seguro-desemprego para a compra inicial das mercadorias.

As dezoito (18) pessoas que ganham entre R\$1.100,00 a R\$2.000,00 mensais são aqueles que conseguiram manter os seus postos de trabalho mesmo com a crise e pandemia. A grande maioria delas é empregada no setor da indústria frigorífica da grande Cuiabá. Essas empresas empregam boa parte dos haitianos com a carteira assinada, apesar dos baixos salários e das muitas horas extras para compensar a remuneração.

Três (03) pessoas disseram receber entre R\$ 2.100,00 a R\$ 2.500,00 mensais, esses são pedreiros que trabalham por conta própria ou em funilaria, pintura e mecânica de automóveis. Apenas um (01) entrevistado disse receber em torno de R\$ 4.000,00 reais mensais e esse tem um ponto comercial.

Quadro 01 – A renda mensal dos entrevistados.

A relação da renda mensal por número de entrevistados	
Não possuem renda (desempregados)	11
R\$ 400,00 a R\$ 1.000,00	13
R\$ 1.100,00 a R\$ 2.000,00	18
R\$ 2.100,00 a R\$ 2.500,00	03
+ de R\$ 2.500,00	01

Fonte: entrevistas com haitianos na Pastoral do Migrante de Cuiabá no período de fevereiro a março de 2021.

Contudo, até mesmo os que recebem um pouco melhor estão passando por dificuldades, em função do alto custo de vida e as obrigações de ajuda financeira aos parentes que ainda se encontram no Haiti. Ao se estipular uma renda individual, tem-se que atentar para vários fatores intrínsecos à composição do núcleo familiar ou fraterno que habita a mesma residência.

Muitas vezes, o imigrante haitiano está longe do seu núcleo familiar principal (companheira e filhos), mas está junto a irmãos, cunhados ou primos. Nem sempre todos na casa trabalham e, em muitas situações, quase todos estão desempregados. O salário de uma ou duas pessoas pode ser toda a renda familiar que a casa terá no mês.

Segundo os relatos das entrevistas, é raro que todos os membros de uma família haitiana estejam trabalhando na atual conjuntura econômica. A renda total, por diversas vezes, é só do pai (marido). O mesmo acontece em grupos familiares de pessoas solteiras, compostos por primos e irmãos, por exemplo. Um ou outro trabalha para o sustento de vários outros parentes, que estão na busca por emprego.

Como complementação ou única renda que muitos podem contar nesses tempos de pandemia vêm os auxílios emergenciais e bolsa-família, recebidos por dezenove (19) dos entrevistados. Vinte e quatro (24)

entrevistados disseram nunca terem recebido qualquer tipo de auxílio do governo brasileiro. Eles disseram que tentaram e tinham todos os requisitos para receber o auxílio emergencial e o bolsa família, mas nunca conseguiram ajuda financeira. Outros três (03) entrevistados não quiseram responder.

Por mais baixo que seja o valor dessa remuneração, o seu recebimento é de extrema importância para os haitianos, pois possibilita a compra dos itens da cesta básica. Alguns afirmam que nem sempre conseguem doações. A crise afeta todos os imigrantes, não só os haitianos, assim como os brasileiros também, o que aumenta a necessidade e a dificuldade no acesso às doações.

Como reflexo da pandemia de Covid-19, a crise reduziu as expectativas em livrar os parentes haitianos da fome e trazer os filhos para o Brasil. Muitos dos entrevistados relataram que o envio de dinheiro não é possível desde 2015. Eles são realizados em dólar e a média salarial não acompanhou as altas constantes da moeda estrangeira, o que tornou a ação praticamente impossível em 2021. Nos anos de 2014 e antes da atual crise, os haitianos enviavam em média de USD 100,00 por mês ou um pouco mais que isso. Nos dias de hoje, esse valor é mais da metade do salário daqueles que estão trabalhando no momento.

Segundo dados da OBMigra (2020), a pandemia trouxe reflexos negativos quanto aos registros migratórios. Em 2020, o Brasil recebeu 75% menos imigrantes regularizados de janeiro até agosto de 2020, ao se comparar com o mesmo período de 2019. Os haitianos tiveram uma redução de 60% nas entradas pelo estado de Roraima. Os grupos menos impactados pelo desemprego na pandemia foram os homens venezuelanos e haitianos de baixa escolaridade e ocupados no setor do agronegócio da região Sul (OLIVEIRA; CAVALCANTI; MACEDO, 2020).

A pesquisa não demonstra a razão pela qual eles foram menos afetados pelo desemprego. Acredita-se, por tendência econômica nacional, que o agronegócio, a pecuária e os mercados associados a esses setores não tiveram grandes baixas no emprego. Isso porque o consumo de alimentos e a exportação continuaram, mesmo com as dificuldades comerciais dos setores de serviços no período da pandemia.

A estabilidade de empregos nos frigoríficos pode ser explicada também pelo dólar em alta, o que ampliou as atividades comerciais da carne com o mercado externo e diminuiu no interno, pelo aumento excessivo no valor dos produtos.

O grupo mais afetado pela pandemia, segundo a OBMigra (2020), foram as mulheres imigrantes de melhor escolaridade, empregadas no comércio e nos setores de serviços, como os de alimentação. Os *lockdowns* e os fechamentos comerciais, nos períodos da pandemia, contribuíram para o aumento do desemprego. O setor que mais admitiu imigrantes foi o dos frigoríficos, no abate de suínos, com 57% de admissões e 5,7% de demissões (OLIVEIRA; CAVALCANTI; MACEDO, 2020).

Os empregos no agronegócio e nas indústrias frigoríficas, em âmbito nacional, foram repetidamente citados entre os haitianos entrevistados nesta pesquisa em Cuiabá. Todos os entrevistados com a carteira de trabalho assinada e trabalho formal estavam lotados nos frigoríficos, fazendas ou indústrias relacionadas com a produção de ração animal e misturas químicas para a agricultura.

Os trabalhos informais são frequentes e essenciais na complementação da renda, principalmente, daqueles que não possuem emprego fixo. Além disso, eles significam uma maneira de não ficarem ociosos em casa, ou seja, demonstram a importância da função social do trabalho como ocupação. O trabalho que mantém o corpo e mente ocupados funciona como dispersão das diversões e pensamentos que não são "saudáveis para o espírito". Segundo os entrevistados, o trabalho focaliza o que eles realmente vieram fazer no Brasil, para que não se desviem de seus objetivos primordiais.

Com relação à carga horária de trabalho, os entrevistados disseram que trabalham em média de cinco ou seis dias por semana, por oito a nove horas diárias. A carga horária é variável e essa pode aumentar, principalmente, se eles trabalham nas indústrias, no setor de produção. Os baixos salários são compensados por mais horas extras diárias para complementar a renda. Alguns entrevistados do setor frigorífico, no corte de carnes, disseram que têm a carga horária das 9:00 às 17:00 horas, mas são convidados a ficar até às 22:00 horas.

Quanto ao tempo de horas semanais trabalhadas, quatorze (14) imigrantes haitianos disseram que a média semanal de horas trabalhadas é indeterminada, pois essa vai depender de conseguirem “bicos” ou não para trabalhar. Nove (09) pessoas disseram trabalhar quarenta e cinco (45) horas por semana; doze (12) trabalham quarenta e oito (48) horas por semana, oito (08) trabalham cinquenta e oito (58) horas por semana e (03) disseram trabalhar mais de sessenta (60) horas semanais.

Quadro 02 – A média de horas semanais trabalhadas pelos entrevistados.

A média de horas semanais trabalhadas por número de entrevistados	
Indeterminado	14
45 horas	09
48 horas	12
54 horas	08
Mais de 60 horas	03

Fonte: entrevistas com haitianos na Pastoral do Migrante de Cuiabá no período de fevereiro a março de 2021.

Quando questionados se o trabalho que eles exercem hoje está abaixo das suas aptidões profissionais, a maioria dos entrevistados acredita que sim. Eles explicam que suas experiências de trabalho e cursos realizados no Haiti deveriam ser levadas em consideração nas seleções de empregos, não só na colocação do trabalho, como também na construção de uma carreira dentro da empresa.

Segundo os entrevistados, os imigrantes haitianos são alocados para determinados postos de trabalho e nesses ficam estagnados. Eles acreditam que ter uma cidadania brasileira, estudar e concluir uma formação superior no Brasil poderia ajudar a quebrar esses ciclos de trabalho reservado para eles. No entanto, os mesmos dizem que não sobra tempo e dinheiro para investirem em educação. O fato de que são políglotas é outro ponto positivo apresentado como um atributo para sair da informalidade, conquistar um emprego fixo e ganhar mais nos seus respectivos postos de trabalho.

Ao se falar sobre postos de trabalho, é preciso considerar três períodos: anterior à crise econômica; a intensificação dessa crise com a pandemia de Covid-19; e o momento atual. Antes, os imigrantes haitianos eram empregados

na construção civil; contínuos (limpeza) em repartições, condomínios e hotéis; garçons, garçonetes e ajudantes de cozinha em restaurantes; na indústria agrícola e frigorífica (corte de carnes) e ambulantes. Com a situação econômica em crise, no estender da década passada, os postos que antes empregavam os haitianos tiveram que dispensá-los, sobrando poucos deles em suas antigas funções com a carteira assinada.

Com um grande número de desempregados, aumentou o número de ambulantes e eles vivem de trabalhos informais(bicos), quando os encontram. Esses bicos são como ajudantes temporários em limpeza em geral, lavadores de carro em lava-jatos, vendedores de picolé, na capinagem de terrenos ou qualquer trabalho que possa trazer algum dinheiro para casa. As migrações de haitianos dentro do território nacional estão acompanhadas de desemprego e alto custo de vida nas grandes cidades. Os dados da OBMigra (2020) mostram o Sul e Centro-Oeste como rotas de fluxos migratórios de haitianos e africanos, em função de observações empíricas do aumento de haitianos na informalidade nos anos de 2010 a 2015 (OLIVEIRA; CAVALCANTI; MACEDO, 2020).

Um dos meios de sobrevivência dos imigrantes é a prática de "bicos" esporádicos. Os haitianos, dificilmente, dirão que estão desempregados, pois essa não é uma resposta confortável para usar em uma entrevista. Apenas por ser imigrante em um país estrangeiro, vindo de país periférico, é um fator que os marginaliza. A discriminação contra essas populações tende a ser maior se os mesmos estiverem desempregados e somando ao número de pobres do Brasil. Os "bicos" representam o dinheiro para as necessidades essenciais, como a compra de alimentos.

A menção sobre a carteira de trabalho assinada e os empregos fixos foi frequente nos entrevistados ouvidos na pesquisa. A carteira de trabalho não assegura estabilidade. Na verdade, pode ocorrer até o oposto, já que alguns empregadores preferem o contrato sem carteira. Essas situações foram notadas nos relatos dos haitianos que trabalharam com a carteira assinada em grandes frigoríficos, no setor da construção civil e na indústria agroquímica, fazendo ali a mistura de produtos químicos sem a proteção adequada para o manuseio de substâncias tóxicas.

O simbolismo da carteira de trabalho como segurança dos empregos, para os haitianos, é mais uma codificação social de igualdade e pertencimento que os qualifica como trabalhadores e coloca em termos de igualdade.

De acordo com os dados da OBMigra, a configuração nacional dos postos de trabalho no mercado formal para os refugiados (os haitianos são a maioria), é semelhante aos dos haitianos em Cuiabá. Do ano de 2011 para cá, os refugiados eram encontrados em maior número na região Norte, com destaque para o estado do Amazonas. No ano de 2019, o padrão de distribuição espacial alterou bastante. As regiões de maior predominância foram o Sul e o estado de São Paulo (OLIVEIRA; CAVALCANTI; MACEDO, 2020).

Os refugiados estão inseridos na produção de bens e serviços industriais e na área de vendas, no comércio de lojas e mercado. A indústria empregava em 2019, 47% dos trabalhadores com o visto humanitário; os "demais serviços" correspondiam a 24,8% das contratações; e o "comércio e reparação", 17% dos trabalhadores. Em 2019, as jornadas de trabalho correspondiam quarenta e quatro (44) horas trabalhadas para 96,3% dos entrevistados e a média salarial dos imigrantes era de 8,5% inferior à média salarial do mercado formal de trabalho (OLIVEIRA; CAVALCANTI; MACEDO, 2020).

Os movimentos migratórios para a população periférica, em risco iminente, são uma alternativa de confiança de uma vida melhor. A migração é uma previsão de que os riscos sejam amenizados, mas a realidade migratória conta com obstáculos, como o desemprego estrutural, a exploração trabalhista, e o trabalho informal para a obtenção de algum rendimento.

3. As percepções dos entrevistados sobre o preconceito racial

O crescimento econômico e os lucros das empresas não se convertem, necessariamente, em uma justiça salarial e igualdade social trabalhista. Conforme demonstra Sílvia de Almeida (2019), a exploração capitalista naturaliza o pagamento de baixos salários aos imigrantes e minorias, tal fenômeno se embasa em uma prática de dominação racista e de controle social. Esses são desprovidos de direitos trabalhistas e alocados em setores econômicos precários, o que impossibilita seu investimento em profissionalização técnica, estudos e crescimento profissional.

Ao comparar os baixos salários dos haitianos em Cuiabá com a remuneração dos imigrantes no Brasil, levando em consideração os grupos étnicos, percebe-se que a média salarial dos imigrantes pretos e pardos (africanos, sul-americanos e caribenhos) é menor do que os salários pagos para os imigrantes brancos (europeus e norte-americanos) e para os asiáticos. Essa desigualdade indica que a maioria absoluta dos sul-americanos (50,6%), centro-americanos e caribenhos (69,9%) e africanos (56,6%), situam-se na faixa correspondente a valores situados entre um e dois salários-mínimos. Já os norte-americanos (62,0%) e europeus (50,7%) predominaram na faixa dos mais altos salários (superiores a cinco salários-mínimos) (OLIVEIRA; CAVALCANTI; MACEDO, 2020).

Nesse panorama, pode-se observar como os imigrantes bem pagos são os trabalhadores brancos importados, técnicos e bem empregados das empresas multinacionais, ou em busca de novos campos de atuação no Brasil. Por outro lado, os menos remunerados são os latinos, os caribenhos, os pretos, os pardos e os refugiados de contextos periféricos de imigração (VILLEN, 2014).

Os baixos salários para as minorias étnicas desempenham um papel de-sestimulante para os brancos na reivindicação de melhores salários. Além disso, a chegada constante de imigrantes aumenta o contingente de um exército industrial de reserva que pressiona a desvalorização dos salários. A existência de uma população de imigrantes e pretos que aceitariam o emprego deles por menores salários pode significar uma ameaça constante aos cargos ocupados. Por isso, os protestos anti-imigrantes, na maioria das vezes, têm como *slogan* o fato de os imigrantes roubarem os empregos dos nativos no país (ALMEIDA, 2019).

Ao se perguntar aos entrevistados sobre as questões relacionadas ao preconceito racial, muitos dos haitianos desviaram do assunto ou não quiseram responder. As entrevistas envolveram o anonimato dos participantes e se buscou certo distanciamento entre o entrevistado e os outros haitianos presentes. Dessa maneira, houve a possibilidade de se conseguir mais tranquilidade, liberdade nas respostas e as mesmas não sofreram influências de um entrevistado para o outro.

No entanto, quando se perguntou sobre as percepções que eles vivenciam sobre o racismo, foi percebida uma leve tensão, mudanças de humor e de tom de voz. Apesar do desconforto e recusa da maioria em responder às perguntas, alguns dos entrevistados desenvolveram respostas que demonstraram a percepção do preconceito que os afeta.

Foi perguntado se eles já sofreram algum tipo de preconceito no trabalho e como lidaram com o ocorrido. Trinta e cinco (35) pessoas disseram nunca terem sofrido preconceito no trabalho. Duas (02) pessoas não quiseram responder e nove (09) pessoas disseram terem sofrido preconceito no trabalho aqui no Brasil.

Quadro 03 – A percepção do preconceito racial no trabalho dos entrevistados

A relação da percepção do preconceito racial no trabalho por número de entrevistados	
Nunca sofreram preconceito no trabalho	35
Já sofreram preconceito no trabalho	09
Não quiseram responder	02

Fonte: entrevistas com haitianos na Pastoral do Migrante de Cuiabá no período de fevereiro a março de 2021.

Os entrevistados que responderam nunca terem sofrido preconceito no trabalho, na maioria das vezes, usaram respostas curtas, sem complementar mais nada. Porém, alguns disseram nunca terem sofrido preconceito, porque nunca tiveram empregos ou colegas de trabalho fora da convivência entre haitianos. Os que não trabalham, disseram que não sentem o preconceito, porque as relações se limitam a amigos haitianos e familiares. Eles não sentem o preconceito, já que vivem nos entornos das comunidades na convivência com os seus semelhantes.

Uma entrevistada afirmou não ter condições financeiras nem para usar o transporte coletivo e, portanto, não frequenta os ambientes em que as pessoas da cidade passeiam, trabalham e compram. Para ela, a situação financeira separa a convivência dos haitianos com a população que vive outro cotidiano na mesma cidade. Por isso, ela acredita não conviver com o racismo no dia a dia.

De modo geral, os entrevistados que disseram não sofrerem preconceito racial acreditam que os brasileiros são “pessoas legais” e de “bom coração”,

mas não existe convivência mais profunda para que eles possam perceber o racismo. Além disso, os haitianos dizem conhecer outras realidades muito mais preconceituosas. No trajeto para o Brasil, eles citaram o racismo vivenciado no Equador e no Peru. Alguns haitianos que viveram por um curto período no Chile experimentaram um racismo maior por lá. Nesse sentido, eles acreditam que o Brasil é um lugar bom para se viver.

Os haitianos que trabalham e não se sentem discriminados disseram que existem pretos no Brasil. Então, se existe racismo no país, o preconceito deve afetar a eles também. Outros disseram que trabalham há anos na mesma empresa, todos os conhecem, por isso ninguém os discrimina. De acordo com outro entrevistado, respeitar as regras da empresa é fundamental para que a pessoa não sofra preconceito no trabalho. Ele disse que precisa trabalhar e, diferente de muitos outros haitianos, tem carteira assinada. Isso, na concepção dele, é uma garantia de segurança e privilégio, neste momento, em que muitos outros estão desempregados. Em vista disso, ele procura demonstrar seriedade como trabalhador. Para evitar o racismo contra ele, não dá margens às irresponsabilidades de comportamento que possam acarretar em intimidades e brincadeiras. Ele acredita que essas atitudes podem levar ao preconceito racial contra ele.

Os entrevistados que disseram terem sofrido discriminação racial no ambiente de trabalho confirmaram agressões verbais dos supervisores e encarregados. Eles contam que os supervisores exigem que eles trabalhem mais que o estabelecido nas empresas. Caso não aceitem a exploração da mão de obra, sem o pagamento de horas extras, as ofensas são proferidas.

Afirmam, ainda, que quando as empresas não estão satisfeitas com o trabalho dos haitianos, eles são advertidos pelos seus superiores no trabalho com termos racistas. Segundo os entrevistados, essa é uma tática usada pelas empresas para que eles desistam ou respondam de volta. Como consequência dessa "insubordinação", o resultado é o desligamento do emprego por justa causa e o não pagamento dos direitos empregatícios.

Observa-se que a defesa contra o racismo ocorre por meio da subordinação às regras do trabalho. Assim, ainda que o entrevistado afirme não sofrer racismo, ele sabe que o racismo ocorre entre aqueles que não seguem as expectativas de que se espera de um subalterno. Assim, o racismo

funciona como elemento de dominação que não só orienta o comportamento dos trabalhadores, como também coage e subalterniza o imigrante nas relações trabalhistas.

Também foi perguntado sobre como os entrevistados lidam quando acontecem as situações de preconceito racial. Eles disseram que agem com respeito e paciência perante os agressores, não revidam e se esquivam da situação. Eles acreditam que o preconceito existe no dia a dia dos haitianos, não só no trabalho.

Ademais, eles confirmam que não só o preconceito racial, mas diversos outros tipos de preconceitos recaem sobre eles. A única coisa que eles podem fazer é "agir com tranquilidade e mostrar ao racista uma educação que ele não tem". Alguns disseram que sofrem racismo diariamente, mas não ligam para isso. Eles procuram ainda entender quando isso acontece, pois sabem que o mundo é preconceituoso. A religiosidade também é citada, sendo essa uma ajuda no entendimento dos problemas raciais, uma vez que eles acreditam que somos um só povo e todos filhos de Deus.

Sílvia de Almeida (2019) demonstra que a dominação é uma característica institucional do racismo, sendo essa pautada nas imposições que, historicamente, privilegiam os brancos, como supremacia dominante racial. Na percepção de democracia racial que o Brasil acredita possuir, as piadas e ofensas racistas não são vistas como crimes graves. As provocações raciais podem ser compreendidas como reafirmações hierárquicas de postos e lugares na sociedade, espaços de poder e autopreservação dos privilégios, enquanto pessoas brancas.

A ridicularização de características físicas, que destoam do ideal europeu, pode parecer uma ação inofensiva aos olhos do senso comum, porém é uma maneira racista de sinalizar ao indivíduo não branco o lugar a que ele pertence e deve permanecer na sociedade. Vive-se em um país no qual existe uma construção social de classes, estabelecida pela história da acumulação capitalista, em que o homem branco sempre está no topo da cadeia de privilégios (ALMEIDA, 2019).

Perguntou-se, também, aos imigrantes haitianos se eles já presenciaram atitudes racistas contra outros haitianos, e o que a comunidade faz contra essas ocorrências. Vinte e nove (29) entrevistados disseram que nunca

viram nada. Oito (08) disseram que já viram atitudes racistas contra amigos e/ou outros haitianos e nove (09) não quiseram responder.

Quadro 04 – A percepção do racismo contra haitianos pelos entrevistados.

A Relação dos que presenciaram o racismo contra outros haitianos por número de entrevistados	
Nunca presenciaram atitudes racistas perto deles	29
Já presenciaram atitudes racistas algumas vezes	08
Não quiseram responder	09

Fonte: entrevistas com haitianos na Pastoral do Migrante de Cuiabá no período de fevereiro a março de 2021.

Houve entrevistados que disseram nunca terem visto nada, mas complementaram a resposta com uma opinião sobre o racismo. De maneira geral, eles responderam que não conversam sobre esses assuntos com os amigos haitianos e não podem falar sobre as experiências dos outros. Afirmam que esses assuntos não são importantes para o convívio mútuo em comunidade. Esses são problemas para os quais eles não ligam, pois preferem exaltar, para a população receptora, as suas qualidades como imigrantes trabalhadores, que correm atrás da melhoria de vida.

Os que viram situações racistas envolvendo os seus semelhantes contaram que a discriminação acontece de forma jocosa. Essas situações acontecem no ambiente de trabalho e em tom de brincadeira. Os colegas usam adjetivos pejorativos para nomeá-los, mas isso geralmente é resolvido com diálogos e sem a intervenção da supervisão da empresa. Um dos entrevistados usou o termo agressão psicológica ao se referir a esse tratamento, sem agressão física, esse comportamento também machuca.

Outras situações de preconceito foram citadas pelos entrevistados, como as provocações de brasileiros contra os haitianos nos ônibus coletivos. Eles disseram que não raramente acontecem ataques racistas e xenofóbicos durante a viagem. Além disso, os haitianos que trabalham como entregadores de aplicativo reclamam das dificuldades encontradas em conseguirem acesso aos condomínios e prédios comerciais. A entrada é sempre barrada, mesmo com a vigilância sabendo que eles foram ao local para fazer entregas.

Uma entrevistada reclamou do descaso policial quando a mãe dela teve a casa assaltada. Segundo ela, ao saber que a vítima era haitiana, os policiais não foram averiguar o caso. Há, ainda, uma reclamação geral do estereótipo de preguiçosos que carregam, apesar das longas horas trabalhadas, muitas vezes, em condições insalubres.

A tentativa de superar os ciclos que permeiam a pobreza não é uma tarefa fácil de ser alcançada no sistema capitalista com seus mecanismos de controles sociais. Os imigrantes fazem parte das minorias não detentoras dos meios de produção pela própria dinâmica histórica dos sistemas econômicos exploratórios vigentes. Isso os torna passíveis de controle estatal, opressão e exploração por parte da sociedade (ALMEIDA, 2019). Nesse contexto, o racismo é um grande aliado nesse processo, pois esse constrói hierarquias e edifica discursos de superioridade étnica que sustentam as ideologias e formas de dominação e exploração racial e de classes.

Sílvio de Almeida (2019, p. 111) pontua que:

O racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada periferia do capitalismo, onde em geral se instalou uma lógica colonialista. O racismo, certamente, não é estranho à expansão colonial e à violência dos processos de acumulação primitiva de capital que liberam os elementos constitutivos da sociedade capitalista (ALMEIDA, 2019, p. 111).

Em relação às percepções raciais enquanto imigrantes pretos, perguntou-se aos haitianos se isso aumenta a discriminação que sofrem no Brasil. Seis (06) entrevistados disseram que sim, oito (08) disseram que não e trinta e dois (32) não souberam ou quiseram responder. Os que responderam afirmativamente à pergunta explicaram que Cuiabá tem muitos imigran-

tes venezuelanos e uma menor quantidade de colombianos. As pessoas reconhecem os haitianos pela cor, todos sabem quem eles são. Os outros imigrantes estão camuflados e passam quase despercebidos, pois eles se parecem com a população local.

Quadro 05 – A percepção do racismo enquanto imigrante preto pelos entrevistados

A relação da percepção do racismo enquanto imigrante preto por número de entrevistados	
Acreditam que ser imigrante e preto aumenta a discriminação	06
Não acreditam que ser imigrante e preto aumenta a discriminação	08
Não quiseram ou não sabem responder	32

Fonte: entrevistas com haitianos na Pastoral do Migrante de Cuiabá no período de fevereiro a março de 2021.

Alguns dos entrevistados disseram que as dificuldades aumentam quando se é mais escuro. Nas entrevistas de emprego, os haitianos dizem esperar, mas nunca recebem a ligação de volta. Eles acreditam que possa existir preconceito racial nessas situações.

Na opinião dos que disseram que sim, é uma desvantagem ser imigrante preto no mercado de trabalho brasileiro. Eles complementam dizendo que os mais claros levam vantagem, pois não sofrem o preconceito da cor. Os que disseram não como resposta explicaram que todos os imigrantes são iguais, independentes da cor. A situação está difícil para todos, sejam brasileiros, imigrantes claros ou haitianos.

No geral, os haitianos acreditam serem bem tratados no Brasil, porque não vieram para o país com o objetivo de fazer "coisas erradas", eles vieram a trabalho. Quando se conversa sobre o racismo com os haitianos, existe um bloqueio em se tocar no assunto. Na visão de alguns entrevistados, que aprofundaram em suas respostas nas entrevistas, o racismo contra haitianos pode ser uma reação do desconhecimento da população nativa com relação a eles.

Como contrarresposta às perguntas sobre racismo, eles preferem deixar bem claro de antemão que são imigrantes trabalhadores. Não vieram fazer mendicância e não representam nenhuma ameaça ao Brasil. Eles estão no país para somar, contribuir e trabalhar pelos mesmos ideais que a população brasileira.

4. Conclusão

Ao se traçar um panorama sobre a população haitiana em Cuiabá se nota que estes vivem apartados da sociedade cuiabana, formando uma comunidade própria em situação de guetização. Além da baixa renda e subempregos, há um isolamento do grupo. Conforme observado nas entrevistas, muitos deles não sofrem racismo pelo fato de sequer conviverem ou se relacionarem com segmentos da sociedade cuiabana.

Os haitianos fazem parte de um exército industrial de reserva internacional, surgido dos processos migratórios advindos com a globalização. O processo de acumulação flexível do capital dos anos 1970 trouxe a deslocalização das cadeias produtivas como uma importante tendência na condução dos processos produtivos, principalmente, pela busca de mão de obra barata em países com leis trabalhistas frágeis. As migrações do século XXI trazem uma novidade para empresas cujas especificidades produtivas não permitem este deslocamento. Agora são os próprios trabalhadores que se deslocalizam para formação de um contingente de subempregados. Diferente dos imigrantes das gerações anteriores, que se integravam à ideia de nação brasileira, os novos imigrantes são incorporados apenas como exército industrial de reserva, mantendo-se isolados e a serviço da hiperexploração do capital.

Referências

- ALBA, Richard; NEE, Victor. **Remaking the American Mainstream** – Assimilation and Contemporary Immigration. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2003.
- ALESSI, Mariana Longhi Batista. A Migração de haitianos para o Brasil. Curitiba: **Conjuntura Global**. vol. 2.nº. 2. abr./jun. 2013. p. 82-86.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019
- BATISTA, Danilo Paranhos. **Territorialidades Haitianas em Cuiabá – MT**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres. 2019.
- FERNANDES, Duval. **Projeto Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral**. Belo Horizonte: MTE, OIM, PUC Minas, Gedep, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GUERRA, Sidney. Refugiados Ambientais no Brasil: Uma abordagem a partir do caso do Haiti. Fortaleza: **Revista do programa de pós-graduação em Direito da UFC**. v. 38.2, jul./dez. 2018. p. 191-211.

MATHIAS, Orivaldo de Moraes. **A imigração haitiana em Cuiabá**: Perfil socioeconômico e discriminação racial. Dissertação de mestrado do PPG em Sociologia do Instituto de Ciências Humanas da UFMT. Cuiabá. 2022.

MORAES, Isaias Albertin; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar e MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: Causas e Desafios. Porto Alegre: **Revista Conjuntura Austral**. vol. 4. nº 20. out./nov. 2013. p. 95-114.

OLIVEIRA, Márcio de. A sociologia da imigração no Brasil entre as décadas de 1940 e 1979. Porto Alegre: **Sociologias**. ano 20, n. 49, set./dez. 2018, p. 198-228.

OLIVEIRA, T; CAVALCANTI, L; MACEDO, M. **Relatório Anual – Resumo Executivo 2020**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento de Migrações, DF: OBMigra-Resumo Executivo, 2020.

VILLEN, Patrícia. A nova configuração da imigração no Brasil sob a óptica do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 85-97.

WEIß, Anja. Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. Porto Alegre: **Sociologias**. ano 20, n. 49, set./dez. 2018, p. 110-141.

ORGANIZADORAS

Tania Maria Santana dos Santos – Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995). Professora efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso desde 1995. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais. Atualmente, tem se dedicado mais à questão da Formação Profissional do(a) Assistente Social. E-mail: tania.santos@ufmt.br.

Betina Ahlert – Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Saúde Mental Coletiva. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área das questões agrária, urbana e ambiental e Serviço Social. E-mail: betina.ahlert@ufmt.br.

Mariangel Sánchez Alvarado – Graduada em Trabalho Social pela Universidade da Costa Rica. Possui mestrado em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (2018). Atualmente é doutoranda em Serviço Social pela UFAL. E-mail: mariangelsa@gmail.com

AUTORES

Anderson Martins Silva – Doutorando e Mestre em Serviço Social pela UFJF e Graduado em Sociologia pela UNESP. Pesquisador do Dynamis – Grupo de Pesquisa em Teoria Social e Crítica da Economia Política/ Cnpq (FSS/PPGSS-UFJF). E-mail: anderson.martins.silva@hotmail.com

Carlos Eduardo Amaral de Paiva – Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara e professor de Sociologia no Departamento de Sociologia e Ciência Política do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT- Cuiabá.

Carlos Nelson Pereira dos Reis – Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Especialização em História do Rio Grande do Sul pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorado em Política Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-Doutorado na Universidade de Paris 13 Nord. Pesquisador e professor titular permanente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia dos Programas de Bem-Estar Social, atuando principalmente nos seguintes temas: exclusão social, economia brasileira, crescimento econômico, conjuntura e desenvolvimento econômico.

Delaine Regina Bertoldi – Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2015). Compôs o Colegiado de Departamento do Curso de Serviço Social (2010-2015). Mestrado em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (2018). Especialista na Saúde do Adulto Idoso com ênfase Cardiovascular pelo Hospital Universitário Júlio Müller (2020). E-mail: delainebertoldi@gmail.com

Edgardo Fabricio Benítez Cruz – Graduação em Relações Internacionais pela Universidad Católica de Honduras (2010). Mestrado em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (2018). Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: edfabricio.89@gmail.com

Ednéia Alves de Oliveira – Professora Permanente do PPG/SS da UFJF. Doutora em Serviço Social pela UERJ, Mestre em Serviço Social pela UFRJ e Coordenadora do Dynamis - Grupo de Pesquisa em Teoria Social e Crítica da Economia Política/ Cnpq (FSS/PPGSS-UFJF). Bolsista PQ. E-mail: oliveira.edneia@ufjf.br

Jéssica Degrandi Soares – Assistente social pela UFSM (2016) e Mestre em Política Social e Serviço Social pela UFRGS (2019). É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/PUCRS), integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). E-mail: jessicadegrandi.soares@gmail.com

Keylor Robles Murillo – Magíster en Derechos Humanos y Democratización en América Latina y el Caribe, Universidad Nacional de San Martín (UNSAM-Argentina). Licenciado en Trabajo Social, Universidad de Costa Rica. Docente de la Corporación de Estudios Avanzados en Trabajo Social (CEATSO-Chile). Editor de las Revistas Campos Problemáticos y Complejidades Latinoamericanas.

Mairon Escorsi Valério – Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor efetivo de Metodologia do Ensino de História na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Mariangel Sánchez Alvarado – Graduada em Trabalho Social pela Universidade da Costa Rica. Possui mestrado em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (2018). Atualmente é doutoranda em Serviço Social pela UFAL. E-mail: mariangelsa@gmail.com

Orivaldo Morais Mathias – Mestre em Sociologia pelo programa de Pós graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT.

Robson de Oliveira – Possui graduação, mestrado (2014) e doutorado (2019) em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atuou como Assistente Social em um presídio na cidade de Itajaí (Canhanduba, 2011) e na Prefeitura Municipal de São José (2013-2014) no CRAS - Colônia Santana e como Coordenador do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Foi professor substituto no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina durante o ano de 2017. A partir de junho de 2018 atuou como professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, em Foz do Iguaçu. Em agosto de 2019 assumiu como professor no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná, Campus Litoral. Desenvolve pesquisas na área de Fundamentos da Profissão; Exercício Profissional; Políticas Sociais, com foco na Política Nacional de Assistência Social; Criminalização da Pobreza e População em situação de Rua.

Rosana Mirales – Bacharel em Serviço Social, formada pela Universidade Estadual de Londrina/Paraná (1987), com mestrado em Ciências Sociais (1998) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/São Paulo (2009). É docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) desde 2001, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, na graduação e, a partir de 2013, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (Mestrado). Realizou o estágio pós-doutoral (2018) no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Núcleo de Estudos sobre Políticas Sociais Trabalho e Desigualdades do Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra/Portugal.

Simone Sobra Sampaio - Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1990), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1998), doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003); Pós-Doutorado (2011, CAPES), na Université Paris XII, em colaboração com Frédéric Gros e Pós-Doutorado (2017, CAPES), na Université Paris X, em colaboração com Judith Revel. Professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina, na qual atua no âmbito da Graduação e Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS). Vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Profissões e Instituições (NEPPI). Atuou na Coordenação do Programa de Pós-graduação de Serviço Social (PPGSS/UFSC) por dois anos e meio. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: analítica foucaultiana, poder e resistência, ética e política.

Tânia Maria Santana dos Santos – Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995). Professora efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso desde 1995. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais. Atualmente, tem se dedicado mais a questão da Formação Profissional do(a) Assistente Social.

Thiana Orth – Jornalista pela UNISINOS (2003), Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010) e Doutora em Serviço Social pela mesma universidade (2016). É pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/PUCRS), integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES) e graduanda em Serviço Social. E-mail: thiana.orth@puhrs.br

Valdemar Sguissardi – Prof. Dr. Titular (aposentado) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, BR.

Viviane Isabela Rodrigues – Assistente Social e Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Serviço Social (Universidade Luterana do Brasil). Graduada em Gestão Pública (Instituto Federal de Santa Catarina). Especialista em Metodologia de Intervenção com Famílias (Universidade de Passo Fundo). Especialista em Gestão Pública (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Mestre em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS/PUCRS). Doutora em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PPGSS/PUCRS). Possui estágio doutoral sanduíche no Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

É sempre um desafio trazer à cena discussões sobre temáticas tão atuais quanto necessárias para entender o trabalho, pobreza e desigualdades na América Latina. Os artigos que compõem esta coletânea representam mais uma contribuição sobre aspectos que devem ser conhecidos por aqueles/as que buscam explicações para questões que afligem a população da América Latina e do Mundo, utilizando, para esta análise, a referência da teoria social crítica.

Os artigos trazem temáticas atuais e instigantes que incitam reflexões e discussões sobre o capitalismo contemporâneo cujas faces se evidenciam na precarização ou na ausência do trabalho, na pobreza e nas desigualdades que conformam a América Latina e o Caribe.

